



# MANUEL DOS SANTOS LIMA

ESCRITOR ANGOLANO  
TRICONTINENTAL

COORD.  
FRANCISCO TOPA  
IRENA VISHAN



MANUEL DOS  
SANTOS LIMA,  
ESCRITOR ANGOLANO  
TRICONTINENTAL

ORGANIZAÇÃO  
FRANCISCO TOPA  
IRENA VISHAN  
(Coord.)

Título: ***Manuel dos Santos Lima, Escritor Angolano Tricontinental***

Organização: Francisco Topa e Irena Vishan

Fotografia da capa: Manuel dos Santos Lima em Marrocos, durante um estágio militar, no início dos anos 60.

Design gráfico: Helena Lobo Design | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | [www.citcem.org](http://www.citcem.org) | [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

Edições Afrontamento, Lda. | Rua Costa Cabral, 859 | 4200-225 Porto

[www.edicoesafrontamento.pt](http://www.edicoesafrontamento.pt) | [geral@edicoesafrontamento.pt](mailto:geral@edicoesafrontamento.pt)

N.º edição: 1736

ISBN: 978-972-36-1514-2 (Edições Afrontamento)

ISBN: 978-989-8351-62-3 (CITCEM)

Depósito legal: 416315/16

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. | Santa Maria da Feira

[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

[comercial@companhiadasartes.pt](mailto:comercial@companhiadasartes.pt)

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



# SUMÁRIO

<b>Nota de apresentação</b>	<b>5</b>
<i>Manuel dos Santos Lima: a escrita do(s) exílio(s) numa angolanidade ensombrada por cicatrizes dos sóis da independência</i> <b>Salvato Trigo</b>	<b>9</b>
<i>Quando o real e a ficção se encontram na obra de Manuel dos Santos Lima</i> <b>Anabela Silveira</b>	<b>17</b>
<i>«Avante! A Locomotiva Sibila, vai partir...». Seguindo os Caminhos de Ferro de Benguela na obra de Manuel dos Santos Lima</i> <b>Fernando Afonso Ferreira Junior</b>	<b>39</b>
<i>Capital e trabalho em Angola – as «relações industriais» na Diamang durante a década de 1960</i> <b>Maciel Santos</b>	<b>45</b>
<i>Uma leitura semiótica da poesia de Manuel dos Santos Lima</i> <b>Maria Belém Ribeiro</b>	<b>81</b>
<i>O poema «África», de Manuel dos Santos Lima: ecos do Livro do Génesis</i> <b>Rui Teixeira</b>	<b>89</b>
<i>História sem fim: o racismo na obra de Manuel dos Santos Lima A pele do diabo</i> <b>Patrycja Litewnicka</b>	<b>97</b>
<i>A pele do diabo: as diferenças sociais, as dificuldades na busca da igualdade e a procura do caminho da felicidade</i> <b>Lara Videira</b>	<b>105</b>
<i>Engajamento, pioneirismo e crítica de Manuel dos Santos Lima, no movimento de libertação nacional</i> <b>Pires Laranjeira</b>	<b>113</b>
<i>Os anões e os mendigos de Manuel dos Santos Lima: apenas a revolução angolana ou 40 anos de Independência de Angola?</i> <b>Alberto Oliveira Pinto</b>	<b>119</b>
<i>A estética literária como abrigo de «alma cheia de sonhos de liberdade»: a saga epopéica na obra de Manuel dos Santos Lima</i> <b>Monalisa Valente Ferreira</b>	<b>137</b>
<i>Épopeias bíblicas e misérias humanas na África d' Os anões e os mendigos, de Manuel dos Santos Lima</i> <b>Cristina Costa Vieira</b>	<b>147</b>
<i>Os anões e os mendigos: um romance à clef distópico?</i> <b>Francisco Topa</b>	<b>165</b>
<i>«Vês como eles deram cabo do nosso sonho?» – A desilusão e a crítica em Os anões e os mendigos, de Manuel dos Santos Lima</i> <b>Ana T. Rocha</b>	<b>177</b>
<i>Elementos complementares para uma biobibliografia de Manuel dos Santos Lima</i> <b>Francisco Topa</b>	<b>183</b>



# NOTA DE APRESENTAÇÃO





O livro que agora vem a público resulta no essencial da reunião das comunicações apresentadas no colóquio *Baobá, pinheiro, ácer: Manuel dos Santos Lima, escritor «orgânico»*, que decorreu, com a presença do homenageado, a 10 e 11 de novembro de 2015, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Na altura como agora, o objetivo principal era o de reconhecer um escritor importante da literatura angolana, aproveitando para assinalar a passagem do seu 80.º aniversário. Por outro lado, dá-se continuidade ao trabalho que foi feito no seminário de Literaturas Africanas II do Mestrado em Estudos Africanos, no qual fora abordada a obra de Manuel Lima, tendo havido também oportunidade para se fazer, estudantes e docente, uma longa entrevista ao autor, parcialmente aproveitada no texto final deste volume.

Em parte pela sua vivência *tricontinental* (e a sugestão de paralelismo com Glauber Rocha é menos despropositada do que pode parecer à primeira vista), em parte pela sua divergência política, a partir de certa altura, com Agostinho Neto e o MPLA, em parte ainda pela contundência da sua crítica à geração da *distopia* contida no romance *Os anões e os mendigos*, de 1984, a verdade é que Manuel dos Santos Lima não tem sido valorizado como entendemos que merece. E a sua obra, com a qualidade que lhe tem sido reconhecida pelos escassos especialistas que nela atentaram, apresenta uma assinalável diversidade (poesia, teatro, romance e ensaio) e longevidade (o primeiro livro, *Kissange*, é de 1961, mas inclui textos escritos na década anterior).

Introduzir no título deste volume o adjetivo *tricontinental* é também uma forma de sublinhar a condição multiexílica de um autor que, ontem como hoje, tem estado acima do seu tempo, fazendo do mundo o seu espaço, sem com isso abdicar da sua condição de angolano.

Na conferência de abertura, Salvato Trigo, abordando o conjunto da obra de Manuel Lima, destaca justamente as cicatrizes dos vários exílios que o marcaram, estabelecendo uma aproximação a *Les soleils des indépendances*, de Ahmadou Kouroma, e a *The interpreters*, de Wole Soyinka, e concluindo que estamos perante uma «escrita fundadora, em que se filiarão mais tarde, nos finais dos anos de 1990, Pepetela e Manuel Rui Monteiro».

A historiadora Anabela Silveira apresenta-nos uma leitura dos romances de Lima à luz dos acontecimentos que marcaram a recente história de Angola, mostrando que foi «essa desilusão, essa desesperança, esse descomprometimento em relação ao poder e regime instituídos que lhe permitiu um olhar sagazmente crítico sobre o longo trajeto percorrido pelos angolanos – do colonialismo à luta de libertação, da independência a outras dependências, em que o sonho de uma sociedade mais justa ficou pelo caminho».

O também historiador, brasileiro, Fernando Afonso Ferreira Junior aproveita a trilogia romanesca de Santos Lima para abordar a importância estratégica do caminho-de-ferro, tanto no contexto colonial como no período posterior à independência. Ainda no domínio da história económica, segue-se o minucioso trabalho de Maciel Santos, sobre as «relações industriais» da Diamang durante a década de 1960, ao longo do qual o autor faz também

um enquadramento comparativo com o antigo Congo belga quanto à evolução da ligação entre capital e trabalho em Angola durante as últimas décadas da administração colonial.

Maria Belém Ribeiro e o jovem estudante Rui Teixeira dedicam os seus trabalhos ao estudo da poesia de Manuel Lima, a primeira fazendo uma leitura semiótica de alguns textos de *Kissange*, o segundo analisando a composição «África» à luz do Génesis.

*A pele do diabo*, publicada em 1977 mas escrita na década anterior, constitui o foco dos trabalhos das estudantes Patrycja Litewnicka e Lara Videira, ao passo que o historiador e romancista Alberto Oliveira Pinto analisa com minúcia a dimensão histórica do romance *Os anões e os mendigos*, considerando que ele «ficará na história da literatura angolana como uma das primeiras e corajosas denúncias do despotismo forjado, herança do discurso darwinista enselvajador, legitimador das desigualdades sociais e humanas no continente africano, falaciosamente projetado para um período pós-colonial e para um neocolonialismo ainda hoje bem vivo».

Pires Laranjeira procede a uma leitura de conjunto da obra de Santos Lima, que reputa «um pioneiro e uma raridade no campo cultural e político dos países africanos de língua portuguesa», aproximando-o «dos escritores africanos que se têm oposto aos poderes estabelecidos nos seus países, desde Mongo Beti a Chinua Achebe, Ngugi Wa Thiong’o, Soni Labou Tansi ou Christopher Akigbo».

Monalisa Valente Ferreira reflete sobre os romances mais recentes do autor, *As lágrimas e o vento* e *Os anões e os mendigos*, servindo este último de tema aos três artigos finais. Cristina Vieira trata com demora da intertextualidade entre a narrativa e a Bíblia, Francisco Topa discute a possibilidade de se tratar de uma obra à *clef* distópica e Ana T. Rocha mostra como a desilusão e a crítica estão simultaneamente próximas e distantes do romance de Pepetela *A geração da utopia*.

O volume encerra com um trabalho intitulado *Elementos complementares para uma biobibliografia de Manuel dos Santos Lima*, que tenta sistematizar e esclarecer alguns aspetos da vida e da obra do autor, incluindo também algumas fotografias menos conhecidas.

Resta-nos esperar que o livro tenha alguma recetividade e ajude a fazer justiça a um escritor e a um homem que optou sempre pelo lado mais difícil da vida e da história. Com a sua publicação em 2016 assinalamos também a passagem dos 40 anos do ensino na FLUP das literaturas africanas de língua portuguesa, inaugurado a 19 de novembro pelo Prof. Salvato Trigo.

Porto, abril de 2016

*Francisco Topa e Irena Vishan*

# MANUEL DOS SANTOS LIMA: A ESCRITA DO(S) EXÍLIO(S) DUMA ANGOLANIDADE ENSOMBRADA POR CICATRIZES DOS SOIS DA INDEPENDÊNCIA

SALVATO TRIGO

Universidade Fernando Pessoa

Começarei a minha comunicação por uma nota pessoal, para evocar ter conhecido o escritor angolano, que aqui muito justamente homenageamos, Manuel dos Santos Lima, numa das terras de seus vários exílios, neste caso, o Canadá, onde, então, ele era professor. Dele tinha ouvido falar, pela primeira vez, em Angola, no final dos anos de 1960, sendo eu professor na, então, cidade de Nova Lisboa (Huambo), no Colégio dos Padres do Espírito Santo, antes designado por Colégio de Alexandre Herculano, e cronista assíduo do jornal local *O Planalto*, descobrindo-o literariamente, no início dos anos de 1970, em Luanda, numa edição mimeografada pela rede da clandestinidade nacionalista da antologia dos seus poemas, organizada, em Lisboa, em 1961, por Carlos Ervedosa e Fernando Costa Andrade, sob o título *Kissange*, e publicada pela Casa dos Estudantes do Império.

Li, depois, o seu primeiro romance, *As sementes da liberdade*, na edição brasileira de 1965, que Jorge Amado recomendou para a Civilização Editora, numa manifestação de apoio a um discurso de denúncia e de combate contra o regime colonial português no seu estertor, que a guerra viria a acelerar. Obra de revisitação à curta adolescência angolana do nosso autor, vivida na então Vila Teixeira de Sousa, e aos valores de carácter que ali lhe foram transmitidos pelo pai santomense, antes de partir para Lisboa, a capital dum império, de há muito, decadente e mistificado, para estudar e se fazer homem. Mas obra também onde começa a afirmar-se uma escrita de racionalidade, ideologicamente controlada, aqui e ali pigmentada por humana afetividade, sobre a guerra colonial, suas peripécias e suas contradições.

Escrita que manterá a mesma frieza analítica no seu segundo romance, *As lágrimas e o vento* (1975), título com sugestivas marcas de cicatrizes de exílio, em que a omnisciência do narrador, Almi Boaventura, chefe guerrilheiro, desertor do exército colonial, como encenador das linguagens em contenda, foi mais construída pela leitura dos relatórios que chegavam da frente de batalha ao Centro de Operações Especiais de Lamego, que teve ocasião de analisar, antes da deserção, do que por uma efetiva experiência como interventor na guerra colonial que tem aqui, no plano da enunciação, o seu *incipit*.

Com a publicação do terceiro romance, *Os anões e os mendigos* (1984), as técnicas narrativas revelam-se muito mais aperfeiçoadas e a escrita ganhou em densidade analítica, sem perder em estética. Em 23 de novembro de 1984, aqui na cidade do Porto, escreveria Manuel dos Santos Lima na dedicatória que me fez deste romance: «Na minha terra eles são anões e mendigos e detêm o poder...». Cataforizava-me, assim, o propósito deste romance de fazer a anatomia do poder em Angola, esvaído que estava o sol da independência, cadinho das esperanças de total libertação de um povo do poder colonial, mas também alcova de intrigas e de traições à pureza dos ideais mobilizadores para o combate, que motivaram a deserção do nosso autor do exército português, para se tornar no primeiro comandante em chefe do Exército Popular de Libertação de Angola, a matriz sobre que se desenvolveriam as FAPLA, o braço armado do MPLA de que o nosso escritor foi também militante ilustre, identificado que estava com os seus fundadores mais destacados, como os irmãos Pinto de Andrade ou Gentil Viana, por exemplo.

Numa espécie de exórdio ao romance, escreveu Manuel dos Santos Lima:

*Era manhã e havia aplausos quando eles tomaram conta da Cidade. E logo dos cadeirões decretaram aos novos juízes e carrascos as suas ordens contra os companheiros das antigas esperanças. Eis-nos, pois, accionistas fraudados, perante o Livro de Contas da Democracia. Qualquer semelhança com os mandarins, vendilhões e aprendizes de feiticeiro que, as mãos tintas de sangue, reinam nas Áfricas ditas independentes, será pura coincidência. O diabo tece-as, lá diz a sabedoria popular...*

É na alegoria da libertação da República da Costa da Prata, esse país ficcional tão simbólico, em que emerge Davi Demba como líder messiânico e fonte de esperança para um povo sedento de liberdade, que, todavia, foi ainda mais oprimido e, desta feita, por um dos seus, que o autor vai, dialogicamente, compondo a polifonia do carnaval do seu texto, emprestando voz a todos aqueles que na economia do romance podiam analisar, sem paixão, as contradições ideológicas que serviram, e servem, para sustentar os tais mandarins no poder.

Nessa polifonia, destaca-se a voz do comandante do exército de libertação, Emmanuel Mpema, que não podemos deixar de ler biografematicamente:

*Antigamente atribuíam-se à colonização todos os males de que sofriam o povo e os líderes de todo o cariz político, progressistas ou reaccionários, porque em África só existiam esses dois extremos, propalavam a independência como uma poção mágica para curar a economia, a discriminação, a indignidade, em suma, tudo quanto afectava o pobre africano, uma espécie de pária da História. (p. 25).*

Mais interessada na hermenêutica dos factos do que nas frases feitas de ideologias apressadamente coladas no discurso adjetivamente anticolonial, a obra literária de Manuel dos Santos Lima faz-se de uma escrita de testamento político de um autor que, tendo vivido por dentro do sistema colonial, opressivo, militar, não renegou a sua condição de colonizado esclarecido que foi construindo a íntima convicção de que tal sistema era irreformável, dado o cinismo com que atuava, como mais uma vez demonstrava, ao revogar o indecoroso Estatuto do Indigenato, com a mudança artificial da designação de colónias para a de províncias ultramarinas, nos anos, já de brasa, de 1960. Com esta prestidigitação onomástica, o regime vinha, afinal, acentuar a dimensão de portugalidade do sistema colonial, o que, desde sempre, o tornou autofágico.

Escrita de uma honestidade intelectual, que importa sublinhar, filosoficamente tributária da velha máxima de Plauto «homo homini lupus», que convoca para o seu discurso dialógico as vozes polifónicas que, embora clamando no deserto, tal como no seu tempo o fizeram os chamados velhos intelectuais de Angola, são vozes que só as más consciências coloniais ou as do novo mandarinato das independências não queriam escutar, antes, perseguir e silenciar. É, por isso, uma escrita de *ethos*, quiçá desenvolvida no horizonte inspiracional não só de Pablo de Neruda e do seu *Canto general* mas também de outros autores que eram lidos na Casa dos Estudantes do Império, tais como Jorge Amado, Érico Veríssimo, Nicolás Guillén, Garcia Llorca, Aimé Césaire e Léopold Senghor.

Uma escrita de resgate cultural e civilizacional duma África-mãe que chorou lágrimas de sangue, no tempo da opressão colonial, e que chora agora lágrimas de chumbo no tempo das independências que frustraram os sonhos da «geração contundida», como lhe chama o nosso autor, ou da «geração da utopia», como a designa Pepetela num romance assim intitulado, ou da «geração desiludida» por essas independências.

Manuel Lima faz o percurso para esse tempo de desilusão, a partir de narrativas da guerra colonial, proclamada demiurgicamente guerra da libertação por aqueles que, como ele, acreditavam em que as sombras do regime opressor seriam derrotadas pelos sóis das independências. Foi acompanhando esse percurso que se tornaram presentes em mim textos emblemáticos que emparceiram perfeitamente com *Os anões e os mendigos*, naquilo que este romance tem de fábula e de sátira política dum negrismo opressor desonestamente fincado numa negritude que se não honra.

O primeiro desses textos foi, desde logo, o *Les soleils des indépendances* (1968), do marfinês Ahmadou Kourouma, cuja história se passa, tal como a de *Os anões e os mendigos*,

num país utópico – a República da Costa dos Ébanos, semelhante à República da Costa da Prata. O segundo foi o romance *The interpreters* (1965), do nigeriano Wole Soyinka, história situada na cidade de Lagos, capital da Nigéria, no intervalo entre a independência do país e a guerra civil. Os três romances, pertencentes a três literaturas africanas diferentes, acabam por poder dialogar em torno da mesma triste problemática – a degradação dos costumes, a perda de valores essenciais de identidade e de carácter, a corrupção associada ao poder totalitário. Nenhum dos três romances cedeu à demagogia fácil de submeter a dimensão estética e ética à vazia repetição de lugares-comuns ideológicos, porque sobre estes, os seus autores, já todos tinham feito quase uma catarse da indignação pelos rumos em que os novos senhores do poder, nas várias independências africanas, meteram os seus países e o seu povo.

Que não seria pela cedência teórica às ideologias, mas por uma reflexão sobre os princípios genuínos que sustentaram inicialmente a guerra de libertação, vemo-lo claramente em *Os anões e os mendigos*, sobretudo na 2.<sup>a</sup> parte, no capítulo IV, intitulado «O camarada presidente», que começa com uma intencional citação de A. Camus:

*O azar é que vivemos numa época de ideologias e de ideologias totalitárias, isto é, demasiado seguras de si próprias, da sua razão idiota ou da sua verdade curta, para só verem a salvação do mundo na sua própria dominação. E querer dominar alguém ou qualquer coisa, é desejar-lhe a esterilidade, o silêncio ou a morte.*

Esses princípios permeiam *Os anões e os mendigos*, através de uma narrativa panorâmica, particularmente vívida e aqui e ali hiper-realista e mesmo expressionista, carregando da história da libertação colonial de Angola os factos, os valores e os sonhos que a escreveram, perdidos agora, na embriaguez dum poder totalitário que Davi Demba e sua coorte exerciam, em nome da independência e do povo, como sempre o invocam os revolucionários de algibeira, mas que, na verdade, era um poder contra o povo, usando a independência para oprimir em vez de para remir o longo sofrimento desse povo sob o jugo colonial.

Essa panorâmica faz-se de quadros, moralmente chocantes, uns, e outros, relativamente exaltantes e exultantes, que, revividos a esta distância por quem, como eu, foi duma boa parte deles testemunha, como aconteceu na debandada acintosamente provocada de centenas de milhares de residentes, não apenas europeus ou angolanos de origem europeia mas também de angolanos negros nos quais a esperança na independência estava, como escreveu Manuel Lima, «infiltrada pelo medo». Essa debandada, que desagregou o funcionamento administrativo e económico do país acabado de surgir, era, todavia, febrilmente acompanhada pela esmagadora maioria do povo e da «ávida pantera negra», como escreveu Manuel Lima, que via nela não um empobrecimento para o país, mas uma afirmação da transição dum poder branco opressor para um poder negro libertador e eufórico que, rapidamente, se tornou disfórico, intransigente e opressor.

Os fundamentos factuais e filosóficos desta narrativa panorâmica estão muito claros no primeiro capítulo do romance, no qual o narrador entrega à jornalista Tamar Rossi, por um lado, e ao sociólogo e pedagogo, Elias Fontaine, por outro lado, a função embraiadora, comparatista, profética e de vituperação dos comportamentos anódinos de gente venerada como Messias pelo seu povo, cujas esperanças num futuro melhor traíram indecorosa e criminosamente. Não quero, no entanto, fazer aqui a anatomia filosófica, ética e política de *Os anões e os mendigos*, porque outros companheiros a irão certamente fazer nas comunicações que o romance lhes suscitou. A mim, basta-me concordar com o nosso autor que, entrevistado para a União dos Escritores Angolanos, disse acerca do seu livro:

*Trata-se de um romance satírico, amargo e triste, inspirado pelos conhecimentos adquiridos, analisados e comparados, durante a luta de libertação, junto de muitos Estados africanos... E o comportamento corrupto da maioria dos políticos africanos é demasiado conhecido, comentado e censurado internacionalmente por estados sérios e insuspeitos e é até ridicularizado pelos próprios cidadãos dessas repúblicas produtoras de muitas bananas.*

Se a fábula do romance fica, assim, particularmente clarificada, a motivação para a trama compreende-se ainda melhor, quando Manuel Lima insiste:

*Foi durante a luta de libertação que cheguei à conclusão de que havia em África muitos anões, mendigos e até palhaços, alguns com mãos tintas de sangue irmão... Espanto-me no entanto que os meus contemporâneos não tenham tido coragem de se opor aos mabecos e predadores da nossa História.*

Referia-se certamente Manuel Lima a chefes de estado africanos com quem se encontrou na sua carreira política e com quem viveu «situações que foram do solene ao divertido e caricato». Exemplificou algumas dessas situações ocorridas, como escreve, com Joseph Kasavubu (presidente da República do Congo-Kinshasa, de 1960 a 1965), Mobutu Sese Seko (sucessor na presidência de Kasavubu), Cyrille Adoula (primeiro-ministro do Congo-Kinshasa, de 1961 a 1964) e quejandos, de quem diz desabridamente que «eram palhaços corruptos», fazendo uma menção especial ao abade Fulbert Youlou (primeiro presidente da República do Congo-Brazzaville, de 1959 a 1963), o qual, escreve Manuel Lima, «chegou a receber-me, às nove da manhã, já embriagado».

Não tinha sido por esta África que o alferes miliciano, Manuel dos Santos Lima, desertara, na Síria, do exército português; não foi para essa África que o comandante Santos Lima organizou o Exército Popular de Libertação de Angola e pegou em armas para combater pela independência do seu país; era outra a África pela qual convictamente arriscou a vida. Era a África dos valores civilizacionais próprios e da cultura da dignidade do ser humano, independente da cor da pele, da crespação dos cabelos ou das abas nasais ou gros-

surra dos lábios; era a África que tinha a sua própria música, os seus ritmos de dança, o seu teatro, a sua escultura, a sua oratura, os seus rituais religiosos e de passagem, a sua forma de cultivar a terra e de se unir animisticamente à Natureza, deificando montanhas, lagos, rios ou mares, sem hostilizar a técnica, a tecnologia e a ciência. Era a África da descoisi-ficação das pessoas, que o eurocentrismo tanto tinha coisificado e barbarizado, mesmo depois de eminentes antropólogos europeus, como Léo Frobenius, para citarmos apenas um, terem fundadamente concluído que «a ideia do negro bárbaro não passava de uma invenção europeia».

Era essa África, temporaneamente descoberta pela civilização greco-romana, trazida para as páginas da história ocidental por Tito Lívio e cenário dum dos primeiros e maiores poemas épicos da literatura europeia renascentista, como o foi, e é, o conjunto de nove livros e de quase 6.800 versos, intitulado *A África*, com o qual Petrarca manifestou a sua paixão pela obra daquele historiador (Tito Lívio) e mostrou a sua enorme admiração poética pelo autor romano Virgílio e pelo seu poema *A Eneida*. Petrarca, graças a essa obra, onde se narra a vitória de Cipião, o general romano cognominado de «Africano», sobre o general cartaginês, Aníbal, na 2.<sup>a</sup> Guerra Púnica, foi coroado como «Poeta de Roma», em 1341.

Era essa África de civilizações e culturas primevas, que Cheik Anta Diop quis redescobrir, no seu ensaio *L'antériorité de la civilisation africaine*, para juntar a sua voz reivindicativa à daqueles intelectuais negro-americanos, como William DuBois, T. Booker Washington, Langston Hughes, Marcus Garvey, Richard Wright, Countee Cullen e outros que, já no século XIX, clamavam pelo reconhecimento das suas expressões culturais de matriz africana, como parte integrante da multiculturalidade americana, princípio da reclamação pelos seus direitos cívicos que, desde a Conferência de Niagara, de 1905, tardaram, infelizmente, mais de seis décadas a ser aceites como naturais à condição humana universal.

É com estas causas da dignificação do humano que a escrita de Manuel Lima mais se densifica e melhor se revela amadurecida, reflexiva, profunda, em *Os anões e os mendigos*, depois da fase do discurso de circunstância, apegado à crónica da guerra colonial e de libertação (como em *As sementes da liberdade* e em *As lágrimas e o vento*), que tem para nós, além do mais, um claro interesse de rito de passagem no crescimento que como escritor alcançou, para preencher na literatura angolana de língua portuguesa um lugar fundador, tal como Kourouma, na Costa do Marfim, ou Soyinka, na Nigéria, de uma escrita de catarse e de resgate de um negrismo ideológico e fundamentalista que, enquanto ataca um pretenso neocolonialismo, quer desviar a atenção de tiranias e atentados à dignidade humana, que, não raras vezes, querem justificar em nome do direito de manter tradições indignas e anquilosadas, como a da excisão clitorica entre outras.

Essa escrita fundadora, em que se filiarão mais tarde, nos finais dos anos de 1990, Pepetela e Manuel Rui Monteiro, tem-na Manuel Lima tributária da influência que a sua geração, como ele mesmo confessa, recebeu dos negro-americanos, acima citados, «porque



tinham voz e imagem positivas em todos os campos: da música, literatura, cinema, dança, ciência, desporto, movimentos reivindicativos». Por isso mesmo, aquele tributo explicitá-lo-á melhor Manuel Lima com a peça *A pele do diabo*, na qual procura esconjurar, dentro da escrita de catarse, a que me referi, as desigualdades que, mesmo nas sociedades das pós-independências, são geradas pela descendência mestiça de pai europeu. O psiquiatra Franz Fanon, que Manuel Lima conhece bem, terá para isso uma melhor explicação do que aquela que nós podemos avançar, quando defendemos, como Aimé Césaire perante o gendarme francês que o questionou sobre a sua raça, que a raça humana é toda a mesma, ou como o poeta de *No antigamente, na vida*, de Luandino Vieira, que a pele é só o embrulho da alma!

Embora sentindo, e sentindo-se na sua escrita, que as fronteiras raciais, antropológicamente inexistentes mas politicamente atuantes, continuam a ser segregativas, o universo da escrita criado por Manuel Lima não cede ao exotismo paisagístico nem aos localismos linguísticos com que muitos autores querem «racializar» os seus textos. A sua escrita, especialmente a de *Os anões e os mendigos*, demonstra claramente que a correção linguística e formal no plano morfossintático não retira substância semântica à africanidade e à angolitude, como ele prefere, da sua obra. Assume-se, assim, com um discurso verdadeiramente lusófono, porque sabe bem, e sem quaisquer complexos filosóficos, culturais ou sociológicos, que a lusofonia não é a expressão da portugalidade, como muitos dos seus detratores a acusam, antes a expressão de identidades multiculturais que o longo contacto histórico da língua portuguesa transplantada gizou noutras geografias humanas.

Concluamos, então: este último romance de Manuel Lima é, sem dúvida, uma ilustração qualificada duma escrita que, germinada essencialmente no exílio e por isso ensombrada pelas cicatrizes dos sóis das independências mal geridas, cinquenta anos depois da publicação do seu primeiro romance, ganhou autoridade e firmeza estética, emprestando à literatura africana, em geral, e à literatura angolana, em particular, uma voz ética e redentora. Uma voz com autoridade moral e histórica para discordar, aqui e agora, do que Agostinho, Bispo de Hipona, um ilustre africano mais conhecido por Santo Agostinho, aconselhou a seu filho espiritual, Francesco Petrarca, quando, artificialmente, este fez entrar a África triunfalmente na ópera *Spectrum* por ele escrita: «A África aos africanos!»

Com Manuel dos Santos Lima, leitores da sua obra e de outras tantas obras da literatura africana, que se reclamam, com estética, duma ética política, diremos hoje: a África aos africanos e a todos aqueles que, pelo honesto estudo, reconheçam nela uma das mátrias da sua comum humanidade!



# QUANDO O REAL E A FICÇÃO SE ENCONTRAM NA OBRA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

ANABELA SILVEIRA

IHC-Universidade Nova de Lisboa

Na entrevista que, a 21 de maio de 1989, concedeu em Paris a Michel Laban, Manuel dos Santos Lima afirmava que se Castro Soromenho tinha escrito «o romance da situação colonial», ele compusera o «romance da guerra da libertação e igualmente o da Independência». Na mesma entrevista, referindo-se ao que passo a denominar por «trilogia angolana» – *As sementes da liberdade*, *As lágrimas e o vento* e *Os anões e os mendigos*, referia:

*Em As sementes da liberdade tratava-se, essencialmente, de descrever uma situação colonial e a reacção a essa situação, que era a busca de um líder. Em seguida, em As lágrimas e o vento, esse líder vai aparecer no quadro da luta de libertação [...] Depois, em Os anões e os mendigos, esse líder vai chegar ao poder e, paralelamente, vai ser julgado pela sua acção como chefe: e é o falhanço. Esse percurso corresponde ao fim ao cabo, ao que aconteceu. De maneira geral em toda a África, todas as esperanças populares foram traídas imediatamente após as independências. Angola não faz excepção nesse quadro<sup>1</sup>.*

Trinta anos depois, o comentário amargo de Manuel de Santos Lima ao caminho seguido pós-independências mantém-se atual, mormente em Angola dos nossos dias.

Margarida Calafate Ribeiro, no texto *Leituras do Império: percursos da literatura colonial portuguesa*, afirma: «não se faz a história com a literatura, mas é ela, a literatura, que narra a história do homem comum, o homem com nome próprio, e regista o testemunho

---

<sup>1</sup> LABAN, 1991: 441.

e, nessa medida, interage com a história, pois inscreve a pequena estória na história dos povos»<sup>2</sup>. Ora, na sua obra ficcional, concretamente na trilogia angolana, Manuel dos Santos Lima constrói estórias de homens e mulheres comuns, dos que tiveram um nome, uma vida com projetos, sonhos, sucessos, frustrações, desânimos, choros e sorrisos, desalentos, esperanças e desesperanças. Não obstante a pena diáfana da imaginação, quando reescreve e reinterpreta testemunhos e acontecimentos está de facto a contribuir para um discurso que permite iluminar e, quiçá, humanizar uma outra narrativa: a da História dos povos.

O comprometimento político e ideológico de Manuel dos Santos Lima – negro assimilado, estudante de Direito, desertor do exército português, revolucionário nacionalista, guerrilheiro, membro do comité diretor do MPLA, dissidente, intelectual, académico, escritor – perpassa os textos que escreveu, sejam eles de ficção, poesia ou académicos, como é o caso da sua tese de Doutoramento defendida na Universidade de Lausanne, na Suíça, em torno da obra do escritor Castro Soromenho, mais concretamente sobre a trilogia de Camaxilo. Mas Manuel dos Santos Lima é também um homem desiludido. Desiludido com os caminhos trilhados pelo nacionalismo angolano durante a luta de libertação, desiludido com o rumo político seguido depois da independência, sem esperança numa alteração das condições de vida das populações africanas sujeitas ao mais vil projeto neocolonialista. E foi, a meu ver, essa desilusão, essa desesperança, esse descomprometimento em relação ao poder e regime instituídos que lhe permitiu um olhar sagazmente crítico sobre o longo trajeto percorrido pelos angolanos – do colonialismo à luta de libertação, da independência a outras dependências, em que o sonho de uma sociedade justa ficou pelo caminho.

Proveniente da pequena-burguesia angolana, o pai, natural de São Tomé, era funcionário público, Manuel dos Santos Lima teve acesso a uma educação formal, com formação universitária na metrópole. Como muitos outros estudantes angolanos, partiu à descoberta de uma «angolanidade perdida», que tão bem glosada foi na revista *Mensagem*, publicada em Luanda nos dois primeiros anos da década de cinquenta do século passado. Debruçando-se, pois, sobre a «sua própria autenticidade», chegou aos movimentos nacionalistas e, concomitantemente, à luta pela independência, liderados por elementos dessa pequena-burguesia nativista de que o MPLA aparece como paradigma. A este propósito confienciava a Michel Laban:

*Foi dessa pequena-burguesia que saiu a consciência nacional, que saiu a reivindicação nativista. E, essa pequena-burguesia, foi ela que tentou inflamar o povo... Portanto, o movimento faz-se no sentido dos pequeno-burgueses para o povo. Ora, os pequeno-burgueses vão aceder ao poder e depois tudo se vai passar em termos da pequena-burguesia porque esse povo vai ser utilizado demagogicamente*<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> RIBEIRO, 2012: 519.

<sup>3</sup> LABAN, 1991: 441.

Pode então perguntar-se como é que Manuel dos Santos Lima, um representante da pequena-burguesia nativista angolana, construiu a narrativa da trilogia angolana. Antes de passar à urdidura da teia que imbrica a realidade com a ficção, deixemos que o autor se explique. Retomemos, então, a entrevista concedida a Michel Laban. Sobre *As sementes da liberdade* esclarece:

*Estava em Lisboa quando comecei a escrever. Era uma poesia ingénua, saudosista [que] me pareceu insuficiente para exprimir o que eu queria; daí nasceu As sementes da liberdade, porque sou um homem do interior. Eu nasci no Bié [...] vivi sempre no interior [...], vivi o colonialismo profundo, que era diferente do colonialismo de Luanda, da cidade. Daí que As sementes da liberdade estejam incomparavelmente mais próximas da Terra Morta de Castro Soromenho do que qualquer outro livro de literatura angolana que eu conheça [...]. Foram como que um mecanismo de defesa, uma maneira de afirmar que eu continuava a ser eu, aquele miúdo que veio do interior de Angola para Portugal com o sacrifício da família e que devia cumprir uma missão, chegar à universidade e depois voltar para fazer alguma coisa pelos seus<sup>4</sup>.*

Já sobre *As lágrimas e o vento* explana:

*Foi escrito no Congo, em Léopoldville, durante a minha permanência no MPLA, em contacto com os refugiados e os meios políticos angolanos nas fronteiras, no Mayombe, onde iniciámos a primeira acção contra o colonialismo português, em Janeiro de 1963. E em contacto com essa gente que nos trazia comida, que nos dava informações e entre a qual nos movíamos, veio a necessidade de escrever As lágrimas e o vento, a que acrescentei notas que já tinha da minha permanência no exército português em Lisboa<sup>5</sup>.*

Quanto a *Os anões e os mendigos* declara:

*Todos os factos descritos são verídicos. Simplesmente introduzi elementos de disfarce, que eram também elementos de criação literária [...]. Foram escritos com notas da minha viagem a Angola em 1977 [...] chegando à conclusão de que, finalmente, não se tinha feito nada de novo [...]. Há um provérbio angolano que diz «Amanhã ou depois de amanhã Angola vai mudar». E as pessoas, estoicamente, aguentam tudo, com uma capacidade de resistência espantosa<sup>6</sup>.*

Manuel dos Santos Lima, que desconhecia a Trilogia de Camaxilo quando escreveu *As sementes da liberdade*, identificou-se de tal forma com a narrativa de Soromenho que fez dela objeto da sua tese de Doutoramento, intitulada *O Negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. Na introdução refere: «Foi *Terra Morta* que nos reuniu [...] Depois do famoso

<sup>4</sup> LABAN, 1991: 453-454.

<sup>5</sup> LABAN, 1991: 455.

<sup>6</sup> LABAN, 1991: 456-457.

relatório do capitão Henrique Galvão sobre a situação do Ultramar, ninguém conseguiu fixar de maneira mais autêntica a problemática colonial portuguesa e muito menos numa construção romanesca»<sup>7</sup>.

Efetivamente, pouco depois da tomada de posse como Ministro das Colónias a 6 de setembro de 1944, Marcelo Caetano, ao aperceber-se das inúmeras queixas apresentadas contra os serviços que tutelava, decidiu instaurar-lhes um inquérito, designando como inquiridor o Inspetor Superior da Administração Colonial, Henrique Galvão. Quase três anos depois, a 22 de janeiro de 1947, Galvão apresentava na Assembleia Nacional um relatório muito crítico quanto à concretização do modelo colonial português, um claro atropelo aos princípios definidos dezassete anos antes no Acto Colonial. Sobre Angola, o Inspetor apontava a «decadência física da população indígena», relacionando-a com a conquista do território e a construção de um modelo que assentava no trabalho indígena, fundamentalmente no trabalho por contrato. Ao referir as condições objetivas da sua implantação no terreno, Henrique Galvão criticava violentamente o papel do Estado como recrutador de mão-de-obra, reconhecendo que o trabalhador contratado, formalmente um ser livre, se submetia a uma «semiescavidão»:

*Em certo ponto de vista, a situação é mais grave que a criada pela escravatura pura. Na vigência desta, o preto comprado [...] constituía um bem que o seu «dono» tinha interesse em manter são e escorreito [.]. Agora o preto não é comprado, é simplesmente alugado ao estado, embora leve o rótulo de homem livre, [e enviado para o] que os indígenas chamam «o contrato». Os patrões servem-se de recrutadores, que protegidos ou auxiliados pelas autoridades, conseguem mais ou menos dispendiosamente e à razão de um tanto por cabeça, o número de trabalhadores de que precisam [.]. Chamam a isto contratar trabalhadores e estes são conhecidos oficialmente como voluntários [...]. Os pretos odeiam o contrato. Desde certo contrato para S. Tomé [...] até ao simples contrato para a fazenda da família X [.]. O Estado] recruta para si como recruta para os colonos, mas como para satisfazer as necessidades destes, muitas vezes lhe faltam braços, recorre frequentemente a mulheres e aos incapazes. E como também frequentemente lhe faltam verbas, obriga os pretos a trabalhar sem salário, nem alimentação em estradas, granjas administrativas [...]. Quando o estado paga, nem sempre paga pontualmente [...]. Os indígenas entre os dois males [...] preferem o segundo»<sup>8</sup>.*

Galvão abordava também a problemática das culturas obrigatórias, dando como exemplo o algodão que monopolizava toda a Baixa de Cassange:

*Agora para fomentar a produção de alguns produtos de grande valor económico (algodão), copiou-se o regime adoptado para o mesmo fim no Congo Belga, vulgarmente conhecido por «zonas de influência» [.]. O sistema é teoricamente defensável e tentador, infelizmente conside-*

<sup>7</sup> LIMA, 1975: 1.

<sup>8</sup> Relatório de Henrique Galvão, ATD, Arquivo de Lúcio Lara, ano 1947, 22/01/1947, doc. 8.

*rou apenas o interesse imediato dos grandes concessionários, reduzindo praticamente o indígena a «servo da gleba». Este suporta todos os riscos da cultura, diga-se de passagem obrigatória<sup>9</sup>.*

Em 1945 Castro Soromenho terminava de escrever *Terra morta*, o romance que Santos Lima considera próximo de *As sementes da liberdade*. Se a geografia do primeiro tem Camaxilo, na fronteira entre a Baixa de Cassange e a Lunda Norte, como referência, a trama do segundo desenvolve-se essencialmente em «Catu»<sup>10</sup>, «uma pequena vila no interior, perto da fronteira congoleza»<sup>11</sup>. Em ambos os romances a ficção toca de uma forma dramaticamente pungente a interioridade angolana, caracterizada por uma sociedade fortemente estratificada. De um lado os brancos, representantes do poder colonial: funcionários e alguns comerciantes. No extremo oposto a grande massa da população africana, os «indígenas». As duas obras, ao colocarem no centro da trama tensões entre a sociedade branca e a comunidade africana, não só fecundaram como contribuíram para uma outra perceção do conteúdo do relatório produzido por Henrique Galvão, mortífero quanto à aplicação no terreno da legislação colonial. Anos mais tarde, o mesmo relatório seria muito bem aproveitado pelos movimentos independentistas, fazendo parte do argumentário que punha em causa a soberania portuguesa nas colónias africanas.

Se Camaxilo aparece como um «espaço concentracionário», o espaço fortaleza, onde coexistem brancos (funcionários coloniais e antigos colonos), mestiços párias (os filhos dos colonos) e negros (sipaios e capitas, alguns deles sobreviventes das guerras pretas, e indígenas para o trabalho contratado, compelido e correcional), Catu não o é menos. Sede de circunscrição, em que funcionários coloniais corruptos e comerciantes relapsos enriquecidos à custa da exploração do negro dividiam o território com a grande massa de camponeses, alfobre de contratados. De permeio, uma «terra de ninguém», habitada por brancos empobrecidos, muitos deles cafrealizados, mestiços e alguns negros assimilados:

*Era o Bairro Amarelo ou das Amoreiras, o primeiro amontoado de casas de Catu para pretos «não indígenas» [...]. Quando o comboio passou a trazer regularmente brancos que vinham fixar-se na terra, as suas insistentes incursões nocturnas determinaram o «clareamento» do Bairro, pela mestiçagem [...]. O crescimento da população europeia [...] afastaria os nativos para o interior e para as levas de contratados com destino a S. Tomé ou às plantações do Norte [...]. Separados da massa negra, sempre que a pele concedia essa oportunidade, quase só ficaram no Bairro Amarelo pretos e cafusos<sup>12</sup> assimilados e os pobres mestiços<sup>13</sup>.*

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Vila Teixeira de Sousa, a 15 km da fronteira com o antigo Congo Belga, onde Manuel dos Santos Lima passou a infância e parte da adolescência. Atualmente tem a denominação de Luau.

<sup>11</sup> LIMA, 1989: 17.

<sup>12</sup> Em itálico no original.

<sup>13</sup> LIMA, 1965: 27-28.

Ricardo Boaventura, o herói de *As sementes da liberdade*, natural de São Tomé, negro e pequeno funcionário colonial, escolheu o Bairro Amarelo para residência e foi neste mesmo bairro que, tomando consciência da crueldade do colonialismo luso, sonhou com uma outra Angola: mais livre e justa. Anos mais tarde, o filho, Almi Boaventura, irá liderar um movimento guerrilheiro de contestação ao governo de Portugal.

A angariação para o trabalho por contrato está muito presente nas duas obras. Em *Terra morta*, Camaxilo funcionava como um entreposto de contratados. Aí eram reunidos e esperavam por transporte os homens engajados nas sanzalas para o trabalho nas minas da Diamang. Em Manuel dos Santos Lima, os contratados destinavam-se às fazendas de café, no norte de Angola e às roças de cacau em São Tomé. «O senhor não conhece os negros [essas] crianças grandes que só deviam ser tratadas dando-lhes pão com uma mão e chicote com o outro»<sup>14</sup>, afirmava Gregório Antunes, funcionário colonial em *Terra morta*. Por seu turno, o engenheiro Sá Rebelo, com a cumplicidade do comerciante Antero, confienciava a Ricardo Boaventura:

*Acredite que se ainda se usa o chicote e a palmatória não é por mal nem por racismo. É preciso ter em conta que o preto é uma criança grande; e não se pode educar uma criança sem, de vez em quando, lhe dar uns açoites*<sup>15</sup>.

Repare-se que as paradigmáticas expressões, «pão com uma mão e chicote com a outra», «é preciso obrigá-los a trabalhar» e «o preto é uma criança grande» constituíram-se como *leitmotiv* para a construção do aparelho legal que regia o trabalho indígena, com origem na política colonial gizada por Norton de Matos quando Governador-geral de Angola. O seu projeto estruturava-se em torno de dois vetores: a soberania portuguesa em detrimento do poder tradicional e uma profunda mudança civilizacional segundo um figurino cultural europeu, mais concretamente o português. Impunha-se então uma pergunta. Como levar o indígena a trabalhar de acordo com a visão europeia da monetarização do trabalho? Garantindo o pagamento em moeda a todos os trabalhadores independentemente do tipo de trabalho ou modalidade de angariação. Norton de Matos desejava assim transformar o camponês num produtor de matérias-primas e num consumidor das indústrias metropolitanas. Daí o «pão com uma mão». Já o «chicote» vinha por acréscimo e de acordo com a ideia de que, sendo naturalmente madraço, era preciso obrigar o negro a trabalhar. A introdução de culturas obrigatórias e a intensificação da plantação de algodão e café iriam determinar a angariação de trabalhadores por parte da administração, uma prática que, apesar de não expressa no Código do Indígena de 1928, continuou durante dezenas de anos, até 1962, quando, em plena guerra colonial, por iniciativa do então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, foi revogado o Estatuto do Indigenato.

<sup>14</sup> SOROMENHO, 1985: 25.

<sup>15</sup> LIMA, 1965: 99.



O engajamento para o contrato provocou a fuga de muitos homens das suas sanzalas, não só para o interior da mata como para o Congo, engrossando a emigração angolana. O soba Chikanga, em *As sementes da liberdade*, não tinha homens para os trabalhos da administração. «Queriam mais homens do seu quimbo? Já quase só havia velhos e crianças; a terra e as mulheres começavam a sentir-lhe a falta dos homens»<sup>16</sup>. Não por acaso, Henrique Galvão referiu-se a esta questão no seu relatório de 1947. Denominando a fuga como «emigração clandestina», responsabilizava-a não só pela falta de mão-de-obra como pela quebra demográfica que se sentia na colónia, com implicações na mingua de braços para o trabalho.

*A emigração clandestina, em Angola é, em grande parte, a responsável pelo estado gravíssimo de anemia demográfica em que esta colónia se encontra. Ficam os velhos, as mulheres, as crianças, os doentes ou débeis. A ausência muito longa dos melhores, a permanência dos mais fracos e a fixação no estrangeiro de um número cada vez mais considerável dos primeiros, não só desmantelam e desvalorizam a família indígena, como provocam as mais graves falhas e criam as piores condições de natalidade*<sup>17</sup>.

Margarida Calafate Ribeiro considera que, na obra de Castro Soromenho, África se revela «como um espaço preparado para a revolta visível entre a consciência africana»<sup>18</sup>. A Castro Soromenho gostaria de acrescentar Manuel dos Santos Lima. *Terra morta, Viragem e Chaga* – a Trilogia de Camaxilo, a que junto *As sementes de liberdade*, ao porem a nu as condições de sobrevivência e de trabalho dos africanos, permitem uma interessante recolha de informações, ficcionadas é certo, sobre a questão do trabalho indígena, comprovadas por publicações oficiais, como o *Relatório de Henrique Galvão* ou o *Relatório confidencial do CEPU sobre Política Ultramarina*<sup>19</sup>, datado de 2 de setembro de 1959. Ora, quando em meados da década de cinquenta, os movimentos de libertação angolanos se vão organizando, esta problemática está entre as principais motivações de luta contra a soberania portuguesa<sup>20</sup>.

A segunda obra da trilogia angolana de Santos Lima, *As lágrimas e o vento*, decorre já após a eclosão da Guerra Colonial e tem como figura principal Almi Boaventura. Nascido e criado em Catu, estudante na metrópole, frequentou a Casa dos Estudantes do Império. Como militar do exército português foi mobilizado para Angola. Desertor, aderiu à luta de libertação, liderando um grupo de guerrilheiros que atuava na mata. Discorrendo sobre este seu romance, Santos Lima afirma:

<sup>16</sup> LIMA, 1965: 133.

<sup>17</sup> *Relatório de Henrique Galvão*, ATD, Arquivo de Lúcio Lara, ano 1947, 22/01/1947, doc. 8.

<sup>18</sup> RIBEIRO, 2012: 535.

<sup>19</sup> ANTT, Arquivo de Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-61, 02/09/1959.

<sup>20</sup> Cf. SILVEIRA, 2013.

*Muitas pessoas pensam que em As lágrimas e o vento eu sou a personagem principal. Mas a verdade é que nunca estive em Angola como oficial do exército português [...]. Acontece que, como oficial do exército, tinha acesso a relatórios que me permitiram imaginar esse cenário de acção [...]. Mas participar na luta de libertação, fi-lo por uma decisão própria [...] Estava em viagem para Goa para onde ia como militar português. E, numa escala de avião, na Síria, em Damasco, desertei e fui-me juntar aos companheiros que se encontravam em Rabat, dentro do quadro da CONCP<sup>21</sup>.*

*Imaginei As lágrimas e o vento a partir dos relatórios e notícias da frente que chegavam às unidades de formação dos batalhões de Caçadores Especiais com destino a Angola, especialmente o Centro de Operações Especiais de Lamego. Aí fiz a minha formação contraguerrilha [...]. A parte do romance referente ao lado angolano da guerra está directamente relacionada com a minha experiência político-militar como responsável nacionalista do MPLA<sup>22</sup>.*

A ação de *As lágrimas e o vento* decorre em território angolano. Primeiro na capital, quando por Luanda enxameavam militares à espera de serem destacados para a frente de combate e os musseques e bairros populares da capital, onde a resistência era uma realidade com mais células clandestinas a despontarem, constantemente vigiados e patrulhados pelo exército. Com a deserção de Almi, a trama passa a desenrolar-se nos Dembos. Aqui organiza o maquis, orienta ideologicamente, treina guerrilheiros e coordena as operações da guerrilha, transformando-se num líder nacionalista.

A narrativa de Santos Lima move-se então entre a vivência e as experiências de guerra de uma patrulha do exército colonial e o dia a dia no maquis das populações em fuga da capital na sequência dos Levantamentos de 4 de fevereiro. Se no primeiro caso, e de acordo com as suas palavras, utilizou fontes provenientes de relatórios e notícias da frente a que teve acesso enquanto militar do exército português, não parece displicente afirmar-se que tinha em sua posse outras informações, nomeadamente alguns diários de guerra de camaradas de armas. Refiro-me concretamente à obra *Guerra em Angola, diário de um médico de campanha*, da autoria de Mário Moutinho de Pádua que, mobilizado para Angola nos primeiros meses da guerra, desertou das fileiras do exército português em finais de 1961. A crueldade do quotidiano em plena zona de guerra, muito bem desenhada por Manuel dos Santos Lima, faz vir à tona não só as provações e os ataques de que são vítimas as populações escondidas no interior da mata e em fuga para o Congo, onde iriam engrossar o grande grupo de refugiados que se amontoava na zona de fronteira, como denuncia episódios de racismo, intolerância e violência por parte de nacionalistas ligados à UPA:

---

<sup>21</sup> LABAN, 1991: 448-9.

<sup>22</sup> LIMA, 1989: badana.

*A Força Aérea inventa, infelizmente, expedientes para reunir os pretos. De uma vez espalhou panfletos nacionalistas ou forjados, pintou um avião com caracteres rebeldes e, quando viu os homens juntos, lançou-lhes as bombas de napalm da NATO<sup>23</sup>.*

escrevia Mário Moutin<sup>26</sup>ho de Pádua no seu diário. Santos Lima invoca uma situação idêntica. Ao pôr em paralelo a visão tribal de Calhambeque, um nacionalista ligado à UPA, e a estratégia organizativa de Almi, descreve a descarga que a aviação portuguesa lançou sobre a população que celebrava mais uma «vitória» sobre os colonos, depois da passagem de uma avioneta com a sigla da União das Populações de Angola:

*Almi não conseguiu convencê-lo de que o povo devia queimar as fazendas e plantações de café para destruir a economia colonial e esconder o povo nas matas. Para Calhambeque os bens dos colonos deviam tão-somente ir para o povo que deles devia beneficiar [...]. Essa multidão a dançar assim a descoberto sem pensar nos aviões. Para a aviação seria um presente... Calhambeque riu-se dele [...]. Este era o dia em que um avião da UPA viria anunciar a boa nova, o dia da independência. Ele não tinha lido os papelinhos? [...] Almi reconheceu, facilmente, o papel e os caracteres das publicações dos Serviços Psicológicos [...]. Isto é feito pelos portugueses, Calhambeque. É preciso fugir daqui, os aviões vão bombardear isto tudo dentro de duas horas [...]. Momentos depois passava sobre eles uma avioneta amarela com a sigla da União das Populações de Angola pintada nas asas [...]. Sempre fazendo piroetas a avioneta foi ganhando maior altitude [...]; quase de repente os «jactos» envolveram a multidão distraída num anel de fogo cerrado. Como águias infernais, picavam velozes, sucessivos, estrondosos e prontos sobre as gentes espavoridas que corriam como loucas entre estilhaços e cogumelos de terra, antes de ficarem a arder como mechas envolvidas em napalm. Quando os «Sabres» partiram [...] chamas e fumo, escombros e dores, gemidos e gritos, choro de animais feridos, corpos espalhados pelo desleixo da morte, na estrada, no terreiro, por toda a parte. E a terra queimada e as árvores maiores, de pé, nuas e crepitantes como almas penadas sustentando candelabros fumegantes numa procissão fantasmagórica da qual se elevava um coro de mulheres em prantos<sup>24</sup>.*

Durante quase todo o ano de 1961 o domínio da UPA no território sublevado tornara-se evidente, não só pela quantidade de guerrilheiros que mobilizara para o teatro de operações, como pela forma como procurava controlar as populações, através do cartão de militante, salvo-conduto para a circulação, proteção de pessoas e bens e passaporte para a entrada no Congo depois de percorridos os caminhos gentílicos que atravessavam a mata. «Um cartão impresso em Léopoldville tornou-os filiados na União das Populações de Angola. Era obrigatório; eles ignoravam-no», escreveu Santos Lima<sup>25</sup>. O cartão separava assim os militantes forçados da UPA de todos os outros, concretamente dos que aderiam a

<sup>23</sup> PÁDUA, 1963: 79.

<sup>24</sup> LIMA, 1989: 70-72.

<sup>25</sup> LIMA, 1989: 65.

outros movimentos. «Qualquer angolano que tente refugiar-se no Congo e não seja militante da UPA ou natural de S. Salvador, mesmo que apresente uma guia de trânsito passada pela UPA é feito prisioneiro ou morto», assim é referido numa carta dirigida à direção do MPLA em Léopoldville, que faz parte do acervo documental de Lúcio Lara<sup>26</sup>. Ora, parte da grande tragédia angolana residiu precisamente aqui: na falta de entendimento entre as direções dos movimentos que, no terreno, lutavam contra o poder de Lisboa, agudizada depois dos acontecimentos de 9 de outubro de 1961, quando uma coluna do MPLA, comandada por Tomás Ferreira, foi desbaratada e morta por elementos da UPA. Num comunicado datado de 23 de novembro, o MPLA prestava as seguintes informações:

*[A coluna do comandante Tomás Ferreira tinha por missão] juntar-se no maquis do MPLA na região dos Dembos e levar socorros de urgência pedidos ao MPLA pelas populações de Namuangongo que estavam cercadas e ameaçadas de morte pelas tropas portuguesas. O esquadrão era portador de armas, munições, roupas, calçado, medicamentos, material de propaganda política [e] por meio de ciladas capciosas, explorando a confiança fraternal que os nossos guerrilheiros depositam nos combatentes de outras organizações políticas angolanas, e usando de traição grupos armados da UPA cercaram e prenderam o nosso esquadrão na região de Caluca, em território angolano, em 9 de Outubro de 1961. Depois de obrigados a várias deslocações e depois de submetidos a espancamentos, fome e humilhações, os guerrilheiros [...] foram massacrados por militantes da organização militar da UPA que se apoderaram das armas, munições e restantes bagagens do esquadrão<sup>27</sup>.*

A UPA, por seu turno, reagia em comunicado e refutava todas as acusações. Desmentindo a existência de uma organização militar ligada ao MPLA, informava que era a única estrutura armada que, em Angola, lutava contra o exército colonial e atribuía a autoria do massacre aos portugueses:

*Se o MPLA [...] sem experiência militar e sem base operacional na zona de guerra, que é a região extremo-ocidental do nosso território, enviou também militares seus sem antes se ter posto de acordo connosco que somos os melhores conhecedores da região, cometeu um grande erro, pelo que pagaram o alto preço de perderem a vida mais de vinte dos seus membros, mortos pelas forças inimigas<sup>28</sup>.*

Em *As lágrimas e o vento*, Santos Lima invoca este trágico episódio que, em 1961, marcou o início truncado das atividades da guerrilha do MPLA em solo angolano:

---

<sup>26</sup> LARA, 2006: 218.

<sup>27</sup> LARA, 2006: 201.

<sup>28</sup> LARA, 2006: 202-204.

*Mário Duro e os seus companheiros tinham sido massacrados por elementos da UPA, unicamente por serem militantes do MPLA [...]. O assassino de Duro foi um rude golpe para [Almi]. A luta fratricida [...] institucionalizava-se dentro do nacionalismo angolano*<sup>29</sup>.

Essa luta fratricida seria publicamente denunciada em conferência de imprensa, a 3 de março de 1963, pelo comandante Marcos Cassanga, da direção do ELNA<sup>30</sup>, a organização armada da UPA. A 23 de fevereiro de 1962, porém, esta organização emitia um comunicado em que referia a morte de João Baptista Traves Pereira, outro desertor do exército português, chefe de operações do ELNA em Angola: «O comandante João Baptista [...] caiu no campo da honra, terça-feira, 6 de Fevereiro, às 6 horas, depois de ter travado um dos mais sangrentos combates contra o Exército Português»<sup>31</sup>. Cassanga, contudo, para além de atribuir à UPA a autoria do assassinato de Traves Pereira, confirma o massacre da coluna de Tomás Ferreira:

*[Holden Roberto] na luta fratricida que implantou em Angola, entre os 8000 nacionalistas angolanos massacrados sob as suas ordens secretas temos de destacar a do Comandante Tomás Ferreira e da sua esquadra de 21 membros enviados para o interior do país pelo Movimento Popular de Libertação de Angola para reforço da libertação nacional. O Comandante Ferreira e os seus companheiros apanhados por militantes da UPA foram barbaramente enforcados [...]. A direcção política da UPA, consciente da sua cumplicidade na morte do Comandante João Baptista impediu a entrada no interior de Angola [da comissão de inquérito do Estado Maior]. Não só essa comissão encontrou dificuldades como a delegação proveniente do local onde o herói foi assassinado, como foi aprisionada por dirigentes da UPA que estavam em Fuesse com o fito de impedirem essa delegação de chegarem a Léopoldville [...]. A morte do Comandante João Baptista deveu-se ao facto de não estar de acordo com o extermínio angolano, por não falar kikongo, por não ser natural de São Salvador e não ser protestante*<sup>32</sup>.

Toda esta tragédia do nacionalismo angolano, marcada pela intolerância, racismo, tribalismo, atravessa a narrativa de *As lágrimas e o vento*. Encarnando essa tragédia, as personagens africanas de Santos Lima debatem-se com o caminho a trilhar para a liberdade, ou seja, com o posicionamento ideológico e a estratégia e taticismo dos movimentos no terreno. Se a UPA aparece bem caracterizada nesta obra, Almi, o herói, líder de um grupo de guerrilheiros, não emerge como militante do MPLA. Porém, os seus princípios ideológicos estão patentes ao longo do texto. Dignas de nota são as inquietações quanto ao papel e ao lugar dos mestiços e dos nacionalistas brancos na luta de libertação:

<sup>29</sup> LIMA, 1989: 187.

<sup>30</sup> Exército de Libertação Nacional de Angola.

<sup>31</sup> *Comandante João Baptista*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 2126/56, caixa 2, fl. 669.

<sup>32</sup> *Comandante João Baptista*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 2126/56, caixa 2, fl. 676-679.

*Em cada grupo havia uma Angola livre que se construía. Era feita de aspirações e de esperanças. Os ministros, todos os ministros seriam negros, como o presidente da República e o Primeiro-ministro; os funcionários seriam negros, os comerciantes negros; os polícias também e haveria um almirante e um general também negros. Todos os brancos seriam postos fora. Todos? Sim! Não! Os bons deveriam ficar. Os úteis também [...]. E os mulatos e os «cabritos»? Os que nos tratam como os brancos também terão de escolher entre ficar com o povo ou ir para o diabo. A pirâmide racial seria enterrada com o colonialismo, no mesmo sepulcro da História<sup>33</sup>.*

Ao contrário da tese de Sartre que defendia a negritude como um «racismo antirracista», e que perpassa no pensamento de Almi, a «pirâmide racial» não foi de facto enterrada. De sinal contrário, provocaria dissensões e rivalidades que levaram a fraturas insanáveis no interior dos movimentos de libertação. A UPA não se abria à militância branca, desconfiava profundamente dos mestiços e até dos negros assimilados, e tinha como princípio uma Angola para os angolanos, entendendo-se por angolanos a população indígena. Mas, no interior da UPA, outras tensões se desenhavam com a preponderância assumida pela etnia bacongo, em detrimento de militantes de outras etnias. João Baptista era cuanhama, uma etnia do sul de Angola. Jonas Savimbi, o fundador da UNITA, ministro das Relações Exteriores até 1963, era originário do Planalto Central. Dentro do MPLA as opiniões também se dividiram. Viriato da Cruz, que era mestiço, defendia que a óbvia visibilidade dos negros devia remeter brancos e mestiços para um plano secundário, quase uma semiclandestinidade. Levando a teoria à prática, demitiu-se da direção, considerando que o cargo de topo devia ser atribuído a um negro. Esta posição, combinada com outras razões, ideológicas e de índole pessoal, conduziram à primeira grande crise por que o movimento passaria ao longo da sua história. Efetivamente, na Primeira Conferência Nacional, realizada em dezembro de 1962, enquanto Agostinho Neto assumia a presidência do MPLA, Viriato não só se afastava como era afastado, tornando-se um quase pária.

As longas caminhadas através do mato em direção à fronteira norte fazem parte da saga sofrida dos angolanos que procuravam abrigo no Congo. A obra *Os anões e os mendigos*, toda ela uma imensa parábola sobre a recente História de África, inicia-se com uma pungente descrição desse sofrimento:

*O caminho desagua numa fronteira situada entre o suspiro de ter chegado e a inquietação do desconhecido. É uma via em sentido único, a esperança dos que partem na noite à frente do medo [...]. Dia após dia [...] as gentes, transportando em trouxas à cabeça a miséria como uma coroa, não cessam de desfilar, desde o romper do dia, escoltadas por hienas e abutres zelosos [...]. Os que fugiam à repressão colonial penetravam directamente nas águas mornas e barrentas do rio que serve de fronteira e, colectivamente, proferiam insultos, lançavam ao vento imprecações*

<sup>33</sup> LIMA, 1989: 60.

*na direcção da sua terra, ao mesmo tempo que se lavavam prolongadamente para entrarem limpos em chão alheio [...]. Eram na sua maioria camponeses rotos<sup>34</sup>.*

Muitos desses camponeses rotos transformar-se-iam em guerrilheiros e regressariam a Angola integrados em grupos de guerrilha. Josué, de *Os anões e os mendigos*, apresenta-se como exemplo paradigmático do refugiado/guerrilheiro:

*Josué fez o juramento solene de lutar até à morte pela independência nacional da Costa de Prata<sup>35</sup>. Voltaria de armas na mão. Os outros, influenciados, juraram com ele e repetiram esse nome proibido que na alma do povo ganhara força de símbolo: Davi Demba. Baixava-se a voz quando se falava dele e era ainda em nome de Davi que os iniciados à subversão pregavam como novo evangelho a doutrina nacionalista e anunciavam o novo dia que ia chegar após a noite colonial<sup>36</sup>.*

Enquanto Emmanuel Mpema, comandante da API<sup>37</sup>, numa entrevista a uma jornalista ocidental, num discurso muito crítico, suportado pela experiência do Congo, vociferava contra o destino africano depois das independências:

*Antigamente atribuíam-se à colonização todos os males [...] e os líderes [...] progressistas ou reaccionários [...] propalavam a independência como uma poção mágica para curar a economia, a discriminação, a indignidade, em suma. Tudo o que afectava o pobre africano [...]. Expulsos os colonialistas [,] o milagre não se operou<sup>38</sup>.*

Começa a desenhar-se a figura do líder incontestado de uma facção do nacionalismo angolano: Davi Demba, nem mais do que o alter-ego de António Agostinho Neto. Para os nacionalistas costa-pratenses, Davi Demba representava o futuro, o líder que os levaria à liberdade, à justiça e à independência do território de onde tinham fugido. Para Mpema, o céptico, descrente da igualdade socialista, «parece-me uma utopia», e na virtualidade de um regime de cariz marxista, «o marxismo deixou de ser a esperança e a ilusão dos países pobres, porque ele não resolveu o problema dos povos que o adoptaram e criou outros de que certamente esses povos gostariam de se libertar»<sup>39</sup>, remetia para o povo a opção política de uma Costa de Prata independente.

Em plena Guerra Fria, o nacionalismo angolano foi rasgado por duas visões políticas diametralmente opostas que duramente se enfrentaram não só durante a luta de liberta-

<sup>34</sup> LIMA, 1984: 12-13 e 18.

<sup>35</sup> A denominação de Angola em *Os anões e os mendigos*.

<sup>36</sup> LIMA, 1984: 17.

<sup>37</sup> A denominação de MPLA no romance.

<sup>38</sup> LIMA, 1984: 25.

<sup>39</sup> LIMA, 1984: 26.

ção, mas depois já da independência, provocando uma tremenda, sangrenta e interminável guerra civil. Ora, este afrontamento está bem patente em *Os anões e os mendigos*:

*Ia a luta de libertação no seu terceiro ano [...]. Colonialistas e nacionalistas andavam empenhados numa corrida de reconquista psicológica das populações, cientes de que ganhar os homens era condição indispensável para ganhar a guerra [...]. Apistas e pupistas<sup>40</sup> punham, além disso, maior energia a exterminarem-se reciprocamente que a combater o inimigo comum. Os pupistas acusavam os apistas de falta de espírito nacionalista, considerando a sua orientação política unicamente como uma revolução social, visando antes de mais pôr a nu as contradições do regime colonial. Os apistas, por seu turno, rotulavam-nos de tribalistas teleguiados pelo imperialismo americano<sup>41</sup>.*

O nacionalismo bacongo, aquele que esteve na base da fundação da UPA, foi fundamentalmente uma criação de exilados protestantes do noroeste angolano no Congo Belga, que nunca perderam as fortes ligações às suas raízes ancestrais: as populações rurais e a cultura tradicional. Assumindo-se como um movimento de negros para negros, criticava a formação e liderança de movimentos independentistas a partir das capitais europeias, como Lisboa, onde crescia a contestação ao colonialismo português protagonizada em larga medida, como aqui já foi afirmado, por jovens estudantes naturais das colónias, alguns deles com ligações à resistência portuguesa. Holden Roberto, desde finais de 1960 o líder incontestado da UPA, profundamente anticomunista e com relações privilegiadas com os americanos, distanciava-se substancialmente da linha ideológica do MPLA, fortemente marxizante. Numa das suas reflexões, Viriato da Cruz perguntava-se como reagiria Holden quando soubesse que o representante do MPLA em Luanda era precisamente Agostinho Neto que, empenhado na resistência política ao governo de Salazar, integrou o MUD Juvenil. Como militante desta organização foi preso a 9 de fevereiro de 1955, julgado e condenado a dezoito meses de prisão. Neto prefigurava assim tudo o que Holden mais abjurava: era negro assimilado com formação universitária em Portugal e ideologicamente comprometido com a esquerda metropolitana, relacionando-se com militantes do Partido Comunista Português.

A 8 de junho de 1960, em Luanda, onde exercia medicina, Agostinho Neto foi mais uma vez detido, acusado de desenvolver «acentuada actividade delituosa contra a segurança do Estado, como responsável do chamado MPLA»<sup>42</sup>. Transferido para Lisboa a 8 de agosto, recolheu à cadeia do Aljube. A 10 de outubro, por despacho do Ministro do Ultramar, foi-lhe fixada residência em Cabo Verde, na Ilha de Santo Antão. Em finais de setembro do ano seguinte, na cidade da Praia, Neto era detido novamente por «actividades subversivas

<sup>40</sup> Apistas – militantes da Api (MPLA) e pupistas – militantes do Pupi, denominação da UPA em *Os anões e os mendigos*.

<sup>41</sup> LIMA, 1984: 48-49.

<sup>42</sup> *Detenção de Agostinho Neto*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 88760-1, fls. 51-2.



contra a segurança do Estado»<sup>43</sup>, com a argumentação de que tinha exibido uma fotografia proveniente de Angola que «mostrava um grupo de soldados europeus segurando um deles um pau no cimo do qual havia uma cabeça de preto espetada».<sup>44</sup> Os interrogatórios da PIDE continuaram em Lisboa, para onde Agostinho Neto foi reenviado. Como o prazo máximo de tempo em prisão preventiva estava a expirar, a 24 de março de 1962 era restituído à liberdade, com a interdição de se ausentar do país. Porém, em finais de junho desse ano, com a prestimosa ajuda do Partido Comunista Português e recorrendo a um barco de recreio, Neto fugia de Portugal, refugiando-se em Marrocos. Daqui seguiu-se um périplo pelos círculos «anticoloniais» até chegar a Léopoldville, onde se instalara o comité diretor do MPLA. As sucessivas prisões e consequente repercussão internacional contribuíram para elevar o médico angolano à categoria de herói, sendo proclamado presidente de honra do movimento que abraçara: o MPLA.

*Lentamente, a guerra da Costa de Prata perdera o seu cariz revolucionário. Tal era a situação que Davi Demba, o líder, encontrou ao chegar à Cidade Livre<sup>45</sup> onde operava a Aliança Popular para a Independência, a Api, movimento de libertação de que era presidente de honra [...]. As suas reflexões levaram-no a elaborar, dia após dia, uma estratégia global [...]. Mas primeiro que tudo era necessário reinventar o Movimento, depurando-o e escolhendo minuciosamente os seus colaboradores. A organização militar devia ser reformulada e sobretudo controlada para que os responsáveis não ganhassem o apetite do poder que grassava nos exércitos africanos. O político deveria sobrepor-se ao militar [...]. Absalão Katamna<sup>46</sup>, o ideólogo, embaraçava-o e ainda não tinha tomado decisão a seu respeito<sup>47</sup>.*

O reconhecimento oficial do MPLA pelos governantes da República do Congo e a decisão de Viriato da Cruz de abandonar os cargos diretivos obrigaram a uma remodelação dos órgãos do movimento, de onde foram afastados os mestiços. Porém, ainda foi Viriato que, em Léopoldville, apresentou Agostinho Neto aos militantes. Este reunia todas as condições para tomar as rédeas do MPLA, mas preferiu aguardar pelo momento oportuno. Estudou a orgânica do movimento e percebeu que o seu controle poderia ser conseguido através das Finanças. Em reunião do comité diretor, propôs que o cargo passasse a ser exercido por alguém da sua confiança. O primeiro passo estava dado. Em agosto de 1962, numa conferência de imprensa em Léopoldville, Agostinho Neto, para além de referir o seu passado de luta contra o colonialismo português e o governo de Salazar, depois de fazer o ponto de situação quanto à guerra colonial, referia-se ao MPLA como

<sup>43</sup> *Detenção de Agostinho Neto*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 71961, fl. 2.

<sup>44</sup> *Detenção de Agostinho Neto*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 71961, fl. 19-22.

<sup>45</sup> Denominação de Léopoldville em *Os anões e os mendigos*.

<sup>46</sup> A personagem de Viriato da Cruz no mesmo romance.

<sup>47</sup> LIMA, 1984: 19.

*o movimento que melhor soube interpretar o sentido da corrente nacionalista angolana, lutando pela realização da unidade nacional e contra toda a discriminação racial e ideológica e traduzindo a vontade firme do povo em prosseguir a luta até à vitória final*<sup>48</sup>.

As constantes insinuações de Holden Roberto sobre a prevalência de mestiços e brancos na direção do MPLA levaram Viriato a defender não só que Agostinho Neto assumisse a direção efetiva do movimento, mas ainda a realização de «um congresso ou uma conferência clarificadores». Estava na calha a *Primeira Conferência Nacional*. A moção que tinha por primeiro subscritor Agostinho Neto punha em causa o trabalho da anterior direção, num ataque direto à ação de Viriato de Cruz, que de imediato responde por carta, aproveitando para denunciar o controlo dos fundos do MPLA pelo grupo de Neto e para o acusar de «querer dividir para reinar». Não pondo em causa a assunção de um líder negro, declarava:

*os postos importantes dos movimentos nacionalistas angolanos deverão ser preenchidos, tanto quanto possível, pelos representantes da grande comunidade angolana: a honrada e trabalhadora comunidade negra de Angola. Mas [...] não serei eu quem vai ajudar a impingir-lhes os líderes negros*<sup>49</sup>.

Em *Os anões e os mendigos*, Santos Lima retratou bem esta primeira grande crise do MPLA:

*Nesse dia, depois da missa de celebração pela passagem do aniversário do desencadeamento da luta armada, Davi convocou [Eliseu Nuanga e Amri Camara] e mais Jeu Infuanja para uma reunião restrita [...]. Davi queria ouvi-los antes de assumir oficialmente a presidência da Api. [...]. Davi encontrara o movimento em crise, uma crise lenta que uns epitetavam de «crescimento», outros de «identidade» As diferentes consultas com os responsáveis a que vinha procedendo, revelaram-lhe um mal-estar congénital agravado por conflitos de personalidades. Assim ele julgou acertado servir-se do seu prestígio messiânico, para agir sem demora, evitando ele próprio cair nas malhas das intrigas dos politiqueros. Todos lhes diziam que a Api carecia de um líder carismático [...]. Ele era o grande líder, aquele por quem se esperava. E revendo o seu passado, Davi convenceu-se de que era um instrumento da História*<sup>50</sup>.

De 1 a 3 de dezembro de 1962, com a participação de 70 delegados, realizava-se, então, em Léopoldville a *Primeira Conferência Nacional* do MPLA. Apresentaram-se a escrutínio duas listas, ambas encabeçadas por Agostinho Neto, tendo saído vencedora a que fora proposta por Mário Pinto de Andrade, contra a lista patrocinada por Viriato da Cruz.

---

<sup>48</sup> LARA, 2006: 437.

<sup>49</sup> LARA, 2006: 482.

<sup>50</sup> LIMA, 1984: 49-50.

Numa análise tardia, Pinto de Andrade considerou que a renhida confrontação entre Neto e Viriato tinha por base uma desconfiança mútua:

*Viriato da Cruz desconfiava que os portugueses tinham ajudado [Agostinho Neto.] De facto era uma questão de poder. Ele via na personalidade de Agostinho Neto um autocrata em potência [...]. Houve uma escolha da Conferência a favor de uma lista de direcção que era uma ruptura definitiva – uma ruptura que Neto tinha exigido [...] uma direcção que excluísse Viriato da Cruz<sup>51</sup>.*

O resultado da eleição provocou a primeira grande fratura no MPLA com a dissidência do grupo de Viriato da Cruz e determinou a escolha de um outro comité diretor de que fazia parte Manuel dos Santos Lima como «Chefe do Departamento de Guerra»<sup>52</sup>. Mas deixemo-lo com a sua narrativa:

*Davi foi confirmado presidente da Api, por aclamação [...]. Dos rivais de Davi, frustrados pelo resultado da reunião e por não terem podido fazer valer as suas teses marxistas, começaram a balir na direcção deste [e a] primeira reunião do Comité Director [...] foi convocada poucas horas depois. O Congresso e o atentado tinham-lhe dado o prestígio de que carecia para impor a sua vontade. Resolveu agir sem demora. Doravante nada seria feito, escrito ou publicado sem o seu prévio consentimento [...]. O tempo das improvisações e dos esforços isolados acabara. A firmeza, o gesto e o tom agradaram pelo efeito surpresa [...]. O presidente de um movimento libertador tinha de ter autoridade e força moral para cilindrar todas as possíveis resistências à sua chefia [...]. Se Davi dia a dia acentuava o seu controlo sobre o Movimento e o seu nome e a sua imagem eram impostos aos militantes de base, não conseguia porém unanimidade nas altas esferas<sup>53</sup>.*

Na realidade, enquanto Viriato da Cruz, que abandonara Léopoldville após os resultados da Primeira Conferência do MPLA, se mantinha vigilante e informado através da correspondência que trocava com os seus fiéis apoiantes, entre os quais Matias Miguéis, que ocupava uma das vice-presidências do novo comité diretor, Agostinho Neto procurava reorganizar o MPLA e pôr em funcionamento as estruturas que lhe permitissem aguentar uma guerra de guerrilha. Lançava assim a palavra de ordem «Todos para o interior». Em inícios de 1963, o EPLA travava os primeiros combates em Cabinda.

À tentativa frustrada da constituição de uma Frente Comum do nacionalismo angolano, uma iniciativa de Agostinho Neto, a UPA respondia com a criação da FNLA<sup>54</sup> e a constituição do GRAE<sup>55</sup>, reconhecido pelo Governo da República do Congo. Na sua

<sup>51</sup> Apud PARREIRA, 2012: 239.

<sup>52</sup> Cf. LARA, 2006: 531.

<sup>53</sup> LIMA, 1984: 75-79.

<sup>54</sup> Frente Nacional de Libertação de Angola constituída pela UPA e pelo PDA [Partido Democrático Angolano].

<sup>55</sup> Governo Revolucionário de Angola no Exílio.

sequência, em julho de 1963, Viriato da Cruz assinava uma proclamação aos militantes do MPLA, considerando que o reconhecimento do GRAE poderia não só acelerar o processo de independência de Angola, como revelava o falhanço da política definida pela direção do MPLA, tornando-se necessário acabar com as divisões internas. Defendia ainda uma aproximação entre o MPLA e a FNLA e o apoio ao GRAE. Para a concretização destas propostas avançava com a realização de um congresso. À proclamação de Viriato responde o Comité Diretor com a expulsão do MPLA de todos os militantes que a coassinaram, entre os quais se contava Matias Miguéis, um dos vice-presidentes do movimento. Mais tarde, o grupo que ficou conhecido como MPLA-facção Viriato da Cruz, pediu adesão à FNLA. Viriato tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, substituindo Jonas Savimbi que, em processo de ruptura com Holden Roberto, preparava as bases de um outro movimento – a UNITA. Manuel dos Santos Lima relata este episódio em *Os anões e os mendigos*:

*Absalão, que jamais reconhecera [em Davi] o líder por quem se tomava, perdera igualmente a confiança na sua honestidade política [...]: não tinha esperanças de ver a Api e a Pupi unirem-se numa frente única [...] e logo constou que se filiara na Pupi, como conselheiro de Aquitofel Amu<sup>56</sup>, o qual festejou largamente a crise da Api. O trãnsfuga teve honras de herói e em conferência de imprensa pôs de rastos a sua antiga formação. O estendal de roupa suja na praça pública levou a especulações de toda a ordem nos meios políticos da capital cobaltense quanto ao futuro do nacionalismo costa-pratense, tanto mais que vinte quatro horas depois reben-tava outro escândalo, desta vez no campo pupista: Jerobodão Bakary<sup>57</sup>, «Ministro dos Negócios Estrangeiros» andara ao murro com Aquitofel e apoiado por elementos dissidentes fundara o seu próprio movimento, a União Nacional [...]. Jerobodão [,] vigoroso, enérgico, sorridente, despertou na arena política nacionalista uma onda de curiosidade [...] tanto mais que pertencia à etnia mais numerosa da Costa de Prata<sup>58</sup>.*

À FNLA respondia Agostinho Neto com a formação de uma outra frente – a FDLA<sup>59</sup> – constituída pelo MPLA e por um conjunto de pequenos partidos nacionalistas, alguns deles com ligações a Portugal. Esta deliberação provocou nova cisão no MPLA, desta vez de Mário Pinto de Andrade que, por carta datada de 24 de julho de 1963, explicava as razões por que abandonava o movimento:

*Considerando que os membros do Comité Director do MPLA presentes em Léopoldville nunca possuíram mandato para constituir, de acordo com outras organizações formalmente nacionalistas, uma frente de Libertação;*

<sup>56</sup> A personagem de Holden Roberto em *Os anões e os mendigos*.

<sup>57</sup> A personagem de Jonas Savimbi no romance.

<sup>58</sup> LIMA, 1984: 79-81.

<sup>59</sup> Frente Democrática de Libertação de Angola.

(...)

*Considerando que a assinatura duma convenção com movimentos contra-revolucionários, tribalistas e colaboracionistas atenta gravemente os princípios da linha política traçada pela 1ª Conferência Nacional;*

*Em virtude do que precede, apresento a minha demissão de membro do Movimento Popular de Libertação de Angola<sup>60</sup>.*

Porém, cerca de duas semanas antes da demissão de Mário Pinto de Andrade, também Manuel dos Santos Lima se afastava do MPLA. Com a data de 13 de julho, endereçava uma longa missiva, num misto de carta de «demissão e despedida» ao seu Comité Político Militar.

CAMARADAS<sup>61</sup>

*Esta é uma carta de demissão e despedida, conforme a minha posição expressa na reunião do CD de 6/7/63.*

*Parto cheio de amargura e largos desenganos.*

*Quisera ter energias para recomeçar com o mesmo entusiasmo e as mesmas esperanças, mas sinto-me esgotado, impaciente e, ainda pior, incrédulo quanto ao futuro do nosso país.*

*Na verdade, a via pela qual enveredou vertiginosamente o nacionalismo angolano só me permite duas soluções drásticas: retirar-me ou passar à violência extremista; opto pela primeira, uma vez que o Movimento não tem tradições nem alicerces para desencadear a segunda.*

*Passando em revista a soma dos esforços do passado, lamento não ter podido fazer mais e melhor; porém as condições de trabalho, circunstâncias e factores de vária ordem, não favoreceram a constituição de uma equipa militar adulta, decidida e sólida, capaz de mudar e orientar os destinos desta guerra nacional.*

*Não me dessolidarizo da equipa constitutiva do CD eleito pela 1ª Conferência Nacional, equipa que, como nenhuma outra foi alvo dos mais torpes e maquiavélicos ataques; não fujo a responsabilidades nem a riscos; no meu trabalho enfrentei todos esses factores. Parto por me sentir descrente e com esta horrorosa sensação de frustração.*

*A minha decisão é demasiado grave para ser tomada de ânimo leve, razão porque não se me põe um problema de revisão de atitude.*

*Sigo para Argel e daí por diante nada mais sei. No entanto, em qualquer parte do mundo onde vá parar, estarei à disposição do Movimento Popular de Angola, para qualquer serviço em prol da libertação nacional.*

*Deixo ao CPM a liberdade de comunicar ao Comité Director e aos militantes presentes esta decisão por achar mais conveniente. Pessoalmente custa-me não poder esperar «dias melhores» do Movimento, para fazer esta retirada, mas não creio que a minha presença viesse a melhorar esta situação deteriorada pelos últimos acontecimentos<sup>62</sup>.*

<sup>60</sup> LARA, 2008: 267.

<sup>61</sup> Em itálico no original.

<sup>62</sup> Transcrição da carta original sem qualquer censura. LARA, 2008: 244-245.

Entre 3 e 10 de janeiro de 1964, realizava-se em Brazzaville a 1.ª Conferência de Quadros do MPLA. Se bem que fizesse parte da lista inicial de participantes<sup>63</sup>, Manuel dos Santos Lima não integrou já esta iniciativa. O relatório que o Comité do MPLA apresentou à Conferência, datado de 3 de janeiro, refere-se às lutas internas, sendo particularmente acutilante para Viriato da Cruz, a quem acusa de traidor, oportunista e de liderar uma facção que tinha por objectivo «desprestigiar e lançar a dúvida sobre a integridade moral e política dos dirigentes actuais do MPLA». Contudo, não era só Viriato o visado. Criticava ainda outros «antigos militantes», de entre os quais Manuel dos Santos Lima.

*Os dirigentes do Movimento, até aqui agiam como políticos empenhados no seu jogo pessoal e não como militantes cujo dever de solidariedade e camaradagem, a sua identificação com a luta de todos os momentos, os obrigue a defender a organização e os interesses do Povo, para vencer ou morrer, outros casos de deserção e afastamento se verificaram neste período difícil da nossa vida organizativa, quando os inimigos do MPLA e do nosso Povo, nos aplicavam golpes dos mais profundos. Assim, Manuel Lima, Chefe do Departamento de Guerra, desapareceu de Léopoldville quando tentávamos socorrer alguns dirigentes do Movimento [...]. Quando se procurava o processo de os socorrer, Manuel Lima preparava em Brazzaville as suas malas para voar para Alger onde se encontrava a família, abandonado definitivamente os companheiros de luta, numa situação difícil. Mais tarde, justificou a sua saída, alegando divergências políticas<sup>64</sup>.*

Foi, talvez, esta última dissidência, este afastamento sempre vigilante que proporcionou a Manuel dos Santos Lima o olhar crítico com que teceu os seus livros. Ao ficcionar o real, não só pôs a nu o carácter do colonialismo português como levantou as incongruências, contradições e contendas do e no nacionalismo angolano.

## Fontes arquivísticas e bibliografia

ATD, Arquivo de Lúcio Lara, Luanda.

ANTT, Arquivo de Oliveira Salazar, Lisboa.

ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Oliveira Salazar, Lisboa.

DÁSCALOS, Maria Alexandra (2008) – *A política de Norton de Matos para Angola 1912-1915*. Coimbra: Edições Minerva.

LABAN, Michel (1991) – *Angola: encontro com escritores*. 1.º volume. Porto: Fundação Eng.º Eugénio de Almeida.

LARA, Lúcio (2006) – *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara*. II volume. Luanda: Edição de autor.

LARA, Lúcio, (2008) – *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara*. III volume. Luanda: Edição de autor.

LIMA, Manuel dos Santos (1965) – *As sementes da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

---

<sup>63</sup> A lista dos participantes na Conferência de Quadros, onde consta o nome de Manuel dos Santos Lima, pode ser consultada em LARA, 2008: 370.

<sup>64</sup> LARA, 2008: 379-380.

- LIMA, Manuel dos Santos (1975) – *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. PhD diss. Lausanne: Université de Lausanne.
- LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.
- LIMA, Manuel dos Santos (1989) – *As lágrimas e o vento*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições Afrontamento.
- PARREIRA, Adriano (2012) – *Viriato da Cruz, um nacionalista sublime*. In ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés, coord. – *Viriato da Cruz. O homem e o mito*. Luanda/Lisboa: Edições Chá de Caxinde/Prefácio, p. 221-255.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2012) – *Letras do Império: percursos da literatura colonial portuguesa*. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira, coord. – *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Edições 70.
- SARTRE, Jean Paul (2003) – *Situations, III: lendemains de guerre*. Paris: Gallimard.
- SILVEIRA, Anabela (2011) – *Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos – 1945/1965*. Porto: Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- SILVEIRA, Anabela (2013) – *As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano*. Comunicação apresentada no I Congresso do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 1315/03/2013, Lisboa, FCSH.
- SILVEIRA, Anabela (2015a) – *Muito os unia, tanto os separava. O encontro impossível entre o MPLA e a UPA: das fundações à guerrilha*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional sobre Violência Política no século XX, 1214/03/2015, Lisboa, FCSH.
- SILVEIRA, Anabela (2015b) – *Pouco mais do que escravos: o trabalho indígena no norte de Angola através de duas obras de Castro Soromenho: «Chaga» e «Terra Morta»*. Comunicação apresentada no II Congresso do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 07 e 08/04/2015, Lisboa, FCSH, p. 515-546.
- SOROMENHO, Castro (1985) – *Terra morta*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.





# «AVANTE! A LOCOMOTIVA SIBILA, VAI PARTIR...»<sup>1</sup> SEGUINDO OS CAMINHOS DE FERRO DE BENGUELA NA OBRA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

FERNANDO AFONSO FERREIRA JUNIOR

UNILAB<sup>2</sup> (Brasil)

Um objeto de pesquisa me tornou-se caro há alguns poucos anos, para ser mais preciso nos últimos cinco anos de funcionamento da Unilab: a integração entre o Brasil e os Estados Africanos que possuem como uma das suas línguas oficiais o português. Especificamente, a tentativa de compreender os diversos processos que se desenvolveram naquilo que existe em comum nesses países do sul: o fato de terem passado por uma colonização específica, a colonização portuguesa, e o longo caminho da descolonização.

Nesse sentido, existem desconfortos nesta fala: primeiro por explicar sobre colonização dentro de uma Instituição localizada na ex-metrópole, tendo como foco um escritor angolano que lutou contra a colonização, sendo este o segundo desconforto. Associado a isso, um autor que não ficou muito satisfeito com o resultado ou, melhor dizendo, tornou-se um crítico do *devir* histórico traçado no processo de descolonização de Angola. Terceiro desconforto, em algum sentido, a obra de ficção aqui virou fonte. Grande risco para qualquer historiador pois as personagens, gigantes ou anões, mendigos ou não, estão salvaguardados na ficção, mas não o estão na história. Triste é o ofício do historiador.

A base de subsistência dessa análise, sua concretude é o próprio Caminho de Ferro que, ao contrário das veredas, não permite espaços para tergiversações. Ele é a expressão do moderno, mesmo quando o moderno não se aplica a determinada realidade.

---

<sup>1</sup> Trecho extraído do *Número comemorativo do cinquentenário da inauguração do primeiro trecho de linha férrea em Angola*, 1938.

<sup>2</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Ao ler a trilogia de Manuel dos Santos Lima, nos deparamos com aspectos distintos do sentido da estrada de ferro para a colônia portuguesa e, depois, para a Angola independente. Tratemos pois do primeiro momento: *As sementes da liberdade* apresentam um quadro de internalização da colonização portuguesa para além do litoral. Se olharmos para todas as colônias portuguesas perceberemos que naquilo existe um padrão relativo. A interiorização, quando existe, se estabelece pela presença do Estado, e ou, a partir de dois estímulos: questões de geopolítica ou a mineração. Essa determinante é consequência da forma do comércio e do mercantilismo na gênese da colonização, seja de antigo regime, seja a moderna. O caráter comercial do proto-capitalismo português e o pioneirismo desta colonização e da unificação do Estado Português gerariam o caminho a ser traçado por essa ocupação.

A propósito do acima exposto, basta observar as grandes povoações metropolitanas, basta abrir a janela e ver a cidade do Porto ou aqueles que têm como referência Lisboa ou Aveiro podem possuir a mesma sensação: reprodução e consequência de uma dinâmica que se voltava para o comércio marítimo. Por isso mesmo, a referência constante do autor homenageado nesse colóquio, em seu livro *Os anões e os mendigos*, à República da Nautilândia e os seus domínios coloniais pelo mar. Em resumo, relembro um velho argumento: não existe exploração colonial sem povoamento e o Bié, região berço do nosso autor, passa por esse processo de intensificação da ocupação europeia em função do Caminho de Ferro de Benguela, interiorização por vezes retardatária. O crescimento desse povoamento português leva o Estado a ocupar aquele espaço, com alfândegas, por exemplo, o que permitiu o deslocamento e a manutenção de Ricardo Boaventura de São Tomé para Angola.

A carta enviada ao irmão destaca que antes de se tornar funcionário público, Ricardo havia trabalhado no Caminho de Ferro: «todo esse tempo tenho trabalhado no Caminho de Ferro, desde as cinco da manhã até as cinco da tarde»<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo a colonização e a sua eterna sensação de transição criam «ideias fora do lugar». A frase é de Roberto Schwarz, fazendo com que sejamos eternamente «desterrados em nossa própria terra», como destacaria Sérgio Buarque de Holanda para o Brasil. A perspectiva do modelo de progresso, civilização e desenvolvimento é externa a essas sociedades e na colonização moderna, ao contrário daquela do antigo sistema colonial, pode ser externa à própria metrópole. Explicando melhor, neste caso específico, parte da influência colonizadora vem da metrópole, mas talvez não a sua essência. Apreciamos um bom vinho e nas grandes festas comemos um inviável peixe seco e salgado, comemos hóstias, mas a partir de um determinado momento, adotamos fundamentos que tampouco eram metropolitanos. O grande inimigo se torna a nossa dependência externa, mas não apenas de Portugal.

O modelo de colonização baseado no exclusivo de comércio vai se ajustando ao longo da história colonial portuguesa àquele da concorrência entre as nações europeias na ocupa-

---

<sup>3</sup> LIMA, 1989: 10.

ção e domínio da África. Interiorizar é também consequência da necessidade imposta pelas outras nações europeias que ampliavam a sua colonização e a ocupação da África Central. Assim, Portugal vai se deparar com a necessidade de ligar as duas principais colônias africanas, uma no Atlântico, outra no Índico, através de caminhos de ferro ou da navegação dos seus rios e lagos.

Organizar imediatamente uma expedição científica para explorar as duas margens do Zaire, reconhecer as terras do Lazembe e as cabeceiras do Zambeze; verificar a fidelidade das revelações de Cameron e a possibilidade de comunicar Angola com Moçambique, segundo o plano de Cameron, aproveitando o Zaire e ligando-o por meio dum pequeno canal com os lagos do interior e os rios Lukuga e Zambeze<sup>4</sup>.

Aqui podemos destacar o velho problema das economias de tardio desenvolvimento do capitalismo. Implantar a modernidade, por exemplo com a melhoria dos transportes em economias que não se desenvolveram sob o viés da produção para o grande comércio. Em contraponto, como gerar esse desenvolvimento, se não existe a infraestrutura para tal? Recaimos sempre na necessidade de investimentos externos, sejam provenientes do Estado, seja através de capitais estrangeiros para a criação desta base necessária à ampliação da produção capitalista.

É verdade que, em África, caminho de ferro não se constrói – ou não se deve construir – só onde há riqueza certa a explorar em transporte; eles devem construir-se em muitas centenas de quilómetros e aguardar, quase sem tráfego, que a terra seja trabalhada e a riqueza apareça para depois lhe dar movimento e vida; temos um exemplo frisante no caminho de ferro de Benguela. Se não existisse este caminho de ferro teríamos esses numerosos núcleos populacionais e consequente agricultura, comércio e indústria<sup>5</sup>?

Enfim, o avanço do capitalismo impele a chamada modernização/civilização proporcionando a implantação de um modelo externo que amplia a dependência. Nesse sentido, a Cia. de Ferro de Benguela é ímpar. Começa como um projeto tipicamente português que visava unir as duas possessões ultramarinas, mas termina sendo implantada por capitais ingleses através da Tanganyka Cooperation. No projeto preliminar seria a ocupação/interiorização da colonização portuguesa para além do Cubango entre o Bié e o distrito de Moçâmedes que apresentava, segundo Belchior Machado, «um clima parecido com o Sul da Europa e teria as condições ideais para a colonização portuguesa, permitindo o povoamento pela reprodução»<sup>6</sup>.

Longa defesa existiu para que o Caminho de Ferro de Benguela fosse construído pelos próprios portugueses. Tito de Carvalho, em 1898, na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* vai destacar que

<sup>4</sup> INÁCIO, 1877: 68.

<sup>5</sup> Raimundo Serrão, Chefe da Exploração do Porto de Lobito e Fiscalização do Caminho de Ferro de Benguela. *Número comemorativo do cinquentenário da inauguração do primeiro troço de linha férrea em Angola*, cit..

<sup>6</sup> M., 1897-1898: 704.

*o caminho de Ferro de Benguela, cuja construção é o objecto de uma das propostas do Sr. Ministro da Marinha, será uma realidade e pela forma que mais conveniente se afigura, a de ser realizado com elementos nacionais. Manter a Angola o caracter verdadeiramente Português que ela tem podido conservar é um dever de todos nós*<sup>7</sup>.

A construção e a maioria das ações da Cia. de Ferro de Benguela, ao contrário da defesa para ser uma empreitada portuguesa, acaba sendo feita com capital e controle dos ingleses, como visto. Essa nova dependência vem agravar ainda mais as relações coloniais. Ainda em *As sementes da liberdade*, um diálogo demonstra inclusive um agravamento das questões raciais em decorrência dessa influência externa dos ingleses: «mas isso aqui não presta; nem deixam os pretos comer no restaurante com os brancos. É por causa dos ingleses. Este caminho de Ferro é deles»<sup>8</sup>.

Não estamos sob nenhuma hipótese relegando o debate racial ou diferenciando/valorizando a existência de uma democracia racial à la Gilberto Freire e tão utilizada por Salazar. Diferenciamos não para criar escalas de relações étnico-raciais, mas para demonstrar o íntimo vínculo entre capital e a cultura subjacente deste capital que o acompanhava nos séculos anteriores ao nosso. Enfim, buscamos apresentar nuances de uma relação externa àquela que normalmente deveria existir entre Colônia e Metrópole, fazendo com que o projeto se voltasse para uma política de povoamento português no Bié em detrimento do desenvolvimento da via para integração da Região mineradora inglesa sob influência da Tanganyka Corporation e das empresas de Rodés.

O projeto original buscava prioritariamente permitir o povoamento de Benguela ao Barotze. Para isso, deveria ser elaborado «um plano de colonização bem definido para que pudesse redefinir o fluxo migratório português para região de clima mais frio e que permitiria segundo os diversos analistas da revista uma adaptação mais fácil que a que continuava a existir no final do século XIX para o Brasil»<sup>9</sup>. Como vimos, esse projeto não se revela totalmente feliz e a reprodução da colonização portuguesa na África não consegue acompanhar a dinâmica americana, talvez exatamente por causa do avançar do capitalismo, do mercado concorrencial em detrimento do exclusivo.

Isso não quer dizer que não existissem elementos da colonização portuguesa na África. Manuel dos Santos Lima os destaca sempre, no seu texto, alguns associados ao caminho de ferro de Benguela e a formação de núcleos populacionais, inclusive embranquiçados, com elementos como a Igreja e a Bodega nas pequenas cidades de sua primeira infância, imaginando que existe algo de memória na narrativa ficcional do autor.

---

<sup>7</sup> 20/03/1899: 1193.

<sup>8</sup> LIMA, 1965: 15.

<sup>9</sup> *Revista Portuguesa, Colonial e Marítima*, tomo 7 (20/05/1899), p. 1321.

Quando o comboio passou a trazer regularmente brancos que vinham fixar-se na terra, as suas insistentes incursões noturnas determinaram o «clareamento» do bairro pela mestiçagem<sup>10</sup>.

A estrada corta de fora a fora o Sul de Angola pelas suas fronteiras orientais, mas sem incorporar toda a população, enfim o papel integrador/colonizador/assimilador que realizavam instituições/culturas como a língua, a igreja e os hábitos. Assim, a estrada não parece tão aglutinadora e vai deixando atônitos e à margem aqueles que julgavam bárbaros, aumentando a diferenciação entre ser Português e ser Angolano. Modelo parecido de desenvolvimento/ocupação/povoamento havia sido utilizado por William Penn na ocupação da costa leste e navegação do Mississípi e dos indígenas da América do Norte. A ideia básica era não incorporar, deixando aqueles povos à margem do processo dito civilizatório até o momento em que aquele elemento fosse útil.

O conceito de civilização aqui incorpora o clássico debate que surge alhures nos trabalhos atuais. Não ampliar esse debate sob qualquer hipótese significa esquecimento e desconhecimento, mas o reconhecimento de que ele foi traçado com imensa competência, evitando aqui repetições. Nos textos da época essa visão de que civilizado era a nossa cultura e primitiva a do outro abunda nas produções portuguesas: «É um grande entrave à civilização da raça negra a acção das colonias europeias sobre o preto. Ela vai para a África com o fito de adquirir fortuna em pouco tempo, à custa do negro, a fim de regressar a metrópole»<sup>11</sup>. Resumindo o sentido da colonização e o trato novamente implantado na colonização moderna, o do ganho fácil e rápido, sem vínculos de longo prazo com a obra a ser implantada. «[...] que riqueza não poderia produzir tanto terreno abandonado? Pela razão das condições de salubridade, que não são de certo excelentes serão estas regiões pouco aptas para a colonização»<sup>12</sup>.

Ao fim da saga, em *Os anões e os mendigos*, destacamos: «os soldados cobaltenses costumavam chamar-lhes selvagens porque eram na sua maioria camponeses rotos que se extasiavam a olhar para o comboio e erguiam palhotas não longe da via-férrea, para admirarem a grande máquina dos brancos»<sup>13</sup>.

Além de não integrar, a máquina demonstra claramente toda a sangria de mercadorias africanas que escoavam pelos vagões da Companhia, tornando-a dentro de dois anos de funcionamento extremamente lucrativa. Um desses carregamentos de madeiras e de minérios levava uma imensa quantidade de animais nativos que deviam ser comercializados na Europa e causava a resistência dos populares.

Crescia na boca um gosto esquisito de saudade e revolta<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> LIMA, 1965: 27.

<sup>11</sup> *Revista Portuguesa, Colonial e Marítima*, tomo 2 (20/08/1898), p. 704.

<sup>12</sup> *Ibid.*, tomo 5 (21/12/1897), p. 311.

<sup>13</sup> LIMA, 1984: 18.

<sup>14</sup> LIMA, 1984: 20.

A não tão nova e inexorável fórmula era a do progresso, da civilização e que outra máquina mais impressionante que o trem para simbolizar esse «avanço» da humanidade? «[...] vieram engenheiros e militares para conter as tribos rebeldes ao progresso»<sup>15</sup>.

A mina foi explorada durante certo período e, claro, após sua exaustão as empresas deixavam a sempre sensação de vazio, quando parte da população branca que defendia a necessidade de se incorporar ao progresso, parte em outra empreitada.

Por outro lado, a Estrada de Ferro vai vincular toda a região produtora de cobre. A entrevista do General da Cidade do Medo vai ser elucidativa para levantarmos algumas questões, sobre as diferenças do posicionamento do norte e do sul no processo de independência. O vínculo com o Congo de um lado e do outro com a África do Sul e Zâmbia, explica quicá o funcionamento/financiamento da UNITA ou quando da saída de Portugal do controle de Angola, como os principais agentes internacionais ainda continuaram com profundos interesses na ex-colônia portuguesa. Esses são caminhos muito tortuosos que não nos lembram caminhos de ferro, dada a sua amplitude; quem sabe no futuro nos enveredemos por eles.

Voltemos ao nosso general que ainda acreditava na manutenção da colônia de Angola terminando a nossa explanação com esse sentimento típico de colônia: algo inacabado. Acabemos com *As lágrimas e o vento*: «Não, é impossível, sobretudo com a aviação e campos de minas. Contamos igualmente com a colaboração dos catangueses que precisam de nós por causa do Caminho-de-Ferro de Benguela que, como sabe, é por onde eles escoam o seu cobre»<sup>16</sup>. O general estava errado: a força do processo de libertação do jugo colonial, ou de qualquer jugo, parece, ao fim destas histórias, ser mais forte que qualquer interesse externo na manutenção dessa lógica. Por outro lado, parece que o Mundo civilizado, «outrora tão inteligente», não parece compreender.

## Referências bibliográficas

- INÁCIO, Antonio Maria de Campos (1877) – *As possessões portuguesas – seu passado, seu presente e seu futuro, com um projeto para o engrandecimento da África*. Lisboa: Livraria Editora, Mattos Moreira e Cia.
- LIMA, Manuel dos Santos (1965) – *As sementes da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.
- LIMA, Manuel dos Santos (1989) – *As lágrimas e o vento*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições Afrontamento.
- M., B. (provavelmente Belchior Machado) (1897-98) – *Caminho de Ferro de Benguela ao Planalto de Caconda*. «Revista Portuguesa Colonial e Marítima». Primeiro Ano. Lisboa: Livraria Ferrin.
- (1938) – *Número comemorativo do cinquentenário da inauguração do primeiro troço de linha férrea em Angola, 31 de outubro de 1888 a 31 de outubro de 1938*. Luanda: Empresa Gráfica de Angola.
- Revista Portuguesa, Colonial e Marítima*. Tomos 2 (20/08/1898), 5 (21/12/1897), 7 (20/05/1899) e 18 (20/03/1899).

<sup>15</sup> LIMA, 1984: 20.

<sup>16</sup> LIMA, 1989: 18

# CAPITAL E TRABALHO EM ANGOLA – AS «RELAÇÕES INDUSTRIAIS» NA DIAMANG DURANTE A DÉCADA DE 1960

MACIEL SANTOS

U. Porto / CEAUP

A expressão «relações industriais» é definida, especialmente nos estudos anglo-saxónicos que a consagraram enquanto área de estudo, como um sistema autorregulador. Um conjunto de regras, que a evolução particular de cada ambiente social vai formando, estabelece um campo de atuações possíveis para os agentes sociais envolvidos: entidades patronais e trabalhadores<sup>1</sup>. Dunlop definiu esse campo como «the network of rules which govern workplace and the work community»; Flanders e muitos outros, mantendo a definição assente na regulação, acentuaram sobretudo a dimensão institucional na qual esta se apoia: «the subject deals with certain regulated or institutionalized relationships in industry»<sup>2</sup>.

Mais recentemente – e na sequência da forma como se foram desenvolvendo as «relações industriais» na sociedade britânica, autores como McCarthy demonstraram que afinal as instituições não explicavam tudo. Por exemplo, as relações informais pesavam muito mais do que se pensava no funcionamento de uma regra formal por excelência, a contratação: em 1964, embora apenas uma parte relativamente pequena do emprego industrial estivesse sujeita a acordos escritos de «closed shop», cerca de 40% dos trabalhadores britânicos acediam desse modo ao emprego. Isto significava que cerca de 3 milhões de assalariados trabalhavam sob acordos *informais*<sup>3</sup>. Embora as observações sobre os grupos informais

---

<sup>1</sup> É aqui assumido, o que nem sempre se faz explicitamente, que este campo se aplica unicamente às sociedades capitalistas, isto é, as que funcionam produzindo e consumindo mercadorias e utilizando trabalho assalariado.

<sup>2</sup> HYMAN, 1990: 10-11.

<sup>3</sup> CLEGG, 1978: 6.

de trabalho remontassem aos anos 1930<sup>4</sup>, foi sem dúvida a *prática* observada nas relações industriais de alguns países europeus durante as décadas de 1960 e 1970 que lhes conferiu uma maior capacidade explicativa.

O consenso sobre o que deveria ser especificidade das «relações industriais», mantendo embora a definição do campo com um «sistema de regras governando o emprego», foi-se assim deslocando no sentido de considerar com maior amplitude o conceito de «regra» e com maior flexibilidade o conceito de agente, atribuindo esse estatuto a grupos que por vezes nem se reconheciam a si próprios como tais. A «regra» passou a ser vista como emanando duma negociação e podendo ter origem no direito, num acordo coletivo, escrito ou não escrito, ou na simples força do costume<sup>5</sup>.

Como R. Hyman mostrou, o reconhecimento das relações informais não deslocou a atenção da autorregulação. Continua consensual a ideia de que o estudo das «relações industriais» se deve centrar nas forças que restabelecem o equilíbrio (o que implica também descrever os *desvios* para o desequilíbrio). Este enfoque parece adequar-se à rotina social porque é inegável que os sistemas laborais se reproduzem e também porque, mais tarde ou mais cedo, se criam interesses mútuos entre as partes que parecem fortalecer a «ordem» no final de cada desequilíbrio. Face à concordância entre a realidade esperada (pela teoria) e a observada, o foco analítico das relações industriais não evoluiu para a análise da dinâmica geradora das contradições por detrás dos desequilíbrios. Deste modo, formando as «relações industriais» um subconjunto da relação entre capital e trabalho, esta perspetiva deixa de lado a contradição principal: a apropriação do valor novamente criado<sup>6</sup>. Esta apropriação efetua-se através de dois campos de conflito, que se podem combinar, desenvolvendo cada um deles o seu conjunto de regras, formais e/ou informais: o conflito sobre a prestação do tempo de trabalho e o conflito sobre a repartição do valor produzido.

O primeiro inclui necessariamente menos regulação formal<sup>7</sup> que o segundo mas nem por isso é menos decisivo. Para o capital, o intervalo de tempo no qual utiliza a força de trabalho contratada é o único período em que se produz um valor adicional, independentemente das regras que depois ditam a sua repartição – e que já estão formalmente estabelecidas antes do processo de trabalho se iniciar (taxas salariais, alugueres, impostos, juros, etc.)<sup>8</sup>. Ao contrário destas somas previamente acordadas, o valor residual de que o capital se apropria – a mais-valia – não é conhecido *ex ante*; depende das condições em

<sup>4</sup> SCHNEIDER, 1966: 262-283.

<sup>5</sup> EDWARDS, 1995: 5.

<sup>6</sup> Assumindo a teoria do valor-trabalho, a apropriação do valor criado durante o tempo de trabalho ( $t$ ) é, para  $t$  constante, um jogo de soma nula:  $t = v + mv$ , sendo  $mv$  o valor correspondente ao tempo de trabalho não pago e  $v$  o valor correspondente ao tempo de trabalho apropriado pelo trabalhador.

<sup>7</sup> Os códigos laborais, como qualquer documento de aplicação geral, descrevem as «faltas ao contrato» sem particularização a qualquer processo real de trabalho.

<sup>8</sup> Trata-se de rendimentos distribuídos ou contabilizados independentemente dos resultados das vendas. EMMANUEL, 1974: 209-12.



que decorre o consumo produtivo da força de trabalho, isto é, depende da prestação efetiva de trabalho em cada jornada laboral. Antes de entrar no seu período de circulação, a mais-valia contida nas mercadorias ou serviços vendidos pelo capital é uma função da intensidade, da adequação e da regularidade do esforço da população trabalhadora, variáveis de trabalhador para trabalhador, de dia para dia, de hora para hora<sup>9</sup>. É verdade que nos fatores de incerteza que determinam o valor residual da mais-valia contam mais os que surgem durante o tempo de circulação das mercadorias<sup>10</sup>. Como se sabe, as incertezas sobre os preços de venda e o estado da procura solvente são bem maiores do que as expectativas sobre o volume ou a qualidade do produto. Mas, em geral<sup>11</sup>, os fatores relativos à comercialização parecem à administração do capital menos controláveis que o que se passa em cada jornada de trabalho. É nas regras (sobretudo informais) da prestação do trabalho que mais se manifestam os interesses permanentemente opostos da «relação industrial» – os trabalhadores cedendo o seu esforço e as suas habilitações do modo que lhes parece razoável e as administrações do capital tentando maximizá-las. «Entre dois direitos iguais, quem decide? A força»<sup>12</sup>.

Contudo tem sido o segundo conflito – o que ocorre durante as negociações para a repartição do produto (fixação de taxas salariais, regras de contratação, etc.) – que, em função da sua maior tendência para a estabilização e para a regulação formal, mais atenção mereceu por parte da teoria dominante das «industrial relations». Nas sociedades mais desenvolvidas este processo envolve *organizações* que representam as partes em conflito e cuja dinâmica relacional tende para acordos, ainda que provisórios.

Estas considerações sobre a estrutura dos conflitos industriais justificam-se quando, como é o caso nos pontos seguintes, o campo das relações industriais se aplica a formações sociais nas quais o modo capitalista de produzir foi introduzido tardiamente e nas quais a génese das populações assalariadas começou por apresentar grandes diferenças em relação às europeias. A formação da classe trabalhadora africana foi acelerada por fatores «extra-económicos». Bastaria esta circunstância para tornar o desequilíbrio, sempre presente entre as partes da relação entre trabalhadores e entidades patronais, superior ao que ocorria nas sociedades «desenvolvidas». Ao contrário do que acontecia na metrópole, nesta relação laboral durante muito tempo só atuaram organizações formais representativas dos interesses patronais ou do aparelho de estado.

Estas «anomalias» fazem com que as relações industriais em meio colonial se tornem um campo de observação privilegiado para avaliar o efeito das instituições (presentes e

<sup>9</sup> Esta incerteza mantém-se tanto no regime do salário horário como no do por tarefa, embora menor neste último. MARX, 1977: I, 393.

<sup>10</sup> A realização do trabalho materializado (a sua transformação em dinheiro) depende das condições de venda das mercadorias (isto é, de os preços de mercado estarem acima ou abaixo dos respetivos preços de produção).

<sup>11</sup> Com as reservas decorrentes de todas as situações de cartelização/monopólio, isto é, de mercados dominados pelo vendedor nos quais a margem de incerteza, sem deixar de existir, é muito menor.

<sup>12</sup> MARX, 1977: 176.

ausentes) sobre a relação de trabalho. Num enquadramento assimétrico (no qual não havia negociações formais – nem sobre a prestação do tempo de trabalho nem sobre a repartição do produto<sup>13</sup>) o conflito centrou-se, como seria de esperar, sobretudo no primeiro campo – o controlo sobre o tempo de trabalho, o único suscetível de alteração pela ação (informal) dos trabalhadores.

Nos pontos seguintes tenta-se esboçar, através de um enquadramento comparativo com o Congo Belga, a evolução das relações entre capital e trabalho em Angola durante as últimas décadas da administração colonial. Os dados e as interpretações que se seguem focam-se principalmente sobre as «relações industriais» em uma das maiores companhias de Angola, a Diamang. As hipóteses levantadas resultam de uma recolha de dados ainda insuficiente para ser demonstrativa e constituem apenas um ponto de partida na investigação em curso.

## 1. CAPITAL E TRABALHO NO CONGO BELGA E EM ANGOLA

O Congo Belga era, na expressão de Frankel, um *special mining territory* e portanto tornou-se um dos territórios coloniais africanos com maior investimento *per capita*<sup>14</sup>. Como seria de esperar, rapidamente aí cresceu a proletarização: entre 1922 e 1947, os assalariados das firmas europeias teriam passado, em milhares, de 157 a 800<sup>15</sup>.

A exportação de capitais europeus para Angola também aumentou, especialmente depois da I Guerra. O setor mineiro contava apenas com uma grande empresa comparável às do Congo – a Companhia dos Diamantes de Angola (Diamang) mas em outros ramos o setor agroexportador angolano era superior. No período 1940-1945, que correspondeu ao relançamento da procura externa, a produção angolana de diamantes só representava em média 11,6% dos diamantes do Congo Belga. Em contrapartida, as exportações angolanas de café já eram superiores às do Congo (+8,8%) e as de açúcar, quase 3 vezes maiores<sup>16</sup>. A proletarização em Angola também não podia deixar de ter crescido; embora seja difícil encontrar indicadores comparativos seguros, pode dizer-se que a evolução seguia, embora com frequências absolutas inferiores, a do território vizinho. Os quadros 1-A e B quantificam, através de dois indicadores, o avanço da produção capitalista nos dois territórios:

<sup>13</sup> Excluindo deste campo negocial o resultado das negociações entre o Estado e o capital privado, por vezes difíceis sem diferença qualitativa de interesses. As administrações públicas tinham, até por razões fiscais mas também de participação acionista, maior capacidade para perspetivar os interesses «gerais» do capital.

<sup>14</sup> FRANKEL, 1969: 158-59.

<sup>15</sup> AHD-MNE – Martins, 1947: 124-25.

<sup>16</sup> Para Angola, Colonia de Angola, 1949: 346, quadro XV. Para o Congo, AHD – Martins, 1947: 111; 143.

**Quadro 1-A:** Congo Belga e Angola: capital *per capita* acumulado em 1936

Território	Capital total (£ -milhares)	População	Capital <i>per capita</i> (£)
Congo Belga A	143 337	10 046 371	14,3
Congo Belga B	143 337	13 578 008	10,6
Angola A	31 971	2 625 676	12,2
Angola B	15 971	2 625 676	6,1

Congo A – população excluindo Ruanda-Urundi

Congo B – população incluindo Ruanda-Urundi

Angola A – capital total incluindo capital britânico (CFB)

Angola B – capital total excluindo capital britânico (CFB)

Fontes:

– para o capital acumulado, FRANKEL, 1969: 158-159;

– para a população do Congo Belga em 31-12-1936, [Colónia de Angola, 1939: 6, quadro II];

– para a população de Angola em 1936, AHU – *Repartição Central dos Negocios Indígenas. Mão de Obra. Elementos Estatísticos. Mapa da População Indígena de Angola nos anos de 1935 a 1939.*

**Quadro 1-B:** Proletarização no Congo Belga e Angola em 1938

Território	Assalariados	% assalariados sobre a população total
Congo Belga A	529 000	5,3
Angola	193 257	7,3

Fontes:

– para os assalariados: no Congo em 1938, AHD – MARTINS, 1947: 124; em Angola, Colónia de Angola, 1939: 298, quadro LXX;

– para a população total – ver quadro 1-A (Congo Belga e Angola, população em 1936).

Relativamente ao quadro 1-A, note-se apenas que, estando cerca de metade do *stock* total de capital angolano investido no Caminho-de-ferro de Benguela (cuja construção servia os interesses mineiros do Congo Belga), a sua exclusão torna mais visível o atraso da acumulação de capital em Angola. Em contrapartida, o quadro 1-B parece mostrar que a menor capitalização de Angola não deve ter correspondido a uma transformação social menos intensa. Para além de os investimentos produtivos serem aí em geral de menor composição orgânica – e portanto mais intensivos em trabalho – que os do Congo, a acumulação de capital na colónia portuguesa exercia-se sobre uma população inferior e menos densa<sup>17</sup>, o que ajuda a explicar as percentagens aproximadas de proletarização. Além disso, a concentração de capital, embora menor que no Congo, também tinha avançado em Angola: em 1944, de um total de 66 firmas com contratos registados

<sup>17</sup> As densidades demográficas de Angola, do Congo Belga e do Ruanda-Urundi eram, em 1936, respetivamente de 2,58; 4,2; 65,1. Colónia de Angola, 1939: 5-6.

de trabalhadores, sete delas (entre as quais a Diamang) já eram responsáveis por 56,3% dos recrutamentos<sup>18</sup>.

### 1.1. A composição do capital no Congo Belga e em Angola

A relação entre a procura e a oferta de trabalho em África determinou um mercado de trabalho tenso, mas a explicação principal para a procura deficitária de trabalho tinha pouco a ver com a demografia local. Em 1944, a taxa de proletarização das regiões subsaarianas era, relativamente à população total e excluindo a África do Sul, de apenas 4,1%. As taxas do Congo e de Angola, como se vê pelo quadro 1-B, eram superiores à taxa média continental mas nenhuma se comparava à da África do Sul (87,3%), onde se concentravam 72% dos assalariados do continente<sup>19</sup>.

Na África colonial a tensão no mercado de trabalho resultava sobretudo do facto de a procura se exercer sobre um mercado artificial. A oferta espontânea, mais do que insuficiente, era praticamente inexistente porque, sem coação ou expropriações de terras, a população africana preferia continuar a viver como campesinato autónomo a tornar-se assalariada. A coação administrativa não só produzia a força de trabalho como, em função da pressão política das entidades patronais, a distribuía por meios igualmente extraeconómicos (fazendo-a emigrar ou restringindo a sua mobilidade). Não havia portanto qualquer «mão invisível» no mercado de trabalho africano, especialmente no de Angola<sup>20</sup>.

Esta situação, aliada aos interesses comuns entre grandes firmas e o estado (acionista a 50% em algumas das companhias dos dois lados da fronteira)<sup>21</sup> determinou a matriz das políticas laborais nos dois territórios. Visto que sem a «intervenção da autoridade» o mercado de trabalho não funcionava, o enquadramento jurídico-político necessário à

<sup>18</sup> AHU – Repartição Central dos Negócios Indígenas. Mão-de-Obra. Elementos Estatísticos. Mapa dos indígenas contratados por patrões, fugidos, falecidos, doentes, repatriados durante o ano de 1944.

<sup>19</sup> Na África do Sul, haveria 5,849 milhões de assalariados e uma população de 6,703 milhões, situação que só podia manter-se através de constantes fluxos migratórios. NOON, 1944: 135.

<sup>20</sup> Com algumas pequenas variantes, a situação descrita assim em 1913 para Angola pouco mudou nas décadas seguintes: «O recrutamento dos trabalhadores indígenas na província, ao tomarmos conta dos Serviços dos Negócios Indígenas, em Janeiro de 1913, era exclusivamente feito pelas autoridades administrativas, a requisição dos patrões, nos termos do artigo 34.º do decreto de 27 de Maio de 1911, e recebendo o administrador da circunscrição ou capitão-mor da capitania, por cada trabalhador indígena fornecido, uma determinada quantia nos termos do artigo 47.º do mesmo decreto. (...) Circunscrições havia em que o recrutamento de trabalhadores indígenas para o serviço dos particulares absorvia todo o tempo e todos os funcionários da secretaria da administração. A administração era uma perfeita agência de trabalhadores indígenas, com manifesto prejuízo de todos os outros serviços». DINIS, 1914: 51-52.

<sup>21</sup> Nas grandes companhias mineiras belgas, o Estado mantinha quotas superiores a 50%, como na Forminière (55,5%). AGB, 2<sup>me</sup> versemel, liasse 107, Forminière, Note Documentaire N.º 1 – 5<sup>me</sup> série, p. 4. Em 1973, o estado português era maioritário em 14 companhias coloniais (do setor primário ao terciário) e detinha um mínimo de 10% em algumas grandes firmas de capital maioritariamente não-português (Petrangol, Empresa do Cobre de Angola, etc.). MURTEIRA, 1999: 110-1.

coação, proporcionado pelo estatuto do indigenato<sup>22</sup>, foi implementado pelas administrações coloniais. Em Angola, como nas restantes colónias portuguesas, o trabalho compelido vinha de longe e não encontrava quaisquer dificuldades de justificação, mesmo na jurisprudência<sup>23</sup>.

Aumentar o grau de mecanização das atividades produtivas levaria à diminuição da procura de trabalho mas o aumento da composição técnica dos capitais já instalados facilmente encontrava limitações – contração dos mercados de exportação durante parte das décadas de 1920-30, custos marginais crescentes da energia hidroeléctrica (quando não seguida do aumento proporcional da escala da produção), baixa rentabilidade da automatização de muitas tarefas no quadro da tecnologia anterior à II Guerra, etc.<sup>24</sup>. Acima de tudo, a mecanização encontrava a oposição dos acionistas das companhias coloniais em aprovar o autofinanciamento à custa da distribuição de dividendos durante os anos de resultados menos satisfatórios.

Assim, apesar da retórica das administrações públicas e privadas sobre as virtudes da boa gestão das reservas laborais africanas e da mecanização, o *deficit* da oferta da força de trabalho era geralmente visto como a principal ameaça à acumulação de capital, tanto pelas empresas agrícolas como mineiras. Até à conjuntura fortemente expansionista iniciada pela II Guerra, os aumentos de escala da produção, mesmo quando acompanhados por aumentos de produtividade, nunca deixavam de fazer aumentar, embora não proporcionalmente, a procura de trabalho.

O crescimento da Diamang, por exemplo, obrigou-a a irradiar a sua área de recrutamento por várias regiões do leste de Angola, para além do monopólio *legal*<sup>25</sup> que detinha na Lunda. Entre 1921 e 1944, o principal indicador da produtividade da companhia (a cubicagem de cascalho tratado por trabalhador) cresceu em média 7,6% ao ano mas a taxa de crescimento anual do produto físico (medida pelo volume de cascalho tratado) foi de 12,6%. Houve portanto um efeito positivo do crescimento (produto-produtividade) sobre a procura de força de trabalho que aumentou, embora *apenas* à taxa anual de 2,4%.

<sup>22</sup> A administração belga no Congo distinguia os estatutos de «cidadão» e «súbdito» [LAMBERT, 1998]. A administração portuguesa, por seu lado, definia, para efeitos de trabalho, como «índigenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça». Decreto 16.199 de 6/12/1928, art. 2º.

<sup>23</sup> A não ser a de compelir também a semântica: «É certo que até 1926 se recorreu por vezes ao trabalho compelido, mas em termos que não podem considerar-se como trabalho forçado ou obrigatório, pois que a compulsão traduzia-se tam somente no facto de a autoridade tomar o encargo do recrutamento, sem o emprego de meios violentos, e apenas no intuito de reprimir a tendência do indígena para a ociosidade e de o levar a procurar os meios de subsistência, trabalhando de conta própria ou em serviço de outrem.» Decreto 16.199 de 6/12/1928. República Portuguesa, 1936: 10.

<sup>24</sup> No caso das minas, os depósitos inicialmente explorados foram os de teor mais elevado e de menor dificuldade técnica. VELLUT, 1986: 136.

<sup>25</sup> A portaria n.º 5.889, de 9 de abril de 1947, do Governo-Geral de Angola estabeleceu o distrito da Lunda «como reserva de mão-de-obra das empresas que nele exercem a sua actividade» – isto é, da Diamang. Companhia dos Diamantes de Angola, 1948: 39.

**Quadro 2-A:** Diamang: indicadores de produção e produtividade – 1921-1944

Anos	Cascalho tratado – metros cúbicos (m.c.)	Total de trabalhadores africanos	Cascalho tratado por trabalhador – m.c./mês
1921	65 292	5 951	2,78*
1944	994 944	10 341	14,05

\* em 1922

Fontes: Companhia de Diamantes de Angola, relatórios.

A partir dos anos 1938-39, a alta sustentada das cotações dos produtos primários foi seguida por maiores aumentos na composição orgânica dos capitais agrícolas e mineiros. No Congo Belga, entre 1942 e 1958, a produtividade do trabalho aumentou em média 4 vezes e o crescimento industrial foi acompanhado por um decréscimo de cerca de metade na força de trabalho necessária<sup>26</sup>.

Em Angola, onde os ramos de maior composição orgânica (mineração) eram menos importantes, os aumentos de produtividade surgiram mais tarde, mas houve recuperação do atraso. Entre 1957 e 1969 a produção de energia elétrica *per capita* (kWh por milhão de habitantes) multiplicou-se por mais de 10 vezes<sup>27</sup> e entre 1963 e 1973 o consumo teve uma taxa média anual superior a 20%<sup>28</sup>. Em 1964, o consumo de energia *per capita* seria mesmo superior ao do Congo ex-belga (+35%)<sup>29</sup>. Em 1972, Angola dispunha do 5.º maior PIB *per capita* da África subsaariana<sup>30</sup>. Contudo, entre 1963 e 1973, o aumento da composição orgânica do capital e os ganhos de produtividade daí decorrentes – a taxa de formação bruta de capital fixo foi de cerca de 18% – fizeram-se a par de um crescimento muito elevado do produto (PIB), cuja taxa média anual foi de 15%; tinha sido de apenas 5% entre 1953 e 1963<sup>31</sup>. A produção dos ramos agroexportadores e mineiros já instalados disparou (Angola tornou-se o 3.º ou 4.º produtor mundial de café, 3.º de sisal, 4.º de diamantes), tendo sido iniciada a atividade em outros ramos produtores de bens de consumo e de equipamentos<sup>32</sup>.

Visto que a aceleração da produtividade não foi proporcional à do volume do produto, pode não ter havido alterações significativas na tensão de equilíbrio do mercado de trabalho angolano. Entre 1940 e 1970, a população total de Angola aumentou apenas à taxa anual média de 1,4%<sup>33</sup>. A taxa de proletarização deve ter-se mantido, mesmo com uma

<sup>26</sup> VELLUT, 1986: 138.

<sup>27</sup> Para a produção de energia elétrica em 1957, Castro [CASTRO, 1980: 151]; entre 1962 e 1969, Oliveira [OLIVEIRA, 1970: 151].

<sup>28</sup> OLIVEIRA, 2005: 76.

<sup>29</sup> Para Angola, 96 kgs (energia equivalente a hulha); para o Congo Kinshasa, 71 kgs. OLIVEIRA, 1970: 153.

<sup>30</sup> ROQUE *et al.*, 1991: 73.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, 2005: 75.

<sup>32</sup> Entre 1961 e 1969, o valor global das exportações cresceu 242%. Se o intervalo for 1961-73, a preços constantes terá sido de 359%. OLIVEIRA, 2005: 85.

<sup>33</sup> Apesar de a taxa média de crescimento da população estar, como seria de esperar, em aumento (1,0 entre 1940 e 1950; 1,5 entre 1950 e 1960; 1,6 entre 1960 e 1970). A partir dos censos dados por Rocha [ROCHA *et al.*, 1979a: 35].

ligeira subida, nos níveis já atingidos em décadas anteriores: em 1970, seria da ordem dos 7,9% sobre o total da população<sup>34</sup>.

Assim, e ao contrário do Congo Belga onde, por efeito do aumento da composição dos capitais e da maior densidade demográfica (fatores a que se juntou a contração trazida pelo novo quadro político depois de 1959), a tensão no mercado de trabalho deve ter diminuído, a de Angola manteve-se alta. A ausência de um «exército de reserva» de trabalho continuou a condicionar a acumulação de capital nos mais importantes ramos produtivos angolanos<sup>35</sup>. Durante a alta das cotações do café, por exemplo, que levou as grandes companhias do ramo a introduzir trabalho migrante de Cabo Verde, todas as soluções para o fazer crescer se mostraram insatisfatórias<sup>36</sup>. Mesmo nos casos em que o ponto de partida da mecanização era inicialmente muito baixo – como no cultivo do algodão, que se limitava a comercializar a produção de famílias camponesas depois de uma transformação mínima – e nos quais havia portanto uma elevada margem de progressão, o ponto de rutura não demorou a aparecer<sup>37</sup>. O mesmo aconteceu no outro extremo de modernização do setor agroindustrial, como era o caso da tecnologicamente avançada indústria do açúcar. Na Cassequel, uma das maiores firmas do setor, apesar da formação contínua de capital fixo em todos os segmentos da produção ser uma «preocupação constante» (em 1971, 90% do carregamento da cana estava mecanizado) mantinha-se apenas a «esperança de que no futuro próximo se vejam os benéficos resultados dos grandes investimentos efectuados com a mecanização dos serviços de campo»<sup>38</sup>.

Na Diamang, a mecanização – sempre condicionada pelas variações das cotações dos diamantes e pelo teor das camadas trabalhadas – fez com que entre 1945 e 1969 a produtividade aumentasse 4,1% ao ano<sup>39</sup>, uma taxa de crescimento que continuou inferior à do produto físico: 5,7%. O efeito do crescimento (produto-productividade) sobre a procura de

<sup>34</sup> A partir de Rocha [ROCHA *et al.*, 1979c: 43]. Rocha assinala que os assalariados de Angola constituíam já «uma das classes operárias numericamente mais importantes de África.»

<sup>35</sup> FERREIRA, 1985: 93.

<sup>36</sup> Do relatório de 1953 da Comp.<sup>a</sup> Angolana de Agricultura: «Efectivamente, extinto o recurso a trabalhadores de Cabo Verde (...); levada a mecanização ao máximo do seu possível emprego; organizada a extensa rede de recrutamento voluntário, continuamos a ter de enfrentar, e cada vez com maior acuidade, o problema do angariamento da mão-de-obra indispensável aos serviços agrícolas e demais actividades desta Empresa». CADA, 1954: 6.

<sup>37</sup> No cultivo do algodão até 1961 praticamente só se pode falar de submissão formal do trabalho ao capital porque a unidade de produção continuou sendo a pequena exploração camponesa. Contudo, ainda antes dos acontecimentos de 1961, as grandes companhias do ramo já se tinham reorientado para a «intensificação» dos cultivos, mas as «apreensões» não desapareciam: «E se é consolador verificar que, em relação a 1955, e não obstante a diminuição de 5% do número de produtores e de 4% da área cultivada, a produção obtida em 1956 foi apenas afectada em 1%, o facto em si causa-nos naturais apreensões, quanto é certo ser difícil conseguir muito maior intensificação cultural do que aquela que já atingimos, e que é representada por uma produção média de 421 Kg. de algodão-carço por ha. cultivado. Como se sabe, esta produção média e por unidade de superfície pode considerar-se das mais elevadas dos territórios algodoeiros africanos». COTONANG 1957: 6.

<sup>38</sup> Sociedade Agrícola do Cassequel, 1970: 4; 1972: 4.

<sup>39</sup> A comparação com o período 1921-1944 está enviesada pelo baixo ponto de partida; a comparação com o período entre 1930 e 1940, durante o qual este indicador da produtividade registara uma taxa anual de crescimento de apenas 2,1%, é mais conclusiva.

força de trabalho manteve-se portanto positivo e o total de trabalhadores empregados continuou a crescer, embora *apenas* à taxa anual de 2,4%.

**Quadro 2-B: Diamang – indicadores de produção e produtividade – 1945-1969**

Anos	Cascalho tratado – metros cúbicos (m.c.)	Total de trabalhadores africanos	Cascalho tratado por trabalhador – m.c./mês
1945	1 017 945	16 016	13,72
1969	3 892 249	28 214	36,37

Fontes: Companhia de Diamantes de Angola, relatórios.

É certo que, como uma parte importante dos efetivos da companhia se distribuía por muitos serviços de apoio ao processo produtivo, os aumentos da produtividade exclusivamente mineira podem ter sido superiores ao indicador da cubicagem tratada *per capita*. Veja-se, por exemplo, como evoluiu a tecnologia utilizada na remoção do estéril:

**Quadro 2-C: Diamang – meios de remoção do estéril (em %)**

Anos	Escavadoras mecânicas	Desmonte hidráulico	Pá manual
1961	43,0	31,8	25,2
1969	85,8	6,2	8,0

Fontes: Companhia de Diamantes de Angola, relatórios.

O padejamento manual, que no início da década a administração ainda considerava que «não obstante a mecanização em curso, será possivelmente, sempre, a base de toda a actividade da Companhia», tinha em oito anos baixado 17 pontos percentuais relativamente a 1961<sup>40</sup>. Contudo, apesar do aumento da composição técnica do capital durante a década de 1960 – que, como se verá, *também* respondia à pressão exercida por uma nova correlação de forças com o trabalho –, a procura da força de trabalho pela Companhia continuou a aumentar nestes anos, ainda que mais lentamente (taxa anual de 0,8% entre 1961 e 1969)<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, p. 10. As percentagens da pá manual estabilizaram, sem desaparecer, em níveis muito baixos porque as espessuras de estéril inferiores a 4,5 m tornavam ainda pouco rentável a sua substituição pelas *draglines*. Entrevista, Eng.º Melo Abreu, 21-4-2016.

<sup>41</sup> Como se refere acima, a extensão da atividade a *montante* e *jusante* dos processos extrativos/transformadores (a que as companhias mineiras da África Central estavam obrigadas) era o principal fator da procura crescente de força de trabalho durante as fases expansivas: «Quanto aos trabalhadores da região, embora se tenham feito, também, todos os esforços para se reduzirem os respectivos efetivos, não pôde obstar-se a um aumento substancial, devido, entre outros factores, ao acréscimo da actividade em vários serviços, nomeadamente em construções, pecuária, armazéns, oficinas de mecânica e electricidade, urbanização e saneamento». UC-IA, Relatório da Secção de Trabalho Indígena relativo ao ano de 1960, p. 3.



Generalizando o que estes indicadores mostram, pode concluir-se que, em Angola, o efeito combinado da taxa de expansão do produto interno, da base camponesa sobre que recaía a acumulação (tanto mais conservada quanto esta última se fazia com atraso) e da contratendência trazida pelo aumento da composição técnica dos capitais impediu a formação de um suficiente «exército de reserva» de trabalho. Este conjunto de condições enquadrava as «relações industriais» angolanas durante a fase final do período colonial.

## 1.2. A evolução das políticas laborais

Não há ainda informação suficiente sobre a evolução das relações de trabalho em África durante o período colonial para validar a especificidade do caso angolano. Contudo, sabe-se o suficiente para afirmar que a tensão elevada no mercado de trabalho esteve longe de ser uma característica exclusiva da acumulação de capital em Angola. Todas as áreas em que se concentraram os grandes investimentos foram, durante a fase de acumulação mais intensa, afetadas por este fenómeno e o historial dos recrutamentos e dos conflitos industriais demonstra-o.

As respostas dadas pelas administrações, tanto dos capitais públicos como privados, acabaram assim por se orientar, mais tarde ou mais cedo, no sentido do que o enquadramento geral do mercado de trabalho impunha: alterações das regras da «relação industrial» em sentido favorável aos trabalhadores. Nessa reorientação inclui-se a alteração das regras *negociais*, permitindo aos trabalhadores organizarem-se formalmente para esse efeito. No caso dos territórios britânicos e franceses, a política laboral aceitou a «estabilização» da força de trabalho: na prática, a consolidação de uma classe assalariada a tempo inteiro, legitimada para reivindicar segundo o padrão (embora não segundo os *valores* salariais) dos trabalhadores metropolitanos<sup>42</sup>. As novas regras negociais resultaram elas próprias de conflitos industriais: no final das greves de 1945-46 em Dakar a distinção entre «cidadãos» e «indígenas» foi eliminada ainda antes da abolição legal do «indigenato», que só seria promulgado em maio<sup>43</sup>; o novo código laboral francês de 1952 foi também precedido pelo desfecho da greve ferroviária de 1947, que antecipou algumas das suas medidas<sup>44</sup>.

### 1.2.1. No Congo Belga e em Angola

Apenas nos territórios britânicos e franceses as concessões feitas resultaram em alterações às regras negociais (contratação coletiva, liberdade sindical, direito à greve, etc.). Contudo, em todas as colónias houve concessões ao trabalho quanto à distribuição do produto: aumento das taxas salariais nominais, alocação de salários diferidos, qualidade da alimentação, etc.

<sup>42</sup> COOPER, 2002: 72.

<sup>43</sup> No caso dos territórios coloniais franceses, a abolição do «indigenato» foi promulgada em 7 de maio de 1946.

<sup>44</sup> COOPER, 2002: 88-89.

Para as administrações mais refratárias a alterações institucionais, como a belga, a portuguesa e a sul-africana, a «consolidação» da força de trabalho através do aumento do seu preço foi inicialmente vista como o único campo negociável. No estado atual dos conhecimentos não é ainda possível demonstrar a correlação entre a tensão do mercado de trabalho e as variações das políticas laborais das administrações coloniais. Contudo, pode adiantar-se que onde essa tensão era maior, como no caso do Congo Belga ou de Angola, a manutenção dos meios «extraeconómicos» (recrutamentos «com intervenção da autoridade», proibição de associações de trabalhadores, de negociações formais, etc.) se prolongou por mais tempo<sup>45</sup>. A «política de atração» durante o período de maior tensão foi mesmo acompanhada pelo reforço do aliciamento das administrações e dos poderes «tradicionais» que enquadravam os trabalhadores migrantes. Em contrapartida, os aumentos salariais nominais deixaram de ter os tradicionais tetos, como aconteceu quando os trabalhadores africanos qualificados do Congo – à semelhança do que estava a acontecer nos territórios franceses – começaram a reivindicar a *igualdade salarial* com os seus colegas de origem europeia. A evolução dos acontecimentos no território belga, que já tinha as taxas salariais mais altas da África Central, fez com que em janeiro de 1959 a administração promulgasse um *statut unique* que deveria aplicar-se a todos os salários da administração pública<sup>46</sup>. As taxas salariais do setor privado congolês continuaram tabeladas a níveis inferiores mas eram em geral superiores às dos territórios vizinhos<sup>47</sup>.

As disparidades salariais que se mantiveram entre territórios coloniais ou entre regiões do mesmo território, não indicam apenas que os mercados de trabalho africanos eram não-concorrenciais (embora tendencialmente deixassem de o ser<sup>48</sup>); mostram também por que é que os valores absolutos das taxas salariais africanas podiam ser tão inferiores aos das metrópoles. Nos mercados de trabalho «desenvolvidos», as variações percentuais do desemprego (do «exército de reserva»), regional ou setorial, têm necessariamente efeitos sobre as respetivas taxas salariais<sup>49</sup>, cujo ponto de equilíbrio é muito superior ao dos salários «tropicais».

<sup>45</sup> Mesmo por parte de companhias mais favorecidas pela densidade populacional, como era o caso da Forminière, que dispunha de uma extensa reserva laboral mas que frequentemente estava sujeita à concorrência de outras grandes companhias. DERKSEN, 1983: 52; 55. Por outro lado, manter os custos baixos do trabalho levava a manter também o trabalho agrícola compelido das populações camponesas. NOON, 1944: 75-77.

<sup>46</sup> SLADE, 1960:15-16; 27-29.

<sup>47</sup> Em 1947 o salário mínimo em Leopoldville estava tabelado em 12 francos/dia (com alimentação), isto é, mais de 4 vezes superior à média dos salários pagos em Angola nesse ano. AHD – Martins, 1947: 124; [Colónia de Angola, 1949: quadro IX, 317].

<sup>48</sup> Em 1960, a administração da Diamang já considerava que, em função dos recentes aumentos e comparando com o custo de vida no Congo Belga, não havia razões salariais para temer uma migração de trabalhadores seus para a área da Forminière. UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, p. 315-16.

<sup>49</sup> Marx citou a máxima de J. Wade, segundo a qual quando mil trabalhadores de igual qualificação, dos quais 50 desempregados, concorrem num mercado, o salário não é determinado pelos 950 ocupados mas pelos 50 que não trabalham. MARX, 1975: 50. Como se sabe, os efeitos da tensão da procura de trabalho sobre o salário foram sucessivamente modelizados (da curva de Philips a todas as suas variantes). PIMENTA, 1989: 83-88.

cais»<sup>50</sup>. Nas colónias africanas, manifestava-se também a correlação entre os dois fenómenos mas, apesar de deficitária, a força de trabalho tinha preços muito menores visto que nas variações do seu custo de produção entravam outros fatores. Um dos mais importantes era, como se viu, a coação que assegurava a «produção» do número de trabalhadores correspondente à diferença entre a procura e a oferta «real»<sup>51</sup>. Um outro fator de grande ponderação, especialmente no caso das companhias do Congo Belga e de Angola, era obter as mercadorias que entravam na manutenção dos assalariados mineiros a custos muito baixos através da produção camponesa local. Uma parte importante da alimentação e dos equipamentos logísticos dos trabalhadores (desde a construção de edifícios à rede de estradas) resultava da mobilização do trabalho das suas famílias e/ou da população residente na área de influência das companhias<sup>52</sup>. A pretexto da segurança das concessões, as grandes sociedades mineiras controlavam (ou pelo menos tentavam controlar) todo o ecossistema – recursos e população – das extensas regiões concessionadas<sup>53</sup>. Deste modo, mesmo com aumentos salariais nominais, haveria sempre economias de capital variável porque uma parte dos custos de manutenção da força de trabalho continuava pago pelo sobretrabalho camponês. Para o capital, o preço da força de trabalho mantinha-se sempre abaixo do seu valor.

Este segundo fator explica os salários nominais da categoria maioritária de trabalhadores africanos da Diamang, os «voluntários»<sup>54</sup>. Entre 1951 e 1971, o salário mensal médio terá registado uma multiplicação de quase 12 vezes, crescendo à taxa média anual de 13%:

**Quadro 2-D: Diamang: salários nominais mensais de trabalhadores «voluntários»**

Anos	Salário mensal (escudos angolares)	Índice
1951	54,1	100
1960	180,0	333
1967 (a)	380,8	703
1971 (a)	637,6	1178

(a) Todos os trabalhadores

Fonte:

– para 1951 e 1960, UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, p. 62;

– para 1967 e 1971, a partir de Rocha<sup>55</sup>.

<sup>50</sup> Considerando a totalidade do salário (direto e diferido) e as eventuais diferenças de intensidade do trabalho, haveria na década de 1960 uma diferença média de 1 a 15 entre os salários dos países «desenvolvidos» e os restantes. EMMANUEL, 1969: 98.

<sup>51</sup> Abstraindo a coação e considerando apenas a tensão do mercado de trabalho, o nível absoluto das taxas salariais africanas deveria ser, *caeteris paribus*, superior ao das europeias.

<sup>52</sup> As elevadas taxas de mais-valia obtidas pelos capitais coloniais assentavam principalmente nas economias de capital variável que a semiproletarização dos trabalhadores permitia. Para o caso das «economias» da Forminière. DERKSEN, 1983: 54-55.

<sup>53</sup> A política geral belga no Congo, segundo o cônsul Martins assentava na «entrega da grande produção agrícola aos indígenas, aos quais a administração concede a assistência científica, técnica e financeira». AHD – Martins, 1947: 98. Para o caso da Forminière na região de Luísa. KANGA, 1987.

<sup>54</sup> Considerando apenas a força de trabalho africana não «qualificada», em 1940, representavam 60%; entre 1961 e 1966, cerca de 70%. Companhia de Diamantes de Angola, relatórios.

<sup>55</sup> ROCHA *et al.*, 1979b: 44.

No entanto, os «voluntários» tinham custos anuais inferiores aos de todas as categorias de trabalhadores porque não implicavam despesas de capital fixo nos recrutamentos e porque, em maior proporção que os trabalhadores deslocados de outras regiões, asseguravam a sua manutenção (alimentação, logística, etc.) *diretamente* a partir das suas próprias unidades familiares. Em 1960, considerando todas as rubricas, o custo anual de utilização de um «voluntário» era apenas 52% do de um «contratado», isto é, de uma categoria de trabalhadores que a Companhia só assegurava mediante a coação das administrações<sup>56</sup>. Podiam portanto ser concedidos aumentos nominais aos «voluntários», continuando os seus custos totais a ser inferiores aos das restantes categorias e assim se orientou a política salarial da Diamang<sup>57</sup>. Alguns empregados superiores da companhia esperavam com isso, à semelhança dos seus congéneres belgas, satisfazer a procura de trabalhadores exclusivamente através do mercado, dispensando o «apoio» administrativo<sup>58</sup>. O emprego exclusivo de «voluntários» reduziria a tensão no mercado de trabalho porque significava passar a explorar reservas de trabalho fora das poucas áreas onde a Companhia já tinha conseguido criar uma corrente espontânea de assalariados: o concelho do Chitato, já então esgotado para esse efeito<sup>59</sup>. No Chitato, em 1960, a companhia contratava 15.600 dos 21.800 homens válidos, isto é, cerca de 72%, enquanto no resto do distrito da Lunda a média de aproveitamento laboral estava entre 10 e 12%. Passar a recrutar «voluntários» de onde anteriormente só vinham «contratados», isto é, trabalhadores compelidos, resolveria as dificuldades induzidas por uma eventual crise do poder colonial, se e quando este se mostrasse incapaz de manter a coação<sup>60</sup>.

No Congo Belga, onde a tensão do mercado de trabalho era menor e simultaneamente a pressão política maior<sup>61</sup> que em Angola, houve necessidade de avançar para inovações que, na colónia portuguesa, nem o capital nem o aparelho de estado pareciam preparados para experimentar. À semelhança do que as administrações coloniais britânicas e francesas já tinham feito<sup>62</sup>, o governo do Congo promulgou legislação de «normalização» das relações industriais, introduzindo novas regras negociais. Em cinco «ordonnances» de 1946, o governador Ryckmans autorizou a nomeação de representantes de trabalhadores nas empresas, a formação de sindicatos africanos, a conciliação laboral e o recurso à greve.

<sup>56</sup> O custo anual total de um trabalhador voluntário era de 363\$99 contra 191\$29 de um «contratado». UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, nota à p. 62.

<sup>57</sup> Nos dez anos anteriores a 1960, o «custo médio do trabalhador da região adulto aumentou (...) em menores proporções que o do trabalhador contratado: 97% contra 179%, ao passo que a evolução dos salários se orientou em sentido inverso: 233% contra 136%, respectivamente». UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, nota à p. 62.

<sup>58</sup> UC-IA, 86B, 6 a, Esboço da organização a estabelecer (...), p. 4.

<sup>59</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, p. 52.

<sup>60</sup> UC-IA, 86B, 6 a, ofício 8D-61, 2-3-1961, p. 10.

<sup>61</sup> Para alguns funcionários portugueses, a administração belga queria «tomar publicamente medidas que colocassem a colonização belga no bom conceito da O.N.U., dos americanos e dos ingleses» e receava «a influencia que as greves recentes e sérias de Léopoldville, e especialmente de Matadi, haveriam de exercer». AHD-MNE – MARTINS, 1947: 35.

<sup>62</sup> Em 1943, isto três anos depois do Colonial Development and Welfare Act, já havia cerca de 300 sindicatos nos territórios coloniais britânicos, embora a maior parte fossem «pequenas organizações». AHD-MNE – MARTINS 1947: 35.

Para alguns funcionários portugueses, a reorientação belga iria fazer correr riscos sérios a Angola visto que a sindicalização passava a ser permitida a «todos os africanos, mesmo originários de regiões limítrofes do Congo Belga». A influência que a nova situação poderia ter nos migrantes angolanos a trabalhar nas minas do Kassai ou do Katanga não passou portanto despercebida<sup>63</sup>. Por outro lado, era fácil compreender que, no terreno, as novas regras teriam pouco ou nenhum impacto: os novos organismos previstos na legislação do governador Ryckmans mantinham uma «submissão estreita aos órgãos da administração» (eram, no fundo, uma extensão sua) e praticamente todos os seus quadros nomeados pelos governos, central ou distritais. Mais importante ainda: a greve ficava praticamente impossibilitada pela cláusula da conciliação obrigatória e durante anos nenhum sindicato africano foi constituído<sup>64</sup>.

Até 1960, parecia portanto que, com custos maiores ou menores, o *statu quo* da relação capital-trabalho se manteria, tal como as características das populações semiproletarizadas ao serviço das grandes companhias da África Central.

## 2. UM DESEQUILÍBRIO EM TRANSFORMAÇÃO – AS «RELAÇÕES INDUSTRIAIS» NA DIAMANG

Em 1960, as expectativas de que, através da «atração» de mais «voluntários» ou de uma reorganização institucional (como as previstas pelas reformas belgas de 1946, que só em 1957 entraram em vigor<sup>65</sup>), as companhias do Congo Belga ou da Lunda pudessem funcionar num mercado «normalizado» não eram partilhadas por todos os seus administradores<sup>66</sup>.

Na Diamang, onde, apesar da elevação da composição técnica do capital o aumento do produto continuava associado ao aumento da escala dos recrutamentos de trabalhadores, os quadros superiores continuaram convencidos – até pelo menos ao final do ano de 1961 – de que não se conseguiria mobilizar o trabalho «voluntário» para as tarefas pesadas da remoção e desmonte de materiais<sup>67</sup>. Sem descartar os aumentos salariais (como se vê pelo quadro 2-D) a Companhia não os considerava uma alternativa ao *angariamento* dos «contratados» e outros trabalhadores compelidos<sup>68</sup> e portanto continuou a bater-se pela continuação dos meios «extraeconómicos»<sup>69</sup>. Quando muito, poderia ser concedida a redu-

<sup>63</sup> AHD-MNE – MARTINS, 1947: 39-40.

<sup>64</sup> AHD-MNE – MARTINS, 1947: 39.

<sup>65</sup> AHD-MNE – Freire, 1957: 20-21.

<sup>66</sup> Sobre as hesitações dos responsáveis belgas, Tilly [TILLY, 2014: 242-43].

<sup>67</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, p. 10.

<sup>68</sup> O «contratado» por 18 meses não era a única forma de trabalho compelido: havia ainda os «que a autoridade local nos envia, a nosso pedido, para prestação de serviços por um espaço de tempo ou tarefa determinados.» Em 1960 a Companhia empregou 1720 destes «trabalhadores de guia». UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, p. 56.

<sup>69</sup> UC-IA, 86B, 6 a, Missão Especial a África, p. 1-2.

ção da duração geral dos contratos de 18 para 12 meses, uma reivindicação que os «contratados» do Songó já tinham conseguido. Como se verá, o governo de Angola, ainda que não o pudesse dizer, não pensava de modo muito diferente.

Entretanto, e silenciosamente, a correlação de forças favorável aos trabalhadores começava a modificar as regras informais que enquadravam a prestação do tempo de trabalho. A satisfação dada aos Songos não pode dissociar-se da maior conflitualidade («de condução bastante mais difícil do que os das outras regiões») que lhes estava associada<sup>70</sup>. No caso dos «voluntários», sabia-se que a acentuação da tensão no mercado de trabalho tinha uma relação direta com a taxa de absentismo<sup>71</sup> e com a «travagem»<sup>72</sup> durante a jornada de trabalho – uma prática que, segundo o relatório de 1960, «já não é de ontem»<sup>73</sup>.

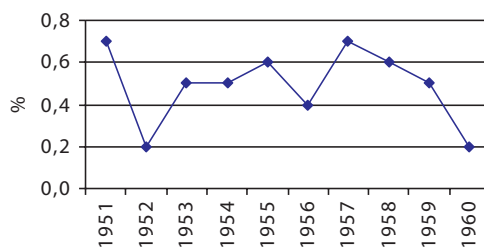
## 2.1. A transição de 1960-1962 e os seus efeitos

A conjuntura política entre 1960 e 1962 desfez o enquadramento laboral vigente, que também já se mostrava insuficiente para contrariar o desequilíbrio crónico do mercado de trabalho angolano.

Os acontecimentos no Congo Belga, até porque atingiram populações africanas da mesma identidade cultural dos dois lados da fronteira, fizeram-se sentir a partir do final de 1960. Aumentaram então as «deserções» de voluntários e de «especializados» mas o fenómeno não foi considerado preocupante porque se previa que as deserções fossem temporárias<sup>74</sup>. Também se registaram aumentos nas «perdas por deserção» na circunscrição de Camaxilo mas no balanço do ano as percentagens de 1960 (0,2%) mantiveram a tendência de descida da segunda metade da década, ficando até anormalmente abaixo da média de 1951-60 (0,5%).

**Quadro 3-A e gráfico 1: Diamang – «contratados» – «perdas em vigência de contrato» (por deserção) – 1951-1960**

Anos	Totais	%
1951	70	0,7
1960	34	0,2



<sup>70</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 10.

<sup>71</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 54.

<sup>72</sup> A partir do francês *freinage*: designação usada para todos os fenómenos de subesforço durante a jornada de trabalho (popularmente, «marcar passo»).

<sup>73</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 45.

<sup>74</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 20; 45.

Embora a companhia subestimasse a importância do que seria a influência dos acontecimentos do Congo sobre as populações da Lunda, foi o início das operações militares de Angola que mais agitou o *statu quo* laboral. Com a guerra, vieram a reorientação forçada do governo central e um novo enquadramento político-jurídico do trabalho. O encadeamento dos factos políticos angolanos destes anos já foi descrito muitas vezes mas importa realçar como, no que respeita às relações laborais, se deu (à semelhança do que também tinha acontecido em outros sistemas coloniais), a interação entre as práticas no terreno e o quadro institucional.

Na Diamang, o deslizamento das regras informais, que no que respeita à prestação do tempo de trabalho já estava em curso, foi subitamente acelerado pela indefinição criada pela revogação do Estatuto do Indigenato<sup>75</sup>. A principal consequência era esta: desaparecendo os «trabalhadores indígenas», dava-se a «a inaplicabilidade das disposições do Código do Trabalho dos Indígenas (C.T.I.), aprovado pelo Decreto n.º 16.199, de 6.12.1928»<sup>76</sup>. Desaparecia, portanto, a base em que durante mais de 33 anos tinha assentado toda a coação, tanto no recrutamento<sup>77</sup> como na disciplina laboral<sup>78</sup>.

No terreno, várias influências contraditórias se combinaram então: a «interpretação» dada à transição jurídica pelas autoridades políticas superiores, a reação dos quadros administrativos locais, a ação das tropas metropolitanas entretanto destacadas para a Lunda e o acesso livre de comerciantes à Zona Única de Proteção.

Considerando os interesses do Estado na Diamang<sup>79</sup> (bem como os subsídios, emolumentos, gratificações, etc. que a função pública de diferentes escalões recebia da companhia), os altos funcionários em Angola demoraram a aceitar o fim da «acção tutelar exercida», a que se poderia seguir «psicologicamente um estado de euforia criado por uma sensação de “liberdade” com a consequente estagnação na procura do trabalho»<sup>80</sup>. Estas preocupações do governador do distrito da Lunda, Artur Carmona, foram pouco depois repetidas pelo despacho do governo central de Angola, pelo qual ficava «entendido que as disposições do Decreto n.º 16.1999 e do seu Regulamento são aplicáveis aos trabalhadores braçais, que exercem uma actividade profissional sem qualificação especial, que não têm um ofício definido, que se dedicam a serviços manuais, habitualmente ao ar livre, em que predomine o esforço físico»<sup>81</sup>. Com esta interpretação *ad hoc* da revogação do indigenato, a

<sup>75</sup> A revogação do Estatuto do Indigenato (que na sua versão final era o do Decreto 39.666, de 20-05-1954) foi feita pelo Decreto-Lei n.º 43 893, de 6-9-1961.

<sup>76</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B6 a, Governo do Distrito da Lunda, despacho n.º 66/G, de 28-10-1961.

<sup>77</sup> Decreto n.º 16.199, de 6-2-1928, artigo 3.º.

<sup>78</sup> Decreto n.º 16.199, de 6-2-1928, artigo 300.º. Os artigos 353.º a 355.º legitimavam as buscas e capturas dos trabalhadores que abandonavam o «contrato».

<sup>79</sup> Entre 1921 e 1950, entre participações e dividendos, o Estado recebeu cerca de 5,5 milhões de libras esterlinas da Companhia. Entre as suas obrigações contratuais, estava a cláusula 13.ª, relativa às facilidades no recrutamento na obtenção de trabalhadores. Companhia de Diamantes de Angola, relatórios.

<sup>80</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Informação do Governo do Distrito da Lunda, 6-10-1961.

<sup>81</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Despacho n.º 38 do Governo-Geral de Angola, 16-10-1961.

legislação de 1928 continuaria em vigor, pelo menos para a Diamang: os «indígenas» desapareciam mas a coação (e portanto os «contratados»), por enquanto, não<sup>82</sup>.

Apesar da «maior compreensão e desejo de harmonizar os preceitos das instruções recebidas» com a Companhia, era contudo necessário adequar os procedimentos formais ao novo quadro jurídico. No final de outubro, o despacho n.º 66/G do governo da Lunda fez passar as operações de «recrutamento, angariamento ou ajuste da mão-de-obra» exclusivamente para a «própria iniciativa e actividade da Diamang». Os «agentes da autoridade continuariam a dar “facilidades”, segundo “Instruções” a distribuir», mas não se permitia mais «a intervenção do agente do Estado em qualquer diligência de recrutamento de mão-de-obra»<sup>83</sup>. Na prática, isto significava que as autoridades administrativas locais – «designadamente chefes de posto» – deixavam de receber as remunerações pelos serviços de recrutamento coercivo, que passavam a ser pagas exclusivamente às autoridades «tradicionais» (sobas). Como seria de esperar, as «facilidades» dadas por funcionários que deixassem de receber gratificações pelas sempre difíceis operações de «angariamento» não poderiam ser grandes. Alguns tentaram mesmo uma pequena chantagem, indo «ao ponto de entender que a não-intervenção dos elementos do Estado nas operações de recrutamento deveria ser igualmente extensiva aos sobas, agora investidos nas funções de regedores». Mas aqui, tratava-se de um problema que a hierarquia superior podia resolver e o sistema implementado funcionou durante os anos seguintes<sup>84</sup>.

No entanto, havia diferenças. As alterações em curso, a par da «repercussão dos acontecimentos» no Congo e agora também em Angola, foram corretamente interpretadas pelos trabalhadores. Nas regiões do «contrato», «o conhecimento de uma mudança de regime para outro em que só a vontade é relevante, levou o autóctone a apreender o alcance das novas medidas no pior sentido: o de que acabando o “contrato”, acabaria o trabalho». Para evitar o clima de «falsa euforia», o governador do Distrito chegaria mesmo a ir a «uma das aldeias da região de Saurimo procurar convencer os nativos, por meio de parábolas, tanto a gosto deles, de que o trabalho era fundamental para a vida.» Em resumo, a margem negociada dos trabalhadores estava em crescimento e sem ter sido criada qualquer organização formal sua<sup>85</sup>.

<sup>82</sup> Verbalmente, o então responsável pelo Governo-Geral, Castilho Soares, repetiu o entendimento dado pelo despacho n.º 38: «prometeu não seriam consentidos entraves ao desenvolvimento das operações de angariamento nem que se criasse no espírito dos indígenas a falsa ideia de que podem ficar na ociosidade». UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, telegrama, 21-11-1961.

<sup>83</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Governo do Distrito da Lunda, despacho n.º 66/G, 28-10-1961.

<sup>84</sup> «Também aqui foi decisiva a intervenção do sr. Governador do Distrito, em esclarecimento de não poder ser viável, nem admissível por desprovido de senso-comum, o recrutamento individual de trabalhadores, sem a colaboração dos sobas e chefes de aldeias». UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Relato da comunicação, 16-12-1961.

<sup>85</sup> «Da forma como os responsáveis por trabalhos que utilizem mão-de-obra nativa souberem cativar, conduzir os trabalhadores e se fizerem compreender e respeitar por estes, sendo simultaneamente compreensivos para com os seus problemas, dependerá todo o êxito do sistema agora empreendido». UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Relato da comunicação, 16-12-1961.



Em 1962, o quadro relacional alterou-se mais, especialmente no que respeita ao controlo sobre o tempo de trabalho. Logo no princípio do ano, constou que ia sair «ordem do Governo que proibia bater, que o preto só trabalhava se quisesse e que obrigava a Companhia a pagar muito dinheiro aos seus servidores». Com a ajuda dos chefes de posto, «lá se foi conseguindo demonstrar ao pessoal nativo quais as suas obrigações», não sem o correspondente «aumento nas faltas ao serviço e a vadiagem e também o desleixo dos trabalhadores»<sup>86</sup>. Nesta conjuntura da transformação integrou-se a influência dos militares metropolitanos. A sua chegada trouxe um poder paralelo ao dos chefes de posto (cuja motivação pró-companhia tinha conhecido melhores dias antes do despacho n.º 66/G) e orientada «no pior sentido» face aos interesses da Diamang. A mobilização política que o exército queria fazer na região (a «Acção Psico-Social») levava-os a interferir no campo das relações laborais e nomeadamente noutra velha prática do C.T.I. de 1928 – as punições corporais dadas pelas autoridades administrativas. O envio de trabalhadores sancionados aos postos era até então praticamente equivalente à execução de uma pena desse tipo, mas a administração da companhia pressentia que, com todas as novidades, esses tempos estavam a acabar<sup>87</sup>.

A autorização, dada contra a vontade da companhia, para o estabelecimento de comerciantes na Zona Única de Proteção, que a S.I.D. associava a um maior consumo de álcool e a oportunidades para a venda ambulante (uma ocupação alternativa ao emprego nas minas), pode também ter contribuído para o relaxamento da antiga disciplina<sup>88</sup>.

A erosão da motivação e de autoridade que os baixos escalões da administração colonial sofreram aumentou com a promulgação do Código de Trabalho Rural (C.T.R.), a lei-quadro substitutiva do C.T.I. No novo código, a definição das «faltas ao contrato» ficava mais estreita para o capital porque se obrigavam as empresas com mais de 100 trabalhadores a elaborar regulamentos de serviço, válidos apenas depois de visados pela Inspeção do Trabalho e «do qual constem as cláusulas e mais regras especiais a que ficam sujeitas as suas relações com os trabalhadores». Mas os efeitos mais imediatos vieram da abolição das penalidades associadas ao «contrato». A sanção disciplinar máxima permitida às entidades patronais passou a ser o despedimento: ao contrário do disposto no C.T.I. (ver nota 78) não se previam «sanções penais por falta de cumprimento do contrato de trabalho»<sup>89</sup>, desobrigando os chefes de posto «do “cachação” oportuno que, infelizmente, foi banido dos

<sup>86</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1962, p. 23.

<sup>87</sup> «Não auguramos bom fim a estas acções que são tendenciosas a futuramente nos indisciplinarem os trabalhadores. Nota-se uma grande preocupação nos militares em interferirem com os administrativos sempre que têm conhecimento que estes para resolverem aqueles problemas aplicam castigos corporais. Sabemos também que a impressão dos militares, no que respeita às nossas relações com os nativos, não é a melhor, acusando-nos de “racistas” e dizendo ainda que a Companhia paga fracos salários aos trabalhadores» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1962, p. 15.

<sup>88</sup> Em resultado, «Sob o aspecto disciplinar, os nossos trabalhadores têm estado simplesmente insuportáveis.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1966, p. 9.

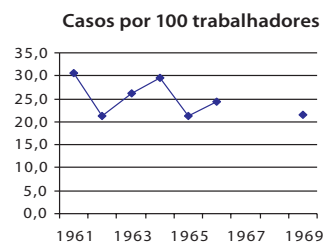
<sup>89</sup> Código do Trabalho Rural. Decreto n.º 44 309 de 27-4-1962, artigos 15.º e 35.º.

nossos processos civilizadores»<sup>90</sup>. Já sem o bônus do angariamento desde 1961, as autoridades administrativas da Lunda acomodaram-se à nova situação, o que tendia a deixar os conflitos laborais exclusivamente às partes interessadas<sup>91</sup>. O desgaste de manter os níveis repressivos passou então para os quadros da companhia, sobre quem recaiu exclusivamente a «disciplina dos trabalhadores»<sup>92</sup>. No final do ano de 1961, contando cada vez menos com a coação administrativa, a companhia sabia que o campo negocial estava aberto: «mais longe teríamos ido se continuássemos a ter o apoio da autoridade, mas ficámos entregues a nós próprios e hoje só nos resta agir por persuasão, trabalho bem difícil e quase sempre infrutífero»<sup>93</sup>.

Em 1963, já estava «proibido o uso da palmatória e de outros meios expeditos de disciplinar o pessoal sem se substituírem por outros que, embora menos aparatosos, surtiram o mesmo efeito»<sup>94</sup>. Uma vez que as «faltas justificadas ao serviço, que se resolviam por processos salutareis e sem deixar vestígios»<sup>95</sup> agora só podiam ter sanções (da multa ao despedimento) que ainda para mais prejudicavam a fixação da força de trabalho<sup>96</sup>, a companhia viu-se obrigada a diminuir o nível repressivo.

**Quadro 3-B e gráfico 2: Diamang – total de casos de infração sancionados\***

Anos	Totais	Casos por 100 trabalhadores
1961	8 061	30,6
1969	6 059	21,5



\* Neste e nos quadros seguintes, são considerados apenas os casos sancionados de trabalhadores.

Fontes dos quadros 3-B e seguintes: UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatórios anuais.

<sup>90</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1965, p. 25.

<sup>91</sup> «Não porque o Administrador do Concelho ou dos Postos, não reconheçam a razão que nos assiste quando pedimos sanções para aguentar o nível disciplinar mas umas vezes por comodismo e outras por receio, vemos questões de interesse caírem no esquecimento e o pessoal comete sistematicamente as mesmas faltas porque não teme o castigo.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1963, p. 24.

<sup>92</sup> «Compreendemos bem as dificuldades que experimentam os empregados que têm a seu cargo a mão-de-obra da região. Comunicam-nos as faltas e ficam muito aborrecidos com o nosso “desinteresse”, mas a verdade é que não podemos remar contra a maré, embora não restem dúvidas de que as sanções disciplinares utilizadas para brancos e evoluídos não têm qualquer efeito sobre o boçal.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1961, p. 16.

<sup>93</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, Secção de Informação e Diligências, Relatório anual de 1961, p. 16.

<sup>94</sup> O que, para a polícia da companhia, fazia da Lunda uma região mais permissiva que a Metrópole, onde «existe em qualquer lugarejo Polícia de Segurança Pública, Guarda Fiscal, Guarda Nacional Republicana, etc. que dão muita pancada.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1963, p. 22-23. Os testemunhos orais, como seria de esperar, não confirmam uma tão completa alteração de práticas. Cleveland, 2008: 134.

<sup>95</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1964, p. 16.

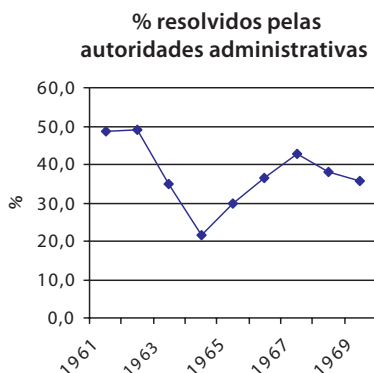
<sup>96</sup> A companhia sancionava por despedimentos que eram muitas vezes apenas temporários: «Se o mesmo indivíduo for despedido 3 vezes por negligencia no serviço, não poderá trabalhar senão em minas e tjolarias, e, nesses serviços, por tarefas.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1964, p. 16.

Em 1969, os casos sancionados por 100 trabalhadores tinham descido 9 pontos percentuais relativamente a 1961. E destes, uma percentagem tendencialmente menor foi resolvida pelas autoridades administrativas (entre 1961 e 1963 a queda foi de 27,1 pontos percentuais), porque, como se viu, o C.T.R. lhes dava justificação para não intervir.

**Quadro 3-C e gráfico 3:**

Diamang – casos resolvidos pela autoridade administrativa e pelos serviços da companhia

Anos	Resolvidos pelas autoridades administrativas	Resolvidos pelos serviços da Companhia (SID)	% dos resolvidos pela autoridade administrativa
1961	3926	4 135	48,7
1969	2 160	3 899	35,6



Em resultado desta evolução, a companhia reconhecia que, mesmo sem ter perdido totalmente o apoio administrativo (a «colaboração» seria parcialmente recuperada a meio da década, para depois voltar a cair), estava a perder irreversivelmente parte do controlo do processo de trabalho:

*Hoje está a criar-se no campo disciplinar um problema que pode fazer ruir o trabalho de quinhentos anos nesta grande Província. Em questões entre trabalhadores e encarregados, é sistematicamente dada razão àqueles, o que faz aparecer novos casos.<sup>97</sup>*

## 2.2. A Diamang e o controlo do processo de trabalho

A Diamang tinha-se organizado para policiar a área concessionada com uma secção especializada dos seus serviços desde, pelo menos, 1930. A partir das estatísticas e dos rela-

<sup>97</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, Secção de Informação e Diligências, Relatório anual de 1968, p. 26.

tórios da «Secção de Informações e Diligências» (S.I.D.)<sup>98</sup>, é possível conhecer a evolução das atitudes conflitivas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a avaliação que os responsáveis pela «disciplina» faziam delas<sup>99</sup>. Neste ponto, serão consideradas especialmente as informações relativas ao conflito pelo controlo do tempo de trabalho, que, como se verá, foi o de maior expressão quantitativa e qualitativa<sup>100</sup>.

Uma primeira constatação é a de que as concessões *informais* que a companhia foi obrigada a fazer aos trabalhadores durante a década de 1960 foram referidas em todos os relatórios anuais desta secção. Embora o enviesamento inerente a um ponto de vista policial fosse suscetível de exagerar a «indisciplina», a avaliação da S.I.D. não é desmentida nem pelas estatísticas dos casos sancionados nem pelos relatórios da secção de trabalho nem mesmo pelos testemunhos orais e escritos dos trabalhadores<sup>101</sup>.

Uma segunda é a de que a administração da companhia sabia que os trabalhadores já dispunham de uma consciência de classe suficientemente desenvolvida para maximizar as concessões patronais: adaptavam as suas prestações laborais à tensão da procura no mercado de trabalho<sup>102</sup> e exploravam eficientemente o campo negocial<sup>103</sup>. O relatório da S.I.D. de 1969 concluía: «Por vezes estes casos ficam sem qualquer sanção o que é francamente mau entre pessoal matreiro para explorar as desinteligências ou simples falta de força.»<sup>104</sup>

A terceira constatação é relativa ao foco da luta de classes. No conflito pelo controlo do tempo de trabalho, deve distinguir-se a duração (dias x horas trabalhadas) e a intensidade. Na Diamang, a alteração das regras informais refletiu-se menos no quantitativo de

<sup>98</sup> A companhia organizou uma «Agência da Zona Única de Proteção» a partir de 1930. Em 1937 estes serviços transformaram-se numa «Secção Especial» dos Serviços de Representação sendo reorganizados em 1946. A partir de 1956, a secção passou a ser designada por «Secção de Informação e Diligências». Companhia dos Diamantes de Angola, 1931: 8-9; 1947: 41; 1956: 105-06.

<sup>99</sup> As estatísticas dos «casos» sancionados pelo SE/SID incluíam «infrações» de não-trabalhadores cometidas dentro da Zona Única de Proteção, a área protegida da concessão. Nos quadros seguintes, são apenas consideradas informações relativas à população assalariada.

<sup>100</sup> O conflito pela redistribuição do valor – nomeadamente por aumentos salariais – assumiu maior expressão depois de 1974 quando se verificou nova alteração das regras formais de negociação, o que não significa que não fosse importante antes. *Murimo ungi, falancas giqué* (Muito trabalho, pouco dinheiro) era uma expressão popular dos assalariados quiocos da companhia. Entrevista, Eng.º Melo Abreu, 21-4-2016.

<sup>101</sup> Cleveland, 2008: 143-44.

<sup>102</sup> «porque aos indígenas, bastante perceptivos sob certos aspectos, não escapou que os despedimentos já se não faziam com a mesma facilidade, e que a angariação de novos elementos se havia tornado mais difícil, o que fez abrandar, naturalmente, a preocupação de muitos em serem assíduos, pela certeza de não serem despedidos ou, sendo-o, de arranjam nova colocação logo que o queiram.» UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 54 (sublinhado não original).

<sup>103</sup> «Assim que os autóctones se aperceberam da situação privilegiada em que se encontravam, procuraram explorar as circunstâncias da melhor maneira e nisso eles são peritos. Sabiam perfeitamente quando se deviam queixar à Polícia e quando deviam procurar esta Secção para endossar o assunto ao Posto do Luachimo. Quando pretendiam acção judicial – agressões por parte dos encarregados de serviço – iam à Polícia que levantava o auto; quando queriam dinheiro, queixavam-se nesta Secção ou Posto.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1965, p. 26. (sublinhado não original).

<sup>104</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1969, p. 41.

dias e horas trabalhados e mais *no interior* de cada jornada de trabalho: um aumento da «travagem» e uma redefinição da disciplina durante o processo laboral.

### 2.2.1. «Assiduidade»

A assiduidade foi assim pouco afetada pela alteração da conjuntura relacional e manteve os níveis elevados em que já tinha estabilizado.

No caso dos trabalhadores «voluntários» – «eventuais», segundo a terminologia do C.T.R.<sup>105</sup> – tinha havido mesmo, relativamente aos «contratados», uma convergência quanto à redução do absentismo: passaram de percentagens de assiduidade da ordem dos 45% em 1930 para uma média de 95% durante a década de 1950<sup>106</sup>. Nessa década e na seguinte, as diferenças entre o absentismo dos «voluntários» e o dos «contratados» – que estavam sujeitos a um muito maior controlo e que trabalhavam deslocados das suas comunidades (logo, com menores facilidades e motivações para faltar) – aumentaram, mas dentro de valores percentuais muito próximos:

Quadro 3-D: Diamang – assiduidade dos trabalhadores (em %)			
Anos	A – «Voluntários»	B – «Contratados»	A – B
1951	95,7	96,5	-0,8
1960	94,9	98,2	-3,3
1969	94,3	98,2	-3,9

Em 1969, no mesmo relatório da S.I.D. em que paradoxalmente se repetia o contraste entre a irregularidade dos «voluntários» e a dos «contratados» («o contratado por norma não falta e o trabalhador da região sim e muito») – as taxas de assiduidade mantinham-se praticamente iguais às de dez anos antes<sup>107</sup>.

A semelhança desta taxa entre as duas categorias pode explicar-se em parte pela dependência crescente que os «voluntários» foram desenvolvendo em relação aos rendimentos salariais. Tendo adquirido mais consumos monetarizados que os «contratados», tinham-se tornado também mais vulneráveis às ameaças de despedimento. Embora a crescente procura de trabalho por parte da companhia fizesse com que nunca houvesse «falta de ocupação» nos «serviços pesados», esta podia mais facilmente ocorrer nos postos de trabalho que os «voluntários» ocupavam preferencialmente<sup>108</sup>. Como se viu, a administra-

<sup>105</sup> O novo código passou a distinguir os trabalhadores «eventuais» (contratados ao «dia, á semana ou ao mês e que tenham a sua residência habitual nas proximidades do local de trabalho») dos «efetivos» (contratados por prazo igual ou superior a seis meses), Código do Trabalho Rural, artigo 4.º. Esta distinção retomava a que no Decreto 16.199 (secção II e III) se fazia entre contratos «com e sem intervenção da autoridade».

<sup>106</sup> Cleveland, 2008: 157

<sup>107</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, p. 30-31; 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1969, p. 27.

<sup>108</sup> Mas não exclusivamente: os «voluntários» representavam cerca de 60% da força de trabalho mas os «postos de trabalho leves» correspondiam apenas a 40% do total de «empregos». UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, ofício 8-D/61 2-3-1961.

ção sabia que esta categoria de trabalhadores regulava as suas atitudes laborais (sobretudo a assiduidade) em função dos ciclos da procura de trabalho<sup>109</sup>. A maior articulação do seu modo de vida com o «emprego» refletia-se igualmente num certo orgulho profissional que a companhia, até com alguma desaprovação, lhes reconhecera<sup>110</sup>.

Mas também no que respeita aos contratados é impossível atribuir exclusivamente à coação as taxas elevadíssimas de assiduidade que registavam, especialmente quando, como se verá no ponto 2.3, o seu comportamento refratário tanto se acentuou *no interior* do processo de trabalho. Em 1960, a administração já dava por certo que «as ausências destes indígenas são, na quase totalidade, hospitalizações»<sup>111</sup>. Dez anos depois, a manutenção da taxa mostra que não foi através do absentismo/deserção que os contratados mais confrontaram a entidade patronal, embora, para muitos deles, mais importante que o salário fosse a redução do tempo que passavam no «contrato».

### 2.2.2. O «não-trabalho» – o conflito dentro da jornada de trabalho

O conflito permanente pela redução da intensidade do trabalho acentuou-se no novo contexto<sup>112</sup>.

Não é impossível que, em certos serviços, o ponto de partida da conjuntura de 1960-62 já fosse relativamente favorável aos trabalhadores que, por sua vez, consolidaram vantagens durante os anos seguintes. A reorientação da companhia relativamente às «tarefas» parece mostrá-lo. Bem antes do aumento da mecanização, para aumentar o controlo sobre a intensidade do esforço, a administração tinha atribuído quotas diárias individuais («tarefas») em certos trabalhos pesados (remoção de materiais, principalmente). Contudo, em função da tensão da procura no mercado de trabalho, que levava a companhia a facilitar por todos os meios a fixação de trabalhadores (especialmente de «voluntários»), é possível que o *quantum* de esforço contido nas «tarefas» já levasse em conta o que os trabalhadores experimentados consideravam «razoável». Muitos deles, completavam a «tarefa» diária (por exemplo, a remoção de 4 a 5 metros cúbicos de estéril) até ao início da tarde<sup>113</sup>. Os testemunhos orais sobre os sistemas informais de entreaajuda dos trabalhadores para concluir as «tarefas» mos-

<sup>109</sup> Por exemplo, em 1967, um ano com «acréscimo de desemprego»: «mais apego ao trabalho, mais firme determinação no cumprimento das ordens recebidas e, em suma, melhoria geral da respectiva conduta, com receio de serem despedidos». UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1967, p. 16.

<sup>110</sup> «Verifica-se, ultimamente, que o ofício de criado, tido dantes como de “certa categoria”, está tendo cada vez menos cotação, pois os indígenas, em alguns casos, já o vão achando mais próprio de mulheres, especialmente o de lavadeiro e engomadeiro. Já tivemos conhecimento de um caso em que trabalhadores troçaram de um criado, por causa do serviço que ele desempenhava, dizendo-lhe que tinha um serviço de mulher.» UC-IA- Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 60.

<sup>111</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 31. Os testemunhos orais recolhidos por Cleveland indicam que os «contratados» também usavam a hospitalização como pretexto para o absentismo. Cleveland, 2008: 147. Os dados do quadro 3-D mostram contudo que essa prática tendia para percentagens irrelevantes.

<sup>112</sup> Cleveland descreve exemplos de «travagem» desde os anos 1920. Cleveland, 2008: 145-46.

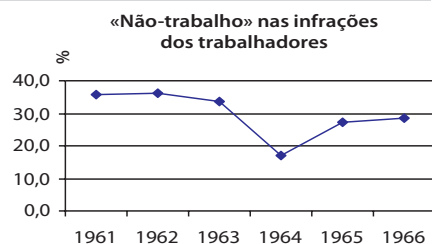
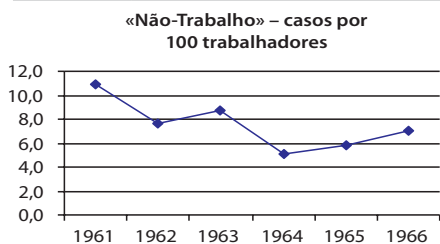
<sup>113</sup> Entrevista, Eng.º Melo Abreu, 21-4-2016.

tram que também para muitos (por solidariedade ou mediante gratificação) um tempo de trabalho extratarefa era quotidianamente aceitável<sup>114</sup>. Em 1961, a preferência que muitos «voluntários» manifestavam por certas atividades era mais explicada pelo «prestígio da profissão e da remuneração que por ela obtêm» que pela intensidade do esforço exigido por outras «tarefas». Assim, explicava um dos administradores da companhia na Lunda, «no trabalho de tarefa (*da qual o preto tanto gosta*), só à força se consegue mante-lo nas tijolarias e isto porque uma Autoridade houve que, para castigar alguém, o remetia aquele trabalho»<sup>115</sup>. Em 1961, passar para o regime de «tarefas» atividades que até então funcionavam reguladas por horário era mesmo encarada como uma concessão aos trabalhadores<sup>116</sup>.

Nesse ano e nos seguintes os trabalhadores forçaram as concessões quanto à intensidade do tempo de trabalho através de uma maior conflitualidade que foi erodindo os sistemas de controlo. O registo dos casos sancionados pela companhia, que descrevia qualitativamente as «infrações», parece indicá-lo. Considerando o agregado de «infrações» que se podem imputar ao conflito sobre controlo do tempo de trabalho<sup>117</sup>, as frequências absolutas por 100 trabalhadores são as seguintes:

**Quadro 3-E e gráficos 4-A e B: Diamang – casos de infração sancionados por «Não-trabalho»**

Anos	Casos por 100 trabalhadores (%)	No total de «infrações» dos trabalhadores (%)
1961	10,9	35,7
1966	7,0	28,7



Apesar da diminuição da repressão por parte da companhia, este agregado de «infrações» era o que maior número absoluto de sanções *per capita* registava, especialmente

<sup>114</sup> Cleveland, 2008: 133-34

<sup>115</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Esboço da organização a estabelecer (...), 29-8-1961 (sublinhado não original).

<sup>116</sup> «Está no último caso o serviço de desmonte de cascalho onde o trabalho é feito em cumprimento de um horário pré-determinado e não por tarefa marcada finda a qual cada um pode tomar o caminho do aldeamento. Ficou para estudo a realização prática de a extracção do cascalho ser feita igualmente em regime de tarefa.» UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Relato da comunicação feita em 14 de Dezembro de 1961, 16-12-1961.

<sup>117</sup> O agregado inclui os casos sancionados descritos como: «embriaguez», «deserções», «falta de pontualidade, assiduidade, e ausência indevida do posto de trabalho», «tarefas», «negligência», «vadiagem» e «acidentes diversos». A inclusão da «deserção» (aplicável exclusivamente aos «contratados») justifica-se porque esta variável não foi desagregada relativamente aos «voluntários». Contudo, como se vê pelo quadro 3-D, este tipo de «infração» tendia para valores residuais. A inclusão dos «acidentes diversos» justifica-se devido à companhia classificar como casos sancionáveis os que «que só por malvez se justificam». UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1967, p. 23.

durante a fase de recuperação da «autoridade» da companhia após o impacto dos anos 1961-1964. Com exceção do ano de 1964, em que foi suplantado pelo não pagamento de impostos, as infrações associadas ao «subesforço» representavam cerca de 30% do total. As estatísticas confirmam o que os relatórios da SID repetiam: mais do que qualquer «subversão» política, era este o principal problema que a companhia tinha agora para resolver<sup>118</sup>.

### 2.2.3. «Insubordinação»

Ao praticar mais frequentemente a «travagem» os trabalhadores arriscavam também mais o confronto direto com os quadros baixos e médios da companhia<sup>119</sup>.

É duvidoso que os conflitos violentos durante a jornada de trabalho tenham aumentado a partir de 1960 (a agressão era a punição comum das «infrações» laborais, como se viu) mas a partir de então a violência deixou de ser totalmente assimétrica.

«Se o branco te bater, bate-lhe também!», um dos conselhos que em 1963 a companhia atribuía à ação «Psico-social» do exército, passou a encontrar nos locais de trabalho da companhia condições favoráveis para ter impacto. Por mais que a Diamang tentasse ilibar os seus funcionários e pudesse ainda contar com apoio administrativo, a frequência dos confrontos – que envolviam todas as categorias de trabalhadores, dos contratados aos «especializados»<sup>120</sup> – teve certamente efeitos dissolventes sobre a manutenção da «autoridade». Em 1961, a reivindicação da substituição dos encarregados africanos (os «capitas») nomeados pela delegação da SID – cuja ação era vista pelos trabalhadores «com relutância e antipatia» – por outros «da sua escolha» já estava a ser considerada pela administração<sup>121</sup>. Entre os quadros europeus, a erosão por exaustão da autoridade já estava muito avançada a meio da década, segundo a S.I.D.<sup>122</sup>. Em 1966, surgiram já casos de conflitos coletivos difíceis de resolver<sup>123</sup>.

<sup>118</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1965, p. 25.

<sup>119</sup> «Todos os empregados que têm a seu cargo condução de mão-de-obra, queixam-se sistematicamente do péssimo comportamento dos trabalhadores, *conseguido mediante resistência passiva*. Isto enerva quem dirige.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1964, p. 28-29. (sublinhado não original)

<sup>120</sup> Dois exemplos da diversidade: «À data que escrevemos, já se registou, na nossa oficina, agressão por parte de um preto a um outro encarregado de serviço, e faltas deste género, pelos vistos, não ficarão ainda por aqui, pois também este último não sofreu o correctivo merecido. Há tempos veio-nos parar às mãos uma carta de uma ajudante de enfermeiro que, depois de contar a um amigo as suas façanhas, acabava com estas palavras: “O branco chatiou-me e eu tive de lhe dar dois murros no focinho para o meter na ordem.” \* Este último caso revela bem o estado a que a indisciplina já chegou e qual o comportamento de um grupo de “calcinhas” que engrossa de dia para dia e cujos componentes se tornam cada vez mais insolentes.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1964, p. 27-29.

<sup>121</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Relato da comunicação feita em 14 de Dezembro de 1961, 16-12-1961. Nas greves da Diamang durante os anos de 1974-1975, uma das reivindicações mais frequentes dos trabalhadores era a substituição dos encarregados de mina. Entrevista, Eng.º Melo Abreu, 21-4-2016.

<sup>122</sup> «E, então, ou o responsável deixa de ligar ao serviço e fecha os olhos ao comportamento dos trabalhadores – neste caso normalmente passa despercebido – ou os pretende meter na ordem e depara, por vezes, com tais reacções que a única solução que lhe resta, é actuar pela violência. Depois, surgem as críticas, as ameaças ou mesmo os processos e aquele acaba por concluir que seria preferível não se ter maçado tanto.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1966, p. 35.

<sup>123</sup> «Custou a meter nos eixos a mão-de-obra da mina Tchibaba. O respectivo encarregado via-se obrigado a mandar apre-

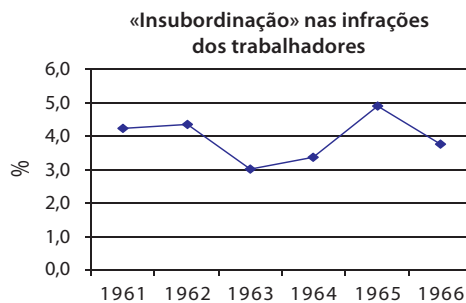
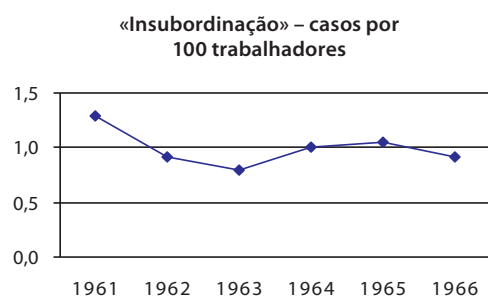


Alguns fatores conjunturais – como maior desemprego entre os «voluntários», a chegada da P.I.D.E. à zona mineira e a substituição de funcionários públicos considerados mais laxistas pela Companhia (como o governador do distrito da Lunda, Araújo Ferreira) – permitiram na segunda metade da década uma recuperação da capacidade repressora da Companhia, patente na inversão parcial da queda do total de «infrações» sancionadas (ver gráfico 2). Contudo, os procedimentos dos encarregados europeus já não podiam ser os mesmos<sup>124</sup>, o que não quer dizer que tivessem mudado totalmente<sup>125</sup>.

A estatística dos casos sancionados que podem ser agregados como «insubordinação»<sup>126</sup> mostra, em contraste com o alarmismo disciplinar dos relatórios, a tendência descendente das sanções.

**Quadro 3-F e gráficos 5-A e B: Diamang – casos de infração sancionados por «insubordinação»**

Anos	Casos por 100 trabalhadores	No total de «infrações» dos trabalhadores (%)
1961	1,3	4,2
1966	0,9	3,8



Embora, como seria de esperar, os casos de «insubordinação» aberta (resolvidos ou não) tivessem muito menos ocorrências que os da «travagem» (cerca de 8 vezes menos) contribuíram certamente – até pela forma como muitos (não) terão sido resolvidos – para

sentar, quase todos os dias úteis, trabalhadores de exterior na Delegação desta Secção no Lucapa.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1966, p. 35.

<sup>124</sup> A agressão física era mais rara: «o problema da falta de interesse no trabalho subsiste e que hoje é mais crucial que nunca, porque não há possibilidades de, com um bom “cachação” dado oportunamente, fazer despertar o que está adormecido». UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1964, p. 6. E também a verbal: «Também têm surtido os efeitos desejados os constantes conselhos tendentes a fugir de chamar nomes com o único intento de ofender, o que a massa trabalhadora detesta ainda mais do que os castigos corporais». UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1967, p. 28.

<sup>125</sup> Em 1969, as relações entre encarregados e trabalhadores «continuam a caracterizar-se pela maior ou menor paciência do europeu: se se interessa pelo serviço e é impulsivo, acaba por arranjar complicações com as autoridades porque não resiste à necessidade de, por vezes, dar uns “cachações”; se é de temperamento apático, deixa “correr”.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1969, p. 27.

<sup>126</sup> O agregado inclui os casos sancionados descritos como: «Insubordinação»; «Agressões e falta de respeito».

a alteração da correlação de forças. Para a S.I.D. a inversão disciplinar tinha sido completa: «Antigamente, os maus tratos eram infligidos normalmente pelos encarregados de serviço aos seus subordinados. Hoje, inverteram-se os termos».<sup>127</sup>

### 2.3. Uma consciência de classe em formação? – a evolução dos comportamentos laborais por categorias de trabalhadores

Os assalariados africanos da companhia não constituíam uma classe homogénea. Para além dos graus de qualificação profissional e de estatuto jurídico – parte dos quadros técnicos eram «indígenas especializados» e/ou «assimilados» (até 1961) – havia as diferenças induzidas pelo grau de proletarização das populações na área concessionada. Como se viu no ponto 1.2.1, o nível de coação no recrutamento (contratos «com ou sem intervenção da autoridade») variava, o que depois se refletia na divisão do trabalho nas operações da companhia<sup>128</sup>. Estabeleceu-se assim um equilíbrio entre a oferta (os «voluntários» foram selecionando as atividades em que aceitavam trabalhar) e a procura (a companhia foi alocando a força de trabalho coagida, «contratados» e «trabalhadores de guia», para as tarefas pesadas rejeitadas pelos «voluntários»)<sup>129</sup>. Os estatutos laborais reificaram-se nas respetivas tarefas: «o trabalhador da região abandona e renega, em geral, os serviços que começaram a ser executados por «contratados» e até nos consumos: «os “voluntários” levam-na ao exagero de não aceitar a própria comida» (cozinhada para os «contratados»)<sup>130</sup>.

Quando a companhia, em função das alterações nas políticas de recrutamento, precisou de travar a cristalização dos *status*, deparou com regras informais que na jornada de trabalho já se estendiam para além de uma simples alocação de operações<sup>131</sup>. Para além de «reclassificar

<sup>127</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1967, p. 41.

<sup>128</sup> Tal como sem meias palavras a companhia o expressava: «No trabalho, a diferença provém, sobretudo, de os da região serem livres de escolher o que lhes interessa e os contratados não o serem.». UC-IA – Fundo Diamang, 86B, 6a, ofício 8-D/61, 2-3-1961.

<sup>129</sup> «Antigamente, grande número de indígenas da região trabalhavam no desmante do estéril e de cascalho, como os contratados. Ou porque os tempos eram outros ou porque empregados de mina antigos e experientes, bons condutores de mão-de-obra indígena, sabiam melhor atrair os nativos, certas minas funcionaram outrora, durante muito tempo, totalmente ou quase, só com trabalhadores da região. Chegou a haver, entre eles, bons padejadores. O facto, porém, da assiduidade dos trabalhadores da região ser insegura, quer no respeitante a faltas, quer quanto à sua permanência no trabalho, além de outras razões, entre elas, serem os trabalhadores contratados mais “cómodos”, com os quais se podia contar seguramente, levaram, a pouco e pouco, à substituição, quase total, daqueles por estes». UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 44.

<sup>130</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, Informação, 29-9-1961.

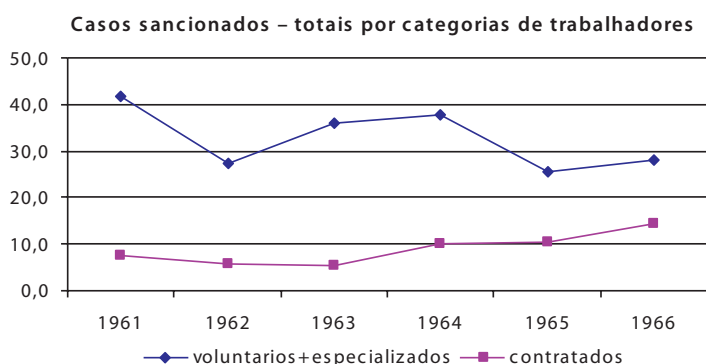
<sup>131</sup> Enumeração de alocações de tarefas ocasionais por razões puramente estatutárias: «Algumas minas ficam longe das habitações dos empregados, por vezes a cerca de 15 quilómetros e, não se arranjanho um trabalhador da região para ir buscar o almoço daquele, achou-se bem que se empregasse um contratado nesse serviço, porque a ele não se pergunta se quer ou não quer. b) Na mina Caúma, a menos de um quilómetro da povoação de Fucaúma, havia um contratado que ia buscar o jantar do encarregado do 2.º turno, com o pretexto de que, à noite, os da região tinham medo de fazer esse percurso. c) Na Secção de Electricidade da Zona Leste, há um grupo de contratados que trabalha na instalação de postes, serviço a que os da região se mostram avessos por causa das frequentes deslocações». UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, ofício 8-D/61, 2-3-1961.

as diferentes tarefas em que são empregues os contratados», era preciso reeducar os encarregados e os restantes quadros europeus<sup>132</sup>. É que até pelo menos 1961, o grau de repressão no interior do processo de trabalho era *qualitativamente* diferente: «Assim, o que os primeiros (“voluntários”) rejeitam vai para os segundos (“contratados”), e quando um destes reage – o que aos outros é permitido, na medida em que, tácitamente se lhes consente o abandono do serviço – logo sobre ele cai toda a severidade da disciplina, começando por agressão, às vezes bárbara, no local do trabalho, e acabando pela apresentação ao Chefe do Posto»<sup>133</sup>.

Neste quadro, o conflito pelo controlo do tempo de trabalho foi diferenciado, tanto no que respeita à contestação da intensidade do esforço como das regras da disciplina. Os «voluntários», que sempre praticaram mais infrações e com maior impunidade que os «contratados», tiveram menos necessidade de aumentar a conflitualidade quando o contexto negocial mudou. Em contrapartida, nos «contratados», com muito mais a ganhar no novo contexto, a alteração dos comportamentos foi, como esperado, pronunciada. A desagregação pelas duas categorias de trabalhadores do total de casos sancionados entre 1961 e 1966 mostra como, apesar da tendência de queda das sanções (ver quadro 3-B) – que para os voluntários correspondeu a uma diminuição de 1/3 dos casos sancionados *per capita* (!) – o correspondente total de casos por contratado praticamente *duplicou*. A meio da década, os «contratados» já faziam em média *metade* das infrações sancionadas dos «voluntários/eventuais», quando em 1961 faziam 5 vezes menos.

**Quadro 3-G e gráfico 6:** Diamang: totais de casos de infração sancionados por categorias de trabalhadores

Anos	Voluntários – casos por 100 trabalhadores	Contratados – casos por 100 trabalhadores
1961	41,9	7,4
1966	28,2	14,4



Foi no *interior* da jornada de trabalho que os comportamentos entre as duas categorias de trabalhadores se diferenciaram mais. Apesar de os relatórios da S.I.D. continuarem

<sup>132</sup> UC-IA, Fundo Diamang, 86B, 6a, ofício 8-D/61, 2-3-1961.

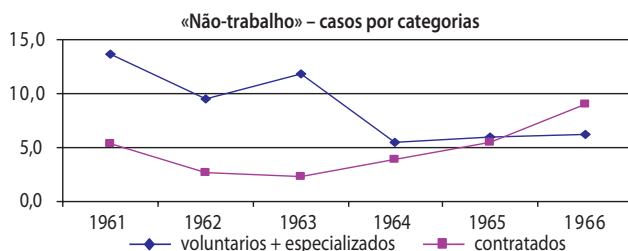
<sup>133</sup> UC-IA- Fundo Diamang, 86B, 6a, ofício 8-D/61, 2-3-1961.

a enfatizar o mau comportamento dos «voluntários» (e «especializados»)<sup>134</sup>, relativamente aos restantes trabalhadores, as estatísticas mostram que o perfil disciplinar dos assalariados estava a mudar rapidamente.

**Quadro 3-H e gráfico 7:**

Diamang – casos sancionados de infração por «Não-trabalho» – por categorias de trabalhadores

Anos	Voluntários – casos por 100 trabalhadores	Contratados – casos por 100 trabalhadores
1961	13,6	5,3
1966	6,2	9,1



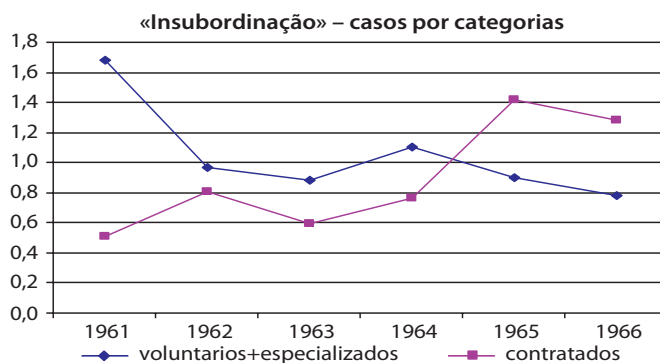
Depois de cinco anos de contestação os «contratados» faziam agora *per capita* mais infrações sancionadas por «travagem» e outros modos de subtração de esforço que os «voluntários».

Tal como nas infrações por resistência passiva ao sobretrabalho, também na resistência aberta os contratados passaram a ter mais infrações sancionadas *per capita* que os «voluntários».

**Quadro 3-I e gráfico 8:**

Diamang – casos sancionados de infração por «insubordinação» – por categorias de trabalhadores

Anos	Voluntários – casos por 100 trabalhadores	Contratados – casos por 100 trabalhadores
1961	1,7	0,5
1969	0,8	1,3



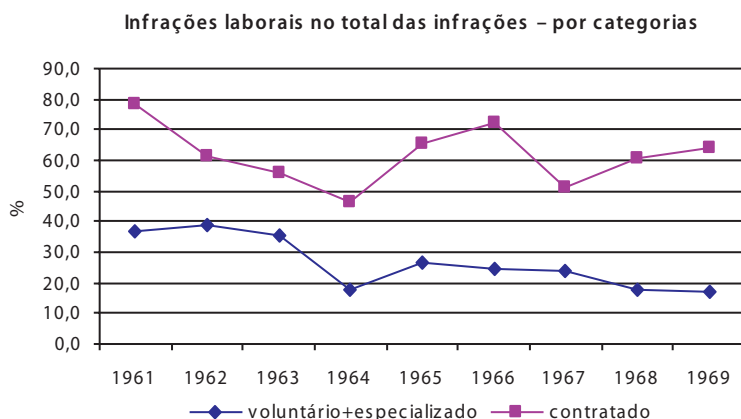
<sup>134</sup> «Parece um paradoxo mas é verdade: os trabalhadores mais indisciplinados não são, de modo algum, os boçais mas sim os que se têm por civilizados. Neste caso estão os condutores de engenhos.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1967, p. 21.

Mesmo admitindo que, por se manter o tratamento desigual na repressão em favor dos «voluntários», estes números exagerem a amplitude das alterações comportamentais, a inversão da tendência parece demonstrada para os dois agregados do infrações («não-trabalho» e «insubordinação»). A meio da década, os «contratados» distinguiram-se cada vez menos dos trabalhadores da região *durante* a jornada de trabalho.

É verdade que, fora dela, as diferenças de comportamento entre as duas populações trabalhadoras ainda eram suficientemente grandes para que uma consciência identitária de classe se pudesse consolidar.

**Quadro 3-J e gráfico 9:** Diamang – casos sancionados de infração laboral («Não-trabalho» e «Insubordinação») no total dos casos – por categorias de trabalhadores

Anos	Voluntários (%)	Contratados (%)
1961	36,6	78,2
1969	17,3	63,8



Ao contrário dos «contratados», que contestavam sobretudo no interior da jornada de trabalho (embora tendencialmente menos), os «voluntários», sempre a reboque do seu estatuto contratual, infringiam sobretudo no tempo não-laboral (recusando-se a pagar impostos<sup>135</sup>, praticando ilícitos monetários, etc.)

No estado atual dos conhecimentos, é difícil relacionar estes dados com a caracterização de uma consciência identitária entre os trabalhadores da Diamang. Estudos empíricos apontaram no sentido de a consciência operária ter mais condições para se consolidar quando não assenta exclusivamente no conflito centrado na experiência de trabalho. Quando a contestação no interior da jornada de trabalho não esgota todo o descontentamento dos trabalhadores, a luta de classes pode mais facilmente ser apreendida à escala macrossocial e com ela consolidar-se uma consciência de classe (e não apenas de grupo

<sup>135</sup> Ao contrário dos contratos escritos, a admissão verbal dos «eventuais» não obrigava a descontos fiscais automáticos por parte da entidade patronal.

de trabalho)<sup>136</sup>. Neste quadro, seriam os «voluntários», menos pressionados no interior do tempo de trabalho, quem teria condições para elaborar uma representação mais global da sociedade, o que na *praxis* já se manifestaria através da maior diversidade das suas infrações. No entanto, a aceleração da contestação dos «contratados» pode muito bem ter queimado etapas, como se vê pela tendência decrescente da percentagem relativa às infrações laborais no conjunto dos seus casos sancionados. Além disso, os «contratados» da década de 1960 já não enfrentavam a experiência assalariada como iniciados. Em 1960, 52% dos que trabalhavam na companhia já tinham feito pelo menos um «contrato»<sup>137</sup>. Já dispunham, em média, de uma maior adaptação ao trabalho<sup>138</sup> na companhia e certamente de mais oportunidades para comparar a sua experiência laboral com a dos trabalhadores da região e dos especializados.

Havia portanto diferenças importantes mas a homogeneização da classe estava em curso. Não deixa de ser conclusivo verificar como, ao lado de considerações sobre a inadequação do C.T.R. às populações africanas (numa tradição nunca interrompida desde a ocupação colonial)<sup>139</sup>, a administração começava a empregar a expressão «classe trabalhadora» para se referir a todos os seus assalariados.

## CONCLUSÕES

Uma vez que sem a violência «extraeconómica» a oferta de trabalhadores na África colonial seria deficitária, não teria níveis salariais tão baixos nem se distribuiria de modo artificial entre companhias, a tensão no mercado de trabalho manteve-se alta. Os indicadores conhecidos apontam para que, em Angola até ao final do período colonial, não se tenha constituído um suficiente «exército de reserva» à escala do território. Quando as alterações no contexto político dos anos 1960-70 levaram a administração colonial a abandonar a maioria das medidas coativas que regulavam a oferta de trabalho, os trabalhadores aproveitaram e forçaram a nova correlação de forças vigente, tal como já tinha acontecido em outras conjunturas de afrouxamento repressivo<sup>140</sup>.

<sup>136</sup> TOURAINE, 1966: 124-132.

<sup>137</sup> UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 33.

<sup>138</sup> Entre 1951 e 1960, a diminuição da percentagem de acidentes de trabalho foi apenas de 1 ponto percentual para os «voluntários» mas de 20 para os «contratados». UC-IA, Fundo Diamang, Secção de Trabalho Indígena, 1960, 11.º, Relatório do ano de 1960, p. 67.

<sup>139</sup> Como, por exemplo: «as sanções disciplinares utilizadas para brancos e evoluídos não têm qualquer efeito sobre o boçal. Este pretende não trabalhar porque não tem necessidades. Usa o mesmo pano durante todo o ano para cobrir o sexo; come mandioca, caça e pesca; usa para temperar a comida o óleo de palma e a cinza que substitui o sal; bebe o “marufo”. Vive feliz e será um parasita da própria terra, se o deixarem.» UC-IA, Fundo Diamang, 84U, 5c, SID, Relatório anual de 1966, p. 9-10; 35.

<sup>140</sup> Em Angola, é de assinalar o movimento de greves que se seguiu à alteração da legislação laboral durante o 1.º governo de Norton de Matos, de que se destacam «as greves de Icolo e Bengo, Alto Dande, e as deserções dos trabalhadores no Golungo Alto e Ambaca». DINIS, 1914: 85.

Nos sistemas belga e português, a principal diferença entre a relação assalariada colonial e a das metrópoles tinha consistido na ausência de organizações formais dos trabalhadores africanos<sup>141</sup>. Como a alteração do contexto macrosocial, que diminuiu os níveis de coação «extraeconómica», não foi acompanhada pela entrada em funções de organizações sindicais dos trabalhadores africanos (apesar da curta experiência belga), a contestação laboral só poderia refletir-se nas regras informais. Era de esperar portanto que o conflito de classe se centrasse sobre a apropriação do tempo de trabalho.

No caso de estudo considerado – o conflito industrial na principal companhia mineira de Angola, a Diamang –, verificaram-se dois fenómenos:

- uma diminuição da repressão (estatisticamente verificável pelo «decremento dos casos disciplinares sancionados»),
- a subversão das regras informais do tempo de trabalho, constantemente referida pelos relatórios policiais da companhia como degradação da «antiga disciplina».

A maior intensidade do conflito de classe teve também reflexos diferentes sobre os estratos da classe assalariada. Os trabalhadores mais reprimidos, os «contratados» coercivamente, acentuaram a sua resistência passiva e ativa *no interior* do tempo de trabalho. A meio da década, registavam aumentos absolutos dos seus casos disciplinares, apesar da diminuição do total de casos sancionados. Os trabalhadores da região (em geral «voluntários»), mais bem adaptados a uma semiproletarização e que beneficiavam de maior margem negocial, puderam contestar mais a ordem social *no exterior* do tempo de trabalho. Avaliar de que forma esse comportamento contribuiu para a consolidação de uma consciência de classe e como ela se comunicou aos restantes assalariados exigirá uma pesquisa documental mais exaustiva. Em todo o caso, pode certamente concluir-se que, durante a década de 1960, a *praxis* operária na Diamang avançou no sentido de uma homogeneização da experiência coletiva.

## Fontes

### 1. Fontes primárias – Arquivos

AGB (Archive Générale du Royaume – Bruxelles)

AHD-MNE (Arquivo Histórico Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros – Lisboa)

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa)

UC-IA (Universidade de Coimbra – Instituto de Antropologia)

### 2. Fontes orais

Entrevista. Eng.º Melo Abreu, 21-4-2016.

<sup>141</sup> Abstraímos aqui das organizações sindicais clandestinas que tinham atividade em Angola, (como a L.G.T.A. e a U.N.T.A.), embora sem impactos na área da Lunda.

### 3. Bibliografia

- CADA (Companhia Angolana de Agricultura) (vários anos) – *Relatório. Contas*. Lisboa.
- CASSEQUEL (Sociedade Agrícola do Cassequel) (vários anos) – *Relatório e Contas*. Cassequel.
- CASTRO, Armando (1980). *O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CLEGG, Hugh Armstrong (1978) – *The System of Industrial Relations in Great Britain*. Oxford: Basil Blackwell.
- CLEVELAND, Todd Charles (2008) – *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917-1975*. UMI Microform.
- COLONIA DE ANGOLA. Repartição Técnica de Estatística Geral (vários anos) – *Anuário Estatístico*. Luanda: Imprensa Nacional.
- COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (Diamang) (vários anos) – *Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal*. Lisboa.
- COOPER, Frederick (2002) – *L’Áfrique depuis 1940*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- COTONANG (Companhia de Algodões de Angola) (vários anos) – *Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal*. Lisboa.
- DERKSEN, Richard (1983). Forminiere in the Kasai, 1906-1939. *African Economic History*. 12, p. 49-65.
- DINIS, José de Oliveira Ferreira (1914) – *Negócios Indígenas – Relatório do ano de 1913*. Luanda: Imprensa Nacional.
- EDWARDS, Paul Edwards, org. (1995) – *Industrial Relations – Theory and Practice in Britain*. Oxford: Basil Blackwell.
- EMMANUEL, Arghiri (1969) – *L’échange inégal. Essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris: François Maspero.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa (1985) – A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-1974. *Análise Social*, vol. XXI pp. 83-440.
- \_\_\_\_\_ (1974) – *Le profit et les crises – une approche nouvelle des contradictions du capitalisme*. Paris: François Maspero.
- FRANKEL, Herbert (1969) – *Capital Investment in Africa. Its Course and Effects*. New York: Howard Fertig.
- HYMAN, Richard (1990) – *Industrial Relations: a Marxist Introduction*. The MacMillan Press Ltd.
- KANGA, Mafulu Uyind-a (1987) – Mobilisation de la main d’œuvre agricole: la dépendance da la zone rurale de Luiza des centres miniers du Kasai et du Haut-Katanga industriel (1928-1945). *African Economic History*. 16, p. 39-60.
- LAMBERT, Pierre-Yves Lambert (1999) – *La participation politique des allochtones en Belgique – Historique et situation bruxelloise*. Louvain-la-Neuve: Academia-Bruylant (coll. Sybidi Papers), juin.
- MARX, Karl (1975) – *Travail Salarié et capital*. Paris: Éditions Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1977) – *Le Capital*. Paris: Éditions Sociales.
- MURTEIRA, Mário (1999) – «Formação e colapso de uma economia colonial». In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti, org. – *História da Expansão Portuguesa*. Vol 5. Lisboa: Círculo de Leitores.
- NOON, John. A. (1944) – *Labor Problems of Africa*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa (1970) – *Economia de Angola – Evolução e Perspectivas 1962-1969*. Luanda: Imprensa Nacional.
- \_\_\_\_\_ (2005) – *Memórias de África: 1961-2004*. Lisboa: IPAD.
- PIMENTA, Carlos (1989) – *Os salários em Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho.
- REPUBLICA PORTUGUESA. COLÓNIA DE ANGOLA (1936) – *Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África*. Aprovado por Decreto n.º 16.199 de 6-12-1928, Luanda: Imprensa Nacional.
- \_\_\_\_\_ (1966) – *Código do Trabalho Rural*. Decretos n.ºs 44.309 e 44.310, de 27-4-1962. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique
- ROCHA, Alves da; LOURENÇO, Nelson & MORAIS, Armando (1979a) – Angola nas vésperas da independência (I). *Economia e Socialismo*. 36, p. 25-44.
- \_\_\_\_\_ (1979b) – Angola nas vésperas da independência (II). *Economia e Socialismo*. 37, p. 39-49.
- \_\_\_\_\_ (1979c) – Angola nas vésperas da independência (III). *Economia e Socialismo*. 38, p. 40-49.
- ROQUE, Fátima et al. (1991) – *Economia de Angola*. Lisboa: Bertrand Editora.



- SANTOS, Maciel ( 2010) – A rendibilidade do trabalho escravo e o “efeito-tempo” – uma hipótese de explicação. *Africana Studia*. 14, p. 121-139.
- SCHNEIDER, Eugene V. (1966) – *Sociologia Industrial – Relaciones Sociales entre la industria y la comunidad*. Madrid: Ediciones Guadarrama.
- SLADE, Ruth (1960) – *The Belgian Congo – Some Recent Changes*. London: Oxford University Press.
- TILLY, Pierre (2014) – «Le Congo belge, une colonie modèle en matière sociale?». In SCHUYLENBERGH, Patricia van & LANNEAU, Catherine & PLASMAN, Pierre-Luc, dir. – *L’Afrique belge aux XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècles. Nouvelles recherches et perspectives en histoire coloniale*. Bruxelles: Peter Lang.
- TOURAINÉ, Alain (1966) – *La conscience ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil.
- VELLUT, Jean-Luc (1986) – «Mining in the Belgian Congo». In BIRMINGHAM, David & PHYLLIS, M. Martin – *History of Central Africa*. Vol. 2. London and New York: Longman.



# UMA LEITURA SEMIÓTICA DA POESIA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

MARIA BELÉM RIBEIRO

Universidade Lusófona do Porto.

Esta alocução insere-se mais numa vertente pragmática, focando a interpretação e compreensão textual de alguns poemas selecionados da obra *Kissange*<sup>1</sup>, sem descurar, contudo, o valor da semiótica no campo artístico angolano e, sobretudo, explorar o valor dos signos e da simbologia em temáticas marcadas pelas raízes e pelas mundividências da guerra.

Manuel Lima, tal como outros escritores angolanos – Pepetela, Luandino Vieira, Agostinho Neto – foi um dos escritores que escreveram mais de «fora» para «dentro», isto é, foi uma das pessoas que tiveram a possibilidade de se «europeizar» culturalmente e, portanto, puderam olhar para o país de origem com uma visão deslumbrada, encarniçando-se-lhes, talvez, mais a raiva por uma terra que sofria à distância. Desde muito cedo, Manuel Lima revelou-se um bom aluno e teve a possibilidade de vir para Lisboa estudar e conviver com as novas ideias que se discutiam na Casa dos Estudantes do Império defendidas pelos colegas que também estudavam na capital. Era uma espécie de geração angolana do *Orpheu* que pretendia mostrar ao mundo as suas ideias revolucionárias, combatendo o silêncio, a guerra e os conflitos raciais que se agravavam na terra-mãe. Essas mágoas aumentavam o sentido patriótico e a «orfandade» de uma terra/mãe cada vez mais dividida pela luta e manchada de sangue; de igual modo, as desigualdades sociais associadas a movimentos de colonos e colonizados agudizavam a negritude e tudo isto contribuía para que as vozes dos

---

<sup>1</sup> LIMA, 1961.

estudantes se erguessem contra uma terra de ninguém a ser usurpada pelos poderosos – os *Predadores* denunciados por Pepetela<sup>2</sup>.

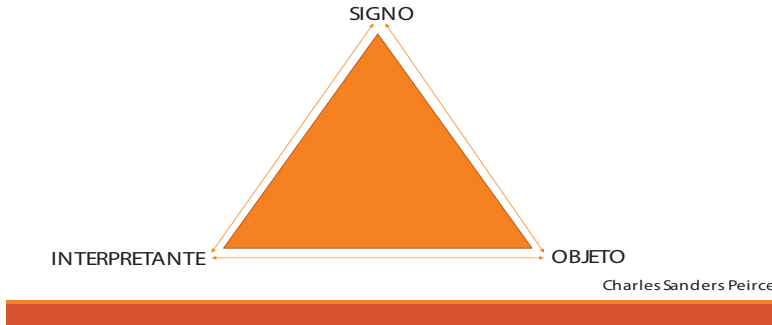
Hoje, como diversos escritores da sua geração, tornou-se um desiludido da terra e um viajante de sonhos.

Após estas breves notas contextuais, procederemos a uma rápida explicação sobre a semiótica e o seu campo de atuação. Entende-se por semiótica a ciência dos signos, isto é, o estudo dos signos e da forma como eles funcionam.

A semiótica centra-se, assim, em três áreas principais: no signo propriamente dito, nas suas diferentes variedades e nas suas diferentes formas de veicular significado; nos códigos ou sistemas em que os signos se organizam e na cultura no interior da qual estes códigos e signos se encontram organizados. A semiótica centra, portanto, a sua máxima atenção no texto.

O signo é algo físico, perceptível pelos nossos sentidos, refere-se a algo diferente de si mesmo. Para Peirce<sup>3</sup>, um dos fundadores da semiótica, «um signo é algo que representa algo para alguém a determinado respeito ou capacidade».

Assim, um signo refere-se a algo diferente de si mesmo – o objeto – e é compreendido por alguém, ou seja, tem um efeito na mente do utente – o interpretante (o próprio efeito significativo, é sempre o resultado da experiência que o utente tiver dessas palavras).



O nosso corpo funciona como um *scanner* que absorve toda a realidade que por ele passa e constrói-lhe um sentido. Neste contexto, tentaremos partilhar com o público uma nova leitura das palavras de Manuel dos Santos Lima.

### quissange na noite

Quero uma noite de fantasia  
uma noite de futuro

<sup>2</sup> PEPETELA, 2005.

<sup>3</sup> PEIRCE, 1990.

para toda a minha África.  
Não quero nada mais que esta noite.

Estão os meninos adormecidos,  
não há cazumbis nos caminhos,  
estão as fomes interrompidas.

Ouve o quissange!

Noite madura e larga  
como o horizonte,  
mochos calados,  
rios de eternidade,  
aromas sublimados,  
oração do silêncio.

Ouve o quissange!

Germinam as sementes  
no pensamento das gentes,  
não há maldições no vento,  
não sussurram os mistérios,  
não há rusgas nos quimbos;  
descem as bênçãos  
até aos mortos de apelidos perdidos.

Ouve o quissange!

A Paz e o Amor  
caminham de mãos dadas na noite.  
No mundo tudo está certo,  
o verme e a pedra,  
a flor e a estrela,  
tudo está em ordem.

Ouve o quissange!

Ouve... ouve...

O sujeito poético começa por exprimir um desejo, «Quero uma noite de fantasia», para África que abraça como sendo sua, «minha», sem excluir ninguém e nenhum espaço, «toda», «para toda a minha África». Curiosamente, ele pede uma «noite de fantasia», parecendo contrapor o medo e a simbologia do escuro conotados pela «noite» à fantasia que

tanto aspirava para o futuro. Sendo a noite rica em virtualidades de existência, a entrada na noite pode despoletar pesadelos e indeterminação. Segundo o *Dicionário de símbolos*<sup>4</sup>, «a noite apresenta um duplo aspeto: o das trevas onde fermenta o futuro, e o da preparação do dia, donde brotará a luz da vida» (474). Mas a noite pode ser ainda tempo de purificação da memória, surgido após o despojamento e vazio de um tempo mal vivido. Nesta perspetiva, compreende-se melhor a razão pela qual a noite desejada pelo sujeito lírico é «de fantasia».

Apenas pede uma noite, «Não quero nada mais que esta noite». De reforçar que a prece transita entre o indefinido, «uma noite», e o determinante demonstrativo, «esta». Esta referência deítica remete-nos para uma «noite» concreta – é o espaço-tempo de paz e de sonho onde ninguém sofre e que é evocado na segunda quadra. Nesse sonho – parece dirige-se no imperativo, «Ouve», convocando todos, inclusivamente o leitor, a participar no «quissange». A convocação à música sugere a necessidade de relembrar uma pátria sem medos e privações: «não há cazumbis nos caminhos/estão as fomes interrompidas» – apenas impera a música, para acalmar a maldade dos homens e saciar a fome. O quissange sobrepõe-se a todos os pesadelos, daí o tom mais descritivo do poema, pois a noite adquire maturidade e grandeza, contagiando a natureza circundante, desde as aves aos rios, sobressaindo os sentidos sublimados e extasiados num tempo de silêncio – a simbologia da música na cultura angolana –, o caos a transformar-se em cosmos e nesta harmonia das faculdades da alma o homem pode reaprender a amar e reencontrar a paz: «A Paz e o Amor/caminham de mãos dadas na noite». O poeta acredita na força do quissange e, por isso, reitera o pedido, «Ouve... Ouve».

Os elementos da Natureza – noite, mocho, rios, aromas – encontram uma ordem natural perdida pela guerra e pela violência instalada e, pelo carácter messiânico do verbo, «A Paz e o Amor/caminham de mãos dadas pela noite», a ordem restabelece-se – «No mundo tudo está certo, o verme e a pedra, a flor e a estrela, tudo está em ordem.» Aqui a palavra «ordem» conota uma metafísica perdida, por oposição ao caos e à desordem.

O poeta, mensageiro da pátria, arauto da boa nova, restitui pela palavra a ordem natural dos elementos da natureza.

#### **escravos**

Os homens acharam-se de peito  
 ao relento,  
     sem terra,  
     sem caminho,  
     sem destino,  
 homens sòzinhos  
 acorrentados no terreiro

<sup>4</sup> CHEVALIER, 1982.

com os caminhos incógnitos do universo  
 traçados nos rostos atónitos,  
 homens de peito  
 ao relento,  
 quissanges dispersos  
 nas insónias do mar.

Este poema insere-se mais no ciclo da negritude, tempo de guerra e de escravatura. Eram homens perdidos, sem caminho e sem lar metaforicamente retratados, «quissanges dispersos/nas insónias do mar». Esta imagem gravada na memória do sujeito poético permanece muito viva na repetição anafórica de «sem», reforçando a privação a que o homem estava/era sujeito. A evocação de «quissanges» uma vez mais reforça o papel dos rituais africanos e dos sons que ajudam a embalar os corpos dormentes famintos de um lar: «homens de peito/ao relento». Esta ligação ao mar desperto «nas insónias» remete para a falta de identidade do homem com a terra onde habita, sugerindo outras paragens e sacrifícios a que os escravos foram sujeitos. A terra não lhes pertencia e o mar transportou-os para o Brasil e para a América. Este passado histórico aliado à memória presente de Manuel Lima explica a necessidade de o poeta evocar o abandono e o desprezo a que o homem era votado; marcas gravadas na alma que tinha de as reportar para a escrita.

Mais uma vez, o signo sinal do sofrimento aliado à representação da cultura e da alma do ser africano pelo som que lhe é intrínseco, «quissanges» – o plural reforça essa representação pelo signo que tem o efeito de recriar imageticamente na mente do utente – esta mesma representação do africano.

### **Jornada**

Vinhas só,  
 o olhar poeirento  
 e um oásis de esperança  
 nas mãos desertas.

Vinhas só,  
 as carnes acesas em sangue,  
 os cabelos de sombra estendidos  
 pela terra imensa mordida de dor;  
 e na areia solta dos teus pés  
 eu vi as raízes de África.

Chegaste  
 com passos velhos de ecos

que soaram  
 batuque e conquista  
 nas noites tumultuosas da Impis.

Chegaste  
 e cresceste em mim  
 no grito dos tempos.  
 Descansa à sombra da minha Vontade,  
 mãe,  
 eu continuarei a Jornada.

A «Jornada» continuada pelo sujeito poético ao evocar a sua mãe contém o gérmen do resgate da sua terra. O facto de ter visto, através dos pés, as raízes de África: «E na areia solta dos teus pés/eu vi as raízes de África». A Simbologia dos pés – a lembrar Monakazi, da *Parábola do Cágado Velho*<sup>5</sup> – que ansiava por uma terra, um lugar que lhe despertasse o sentimento de pertença.

A mãe ensinou-o a ver a terra-mãe que, contrariamente à passagem do humano, fica para sempre. O papel da mulher em África é mesmo esse: ensinar os rituais e preservar a memória dos tempos. Note-se a referência ao «batuque» e ao «quissange» como símbolos da cultura africana muito enraizados no seu povo.

O poema começa no imperfeito do indicativo, «vinhas», e desenvolve-se num tom familiar entre o «eu» e o «tu»; depois a memória, descendo aos seus escaninhos, passa para o pretérito perfeito, «chegaste». Já nos três últimos versos, após a referência ao presente, «Descansa», e ao vocativo, «mãe», a jornada catapulta-se para o futuro – «continuarei». Se a mãe cumpriu a sua jornada, o sujeito está perante uma ação inacabada, o que revela que ainda há um tempo de reconstrução; é esse tempo de reedificação que permite gerar a partir dos eixos paradigmáticos as combinações sintagmáticas que conferem outra vida a África, tal como anuncia o poema com este título.<sup>6</sup>

Ainda em «Jornada», a fusão dos elementos humanos com a terra permite a construção de um cenário que remete para a ligação do sujeito poético a um espaço maternal que o acompanhou no crescimento e, agora, está e continuará nele. É a terra-mãe a eternizar-se nos sentimentos do filho.

Vinhas	só
Olhar	poeirento
Mãos	desertas
Carnes	acesas em sangue
Cabelos	de sombra

<sup>5</sup> PEPETELA, 1997.

<sup>6</sup> O poema África não foi transcrito, devido à sua extensão. Pode ser consultado em LIMA, 1961.



Terra	mordida de dor
Areia	solta
Passos velhos de ecos	batuque e conquista
Chegaste	cresteceste em mim

Nesta linha gerativa de significações, o estéril passa a fecundo, África surge como um ideal messiânico que o poeta vinha desde o início da sua escrita a traçar com palavras: terra «sem» – espaço de privação, mas que por não ter nada, nada tem para cobiçar – não desperta a cobiça pela morte anunciada dos metais e das pedras preciosas – a terra antes das três idades, livre dos sete pecados mortais que vitimaram e vitimam o Homem – terra iniciática que permite a escritura da *narração da nação*<sup>7</sup>.

O poeta assume-se como um visionário, um olhar de Deus na criação do Mundo. É ele que organiza os elementos da natureza (água, terra, fogo e ar), lhes confere características cromáticas e sensoriais e permite a sua fusão com o Humano.

A criação do mundo dá-se pela interseção de elementos Natureza/Humano – II parte do poema – a comparação da abertura da terra como gènesis do Universo (metáfora da fecundação da terra): «como sexos de fogo», «Como um licor fecundante».

Na II parte o escuro foi substituído pela Luz sinónimo de Vida – referência ao nascimento do mundo.

Manuel Lima é um poeta orgânico que ao valorizar a fauna e a flora permite emergir um misticismo panteísta para favorecer o equilíbrio cósmico. Neste palco, sobressai o papel dos acordes musicais da Natureza, «o coqueiro como uma clave de fá/na pauta do universo», «como a água entre o quissange das pedras».

A semiótica cromática surge aliada a outros sentidos: a referência ao arco-íris que, pela sua natureza, cria um espectro de luz que reflete as tonalidades das flores, «Branças, verdes ou amarelas, amo-as todas». A cor rubra conota o calor, o carácter ardente desta terra vermelha de África, mas também o sangue e a guerra, a escravidão e a liberdade, reúne o sagrado e o profano, «rios vermelhos e quentes».

Na VI parte, a alusão ao determinante possessivo, «meu», retoma o início do poema quando se refere à terra e aos rios. Há uma espécie de gradação crescente que sugere a perfeita comunhão entre natureza/homem – «A minha alma está neles, / líquida e sonora».

A terminar, surge a criação – o Homem – como fruto da terra e «com destino de estrela» –, é um homem divinizado. Não haverá uma passagem do misticismo pagão ao plano mítico? Não sentiremos um apelo das escrituras que se mantém sempre atual, «Olha bem este Homem. Ama-o como eu.»? É esta África sublimada que faz parte do visionarismo do poeta, contrapondo o onírico ao real. A «sua» África não corresponde certamente ao espaço concreto vivenciado por muitos cidadãos do mundo.

<sup>7</sup> BHABHA, 1990.

Com estas reflexões, pretendemos abrir perspetivas sobre novas leituras e novos significados que os signos aportam. Foi intenção levantar o véu semiótico dos textos, evidenciando o processo criativo infinito que existe em nós, enquanto leitores.

Para concluir, relembramos que signo é sinal, senha, desenho, desígnio, é a chave pessoal, a ligação entre a sensibilidade e a inteligência e evocamos as palavras da compositora e cantora brasileira Marisa Monte, a corroborar o papel semiótico na decifração narrativa do mundo: «Coisas transformam-se em mim / É como chuva no mar, / (...) É só alguém batizar / Nome p'ra chamar de / Nuvem, vidraça, varal, / Asa, desejo, quintal, / O horizonte lá longe, / Tudo o que o olho alcançar / (...) Frases, vozes, cores, / Ondas, frequências, sinais, / O mundo é grande demais / Coisas transformam-se em mim, / Por todo o mundo é assim. / Isso nunca vai ter fim».

## Referências bibliográficas

- BHABHA, H. (2001) – *Narrating the Nation*. In PECORA, Vincent P., ed. – *Nations and Identities*. Oxford: Blackwell.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. (1982) – *Dicionário dos símbolos*. Trad. do francês por C. Rodriguez e A. Guerra. Lisboa: Editorial Teorema.
- LIMA, Manuel dos Santos (1961) – *Kissange*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- PEIRCE, C. S. (1990) – *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- PEPETELA (1997) – *Parábola do Cágado Velho*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PEPETELA (2005) – *Predadores*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RIBEIRO, Maria Belém (2009) – *A definição de uma Literatura: Literatura Angolana*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

# O POEMA «ÁFRICA», DE MANUEL DOS SANTOS LIMA: ECOS DO *LIVRO DO GÊNESIS*

RUI TEIXEIRA

MEAF – Universidade do Porto.

Uma rápida leitura do poema «África», incluído em *Kissange*, permite estabelecer uma conexão entre este e o texto bíblico, nomeadamente o do *Livro do Génesis*.

Porém, antes de iniciar qualquer análise do poema, convém referir que esta estratégia de aproximação à *Bíblia* não é estranha na obra de Manuel dos Santos Lima. Utilizando como exemplo o livro de 1984, *Os anões e os mendigos*, é possível confirmar esta apropriação do texto sagrado. Aproveitam-se partes do Antigo Testamento, mais concretamente do *Livro dos Juízes*, *Êxodo* e *Levítico*. A citação do *Livro dos Juízes* remete para a promessa de um espaço de felicidade, o que será contrariado pelas citações seguintes, que apelam à violência e à justiça. Para além da escolha das epígrafes, os nomes das personagens também fazem parte do texto bíblico. Elias, Jeremias, Judite e Davi são exemplos de profetas e reis que no romance são trabalhados como falhados. As interseções entre a *Bíblia* e a obra romanesca de Manuel dos Santos Lima servem, sobretudo, para marcar uma posição política de combate, associada a uma quebra progressiva da fé na mudança. No entanto, apesar de continuar a recorrer à *Bíblia*, é outra a finalidade em «África».

Este poema é anterior ao romance referido. Foi publicado em *Kissange*, com edição da Casa dos Estudantes do Império. A sua estrutura está bem demarcada, mesmo a nível visual – encontra-se dividido em sete partes. Embora a simbologia numérica seja variável conforme a cultura, é possível relacionar esta divisão com a criação do mundo descrita pelo *Livro do Génesis*. Segundo este texto, a Terra foi concebida em sete dias – seis de trabalho e um de descanso. Manuel dos Santos Lima, tal como Deus, criou o continente africano em

sete momentos. Contudo, não há uma correspondência direta entre os dois textos: a primeira parte do poema não corresponde ao primeiro dia da criação, nem a segunda parte ao segundo dia, e por aí em diante. Manuel Lima procura aproveitar alguns elementos genesíacos para uma reinvenção de África. Pode ser considerada uma tática para legitimar a ideia de uma África já muito antiga, sagrada, de uma determinada forma. Não há combate a um texto com vista à destruição de um cânone que rejeitou durante séculos a produção africana. Neste poema prefere-se uma lógica que prima pela introdução natural de um texto literário num cânone. Aqui o texto africano torna-se semelhante ao texto produzido por outras culturas.

Entrando agora no comentário mais aprofundado ao poema, encontra-se um início em tudo semelhante à primeira fase de criação bíblica. O vazio da terra é o aspecto mais em foco na parte I do poema:

Esta é a terra  
sem nome, sem homens,  
grande e antiga  
terra minha,  
espaço sem dimensão,  
horizonte imóvel  
na extensão planetária.

Não há nada para cobiçar;  
não tem dono  
a sua grandeza imensa,  
jaz apagado o diamante,  
anónimo está o ouro,  
arde o ferro  
na massa subterrânea,  
falta personalidade à prata.

Não há nada para cobiçar;  
só silêncio,  
só terra grande,  
sem nome,  
sem homens,  
grande e antiga  
terra Minha<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> LIMA, 1961: 17-18.

É apresentado um lugar concreto e definido, a «terra», o que se comprova pela utilização do determinante demonstrativo «esta» e pelo artigo definido «a». Contudo, este lugar está completamente vazio: não é nomeado, não possui homens ou dono, nem tem nada para cobiçar. Tal quadro é semelhante ao que se encontra no *Livro do Génesis*: «No princípio, Deus criou os céus e a terra. A terra era informe e vazia»<sup>2</sup>.

Contudo, é necessário estabelecer uma diferença entre o vazio de que se fala em ambos os textos. Na primeira parte do poema nunca é utilizada a palavra «vazio». É a partir de outras expressões que se pode chegar a essa ideia. Ao silêncio e à ausência de dono junta-se a ausência de nome e de homens, facto que é enfatizado, já que é mencionado duplamente. É a partir desta última evidência que se pretende estabelecer a diferença entre os dois textos. A colocação de um nome é semelhante à criação de um conceito, afastando o objeto da sua natureza e aproximando-o do humano. Foucault, na sua obra *As palavras e as coisas*, discute esta mesma divergência. Utilizando a narrativa bíblica, o autor mostra que a linguagem foi dada ao homem por Deus, e que os nomes eram colocados por similitude – a palavra e o objeto eram o mesmo e mantinham uma relação baseada no pressuposto da verdade. O episódio da destruição de Babel pôs termo a esta relação. É a partir desta base que Foucault analisa o fenómeno da linguagem, chegando ao ponto de afirmar que, no pensamento moderno, «a profunda interdependência da linguagem e do mundo acha-se desfeita»<sup>3</sup>. Manuel dos Santos Lima, através da inexistência do humano, procura atingir um estado original do continente africano, ao mesmo tempo que tenta estabelecer a sua linguagem como verdadeira. Já no *Livro do Génesis* o vazio da terra é uma ausência de tudo, seja humano ou natureza. A própria terra carece de uma identidade, pois é caracterizada pela palavra «informe».

Outra das diferenças entre as narrativas encontra-se ao nível do sujeito da enunciação. Em «África» assiste-se a um sujeito de primeira pessoa, ao passo que no *Livro do Génesis* a enunciação é feita na terceira pessoa. Esta conceção tem implicações na forma como se leem os dois textos. O sujeito poético possui uma experiência empírica do lugar. Caracteriza-a como «grande», «antiga» e com uma «tensão planetária». Por outro lado, apesar de afirmar o vazio da terra, não deixa de a reconhecer como sua, utilizando um determinante possessivo. Este determinante é empregue por duas vezes: a primeira com a letra inicial minúscula e a segunda com a inicial em maiúscula. Esta diferença é significativa e parece indiciar um progressivo aumento da noção de pertença à terra de que se fala. Com uma enunciação na terceira pessoa, tal como é a do *Livro do Génesis*, o narrador distancia-se daquilo que expõe, contribuindo para uma posição neutra perante o que é narrado.

A segunda parte do poema retoma o tema da natureza e mostra como esta é responsável pela vida na terra. É feita referência a elementos como o fogo, a lava, os vulcões, o relâmpago ou a chuva. A estes junta-se um vocabulário relacionado com a fecundação: «sexos»,

<sup>2</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 27.

<sup>3</sup> FOUCAULT, 1998: 98.

«desejos», «cio», «amor», «fecundante» e «cópula»<sup>4</sup>. Esta estratégia tem um objetivo claro e afirmado no próprio texto: realizar «a cópula total dos elementos»<sup>5</sup>. A lava é um exemplo desta fusão elementar. A lava é produzida a partir de um material, o magma, sujeito a elevadas temperaturas. Expelida pelos vulcões, a lava é viscosa, o que corresponde a um estado intermédio entre o sólido e o líquido. E se, como afirma o poema, for misturada com a água da chuva, torna-se sólida. Através da metáfora da lava pode perceber-se que a natureza é capaz de se construir a ela própria, transformando-se e criando o seu mundo. No entanto, toda esta vida é associada a elementos naturais, mas inanimados. Não seria expectável que esta natureza geológica tivesse a capacidade de ser tão ativa, mas o movimento que lhe é inculcido torna-a semelhante a qualquer ser vivo, seja ele uma planta, um animal ou um homem.

No *Livro do Génesis* é apresentada uma versão que em nada corresponde à produção de Manuel Lima. Toda a natureza provém de Deus, sendo esta a entidade que cria o céu, a terra, a luz, as plantas e os animais. Há uma relação hierárquica entre Deus e a natureza, onde o primeiro domina o segundo. Esta relação é anulada no poema, no qual a entidade que cria é a mesma que é criada. O desaparecimento de Deus desta equação acaba por tornar a própria natureza sagrada.

É na terceira parte de «África» que aparece o elemento «luz», presente no primeiro dia da criação. Na primeira estrofe é feito um jogo de contrastes entre a luz e a treva, tal como no livro bíblico:

Varada a treva pelo raio original,  
foi Luz a Vida  
em todo o seu esplendor;  
conheceu o Ser a sina da sombra  
e a soma vital de cada dia<sup>6</sup>.

Apesar da semelhança entre os dois textos comparados, o *Livro do Génesis* faz um juízo de valor em relação à luz: «Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas. Deus chamou à luz dia, e às trevas noite»<sup>7</sup>. Esta afirmação obriga à atribuição de um valor positivo à luz e de um valor negativo à escuridão. Manuel dos Santos Lima não resolve este contraste, preferindo a sua manutenção. A prova disso é a utilização da imagem de uma noite com luar. A noite, apesar da escuridão, continua a ter a claridade proporcionada pela lua.

A terceira parte continua a segunda, na medida em que prossegue a ideia de uma fusão dos elementos. Assume-se que o «raio original» se fundiu com a terra, destruindo a cegueira e a solidão. Por outras palavras, é aqui que se inicia a vida:

<sup>4</sup> LIMA, 1961: 18-19.

<sup>5</sup> LIMA, 1961: 19.

<sup>6</sup> LIMA, 1961: 19.

<sup>7</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 27.

[...] palpitou a Vida  
na semente do acaso,  
articularam-se os músculos  
nas espessuras,  
estremeceu o vento  
na amplidão<sup>8</sup>.

Para além da natureza geológica já presente, passa a haver uma existência biológica:

Fera, metal e flor  
escolheram os seus domínios  
antes da madrugada  
em que pressentiram os passos do homem,  
recém-despertado  
do sonambulismo da Criação<sup>9</sup>.

Esta estrofe mostra uma natureza inteligente, capaz de fazer escolhas. Enfatiza-se o facto de que este episódio ocorre ainda antes da chegada do ser humano, como se este não fosse o único a ter a capacidade de escolher. O homem não domina a natureza – estão ambos ao mesmo nível. A natureza é, ao mesmo tempo, sagrada e profana, está ao nível da humanidade e de Deus.

A quarta parte de «África» é a continuação da criação da natureza biológica. Foca-se a atenção no crescimento das árvores, sendo estas caracterizadas como «patriarcas do Povo» e como «magnas divindades»<sup>10</sup>. A ligação entre a palavra «patriarca», considerando a sua utilização como um eco do vocabulário bíblico, e a palavra «divindade» produz o efeito, já explorado, de uma certa sacralização da natureza. Aliás, as árvores são adoradas como deuses:

[...] aprenderam os meninos a amar  
o grave baobá,  
a fecunda bananeira,  
o coqueiro como uma clave de fá  
na pauta do universo<sup>11</sup>.

Contudo, esta citação coloca alguns problemas. Até aqui o sujeito da enunciação nunca afirmou o aparecimento da humanidade, apenas o previu. No entanto, assegura que os meninos aprenderam a amar as árvores. Há aqui uma mistura temporal – o tempo da

---

<sup>8</sup> LIMA, 1961: 20.

<sup>9</sup> LIMA, 1961: 20.

<sup>10</sup> LIMA, 1961: 20.

<sup>11</sup> LIMA, 1961: 21.

enunciação não corresponde ao tempo do enunciado. Assiste-se a um sujeito poético que não é definível temporalmente. Daqui deriva uma sensação de eternidade deste sujeito, característica comum a qualquer divindade.

Ainda nesta quarta parte encontra-se uma referência à árvore da vida. Esta é uma das duas árvores referidas nos primeiros capítulos do *Livro do Génesis* – a outra é a árvore do conhecimento do bem e do mal. O sujeito poético, em «África», coloca Deus como aquele que forneceu à humanidade os frutos da árvore da vida. Este episódio é diferente do relatado no *Livro do Génesis*. Neste livro bíblico, apesar de Deus ter autorizado o consumo dos frutos de todas as árvores do Éden, exceto dos da árvore do conhecimento, Adão e Eva nunca comeram os frutos da árvore da vida. Levados pelas palavras da serpente, o primeiro homem e a primeira mulher acederam ao conhecimento do bem e do mal, alimentando-se da árvore que lhes tinha sido proibida. Tal atitude valeu-lhes a expulsão do paraíso e, ao mesmo tempo, fez com que Deus tornasse inacessível a árvore da vida:

*E o Senhor Deus disse: “Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal. Agora, pois, acautelemo-nos não estenda ele a sua mão e tome também do fruto da árvore da vida, e o coma, e viva eternamente”. O Senhor Deus expulsou-o do jardim do Éden, para que ele cultivasse a terra donde tinha sido tirado. E expulsou-o; e colocou ao oriente do jardim do Éden querubins armados de uma espada flamejante, para guardar o caminho da árvore da vida<sup>12</sup>.*

Manuel dos Santos Lima subverte esta narrativa. Permite que a humanidade aceda à árvore da vida para que alcance a eternidade. Através da árvore da vida, a humanidade estaria ao mesmo nível de Deus. Encontram-se aqui, de novo, três elementos: natureza, humanidade e Deus. Este triângulo pressupõe a eliminação da hierarquia entre estas três entidades.

Na quinta parte do poema prossegue a criação de uma natureza biológica, onde se destaca o aparecimento das flores. É referida a rosa, a magnólia e o cravo. A flor é vista como a fonte onde os seres vivos procuram algo: a mariposa procura a cor, o besouro tenta encher a sua taça e o poeta e a abelha encontram a doçura. O próprio sujeito poético alude ao seu amor pelas flores, destacando a sua multiplicidade de cores. O seu respeito pela flor é tão grande que não a arranca simplesmente da terra – pede-lhe que ela se arranque a si própria, se o quiser fazer. Esta cedência à vontade da flor mostra o quão elevado é o valor deste ser vivo e, por metonímia, da natureza.

A primeira vez que aparece uma referência concreta a um espaço extratextual é na quinta parte. África é mencionada como lugar onde nasce algo novo, à semelhança das flores que acabaram de nascer no poema. Mas o florescimento africano foi feito à custa de

---

<sup>12</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 30.



mortos, «passados e futuros»<sup>13</sup>, para os quais o sujeito poético pede flores. A morte será uma problemática eterna – morre-se quer pela escravidão, quer pela liberdade. Mais uma vez se encontra um sujeito poético capaz de viajar entre diferentes tempos, entre a criação do mundo e o tempo atual.

A sexta parte tem como motivo base o rio. O sujeito poético pretende confundir-se com os rios:

A minha alma está neles,  
líquida e sonora  
como a água entre o quissange das pedras,  
o anoitecer nas fontes<sup>14</sup>.

Este rio transforma-se em sangue, metaforizado através de um sujeito poético no qual correm «rios vermelhos e quentes» na sua «dimensão física»<sup>15</sup>. Esta parte do poema ajuda a explicar a constante evolução do sujeito poético. A água, representada pelo rio, não possui vida, embora se movimente. Por outro lado, só os animais e os humanos possuem sangue. Este desvelamento constante do sujeito acompanha uma evolução da natureza: primeiro uma natureza geológica, caracterizada pelos metais ou pelas pedras; e depois uma natureza biológica, numa primeira fase composta por plantas, numa segunda por animais e numa terceira pela humanidade, apenas completamente assumida na sétima parte do poema. Esta construção do sujeito é muito semelhante à criação sugerida pelo *Livro do Génesis*. Recorde-se que, segundo esta narrativa, ao terceiro dia Deus criou a terra, povoando-a com plantas, e no quinto e sexto dias apareceram os animais e o homem. Neste ponto do poema verifica-se que não é abordada apenas a gênese de uma terra mas também a gênese de um sujeito, como se terra e sujeito fossem a mesma entidade.

A evolução do sujeito/natureza termina na sétima parte. O primeiro verso, «Este é o Homem»<sup>16</sup>, sugere que o ser humano é o culminar de um caminho de desenvolvimento. Mais uma vez procura-se a harmonia entre natureza, homem e Deus – o verso «carne da terra»<sup>17</sup> demonstra uma ligação intrínseca entre a natureza e o humano, ao passo que «livre e feliz como um deus»<sup>18</sup> remete para uma conexão entre o humano e o divino. É no sincretismo entre estas três entidades que reside o arquétipo do Homem: «primário e autêntico», «puro como a aurora»<sup>19</sup>. No entanto, este Homem perfeito tem um destino que não seria de prever:

<sup>13</sup> LIMA, 1961: 22

<sup>14</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 23.

<sup>15</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 23.

<sup>16</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 23.

<sup>17</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 23.

<sup>18</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 23.

<sup>19</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 23-24.

Esperam-no  
chanas e terreiros,  
bataques e azagaias,  
grilhetas e caminhos negreiros<sup>20</sup>.

Há uma descrença no evoluir da humanidade. Esta não é capaz de manter a sua perfeição original.

O último verso do poema revela um sujeito que se assume como a voz de uma história ainda não contada. Utilizando os conceitos de Maurice Halbwachs, o sujeito poético tenta preservar a memória individual e coletiva através do seu testemunho, combatendo o esquecimento provocado pela memória oficial. «Eu hei-de contar a história»<sup>21</sup> fecha o poema, mas, ao mesmo tempo, semeia algo novo. É uma prova de que o fim pode ser sempre um início.

Em suma, «África» tem uma base bíblica, mas subvertida. Manuel dos Santos Lima aproveita a ideia de criação e alguns elementos citados no *Livro do Génesis* para construir um poema que retrate o nascimento de um continente. Ambos os textos se baseiam numa lógica evolutiva, mas distinguem-se na hierarquização dos elementos. O poema anula a estrutura proposta pela narrativa bíblica e promove a harmonia entre a natureza, o homem e a divindade. Manuel Lima propõe uma visão sincrética da realidade, tentando impor a escrita como a sua verdade e como a sua memória. Aproveitando a metáfora da cópula dos elementos, pode-se afirmar que a poesia deste autor é uma constante fusão e tradução de mundos, procurando dar conta da vitalidade do universo.

## Bibliografia

(1998) – *Livro do Génesis*. In *Bíblia Sagrada*. Cucujães: Editorial Missões, p. 27-97.

FOUCAULT, Michel (1998) – *As palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70.

HALBWACHS, Maurice (1992) – *On collective memory*. Chicago: University of Chicago Press.

LE GOFF, Jacques (1988) – *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard.

LIMA, Manuel dos Santos (1961) – *Kissange*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.

---

<sup>20</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 24.

<sup>21</sup> *Livro do Génesis*, 1998: 24.

# HISTÓRIA SEM FIM: O RACISMO NA OBRA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA *A PELE DO DIABO*

PATRYCJA LITEWNICKA

MEAF – Universidade do Porto.

## RACISMO

Desde a Guerra Civil, os Afro-Americanos envolveram-se em todos os conflitos militares em que os EUA participaram. Eles lutaram por um país que, até os anos 60 do século passado, lhes negou direitos civis básicos. A guerra do Vietname viu a maior proporção de sempre de negros a servir num conflito armado americano. A participação dos norte-americanos de ascendência africana no exército dos EUA tem uma história longa e distinta. Embora os Afro-Americanos tenham participado em todas as guerras americanas, sempre enfrentaram muitos problemas relacionados com racismo. Por este motivo, particularmente desde os anos 70 do século passado, os militares dos EUA têm feito um esforço sério para a integração racial e, embora ainda haja muito a fazer, atingiram um grau de sucesso nesta área que ultrapassa a maioria das instituições civis<sup>1</sup>.

Além de manifestações contra a política militar externa, uma parcela significativa da sociedade norte-americana começou a contestar nos anos 70 os seus próprios valores e preconceitos. Valendo-se da imagem democrática que o país procurava projetar por causa da Guerra Fria, o movimento negro ganhou força, denunciando a contraditória realidade das relações raciais, a pobreza e a discriminação a que eram submetidos os negros dos EUA. A sociedade norte-americana teve assim um importante papel na expansão do Estado do bem-estar social no país. Por outro lado, foi uma das principais ferramentas do «American

---

<sup>1</sup> Cf. CHAMBERS II, 1999.

Way of Life» que se tentava imprimir no mundo capitalista. Na defesa do reconhecimento e igualdade de direitos e oportunidades, mobilizou-se para alterar as relações políticas, raciais e sociais no país. O uso de canções e comícios aproximou os brancos da luta dos negros, em grande parte devido ao carismático líder Martin Luther King, pastor da Geórgia, que propunha a luta por direitos civis de forma não-violenta – também em resposta opositiva à Guerra do Vietname. O Partido dos Panteras Negras, importante e até hoje lembrado na luta militante contra o racismo, pretendia garantir serviços sociais para a comunidade negra a partir de um «nacionalismo cultural». E ativistas e militantes, como o líder muçulmano Malcom X, proporcionaram visibilidade ao *black power*, valorizando tradições afro-americanas e o apoio a movimentos revolucionários no Terceiro Mundo. As estratégias, ideais e coragem do movimento negro americano inspiraram sindicalistas, feministas, lésbicas e gays, povos indígenas e imigrantes, não só nos Estados Unidos como no mundo<sup>2</sup>.

Para os Estados Unidos, a Guerra do Vietname resultou na maior confrontação armada em que o país já se viu envolvido, e a derrota provocou a «Síndrome do Vietname» nos seus cidadãos e na sua sociedade, causando profundos reflexos na cultura, na indústria cinematográfica e grande mudança na sua política exterior, até à eleição de Ronald Reagan, em 1980.

Infelizmente, as notícias que nos chegam dos Estados Unidos mostram que o racismo ainda não desapareceu. Está, de facto, vivo e não apenas nos Estados Unidos. Os atentados aos direitos humanos são constantes.

As últimas ações da polícia em alguns estados dos EUA podem levar as pessoas a pensar novamente em racismo. Parece mais do que óbvio que todos os seres humanos são iguais e não devem ser discriminados por causa da cor da pele, do sexo ou da religião. Ainda assim, prevalece a tendência para colocar as pessoas em grupos, para as rotular, agindo de acordo com preconceitos e estereótipos. A maneira como os agentes da polícia tratam os alunos afro-americanos nas escolas fez-me perceber que pouco mudou. É muito triste ver todos os vídeos e notícias que mostram como são agredidos e humilhados pela polícia e por outras pessoas.

## JIM «TROMPETE», JIM WHITEMANN E RACISMO

«Negro» foi uma das categorias «inventadas» no contexto do colonialismo para apagar a subjetividade dos povos colonizados. Depois da leitura da peça *A pele do diabo*, percebi que todo o mundo – o planeta, a economia com as novas tecnologias, etc. – se desenvolve e altera, exceto as pessoas.

<sup>2</sup> Cf. <<https://tropicaline.wordpress.com/tag/guerra-fria/>>.

O tema da peça *A pele do diabo* é o racismo, um «fenómeno» que os escritores abordaram na década de 50 e ainda parece atual. Os leitores podem ver que a peça foi escrita tendo em conta a luta pelos direitos cívicos dos negros americanos. Como disse o autor da obra, Manuel dos Santos Lima:

*As estatísticas da época indicavam que, anualmente, cerca de 30 mil negros americanos claros tentavam atravessar, clandestinamente, as fronteiras raciais e integrarem-se no lado branco, para terem muito maiores oportunidades de singrarem na vida. (Entrevista a Agui-naldo Cristóvão)*

No início da peça, o autor apresenta, sucintamente, aos leitores a situação da personagem principal Jim «Trompete» Blackman. No primeiro ato, encontramos um jovem soldado Afro-Americano que volta da guerra do Vietname. Pode ser mais do que óbvio que, após um enorme sucesso no Vietname, em que Blackman ganhou muitas medalhas e honrarias, a família dele e os amigos estejam orgulhosos e felizes. No entanto, Jim Blackman, depois de voltar para casa, torna-se um jovem muito pessimista, sem perspetivas para o futuro. Ele esquece-se da sua família, da sua namorada e da vida que deixou antes da guerra. A única coisa que vem à sua cabeça é que vai viver miseravelmente em St. Louis como um Afro-Americano que não tem nada para apresentar ao futuro empregador. Como o autor explica, Jim Blackman «sofre amarga desilusão ao reencontrar uma barreira racial que lhe impõe limitações que reduzem o negro americano a uma condição de sub-homem»<sup>3</sup>. Ele não pode suportar a barreira racial que divide completamente a sociedade americana. Sente-se inútil e incapaz de ajudar a sua mãe doente, Ann, e a sua namorada Rose. A personagem principal facilmente cai na monotonia, o que o leva à depressão e à obsessão de se tornar «branco».

Peter Barrow, um amigo de Jim Blackman, oferece-lhe um presente de aniversário – uma máscara branca, que tem um fundo simbólico. Pode ser entendido como um presente ou como um problema, quando Peter refere: «pode-se ser negro e ser americano, sem usar uma máscara?»<sup>4</sup>. Na realidade, a máscara representa todos os Afro-Americanos que lutaram e ainda lutam contra o problema do racismo nos Estados Unidos da América. Durante uma das discussões entre a personagem principal e Jack, o líder moderado e amigo de Jim, aquele profere uma frase importante: «melhor e mais difícil que ser negro ou ser branco, é ser Homem»<sup>5</sup>. Mesmo que Jim pareça muito interessado no monólogo de Jack, ele só pensa que é um soldado negro inútil que não consegue encontrar um emprego e ter um futuro, por causa da cor da pele: «És negro e falta-te uma perna, ao branco responderão: falta-te uma perna mas és um branco»<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> LIMA, 1977: 7.

<sup>4</sup> LIMA, 1977: 9.

<sup>5</sup> LIMA, 1977: 18.

<sup>6</sup> LIMA, 1977: 18.

Quando Blackman conhece o Dr. Sam Crow, que é capaz de mudar a cor da pele, promete a si mesmo tentar alterar o seu destino. Infelizmente, parece que o mencionado Dr. Crow é um símbolo do diabo, a quem Jim vende a sua alma. Crow admite que «Em cada negro americano existe um branco falhado»<sup>7</sup>. A promessa de uma vida melhor leva Jim ao processo de branqueamento. Haveria muito a dizer sobre Crow, não só por causa do simbolismo do seu nome – o corvo como uma figura de mau agouro e morte, mas também porque faz lembrar as Leis Jim Crow, que impunham a segregação: entre 1865 e 1967, desde o fim da Guerra Civil à afirmação do Movimento dos Direitos Cívicos, foram promulgadas mais de 400 leis estaduais, emendas à constituição e posturas municipais que tornaram legal a segregação racial relativamente aos negros.

Logo após o branqueamento, Jim casa-se com Ellen, filha de Parker, um político bem conhecido. Os sonhos de Jim tornam-se reais: ele encontra um emprego que lhe dá oportunidades e um bom salário, sente-se muito confiante e, finalmente, pode ajudar a sua nova família. Apesar disso, torna-se um homem infeliz. Mesmo depois da mudança de cor, não há felicidade: «É um homem grave e triste que se senta pesadamente (...)»<sup>8</sup>. Jim Whitemann, enquanto conversa com uma das suas empregadas, admite: «A felicidade continua a não querer nada comigo»<sup>9</sup>.

A parte mais importante de *A pele do diabo* corre no bar onde Jim Whitemann foi descoberto como Jim Blackman. Alfred, o *barman*, lembra-se do Jim «Trompete» que tinha um grande futuro à sua frente como músico. Quando Alfred pergunta a Whitemann se ele sabe onde está Jim Blackman, ele responde com melancolia: «Ando precisamente à procura dele»<sup>10</sup>. Parece que Whitemann, desde a mudança, está à procura do Jim anterior – o ser humano real e feliz. Todos ao redor admitem que Whitemann é completamente infeliz, até mesmo a prostituta lhe diz: «O senhor é um branco com ar bastante infeliz...»<sup>11</sup>.

Apenas alguns minutos depois, Jim Whitemann começa a ter alucinações. Torna-se óbvio que Jim Whitemann é Jim Blackman quando o *barman* diz: «Parece o Jim, hem? Repare na pureza do estilo... na sinceridade de interpretação...»<sup>12</sup>. Ao olhar-se no espelho da casa do banho, Jim Whitemann vê um Blackman e começa a falar com ele: «Não se vence como negro ou como branco, mas sim como homem (...) E eu que sempre te achei incapaz de ser alguém, por causa da tua pele!»<sup>13</sup>. Whitemann admite que ultimamente se tornara uma criatura estranha, cheia de instabilidade e infelicidade, assim como uma sombra perdida num teatro de fantasmas.

---

<sup>7</sup> LIMA, 1977: 30.

<sup>8</sup> LIMA, 1977: 40-41.

<sup>9</sup> LIMA, 1977: 41.

<sup>10</sup> LIMA, 1977: 44.

<sup>11</sup> LIMA, 1977: 48.

<sup>12</sup> LIMA, 1977: 49.

<sup>13</sup> LIMA, 1977: 49.

O clímax aparece quando Whitemann pergunta a Jim «Trompete» como viver e ser um homem feliz: «Ensina-me como é que se é feliz»<sup>14</sup>. Ele vê a sombra do Dr. Crow e implora para deixar a área «negra» e todas as pessoas «negras» por si só. Ninguém que está no bar – a prostituta, o *barman* e os clientes – sabe o que está a acontecer a Whitemann/Blackman e todos tentam descobrir o que se passou. Para os acalmar, Whitemann explica que está infeliz: «Porque eu vendi a minha alma»<sup>15</sup>. Eles discutem e partilham as suas ideias sobre ser «preto» ou «branco» e o futuro dos AfroAmericanos nos Estados Unidos: «um negro é negro até morte. Essa proposta cheira-me a vigarice ou negócio do diabo, para te perder a alma»<sup>16</sup>.

Quando Whitemann vê Rose, o seu único amor, no corpo da senhora que vende flores, ele começa a tornar-se o Jim Blackman, quer voltar para a sua vida perfeita com Rose e os amigos, mesmo sem quaisquer perspetivas de vida. Pede desculpas a Rose por tudo o que fez, diz que ela é a única a quem ele amava e, no final do seu discurso, cai no chão. Só depois disso Alfred diz à prostituta: «Julgas que acredito nessas histórias de mudar de cor... de vender a alma?»<sup>17</sup>.

Os Mosqueteiros, rapazes que aparecem no bar, descobrem que Whitemann está morto e que, na realidade, ele é «negro». Eles dizem: «Sentimo-nos orgulhosos de ser negros. A nossa pele é a nossa pátria e será a nossa nação!»<sup>18</sup>. Todos podem ver que o corpo voltou à sua cor anterior. Um dos Mosqueteiros explica que o Dr. Crow é um diabo puro: «Crow é mais perigoso que todos os racistas da América juntos...»<sup>19</sup>.

As três últimas páginas de *A pele do diabo* são o diálogo entre os Mosqueteiros e a polícia que vem ao bar. Todos os homens da polícia podem ser entendidos como racistas que não se preocupam com Whitemann/Blackman, que acabou de falecer e jaz no chão. Além disso, eles riem dos Afro-Americanos que ali estão, não vendo qualquer razão para ajudar alguém que é «negro»: «Igualdade! São negros e querem ser iguais a nós! Eles que se pintem de branco! (Ri-se alto)»<sup>20</sup>. Chamam-lhes ratos que querem conquistar a América: «Se não se descobrir um processo de nos livrarmos deles, um dia eles tomarão conta da América. Nascem como ratos...»<sup>21</sup>.

A cena final tem lugar no cemitério onde todas as pessoas do bar e os amigos de Jim «Trompete» lhe vêm dizer adeus. Pantera Negra, que parece ser a voz da consciência de Jim durante *A pele do diabo*, explica que este foi vítima do racismo na América:

<sup>14</sup> LIMA, 1977: 51.

<sup>15</sup> LIMA, 1977: 54.

<sup>16</sup> LIMA, 1977: 54.

<sup>17</sup> LIMA, 1977: 58.

<sup>18</sup> LIMA, 1977: 60.

<sup>19</sup> LIMA, 1977: 61.

<sup>20</sup> LIMA, 1977: 64.

<sup>21</sup> LIMA, 1977: 64.

*Foste mais uma vítima do imenso Calvário do nosso Povo. Há três séculos que nos trouxeram para este país, arrastando cadeias e grilhetas, nos navios negreiros vindos da mãe África. Hoje chamam-nos americanos e mandam-nos matar e morrer pela Democracia que a América nos recusa. (...) Que queremos nós? Uma revolução social e política que vire este país do avesso. Aqui estamos, Jimmy, somos vinte milhões e recusamo-nos a chorar ou a mudar de pele. Aqui estamos, irmão, de mãos dadas e olhos secos, olhando para o Futuro!*<sup>22</sup>

*A pele do diabo* acaba com o funeral de Jim. O monólogo perfeito de Pantera Negra é uma mensagem de todos os Afro-Americanos que lutaram e lutam contra o racismo nos Estados Unidos. Pode-se entender que Jim representa todos os Afro-Americanos que, depois de chegarem da guerra, queriam ter um futuro melhor e até mesmo mudar a cor da pele só para poderem concretizar os seus sonhos.

Repare-se ainda que existem muitas semelhanças entre Jim «Trompete» e Jim Whitemann. Ambos se sentem frustrados com a sua vida, desejam um futuro melhor, mas não sabem como podem ser felizes. Estão perdidos e procuram algo diferente, algo que os faça renascer. Note-se, porém, que eles são infelizes por causa de circunstâncias diferentes. Ao primeiro, Jim «Trompete», falta apenas um trabalho que possa melhorar a sua vida e a da sua família. Já Whitemann conseguiu basicamente tudo o que queria antes da mudança de cor, mas não tem amigos e casou-se sem amor. Ele paga o branqueamento da pele com a sua felicidade pessoal e perde a alma. Este aspeto possibilita uma aproximação ao *Fausto*, de Goethe. A personagem principal, Henrique Fausto, faz um pacto com Mefistófeles, o qual, em troca da sua alma, promete dar-lhe «o que homem algum jamais sonhou sequer»<sup>23</sup>. Goethe apresenta, no entanto, um tema completamente diferente: Fausto não pensa em mudar a sua vida, mas, como o diabo faz tudo para o convencer, ele acaba por concordar.

## CONCLUSÃO

*A pele do diabo*, obra escrita por Manuel dos Santos Lima, mostra que a realidade do racismo ainda está viva hoje. Parece que a personagem principal, Jim, representa todos os Afro-Americanos que, depois de chegarem da guerra, queriam ter um futuro melhor e até mesmo mudar a cor da pele só para tornarem os seus sonhos reais. Se nós não fizermos nada, tudo continuará na mesma.

## Referências bibliográficas

CHAMBERS II, John Whiteclay, ed. (1999) – *The Oxford Companion to American Military History*. Oxford: Oxford UP.

---

<sup>22</sup> LIMA, 1977: 66.

<sup>23</sup> GOETHE, 1996: 80.



CRISTÓVÃO, Aguinaldo – *Ao conceito de «angolanidade» eu oponho o de «angolanitude»*. Entrevista com Manuel dos Santos Lima, disponível em <<http://www.ueangola.com/index.php/entrevistas/item/782-ao-conceito-de-«angolanidade»-eu-oponho-o-de-«angolanitude».html>>. [Consulta realizada em 15/10/2015].

GOETHE, Johann Wolfgang von (1996) – *Fausto*. São Paulo: Iluminuras.

LIMA, Manuel dos Santos (1977) – *A pele do diabo*. Lisboa: África Editora.

<<https://tropicaline.wordpress.com/tag/guerra-fria/>>. [Consulta realizada em 15/10/2015].



# A PELE DO DIABO: AS DIFERENÇAS SOCIAIS, AS DIFICULDADES NA BUSCA DA IGUALDADE E A PROCURA DO CAMINHO DA FELICIDADE

LARA VIDEIRA

MEAF – Universidade do Porto.

A luta contra o racismo, as diferenças sociais e a constante procura da felicidade são questões contínuas na história da humanidade, logo são, naturalmente, objeto de reflexão na literatura e nas artes em geral. O que aqui pretendemos apresentar é um breve estudo destes três temas na obra *A pele do diabo* do autor Manuel dos Santos Lima.

*A pele do diabo* é uma peça de teatro com três atos e dezassete personagens. A ação decorre em 1970, em St. Louis, e centra-se na vida de Jim Blackman, um jovem negro que retorna à América depois de combater na guerra do Vietname. Ao regressar ao seu país, Jim depara-se com a enorme barreira racial que decreta inúmeras limitações e que, consequencialmente, atribui ao homem negro americano um estatuto menor e uma condição de, como o autor referiu na introdução à obra, sub-homem. A barreira racial apresenta-se como a demarcação de uma fronteira social entre os homens americanos. Por isso, o reencontro com esta é, para Jim, uma decepção que conduz ao desencanto pela pátria e pela vida. Para penetrar nesta fronteira, Jim oferece-se como cobaia para um processo experimental que procura branquear a pele dos negros. Este método é apresentado como o meio de eliminação das diferenças raciais na América. Porém, como poderemos ver mais à frente, é também um processo de anulação e supressão de uma identidade. Assim, podemos compreender que toda a peça versa sobre a questão da diferença, primeiramente, racial, mas também social.

Desde o início, citando Dubois – «Après tout, que suis-je? Suis-je un américain ou suis-je un Noir? Et puis-je être les deux à la fois? Mon devoir est-il de cesser d'être Noir

pour être américain?» –, a obra impele o leitor a refletir sobre a identidade de cada cidadão, assim como sobre os problemas das desigualdades raciais e sociais. É de realçar a presença desta citação, uma vez que convoca o próprio autor Dubois, o pai do pan-africanismo. Dubois foi um sociólogo com um papel extremamente ativo na defesa da justiça e da igualdade ráticas. Deste modo a sua referência automaticamente alerta o leitor para os temas que serão tratados na obra.

O espetador da peça é, ainda, interpelado e convidado a refletir sobre a identidade e as desigualdades sociais a partir da intervenção de Peter, um artista amigo de Jim, que lhe oferece como presente de aniversário uma máscara branca com as feições do protagonista. Após a saída de cena de Jim, Peter, criando uma interrupção que nos recorda o distanciamento típico do teatro brechtiano, comenta: «Não te ofereci um presente Jim, pus-te um problema: pode-se ser negro e ser americano sem usar uma máscara?»<sup>1</sup>. Assim, os conceitos de negro e de americano, ao invés de se apresentarem complementares, são expostos em realidades distintas como dicotómicos. É necessário realçar a importância da identidade de Peter: este é um artista sul-africano o que, conseqüentemente, conduz o leitor/espetador a criar uma associação entre a sociedade americana e a sociedade da África do Sul. Da mesma forma que, nesta época, a sociedade da África do Sul é dominada por um regime de *apartheid*, a sociedade americana apresenta uma segregação que distingue americanos brancos de negros. Comparativamente ao homem branco americano, o homem negro americano é considerado um homem menor sem as mesmas habilidades ou os mesmos direitos.

Ao regressar à América, a primeira dificuldade com que Jim se depara é a impossibilidade de encontrar emprego. O protagonista procura trabalho tentando ultrapassar a fronteira racial, contudo sempre que realiza uma tentativa encontra um guarda branco que o impede. Assim, a única possibilidade ao seu alcance é gritar para o outro lado da barreira e receber como resposta a voz vinda de um altifalante informando que não existem vagas. Derrotado pela impossibilidade de conseguir emprego, Jim aguarda a resposta do pai de Peck como última esperança. Durante a guerra Jim salvara a vida de Peck, todavia a resposta ao pedido de emprego será negativa e justificada pela cor da pele de Jim. Em vez deste, o pai de Peck contratará um homem branco que ficou paralisado na guerra.

A revolta de Jim é perceptível e, numa conversa em que Jack procura apaziguá-lo e comparar de modo igualitário o sofrimento dos brancos e dos negros na guerra, o protagonista afirma:

*Fazem o mesmo serviço mas não é a mesma coisa. Se um negro e um branco, ambos sem uma perna forem procurar emprego, ao negro dizem-lhe: «És negro e falta-te uma perna»; ao branco responderão: «Falta-te uma perna mas és um branco»<sup>2</sup>.*

<sup>1</sup> LIMA, 1997: 9.

<sup>2</sup> LIMA, 1997: 18.

Deste modo, é de novo evidenciada a diferença de olhares da sociedade perante a cor de cada homem. Enquanto, na resposta dirigida ao homem negro, a conjunção coordenativa aditiva «e», como o nome indica, associa dois obstáculos à contratação; na resposta ao homem branco, a conjunção coordenativa adversativa «mas» apresenta uma salvaguarda. O homem branco pode não ter uma perna, mas a sua cor permanece um fator favorável. Diante da diferença na estrutura física e na cor de pele, o preconceito prevalece sobre a diferença epidérmica.

Se o racismo e as desigualdades sociais revoltam Jim, as vivências de guerra marcam a sua vida e aumentam a repulsa pela sociedade. A indignação do protagonista amplifica-se com as recordações que, aparentemente, apresentam uma imagem de maior fraternidade entre homens americanos, mas que, após alguma deliberação numa discussão, revelam momentos tão racistas como os que vive no presente. No combate contra um inimigo comum, a necessidade de proteção e as dificuldades criaram um certo companheirismo entre brancos e negros, porém o racismo não foi totalmente eliminado visto que a guerra originou um meio onde facilmente se desculpabilizam mortes de homens negros provocadas por brancos, tal como é o caso da morte de Danny. Para além disso, se os negros americanos eram enviados para combater no Vietnã pela sua pátria e o faziam na esperança de encontrar uma sociedade melhor que os aceitasse como eram, quando regressam depararam-se com as mesmas dificuldades de antes. Os seus esforços na guerra são totalmente ignorados e esquecidos. Num momento eram essenciais para lutar pela pátria, no outro são um resíduo incómodo.

Traumatizado pela guerra, revoltado com a sociedade e indignado com os próprios atos que realizou em combate, Jim altera de tal modo a sua postura que a mãe confessa a Rose: «O Jimmy está muito modificado; tem o coração cheio de ódio. Eu pensava que o Vietnã ficava no fim do mundo e afinal o meu filho trouxe-me esse maldito país cá para casa»<sup>3</sup>.

A ausência do uso de uma arma provoca em Jim o sentimento de incompletude. Destituído de parte de si e enfurecido perante as injustiças da sociedade, Jim não pode aceitar manifestações pacíficas e sem violência. Finalmente, a dimensão dos traumas da guerra é totalmente exposta com o assassinato de Rose. Descontrolado com os ciúmes e a raiva dos brancos, Jim mata Rose sem sequer ter plena consciência de o ter feito. Quando compreende a extensão dos seus atos, entra em desespero. Receando a polícia, o protagonista prepara-se para aceitar ser cobaia do processo experimental do Dr. Sam Crow, que, oportunamente, surge para lhe oferecer o seu método de branqueamento da cor da pele como meio de escape à condenação.

O cientista ordena a Jim que regresse a casa e que no dia seguinte se encontre com ele para iniciar o processo de branqueamento. Nessa noite, dá-se uma discussão entre Jim,

---

<sup>3</sup> LIMA, 1997: 14.

Jack e Pantera Negra. Nesta é possível analisar três perspetivas diferentes da visão que os negros americanos possuíam da América. Enquanto Pantera Negra considera que os negros americanos são «africanos postos à força na América»<sup>4</sup>, Jack defende que a sua nacionalidade é americana e que, tal como os brancos americanos, os negros aí nascidos também pertencem à América. Com isto, Pantera Negra admite que os negros americanos só são aceites em África se se fizerem acompanhar do dólar americano o que revela que, de certo modo, os negros americanos não se conseguem enquadrar completamente em nenhum local. Jack conclui que a África sonhada pelos negros americanos é uma utopia, um sonho distante, carregado de simbolismo e da ideia de um local em que se integram na totalidade. Deste modo, por um lado, Pantera Negra simboliza o grupo revolucionário homónimo que surgiu na América nos anos 60 e, por outro lado, Jack representa aqueles que defendem a integração e a revolução social sem violência. No meio de tudo isto, no limbo da indefinição, está Jim que apenas quer alcançar a liberdade e a felicidade, mas que recusa, nas suas palavras, «toda e qualquer etiqueta»<sup>5</sup>. É neste sentido que Jim, preferindo não lutar, de um modo ou de outro, pelos direitos dos negros decide aceitar a proposta do Dr. Sam Crow.

É significativo o nome do Dr. Sam Crow, uma vez que o seu apelido, corvo, é o nome de um animal comumente associado à morte e ao diabo. Neste sentido, é Sam Crow que encarna o papel de diabo a quem Jim vende a alma. Para Sam Crow, os negros americanos são um «erro da natureza»<sup>6</sup>, «um vírus no corpo dos Estados Unidos»<sup>7</sup>, por esse motivo declara o seu método experimental como o meio de eliminação das desigualdades raciais e de correção da natureza.

Para o leitor atento, o título *A pele do diabo* pode recordar o nome do conto popular recolhido por Charles Perrault, *Pele-de-Burro*, sugerindo assim a ideia de ilusão. De facto, esta ilusão de ser outro é concretizada na obra do autor Santos Lima a partir do processo de branqueamento da pele de Jim Blackman que o transforma em Jim Whiteman. Todavia, como este processo apenas altera a cor da pele, Jim ficará dividido entre dois homens que se anulam.

Assim como em *O médico e o monstro* de Robert Louis Stevenson, *A pele do diabo* implica a transformação do eu num outro e a correspondente anulação do primeiro eu. Se, na primeira obra, mister Hyde invalida e combate todos os ideais de doutor Jekyll, n' *A pele do diabo*, todo o desejo de luta pela igualdade racial de Blackman passa a alienação em Whiteman. Ao transformar Jim num homem branco dá-se um desdobraimento da personagem. Jim Blackman e Jim Whiteman são pessoas diferentes vivendo e sendo julgadas de formas distintas pela sociedade. A única ligação entre estes dois homens é uma relação metafísica, isto é, um conhecimento geral e abstrato que num determinado momento os supõe

<sup>4</sup> LIMA, 1997: 37.

<sup>5</sup> LIMA, 1997: 37.

<sup>6</sup> LIMA, 1997: 28.

<sup>7</sup> LIMA, 1997: 29.

iguais. Porém, esta igualdade é inexistente uma vez que, ao tornar-se branco, Jim Blackman é eliminado e substituído por Jim Whiteman. Este segundo Jim comportar-se-á de forma totalmente diferente de Jim Blackman e abandonará todas as interrogações e angústias do primeiro. Whiteman viverá uma vida que Blackman nunca teria possibilidade de viver, já que a sociedade não lhe daria essa oportunidade. A cor da pele do protagonista sentencia a sua vida e distancia um Jim de outro. A máscara branca do rosto de Jim que Peter lhe ofereceu era, assim, o primeiro prenúncio da reflexão que será totalmente desvelada com a aceitação de Jim como cobaia da experiência: tornar-se branco permite ao homem negro atingir o que deseja?

Será o terceiro ato que procurará responder a esta questão, sendo, desde logo, simbólico o seu nome: «Requiem». Estamos, por isso, perante um canto aos mortos, um hino ao descanso, inicialmente dirigido a Jim Blackman, mas que terminará como um momento destinado a Jim Whiteman, aos negros americano e a todos os brancos.

Jim Whiteman, um homem que atingiu o sucesso através do casamento com a filha de um político, é considerado por todos uma pessoa estranha. Procurando encontrar a felicidade, Whiteman segue o conselho da sua secretária e decide distribuir bombons pelos meninos pobres na esperança de encontrar a felicidade ao ver os seus sorrisos. Neste percurso, dirige-se ao bar «Destino», que devido ao seu nome se torna automaticamente sugestivo e detentor da atenção do leitor/espetador, e começa uma conversa com o *barman*. Apesar de recordar o tom de voz e os gestos que Whiteman utiliza, o *barman* não consegue reconhecê-lo e, por isso, Whiteman diz-lhe que costumava acompanhar Jim Blackman. Passam então a falar dele e o *barman* declara que tinha grandes esperanças depositadas em Jim, pois era um magnífico trompetista. Whiteman fica surpreendido e confessa que se encontra no bar à procura dele. Mais tarde, num devaneio em que imagina Blackman conversando à sua frente, perceberemos que esta busca é uma constante na vida de Whiteman. Neste diálogo entre Blackman e Whiteman, o primeiro revela que conseguiu vencer na vida graças à persistência e ao amor de Rose. Estamos perante uma ilusão em que Whiteman imagina como poderia ter sido a sua vida enquanto Jim Blackman, caso nada tivesse acontecido naquela noite fatal em que assassinou Rose. Neste sentido, Whiteman questiona Jim sobre a forma como conseguiu vencer e ser feliz mesmo sendo um homem negro e este responde-lhe dizendo: «Não se vence como negro ou como branco, mas sim como homem...»<sup>8</sup>. A partir destas palavras, de imediato o leitor/espetador recorda algumas das falas entre Jim e Jack nas quais este último, a propósito daquilo que o pai de Jim lhe ensinou, diz: «melhor e mais difícil que ser negro ou ser branco, é ser Homem»<sup>9</sup>. Assim, a peça procura orientar o pensamento do leitor/espetador para a ideia de que a felicidade não está na cor da pele do homem mas nos seus valores e ações.

<sup>8</sup> LIMA, 1997: 49.

<sup>9</sup> LIMA, 1997: 18.

Após ser questionado por Blackman sobre a sua felicidade, Whiteman confessa que a riqueza e a importância em nada são relevantes e, por isso, define-se como «Eu não sou eu mas uma sombra perdida num teatro de fantasmas»<sup>10</sup>. Neste sentido não é só o preconceito dos homens brancos contra a vida dos homens negros que é anulado, mas também o preconceito dos homens negros que encaram a vida dos homens brancos como mais fácil e sempre com acesso rápido à felicidade. Afinal, a felicidade não tem fórmula e cabe a cada homem procurá-la vivendo do melhor jeito possível. Estamos perante o típico sonho americano no qual a felicidade está próxima mas distante, porque se almeja sempre algo mais. Neste ponto, *A pele do diabo* assemelha-se à obra *Death of a salesman*, de Arthur Miller, na qual Willy Loman, um homem que anseia pelo sucesso e a todos o aparenta ter, é na verdade um fracassado que se suicida. A obra termina com um diálogo entre a esposa de Willy e Charles que dizem:

*Linda: I can't understand it. At this time especially. First time in thirty-five years we were just about free and clear. He only needed a little salary. He was even finished with the dentist.*

*Charley: No men only needs a little salary*<sup>11</sup>.

Este diálogo expressa a ambição do homem que se sente fracassado mesmo quando tem tudo o que necessita ao seu redor. Isto foi também o que aconteceu com Jim Blackman e, de certo modo, com Jim Whiteman. Blackman desejava viver como os brancos e Whiteman, atingindo esse desejo, procurava ininterruptamente a felicidade sem perceber que aquilo que o podia fazer feliz era exatamente o que Blackman renegou. Talvez, por isso, surja o receio de Jim Whiteman perante espelhos. Um temor tão significativo que os seus funcionários consideram ser uma fobia. Ao recusar olhar-se ao espelho, Whiteman rejeita a sua identidade de homem branco e, por consequência, renuncia a si próprio da mesma forma que Blackman renunciou.

Como todos os que vendem a alma, em determinado momento, a vida de Whiteman termina com a presença da morte. Esta surge primeiro disfarçada de vendedora de flores para, à medida que se aproxima de Whiteman, se tornar Rose. Deste modo, enquanto a vendedora de flores simboliza o desejo pela vida, Rose representa os sonhos de Jim que, depois de uma vida de deambulação, finalmente se revelam como a solução.

A peça termina com todos reunidos ao redor da sepultura de Jim, enquanto Pantera Negra faz um último louvor ao protagonista. Neste adeus, Pantera Negra promete continuar a lutar por um futuro no qual os homens negros se recusam «a chorar ou a mudar de pele»<sup>12</sup>. Desta forma, acorrentados pelo preconceito, os negros americanos ainda tinham/têm muito que percorrer para alcançar a igualdade. Jim Blackman morre para que Whi-

<sup>10</sup> LIMA, 1997: 51.

<sup>11</sup> MILLER, 1971: 97.

<sup>12</sup> LIMA, 1977: 66.



teman nasça e, todavia, permanece na mente deste como se fosse uma constante. Por isso, só quando Whiteman expira é que realmente Blackman desaparece. O falecimento de Blackman conduz à eliminação de um pouco de cada negro, na medida em que os obriga a abandonar a passividade para procurar a revolução social munidos da certeza de quererem ser como são. Com isto, o «Requiem» já não é exclusivamente dedicado a Blackman ou aos homens negros, mas também aos homens brancos ou pelo menos à ideia de seres superiores e inatingíveis que muitos negros imaginavam. No final, todos são iguais e todos têm que percorrer um caminho próprio para alcançar a felicidade.

*A pele do diabo* retrata as desigualdades raciais americanas que conduzem às desigualdades sociais. Contudo, mais que isso, a obra revela-se atual na medida em que estas desigualdades sociais, se não existissem, poderiam ser substituídas por outras, mantendo-se a relevância da obra. Mais do que um hino ao homem negro americano, esta peça é um elogio à identidade e autenticidade de cada homem nas suas especificidades. Refletindo sobre temas subliminares como os traumas de guerra e questionando o leitor sobre a vida e a felicidade não só do homem negro, mas também do homem branco, *A pele do diabo* aproxima-se das outras obras do autor que, continuamente, revelam a preocupação de apresentar a visão dos dois lados do confronto: o branco e o negro. Apesar de ser claro que o homem negro é injustiçado, o homem branco não é apresentado unicamente como o déspota superior que tudo tem ao seu alcance. A posição do homem branco é também explorada e, por vezes, é possível compreender que ele é igualmente um mero peão no tabuleiro da sociedade. Assim, muito mais do que a condenação de um determinado grupo de homens, as obras do autor Manuel dos Santos Lima são a análise da sociedade no seu todo revelando que ninguém é totalmente culpado ou totalmente inocente, mas todos são consequência de um conjunto de atos a que a sociedade e os receios de cada um os conduziram. Cabe a cada homem decidir se se submete ou se procura traçar um novo caminho.

## Bibliografia

- LIMA, Manuel dos Santos (1977) – *A pele do diabo*. Lisboa: África Editora.  
 MILLER, Arthur (1971) – *Death of a salesman* (1949). London: Heinemann Educational Books.  
 STEVENSON, Robert Louis (2010) – *O médico e o monstro*. Lisboa: Quidnovi.  
 PERRAULT, Charles (1977) – *Contos*. Lisboa: Editorial Estampa.



# ENGAJAMENTO, PIONEIRISMO E CRÍTICA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA, NO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

PIRES LARANJEIRA

Universidade de Coimbra / CLP / FCT.

Manuel dos Santos Lima é um pioneiro e uma raridade no campo cultural e político dos países africanos de língua portuguesa. Arrisco-me mesmo a considerá-lo caso único em toda a África, senão em todo o universo dos países emergentes do colonialismo moderno, entendendo este como resultante da Conferência de Berlim de 1884-85. Depois de integrar o exército português, no aprendizado das funções de oficial, abandonou-o para, então, integrar o nascente exército guerrilheiro do MPLA, de que foi o primeiro responsável operacional. A partir dessa dupla e inédita experiência, ao escrever o romance *As lágrimas e o vento*, juntou-se a Pepetela, que, com a tríade de romances *As aventuras de Ngunga*, *Mayombe* e *A geração da utopia*, trata do percurso dos militantes e guerrilheiros, desde a sua formação no âmbito da casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, até aos adolescentes («piôs») e combatentes problemáticos (ou anti-heróis), nas regiões militares em que o autor também esteve. Ambos os escritores abordam a guerrilha, como não podia deixar de ser: uma experiência dos limites humanos, em que a transcendência desaparece perante a crueza e a crueldade das relações sociais no quotidiano da guerra. Do lado português, o da «guerra colonial», há somente outros dois exemplos literários de grandeza semelhante, a partir de vivências no terreno, que são o romance de António Lobo Antunes, *Os cus de Judas*, e sobretudo o de Carlos Vale Ferraz, *O nó cego*. É evidente que, tanto em Angola como em Portugal, outros escritores tematizaram a guerra colonial, a guerra do ultramar ou a guerra de libertação nacional (conforme a muito acertada denominação tripla do jornalista e documentarista Joaquim Furtado, no seu extenso e bem documentado filme para

a TV, gravado em formato de vídeo). Desde os romances do angolano Luandino Vieira (que nunca esteve na guerrilha), até à poesia e contos de Vergílio Alberto Vieira ou aos contos de João de Melo, ambos portugueses, há toda uma literatura de guerra, que quase se constitui numa espécie de subgénero, não atingindo, porém, obviamente, esse estatuto.

Os romances de Manuel dos Santos Lima, não problematizando tão agudamente o próprio processo de luta de guerrilha, como o faz Pepetela, em *Mayombe* – com suas fraquezas e descrenças, corrupções, racismos, machismos, tribalismos, invejas e rancores –, criando, inclusive, uma personagem de mulher, Ondina, exemplar na sua pós-colonialidade, conseguem uma outra perspetiva de compreensão dual, de conhecimento da mentalidade do inimigo, somente possível pela aprendizagem no interior do meio castrense português.

O escritor é o único intelectual africano de língua portuguesa, negro, angolano, colonizado, assimilado e descolonizado, que, ainda jovem, escreveu poesia e teatro de engajamento ideológico, social e político numa linha herdeira do pan-africanismo e da negritude, quando esta deixara de ser adequada a uma estética angolana – e essa inadequação foi explicitada na palestra que Agostinho Neto proferiu na Casa dos Estudantes do Império, em 1959. O escritor, quando tinha apenas 21 anos de idade, e ainda sem obra publicada, com a exceção de textos esparsos, participou, com Pinto de Andrade, em 1956, em Paris, no 1.º Congresso Internacional dos Escritores e Artistas Negros, posando numa célebre fotografia ao lado dos grandes vultos do «universo negro». Nesse contexto e nessa sequência, escreveu poesias de teor pan-africano, referidas a África: «Esta é a terra / sem nome, sem homens, / grande e antiga / terra minha, / espaço sem dimensão, / horizonte imóvel / na extensão planetária. // Não há nada para cobiçar; / não tem dono / a sua grandeza imensa, / jaz apagado o diamante, / anónimo está o ouro, / arde o ferro / na massa subterrânea, / falta personalidade à prata»<sup>1</sup>. Por outro lado, esse teor pan-africano dirige-se igualmente ao berço do pan-africanismo, o Novo Mundo, onde o negro foi escravo: «nos meus grilhões de desespero / por todo o Mississipi, Kentucky, Alabama, / Georgia, Carolina, Louisiana, / ai / que terra tamanha / com pulmões de aço, / narinas como chaminés, / cérebro de gelo, / olhos eléctricos. / Os braços são máquinas, / o ventre é um cofre. / Não sei por quanto me venderão amanhã, / não sei onde me lincharão depois de amanhã»<sup>2</sup>.

A questão da raça (da cor da pele), enquanto categoria epidérmico-social, do racismo e da pirâmide social baseada também na raça, tanto no texto literário quanto na tese de doutoramento, sobre o branco e o negro na trilogia do Camaxilo de Castro Soromenho, atravessam o principal da sua obra. Ao investigar sobre Castro Soromenho, quando já entrara em rota de colisão e se afastara do MPLA liderado por Agostinho Neto, Santos Lima chega a uma conclusão que parece afastá-lo dos tempos e dos termos em que a negritude e o pan-africanismo alimentavam os seus textos. Veja-se a conclusão da sua tese:

<sup>1</sup> Poema «África»: 17-18.

<sup>2</sup> LIMA, 1961: poema «América»: 26.

*Escritor português ou angolano? Escritor, antes de mais «mestiço», podemos afirmá-lo agora. Não tanto pelo facto de ter mãe caboverdeana, o que segundo a escala epidérmica colonial lhe daria eventualmente o estatuto de «cabrito», isto é, um pequeno grau abaixo de «branco». (...) Soromenho é literariamente um escritor «mestiço» no sentido de que trilhou os caminhos mentais de um e outro povo, mas também escritor «completo» por ter abarcado os dois hemisférios da literatura negra dos nossos dias: o folclorizante, que mergulha na tradição oral, e o moderno, que é dominado pela problemática colonial; «completo» ainda, por atingir o universal através do particular: o processo do colonialismo português é o de todos os colonialismos europeus em África. O seu testemunho transcende assim o quadro restrito da Lunda, para ser angolano, africano e universal<sup>3</sup>.*

Não poderíamos rever Manuel dos Santos Lima, por analogia e com as devidas ressalvas, nessas palavras dirigidas a outro?

No romance *As lágrimas e o vento*, Santos Lima, muitos anos depois de publicar os poemas de *Kissange*, aborda a questão racial, numa cena em que os novatos, chegados às fileiras do movimento de libertação, são confrontados com oradores que falam do futuro país independente, ouvindo frases de teor negritudinista:

*Os ministros, todos os ministros seriam negros, assim como o presidente da República e o Primeiro-Ministro; os funcionários seriam negros, os comerciantes, negros; os polícias também; e haveria um almirante e um general, também negros. Todos os brancos seriam postos fora. Todos? Sim! Não! Os bons deveriam ficar. Os úteis também. Todos os brancos que se sentissem angolanos deveriam ficar<sup>4</sup>.*

A personagem Almi Boaventura, um homem ocidentalizado, intelectualizado, sente-se naquele ambiente quase como um estranho, perante sinais de feitiçaria, tribalismo e racismo. Almi – sendo o anagrama de Lima –, pode ser considerada uma personagem que funcionaria como alter-ego do autor. O seu percurso narrativo tem alguns pontos de semelhança com o percurso de vida de Manuel dos Santos Lima. Mais tarde, Almi, já em posição de chefia e de instrutor militar, pensará: «Se os mestiços não participassem na luta, desde o princípio, ficariam definitivamente isolados da sociedade angolana do futuro»<sup>5</sup>. Até que os guerrilheiros lhe trazem os despojos de um soldado português que fora seu amigo e assim pôde ler no caderno de apontamentos dele: «Dão-nos Lartéguy e Trinquier; afogam-nos nas baboseiras de Adriano Moreira, Jorge Dias, Silva Cunha, Reis Ventura, Amândio César e outros comparsas e proibem-nos Castro Soromenho. Estou-me nas tintas para a nossa acção “civilizadora”»<sup>6</sup>. Verifica-se, portanto, na obra romanesca de Santos Lima, tal como

<sup>3</sup> LIMA, 1975b: 169.

<sup>4</sup> LIMA, 1975a: 84-85.

<sup>5</sup> LIMA, 1975a: 195-6.

<sup>6</sup> LIMA, 1975a: 257.

em *Mayombe*, de Pepetela, uma compreensão de que o percurso para a independência não podia fazer-se de um modo maniqueísta e monolítico. Pode-se dizer que, no romance deste último, a luta de libertação nacional é vista com maior densidade, pela profusão de perspectivas narradoras, instaurando, pela primeira vez na prosa angolana, uma narração de tipo pós-moderno. Santos Lima seguiu mais uma orientação técnica de narração omnisciente, segundo o modelo realista, que, depois, abandonou, para criar algo alegórico.

De facto, no romance *Os anões e os mendigos*, o assunto principal torna-se o poder na pós-independência – considerado discricionário, autoritário ou despótico. Num espaço imaginário, mas imaginável, pela simbologia e analogia de que o leitor pode inferir uma localização espaço-temporal, o autor aproxima-se dos escritores africanos que se têm oposto aos poderes estabelecidos nos seus países, desde Mongo Beti a Chinua Achebe, Ngugi Wa Thiong’o, Soni Labou Tansi ou Christopher Akigbo, este último pagando com a vida, na guerra do Biafra, o seu posicionamento político. Analisar, por analogia, a hipotética figura de Agostinho Neto recortada na personagem do político poderoso do romance, por via de o escritor se ter transformado num acérrimo opositor do fundador do Estado-nação, será porventura menos produtivo do que inseri-lo nessa corrente de contestação generalizada dos poderes pós-independência, a que Achille Mbembe chamou de representativa dos «novos “condenados da Terra”»<sup>7</sup>. Este pensador africano lembra, aliás, que «a obra de arte nunca teve por função principal simplesmente representar, ilustrar ou narrar a realidade»<sup>8</sup>, até porque, como lembra a psicanálise lacaniana, pela voz de Didier Anzieu, o real nunca entra no texto.

A obra literária de Manuel dos Santos Lima, tal como os seus textos de intervenção, procuraram sempre encontrar um caminho considerado ideal para uma nova África e uma nova Angola. Leia-se um pequeno trecho de *A pele do diabo*: «Escolher o quê? Escolher se hei-de morrer como Luther King ou como Malcom X (...) Há que recomeçar tudo»<sup>9</sup>. Fazendo um balanço, a sua obra permanece aberta à interpretação, como um sinal daqueles tempos. Na vida real, o escritor Santos Lima abandonou o MPLA e a luta armada de libertação nacional e seguiu o caminho do exílio, tornando-se professor em vários países. Recomeçou a vida de outra maneira, inclusive ensaiando o regresso à política em Angola, mas sem resultados positivos. Quanto à história do seu país, não é possível contornar o facto de que Agostinho Neto, a partir de 1962, tinha razões fundamentais para traçar a via que levou o MPLA à independência, independentemente do que Manuel dos Santos Lima pensou, escreveu ou ensaiou.

---

<sup>7</sup> MBEMBE, 2014: 296.

<sup>8</sup> MBEMBE, 2014: 290.

<sup>9</sup> MBEMBE, 2014: 38.

## Bibliografia

ANZIEU, Didier et al. (1979) – *Psicanálise e linguagem. Do corpo à palavra*. Lisboa: Moraes.

LIMA, Manuel dos Santos (1961) – *Kissange*. Lisboa: CEI.

LIMA, Manuel dos Santos (1975a) – *As lágrimas e o vento*. Lisboa: África Ed..

LIMA, Manuel dos Santos (1975b) – *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. Lausanne: Faculdade de Letras.

LIMA, Manuel dos Santos (1977) – *A pele do diabo*. Lisboa: África Ed..

MBEMBE, Achille (2014) – *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.





# OS ANÕES E OS MENDIGOS DE MANUEL DOS SANTOS LIMA: APENAS A REVOLUÇÃO ANGOLANA OU 40 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA?

ALBERTO OLIVEIRA PINTO

CH-FLUL / CEsa-ISEG.

## INTRODUÇÃO

O romance *Os anões e os mendigos*, de Manuel dos Santos Lima (n. Kuíto, Angola, 1935), publicado em 1984, ainda durante a Guerra Fria, pretende ser uma metáfora da ascensão de Angola e de outros países da África Subsariana à independência entre as décadas de 1950 e de 1980, no contexto do jogo dos interesses internacionais coevos. A seu respeito – e subvertendo o conceito, criado em 1952 pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990), de Terceiro Mundo como um «Terceiro Estado» do século XX que, tal como o «tiers état» na França do século XVIII, deveria revolucionar a Terra<sup>1</sup> –, escreve o próprio Manuel dos Santos Lima na badana da 1.<sup>a</sup> edição:

*Há uma conspiração contra o Terceiro Mundo e dela são coniventes os seus próprios governantes. [...] O nosso século é um século de revoluções sangrentas feitas em nome da liberdade e da democracia e no entanto jamais na história da humanidade se foi tão cruel para o Homem, jamais as opressões foram tão massivas e sofisticadas. Ora nenhuma revolução pode ganhar perdendo de vista o homem como indivíduo. Tais são as preocupações que me incitaram a escrever Os Anões e os Mendigos, que situo algures num país africano, jovem, exportador de matérias-primas e esbanjador de matéria cinzenta, em que os cidadãos, apesar de independentes, continuam anões sociais e os seus dirigentes mendigos dos interesses estrangeiros que os sustentam no poder (sic).*

---

<sup>1</sup> VENÂNCIO, 2000: 73.

O tempo diegético do romance medeia entre a primeira metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1980. Manter-se-iam pertinentes estes postulados nos tempos vindouros?

## A PERSPECTIVA OCIDENTAL DE UMA CULTURA COLONIAL NA FUTURA ANGOLA INDEPENDENTE: A RETORICA DO DESPOTISMO INATO AFRICANO PARA LEGITIMAR A EXPLORAÇÃO NEOCOLONIAL DOS RECURSOS ANGOLANOS

Não é difícil, pela sua localização geográfica, identificar a fictícia Costa da Prata com Angola:

*A Costa da Prata era uma ficção colonial entre outras ficções que já se tinham tornado independentes. Ao norte rodeavam-na as repúblicas do Cobalto, antiga Costa dos Escravos, e do Café, ex-Costa da Malagueta e um pequeno enclave verdejante, a república do Ferro, outrora Costa da Madeira; ao sul, fazia fronteira com as repúblicas da Grande Mina ou Minas de El-Rei antes da independência, e do Cacau, também conhecida por Costa dos Degredados ou Cu do Diabo; a leste era delimitada pelas repúblicas do Ouro, a velha Terra da Bitacaia, e do Estanho ou Bela Vista; a oeste o território era recortado por mais de mil seiscientos e cinquenta quilómetros de costa alta e de arribas, cheia de reentrâncias, de cabos e de inúmeras baías e enseadas, constituindo portos naturais e ancoradouros. As praias eram arenosas e as baías abertas a setentrião. As correntes marítimas originárias do sul tinham formado, ao norte, resingas de vertentes assimétricas do lado do mar<sup>2</sup>.*

Excetuando o enclave de Cabinda – aqui apresentado como República do Ferro e ex-Costa da Madeira e que jamais seria independente, nem de Portugal, nem de Angola depois de 1975 –, os demais Estados enunciados são: a República do Cobalto e ex-Costa dos Escravos (Congo Belga, independente em 1960 com o nome de Congo-Léopoldville, tornando-se Zaire em 1965 e Congo-Kinshasa em 1997); a República do Café, ex-Costa da Malagueta (Congo Francês, independente em 1960 com o nome de Congo-Brazzaville); a sul, as repúblicas da Grande Mina (ex-Minas de El-Rei) e do Cacau (ex-Costa dos Degredados ou Cu do Diabo) sugerem, respectivamente, a República da África do Sul, independente da Grã-Bretanha desde 1931, e o Sudoeste Africano, sob mandato da África do Sul desde 1946 e só adquirindo a independência com o nome de Namíbia em 1990, embora também possamos pensar no Botswana, independente da Grã-Bretanha em 1966; a leste, as

---

<sup>2</sup> LIMA, 1984: 43.

repúblicas do Ouro e do Estanho (antigas Terra da Bitacacia e Bela Vista) são, indubitavelmente, as duas Rodésias, a do Norte, independente em 1964 com o nome de Zâmbia, e a do sul, independente só em 1980 com o nome de Zimbabwe.

As primeiras páginas do romance retratam, pouco tempo depois do eclodir da Guerra da Independência de Angola – na sequência dos acontecimentos de 4 de janeiro (revolta dos camponeses obrigados à cultura do algodão na Baixa de Kasanje), de 4 de fevereiro (ataque às prisões em Luanda) e de 15 de março de 1961 (assaltos às fazendas portuguesas de café do norte de Angola) –, a vida de alguns costa-pratenses/angolanos condenados ao trabalho forçado e refugiados junto à fronteira da recentemente independente República do Cobalto/Congo-Léopoldville. A cena, que não deixa de ser impregnada de um certo exotismo do horror ou da «diferença negativa»<sup>3</sup>, é registada pela máquina fotográfica de Tamar Rossi, uma jornalista europeia vanguardista e especialista em reportagens sobre as recentes festas de independências de países da África norte e subsariana. Tamar Rossi fica surpreendida com o comentário de um sociólogo europeu, Elias Fontaine, vaticinando, em discurso semidireto, uma ditadura para uma futura Costa da Prata/Angola independente:

*A ditadura era uma tradição em África e uma espécie de pecado original das novas repúblicas do continente, enquanto que a liberdade e a democracia eram um privilégio dos países ricos e avançados. Os pobres e os subdesenvolvidos só podiam pagar-se ditaduras e miragens no mercado das ideologias em saldo. Não havia nenhum país africano em que se não violassem os mais elementares direitos do homem*<sup>4</sup>.

Aparentemente, Elias Fontaine reproduz um argumento de retórica colonial darwinista, o do suposto despotismo inato dos Africanos<sup>5</sup>, já recorrente entre os supostos «descolonizadores» e os supostos «descolonizados». No entanto, através do discurso da mesma personagem, Manuel dos Santos Lima consegue desmistificar a falácia e demonstrar que o aludido despotismo (ou pendor para a autocracia) africano, assim como o «atraso» – civilizacional ou económico – que lhe é atribuído, mais não são do que falácias que legitimarão um novo colonialismo:

*Os africanos são anões sociais e os seus Chefes de Estado são os mendigos de Washington, Moscovo, Londres, Paris, Bruxelas, etc., sem contar com as multinacionais que, frequentemente, são mais ricas do que o próprio país onde estão implantadas. Hoje a pergunta que me ponho é a de saber se nos teria sido possível sermos livres e ricos se não houvesse ditadura e miséria nos países subdesenvolvidos sobre os quais fazemos mão baixa. [...] Há trinta e três países agrícolas da África intertropical que fazem parte da cintura da fome e aceita-se a sua miséria como uma*

<sup>3</sup> MOURALIS, 1982: 71-173.

<sup>4</sup> LIMA, 1984: 21.

<sup>5</sup> PINTO, 2013: 152-153.

*fatalidade... O mais extraordinário de tudo é que o déficit alimentar, que não cessa de se agravar, não toca somente os países desérticos, mas também os das chuvas regulares e abundantes. Em contrapartida, os países ricos contam vinte e três por cento de excedente alimentar<sup>6</sup>.*

Se o colonialismo condenava a África a ser apenas a fornecedora de escravos para o continente americano, o neocolonialismo vai agora reduzi-la ao papel de simples fonte de matérias-primas e minérios para o mercado mundial, à custa do sofrimento dos seus povos. Como vão reagir os nacionalistas e independentistas africanos?

## OS CINCO PRIMEIROS ANOS DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1961-1965): OS LÍDERES DAVI DEMBA (AGOSTINHO NETO), ABSALAO (VIRIATO DA CRUZ), AQUITOFEL AMU (HOLDEN ROBERTO) E JEROBODAO BAKARY (JONAS SAVIMBI)

O antigo Congo Belga (República do Cobalto, na ficção de Manuel Santos Lima) fora recentemente palco de grandes conturbações, desde que conquistara a Independência, a 30 de junho de 1960, quando, após uma mesa-redonda realizada em Bruxelas – capital do país colonizador – em janeiro e fevereiro, Joseph Kasavubu – da Aliança dos Bakongo (ABAKO) – e o sindicalista Patrice Lumumba – do Movimento Nacional Congolês (MNC) –, o primeiro como Presidente da República e o segundo como Primeiro-Ministro, convencionaram partilhar o poder. *Os anões e os mendigos* faz referência à intervenção da Bélgica (a Flamilândia) no processo de independência do Kongo-Léopoldville, assim como à ingerência de outras potências ocidentais na tragédia que se seguiria:

*O nacionalismo cobaltense passou pois a exprimir-se por duas vias opostas e cada vez mais divergentes. Foi então que a Flamilândia, país colonizador, interveio, depois de consultas secretas com o governo americano impondo a unidade nacional como o princípio de base conduzindo a negociações frutuosas em vistas de um futuro de paz e de prosperidade para as diversas etnias rivais que constituíam a população. Os esquerdistas aceitaram a unidade como um requisito válido e calaram as suas críticas, reconhecendo na independência política um objectivo prioritário. [...] Ora os rumos da História eram traçados por equipas especializadas, nos gabinetes de trabalho das grandes potências. [...] Outorgada a independência, os esquerdistas foram pronta e sistematicamente eliminados, assim como os respectivos chefes, dentro do quadro dos acordos de cooperação e assistência<sup>7</sup>.*

---

<sup>6</sup> LIMA, 1984: 21-22.

<sup>7</sup> LIMA, 1984: 46.

Logo a 11 de julho de 1960, Moisés Tshombé (1919-1969), líder anticomunista do partido regionalista CONAKAT, proclamara, com o apoio da Bélgica, da França, da Grã-Bretanha e dos EUA – aos quais prometera a exploração das minas de cobre katanguesas –, a secessão da província do Katanga, a cujo Estado artificial presidiria até ser deposto em 1963 pela ONU. A indignação de Lumumba, que conquistara o apoio do senado congolês, gerou uma crise política à qual pôs fim, em setembro, um golpe de Estado comandado pelo coronel Joseph Désiré Mobutu (1930-1997). Mobutu manteve Kasavubu na Presidência – só o depondo cinco anos depois –, mas capturou Lumumba, que em janeiro de 1961 foi transferido para Lubumbashi, no Katanga, e fuzilado por ordem de Moisés Tshombé, sem a menor oposição da ONU. A colagem do governo do Congo-Léopoldville aos interesses capitalistas ocidentais constituía um entrave ao acolhimento ao MPLA, já com reputação internacional de marxista. Para se introduzirem na cidade que daí a cinco anos se chamaria Kinshasa, os dirigentes do MPLA usaram do expediente da ajuda humanitária aos imigrantes Angolanos no Congo, através de um Corpo Voluntário Angolano de Assistência a Refugiados (CVAAR), constituído por 11 médicos<sup>8</sup>.

Na Cidade Livre (Léopoldville) pairava no ar o nome de Davi Demba – no qual se encontrarão muitas similitudes com Agostinho Neto (Icolo e Bengo, 1922 – Moscovo, 1979) –, líder da Aliança Popular para a Independência (Api), movimento nacionalista costapratese com um percurso idêntico ao do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Para além de uma resenha com laivos fictícios ao passado de Davi Demba/Agostinho Neto na Nautilândia/Portugal, entre 1948 e finais de 1959, como estudante e ativista político<sup>9</sup>, o romance de Manuel dos Santos Lima reporta-se a um tempo em que, evadido de Lisboa com o apoio do Partido Comunista Português, Agostinho Neto assume a liderança do MPLA em dezembro de 1962, no final da I Conferência Internacional, realizada em Léopoldville. O MPLA – existente como partido político desde a Conferência Pan-Africana de Tunes de janeiro de 1960<sup>10</sup> –, ainda dirigido provisoriamente por Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara, mudara-se, em setembro de 1961, de Conakry para Léopoldville, cidade onde, à partida, poderia estabelecer melhores contactos com o interior de Angola. Mas não só.

O início da Guerra da Independência de Angola ficara marcado, a 13 de abril de 1961, com o discurso de Salazar «andar rapidamente e em força [...] para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação» (sic), ao qual se sucederam, até outubro, as ações militares portuguesas no norte de Angola, combatendo o chamado «terrorismo» da União dos Povos de Angola (UPA), liderada por Álvaro Holden Roberto (São Salvador do Congo, 1923 - Luanda, 2007), residente no Congo-Léopoldville (República do Cobalto) e apoiado pelos Estados Unidos da América. O

<sup>8</sup> TALI, 2001: I, 76-78.

<sup>9</sup> LIMA, 1984: 50-61.

<sup>10</sup> PACHECO, 1997: 41-44.

MPLA (Api) tenta inicialmente juntar-se à UPA (Pupi) em Léopoldville, a fim de ter maior reconhecimento internacional:

*[Na Costa da Prata/Angola] A rebelião ganhava novo alento e sobretudo expressão rural. [...] os camponeses pilhavam, incendiavam ou destruíam todos os símbolos da prosperidade colonial, arruinando a economia escravagista vigente. Faziam-no em nome do Partido da Unidade Progressista para a Independência (Pupi), cujo chefe se denominava Aquitofel, um ilustre desconhecido há muito radicado na República do Cobalto e beneficiando do apoio dos Estados Unidos, dizia-se. A Api e a Pupi iriam fundir-se numa frente comum? Tal questão deixava em suspenso todos os amigos da África. Os inimigos também, mas estes preferiam espiar e prever antes de intervir. [...] Durante meses tentaram em vão os apistas uma aproximação frutuosa com os pupistas. Vários governos africanos se empenharam, e não desinteressadamente, em fomentá-la. [...] Conseguiram, no entanto, obter que o governo cobaltense concedesse aos apistas facilidades de estadia e trânsito dentro das suas fronteiras como o fizera para os pupistas, por solidariedade étnica. Finalmente só a corrupção conquistou aquilo que deveria ser normal obter-se por ideal político. [...] Foi ao inaugurarem as suas instalações em Cidade Livre que os dirigentes mais escrupulosos da Api se sentiram reprimidos<sup>11</sup>.*

Na realidade, em 1962, o grande adversário do MPLA em Léopoldville (Cidade Livre) era o próprio Álvaro Holden Roberto (Aquitofel, líder da Pupi, na ficção de Manuel dos Santos Lima), agora chefe supremo da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – resultado da recente fusão da União dos Povos de Angola (UPA) com o Partido Democrático de Angola (PDA), constituído pelos Angolanos refugiados no Congo, na maioria, simpatizantes da Aliança dos Zombo (ALIAZO) –, que, inicialmente apoiado por Lumumba, depois por Kasavubu e por fim por Mobutu, acusava o MPLA de ser dirigido por mestiços e brancos – descendentes do colonizador português – e não por negros<sup>12</sup>. Logo, não só não suscitaria a simpatia nem o apoio internacional dos EUA nem da China, como causaria mesmo desconfiança à própria URSS. *Os anões e os mendigos* reporta-se a esta situação, aproveitando o autor para expor a sua opinião acerca dos desígnios de Davi Demba/Agostinho Neto ao chegar a Cidade Livre/Léopoldville em finais do ano:

*Apistas e pupistas punham [...] maior energia a exterminarem-se reciprocamente do que a combater o adversário comum [o colonialismo nautilandês/português]. Os pupistas acusavam os apistas de falta de espírito nacionalista, considerando a sua orientação política unicamente como uma revolução social visando antes de mais pôr a nu as contradições do regime colonial. Os apistas, por seu turno, rotulavam-nos de tribalistas teleguiados pelo imperialismo americano. Lentamente, a guerra da Costa da Prata [Angola] perdeu o seu cariz revolucionário. Tal era a*

<sup>11</sup> LIMA, 1984: 60-61.

<sup>12</sup> ROCHA, 2003: 150-152.

situação que Davi Demba, o líder, encontrou ao chegar à Cidade Livre, capital da República do Cobalto, onde operava a Aliança Popular para a Independência, a Api, movimento de libertação de que era o presidente de honra, depois de ter sido um dos seus fundadores. As suas reflexões levaram-no a elaborar, dia após dia, uma estratégia global. Ela compreendia uma tentativa de aliança política e operacional com a Pupi, tendo em vista ganhar uma caixa de ressonância para o exterior e simultaneamente um alargamento da audiência do seu movimento no interior. Se a aliança fosse viável, a segunda operação consistiria na assimilação dos pupistas e para essa fase Davi também tinha planos já estabelecidos quanto a Aquitofel. Mas primeiro que tudo era necessário reinventar o Movimento, depurando-o e escolhendo minuciosamente os seus colaboradores. A organização militar devia ser reformulada e sobretudo controlada para que os responsáveis não ganhassem o apetite do poder que grassava nos exércitos africanos. O político deveria sobrepor-se ao militar<sup>13</sup>.

Inusitadamente – e este parece-nos um dos momentos mais significativos do romance –, Davi Demba, o Agostinho Neto da ficção de Manuel dos Santos Lima, já a residir em Brazzaville e não, como antes, em Léopoldville (ou Kinshasa, desde 1965), não esconderá uma admiração pelo despotismo de Mobutu – aqui rebatizado Recab Sissoko – e conclui que ele é inevitável a qualquer governo de um Estado africano independente:

*Na outra margem [do rio Kongo/Zaire], erguia-se sobre pilares de madeira um enorme retrato de Recab Sissoko, o Regenerador da Pátria. Sem ele, o país jamais conheceria o progresso; sem ele não haveria estradas, nem escolas, nem hospitais; sem ele o país não existiria muito simplesmente, estava escrito num cartaz ao lado, convidando o povo a celebrar o décimo aniversário da independência. Era certamente porque o ridículo não matava, pensava Davi, que não havia penúria de chefes de Estado africanos do género de Sissoko, as mãos tintas de sangue, o riso triunfante sobre as elites e as oposições aniquiladas, o país voltado do avesso e hipotecado por várias gerações. Como é que o jovem e obscuro sargento que se autopromovera a general subira tão alto era seguramente segredo nas chancelarias do capitalismo internacional, em nome do anticomunismo, do crescimento económico, da lei do máximo proveito ou em nome de outra coisa que legitimasse os fins. Era sempre fácil encontrar-se justificação para uma pulhice rentosa. A essa ditadura os ocidentais chamavam democracia à preta, do mesmo modo que o subdesenvolvimento era o desenvolvimento à africana<sup>14</sup> [sublinhados nossos].*

Como é que Davi Demba/Agostinho Neto, em vez de se virar para os mesmos neocolonialistas que suportavam Sissoko/Mobutu, vai procurar antes o apoio dos seus adversários na Guerra Fria, o Bloco Soviético?

Em agosto de 1962, apenas um mês após a chegada de Agostinho Neto a Léopoldville, Viriato da Cruz tentou em vão uma aliança com a FNLA, que mereceu a total reprovação de Neto. Este, ciente do xadrez que as potências da Guerra Fria jogavam no continente afri-

<sup>13</sup> LIMA, 2004: 48-49.

<sup>14</sup> LIMA, 2004: 63-64.

cano, repudiava alianças com Holden Roberto, que sabia apoiado pelos EUA, e defendia que o MPLA rejeitasse as ajudas financeiras da China e se aproximasse da União Soviética e de Cuba. Em dezembro, por ocasião da I Conferência Nacional, Agostinho Neto foi eleito por esmagadora maioria para a presidência do Bureau político e do Comité Diretor do MPLA. Criou-se a primeira cisão interna no MPLA, o que levou a que, em meados do ano seguinte, Viriato da Cruz (Absalão, na ficção de Manuel dos Santos Lima), com 70 apoiantes que se reclamaram o «verdadeiro MPLA», ingressassem na FNLA. No entanto, dois anos mais tarde, desiludidos, romperam com Holden Roberto. Depois da fundação, em Addis Abeba (Etiópia), da Organização de Unidade Africana (OUA), a 25 de maio de 1963, o reduzido MPLA tentou desesperadamente o reconhecimento dessa organização internacional, que a FNLA já havia obtido. Por isso Agostinho Neto formou, a 8 de julho, a Frente de Libertação de Angola (FDLA), congregando os pequenos partidos angolanos do Congo não absorvidos pela FNLA. Mas um facto inesperado iria mudar a sorte do MPLA: o golpe de Estado que, a 15 de agosto, derrubou do poder, no Congo-Brazzaville, o abade Fulbert Youlou (1917-1972) e instituiu o regime marxista de Alphonse Massamba-Débat (1921-1977). Expulso de Léopoldville em novembro de 1963, o MPLA instalou-se definitivamente em Brazzaville. Em janeiro de 1964, Agostinho Neto convocou a «Conferência Nacional de Quadros» e reforçou os apoios externos. Com a abertura da Frente de Cabinda, iniciou-se a atividade militar do MPLA. Além das ajudas exógenas da União Soviética e de Cuba, contou com os apoios africanos da Tanzânia e da Zâmbia, a antiga Rodésia do Norte, que conquistaram as independências nesse mesmo ano de 1964<sup>15</sup>.

Em *Os anões e os mendigos*, Manuel dos Santos Lima também alude à expulsão, em 1963, do MPLA de Léopoldville por Mobutu, que apoiara o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), fundado no ano anterior pela FNLA e dirigido por Holden Roberto, e à sua transferência para Brazzaville, acolhido por Massamba-Débat, apoiado pela União Soviética e por Cuba:

*Recab Sissoko decidira apoiar a Pupi e instigara Aquitofel a formar um Governo Provisório no exílio, que ele se apressou a reconhecer na esperança de influenciar outros estadistas do continente. A Api dispunha de vinte e quatro horas para abandonar o território. Fá-lo-ia entre a consternação e o pânico, refugiando-se na Costa da Malagueta [Congo-Brazzaville]<sup>16</sup>.*

O afastamento de Viriato da Cruz e a sua adesão precipitada à UPA no mesmo ano também se encontram bem evidenciados no romance:

*O desfile começava logo de manhã e prosseguia noite dentro, com um Absalão jovial, gargalhador e conselheiro paternal. Tendo-o constatado ele próprio, Davi insurgiu-se contra*

<sup>15</sup> TALI, 2001: I, 82-9.

<sup>16</sup> LIMA, 1984: 87-88.



*esse estado de coisas. [...] Convocou-os e passou-lhes uma rabeçada. Ao saber disso, Absalão [...] disse-lhe abertamente o que pensava dele como líder atirando-lhe aos pés o seu cartão de membro desencantado. E logo constou que se filiara na Pupi, como conselheiro de Aquitofel Amu, o qual festejou largamente a crise da Api<sup>17</sup>.*

Igualmente evidenciada é a emergência da terceira força independentista angolana, a UNITA, e o percurso do seu líder, Jonas Malheiro Savimbi (Bié, 1934 – Moxico, 2002). A 5 de abril de 1962, apenas uma semana depois de transformar a UPA em FNLA, Holden Roberto criara o GRAE. Savimbi, que estudara em Portugal e na Suíça, onde se licenciou em Ciências Sociais e Políticas, com o apoio financeiro da Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA), desempenhava no GRAE as funções de Secretário para os Assuntos Exteriores, o que lhe permitiu deslocar-se à China, onde recebeu uma instrução militar que se lhe revelaria muito útil mais tarde e lhe permitiria criar, em 1966, o seu próprio partido político independentista: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Embora conseguindo uma penetração clandestina significativa entre os Ovimbundu, a etnia mais numerosa de Angola, de que Savimbi era oriundo, as ações militares da UNITA restringiram-se, até 1974, ao Leste de Angola. Em 1971, a UNITA estabeleceu contactos com madeireiros portugueses do Moxico e cooperou com o exército português na luta contra a Frente Leste do MPLA.

Manuel dos Santos Lima não hesita em caricaturar os líderes angolanos independentistas que, nos anos de 1974 e 1975, reivindicariam o direito à exclusividade, em detrimento de qualquer outro partido político angolano, para encetarem negociações com o colonizador português na transferência da soberania política sobre o território:

*Aquitofel, o sinistro de óculos escuros, e Davi Demba, o sensorão de óculos claros, andavam pelos cinquenta bem contados. Jeroboão, aos trinta e cinco anos, vigoroso, enérgico e sorridente, despertou na arena política nacionalista uma onda de curiosidade que os ofuscou, tanto mais que pertencia à etnia mais numerosa da Costa da Prata. [...] Jeroboão fizera mão baixa à caixa da Pupi... era o cavalo dos nautilandeses... os chineses andavam a namorá-lo... era o fantoche do capital internacional...<sup>18</sup>.*

## A INDEPENDÊNCIA DESPÓTICA DOS MENDIGOS DOS SAPATOS DE OURO

A ficção de Manuel dos Santos Lima parece contornar as dificuldades com que o MPLA de Agostinho Neto – militarmente derrotado pelo exército português na Frente Leste e internamente dividido pelos movimentos contestatários Revolta de Leste<sup>19</sup> e Revolta

<sup>17</sup> LIMA, 1984: 80.

<sup>18</sup> LIMA, 1984: 80-81.

<sup>19</sup> TALI, 2001: I, 119-159.

Ativa<sup>20</sup> – se confrontava à data do golpe de Estado em Portugal de 25 de abril de 1974. No entanto, em *Os anões e os mendigos*, encontra-se bem assinalado o caráter inesperado da revolução portuguesa, favorável aos independentistas angolanos pela política, tardia mas efetiva, da chamada «descolonização»:

*Profundas mutações na geografia política da metrópole levaram ao poder uma coligação de tendência esquerdista, bastante forte para poder exprimir abertamente o seu desejo de liquidar a guerra colonial e de fazer abortar o filho natural que ela trazia no ventre, a guerra civil. Facto sem precedentes, a metrópole vitoriosa enviou emissários para aconselharem os patriotas a unirem-se quanto antes a fim de facilitar a discussão das modalidades em que acederiam à soberania<sup>21</sup>.*

A 15 de janeiro de 1975, os três movimentos independentistas angolanos assinaram com o Estado português no Algarve, no Hotel Penina, o Acordo do Alvor, destinado a regular a «descolonização» de Angola: além de instituir um Governo de Transição constituído por Portugueses e por representantes da FNLA, do MPLA e da UNITA, marcava a Independência de Angola para 11 de novembro desse mesmo ano<sup>22</sup>. Mas, longe de almejam uma coexistência democrática, a FNLA, o MPLA e a UNITA visavam dar continuidade às hostilidades recíprocas, aliás de longa data, agora na conquista efetiva do poder e com o apoio assumido dos velhos aliados, tanto do polo ocidental capitalista, encabeçado pelos EUA, quanto do bloco socialista de leste, liderado pela URSS. Mercê da sua riqueza em recursos naturais – nomeadamente petróleo e diamantes –, Angola tornar-se-ia, no plano internacional, um campo de experimentação por excelência da Guerra Fria. Bastou a passagem de poucos dias sobre o Acordo do Alvor para o demonstrar<sup>23</sup>. Entre agosto e novembro de 1975, a FNLA, pelo norte, e a UNITA, pelo sul, tentam isolar o MPLA em Luanda e impedi-lo de proclamar a Independência a 11 de novembro. Porém, quer a Batalha de Kifangondo – travada a 10 de novembro a norte de Luanda, na qual o MPLA contou com o apoio dos Cubanos, mas também com o das milícias populares –, quer a Batalha do Ebo, a sul, novamente com o apoio cubano, permitiram que, na madrugada de 11 de novembro, Agostinho Neto declarasse a Independência da República Popular de Angola, de que foi empossado Presidente, e que teve imediato reconhecimento internacional.

Na ficção de Manuel dos Santos Lima, Davi Demba, ao ver-se Presidente da República da Costa da Prata, vê aparecer-lhe em sonhos alguém que se autodenomina «Feiticeiro-Mor» e se afigura como uma personificação das ideologias socialistas e das opções políticas pelo Bloco de Leste. O «Feiticeiro-Mor», além de fazer referência à ajuda que deu a Davi Demba/Agostinho Neto da Nautilândia/Portugal – equiparando-se ao Partido Comunista

<sup>20</sup> TALI, 2001: I, 184-190.

<sup>21</sup> LIMA, 1984: 88-90.

<sup>22</sup> CORREIA, 1996: 271-280.

<sup>23</sup> CORREIA, 1991: 133-170; TALI, 2001: 101-142.

Português e à URSS –, também augura o início da corrupção em todos os setores produtivos angolanos logo nos primeiros meses de Independência:

*– Eis que organizei a tua fuga da Nautilândia e te constituí Presidente da República; eu multiplicarei a minha ajuda e a dos meus conselheiros e farei intervir em teu favor o internacionalismo operário, aquele que exprime a unidade dos interesses operários e de todos os países na luta contra o capitalismo. [...] Segue os meus preceitos e tudo se arranjará, porque vejo nos teus pés diamantes, nos teus pés sapatos de ouro e pressinto no mais fundo de ti riquezas que, como os teus antepassados, tu ignoras<sup>24</sup>.*

Na realidade, o MPLA «Partido Estado» – como lhe chamou Jean-Michel Mabeko Tali<sup>25</sup> –, dirigido por Agostinho Neto, deparou-se logo nos primeiros meses da Independência de Angola com enormes dificuldades, nomeadamente a falta de quadros suficientes para assegurar o regular funcionamento dos setores estruturais do país. Neto não tardou a perceber que não podia contar apenas com os seus apoiantes revolucionários de 1975, mas também com o que ainda restava do tecido produtivo colonial: uma pequena burguesia constituída por brancos, por mestiços e por antigos negros assimilados. Assim, nos seus discursos, tanto apelava ao fervor revolucionário dos operários e camponeses, quanto ao patriotismo de todos os Angolanos, inclusive daqueles que não perfilhavam as suas ideias. Já germinava uma clivagem social que teria consequências dramáticas no 18.º mês da Independência, maio de 1977. No entanto, os primeiros 18 meses, mesmo atingidos por acentuadas carências alimentares, foram suficientes para que se consolidasse uma burguesia burocrática, que ia ascendendo na administração, no comércio e até nos fragilizados setores industrial e agrícola – neste último registou-se um certo regresso a uma economia familiar de subsistência –, pela via da adesão à militância no partido único. Depressa se instalou a corrupção em todos os setores produtivos. Iniciaram-se nessa época, à revelia (ou com a conivência) da Organização de Defesa Popular (ODP), as vendas fortuitas – ou «candongueiras» (do kimbundu *kandongá*, isto é, negócio clandestino) – de mercadorias das Lojas do Povo, quer a preços inferiores aos regulados pelo Ministério das Finanças (instalado no antigo Edifício da Fazenda, na Mutamba) e pelo Banco Nacional de Angola (ex-Banco de Angola), quer a preços altamente especulativos. A clientela abrangia praticamente toda a população, inclusive os dirigentes políticos.

Contudo, se o MPLA foi tenaz nos confiscos das terras e das fábricas abandonadas pelos colonos, nas nacionalizações, ao abrigo da Lei n.º 3/76, de 3 de março, dos bancos, do ensino, da saúde, da habitação, dos seguros, em contrapartida revelou-se prudente em relação à nacionalização dos setores petrolífero e diamantífero, os quais no tempo colonial eram dominados maioritariamente por capitais não portugueses. O petróleo era explorado,

<sup>24</sup> LIMA, 1984: 105-105.

<sup>25</sup> TALI, 2001: II, 169-175.

em Cabinda, pela Gulf Oil Company norte-americana, e na bacia ocidental do Kuanza pela Petrangol-Angol-Texaco, igualmente de capital norte-americano. Os EUA conseguiram pressionar o governo angolano a não nacionalizar o setor petrolífero, recusando o pagamento de *royalties* devidos pela Cabinda Gulf a Angola, assim como a entrega de aeronaves Boeing-737 à companhia aérea TAAG. O MPLA assinou então acordos de parceria com companhias petrolíferas estrangeiras e, em 1976, criou a sua própria companhia distribuidora, a SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. Algo de idêntico aconteceu com a exploração diamantífera. O Estado angolano ficou com as antigas participações portuguesas na DIAMANG e entrou numa parceria com a companhia anglo-sul-africana De Beers. Em 1981, rebatizou o consórcio com o nome de ENDIAMA – Empresa Nacional de Diamantes – e foi progressivamente assumindo o seu domínio. Também daí emergiram, até aos dias de hoje, aqueles a quem Manuel dos Santos Lima chama, metaforicamente, «Mendigos dos Sapatos de Ouro».

Manuel dos Santos Lima consegue fundir magistralmente dois fatos distintos: a repressão da chamada tentativa de golpe de Estado «fracionista» de 27 de maio de 1977 e as suas consequências dramáticas e traumatizantes nos dois anos subsequentes<sup>26</sup>; e o I Congresso do MPLA, realizado apenas seis meses depois no antigo Cinema Restauração – que então se tornaria a Assembleia Popular (mais tarde Assembleia Nacional) –, e cujo avatar que batizou o MPLA-Partido do Trabalho (ou tão-somente MPLA-PT), assumindo-se como um «Partido orientado pelo Marxismo-Leninismo, tem sido atribuído à necessidade sentida por Agostinho Neto de desmentir as acusações de Nito Alves de “desvio à direita” e de seduzir os simpatizantes do desventurado líder “fracionista”»<sup>27</sup>. A fusão reside no discurso de Davi Demba, que junta as quatro intervenções radiofónicas e televisivas de Agostinho Neto a 27 de maio com o seu discurso de encerramento do Congresso:

Irritado com a situação, Davi Demba estava pronto a pactuar com Deus ou com o Diabo para impor a paz e exercer efectivamente o frágil poder de que se apoderara. Os soldados socialistas limpavam a cidade e os arredores, exportando o terror e a carnificina para a província, o sangue de porta em porta, a morte anónima e inumerável, a ruína como cartão de visita. Ali se fuzilaram à vontade os camponeses que à sombra da transição histórica e da instabilidade se tinham apropriado das antigas terras e haveres dos colonos [...]. O horror estendeu sobre o país o silêncio espesso das hecatombes sem lápide. Para escondê-lo, os altifalantes da capital gritavam os discursos do acto de criação da Assembleia Popular, principal instrumento da ditadura democrática revolucionária que iria consagrar os princípios da coexistência pacífica, do não-alinhamento e da boa vizinhança que a Costa da Prata se propunha praticar. Assim falou o camarada Presidente na televisão<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> MATEUS, 2007.

<sup>27</sup> TALI, 2001: II, 229-247.

<sup>28</sup> LIMA, 1984: 127.

A Angola independente, mas neocolonial, atinge o seu auge no capítulo intitulado «A Máquina e os Camaradas Daqui e de Acolá»<sup>29</sup>, onde o autor compara o regime autocrático angolano, com reminiscências coloniais, a uma Máquina estranha, construída na Praça da Liberdade por engenheiros de países reputados como «progressistas»:

*Monstro? Espantalho? Estátua? De início parecia um foguetão, um pénis, segundo os opo- sicionistas malandros, e depois de várias metamorfoses ganhou finalmente a forma bizarra de um enorme rolo compressor vermelho, com possantes tentáculos. Ninguém sabia exactamente para que servia a Máquina e a sua fealdade metia medo mas não fazia pensar que fosse útil ou eficaz. Em todo o caso era imponente e os costa-pratenses ao pé dela sentiam-se anões e miseráveis. No entanto tinha algo de semelhante à antiga, ali deixada pelos colonialistas, mas mais moderna, dizia-se. [...] Tinha sido uma habilidade do camarada Presidente tê-la conseguido gratuitamente ou quase, isto é, a troca de algum minério de que o país dispunha a rodos nas suas entranhas, de madeira que tornava as florestas impenetráveis, de peixe de que o mar estava repleto. E outra coisa que fosse, o que é que não havia com abundância naquela santa terra?<sup>30</sup> [sublinhados nossos].*

A similitude do formato inicial da máquina, um foguetão, faz pensar no mausoléu que foi erigido, na Praia do Bispo, em memória de Agostinho Neto, e é, conseqüentemente, uma alusão aos tempos posteriores à sua morte, a 10 de setembro de 1979, e mesmo, em nosso entender, uma previsão de que o neocolonialismo se manteria em Angola, quer depois da revisão constitucional de 1992, quer depois do fim da Guerra Civil, a partir de 2002. A «Máquina» mantém-se atualmente em Angola, numa era de capitalismo desenfreado, e o seu formato pode igualmente aludir aos arranha-céus que têm desfigurado Luanda neste primeiro quartel do século XXI.

## OS ANÕES SOCIAIS ETERNIZAM-SE EM ANGOLA

Se os Mendigos dos Sapatos de Outro e a sua Máquina se eternizaram na sociedade angolana, o mesmo aconteceu com os Anões Sociais, ou seja, o povo. Pese embora a sua presença discreta no romance de Manuel dos Santos Lima, é possível evidenciá-los, pelo menos em três casos, e identificar as suas vidas quotidianas com as de muitos Angolanos no seu dia a dia, quer ao longo do último quartel do século XX, quer ao longo desta década e meia de século XXI. Todos são afetados na sua dignidade de pessoa humana, porquanto todos acabam por sobreviver do chamado «esquema».

Veja-se, em primeiro lugar, o casal Musi e Sela: ele um antigo motorista do governador colonial e agora do Presidente Davi Demba; ela uma dona de casa de origem rural que no

<sup>29</sup> LIMA, 1984: 129-151.

<sup>30</sup> LIMA, 1984: 130.

pós-independência se confronta com a carência de géneros nas lojas do povo. São de Sela, cujo papel determinante na sobrevivência da economia doméstica continua a ser, hoje em dia, o de inúmeras mulheres angolanas, estes pensamentos:

*O camarada feijão e o camarada peixe-seco andavam muito fugidos do mercado e a camarada carne só frequentava a casa dos camaradas graúdos ou sorteados. [...] Musi poucas vezes conseguia trazer comida para casa, dado que passava todo o dia ao volante e as grandes trocas e baldrocas se faziam entre a despensa e a cozinha [do Palácio]. O único privilégio que a profissão do seu homem lhe dava era mesmo uma boleias na limousine climatizada de vidros fumados do camarada Presidente, com telefone dourado e tantos botões reluzentes que lhe metiam medo, eterna camponesa marcada pela vida dura. Na sua aldeia, agora quase completamente despo-voada com o êxodo para a cidade, as mulheres, os filhos às costas, chegavam a fazer quinze quilómetros com a lata da água à cabeça; pilavam o milho; cuidavam da casa e do gado e deviam satisfazer os seus homens. [...] Pensando em tudo isto, ela enterrava-se no fundo dos estofos [da limousine] talvez com medo de ser vista, e ficava muito quieta até ao fim do trajecto. Admirava-se do à-vontade de Musi. Para ele era como se estivesse em casa. A primeira vez riu-se de o ver de luvas brancas. Pensava que com a independência elas deviam ser pretas<sup>31</sup>.*

Outro caso impressionante e paradigmático é o do velho Noé e dos seus filhos: Isac, o mais velho, que estudara na Europa; e Zambri, que nunca saiu do país e, embora aparentemente seja um entusiasta da Revolução, na realidade, como muitos costa-pratenses/angolanos, vive dominado pelo medo de quem tem o poder. A lucidez de Isac é tardia e, como tantas outras em Angola, violentamente silenciada:

*Isac voltara respondendo ao apelo geral lançado por Davi Demba, na véspera da independência, para que todos os costa-pratenses, independentemente do seu ideário político ou crença religiosa, regressassem ao país a fim de participarem na sua reconstrução. Alguém acabava de ligar a rádio. Entre os slogans, um conhecido locutor dava a leitura das leis promulgadas pelo Conselho de Ministros. Ao ouvir que nenhum costa-pratense poderia entrar ou sair do país ou deslocar-se de uma província para a outra sem visto concedido pela Polícia das fronteiras, Isac sentiu que caíra numa ratoeira. [...] – Estão-nos a preparar uma ditadura pior que o colonialismo que combatemos. Já nem sequer nos é permitido circular livremente no nosso país! Só nos resta fugir ou rebelar-nos. Já não posso ter dúvidas de que aqui não haverá lugar para o costa-pratense que recuse a massificação, que não queira viver agachado a dizer “sim, camarada Presidente” ou a lambar as botas a todos esses boçais promovidos demagogicamente e que têm hoje uma força tal que perante eles a razão e a inteligência se envergonham, se prostituem e se tornam inúteis<sup>32</sup>.*

<sup>31</sup> LIMA, 1984: 137-138.

<sup>32</sup> LIMA, 1984: 122-123.

Os infortúnios de Isac prosseguem no dia em que tem de levar o pai de urgência para o hospital. Apesar das «gorjetas» do filho – ao tempo ainda não se institucionalizara o termo «gasosas» –, indiciadoras da corrupção geral e ainda hoje endémica em todos os serviços públicos nautilandeses/angolanos, nomeadamente os da saúde, o velho Noé acaba por morrer sem assistência médica. O texto que citamos ainda hoje se aplica plenamente aos hospitais públicos angolanos:

*Isac conseguiu [para o pai] uma velha marquesa através de um enfermeiro amigo. [...] Deitado directamente sobre o metal da marquesa, que chiava por todos os lados, o corpo sacudido pelos solavancos, o velho Noé recolhia facilmente olhares piedosos da parte dos transeuntes. Quando ao fim de quase três horas de diligências em que Isac pediu, implorou, deu gorjetas ou fez valer conhecimentos e amizades, conseguiu uma cama para o pai, sentou-se num momento para descansar as pernas. No país donde vinha, vira no lixo colchões mais limpos. [...] Disseram-lhe que o irmão andava à procura de Abel Ekolo, o único cardiologista da cidade. Desaparecera havia três dias. [...] Noé entrou em coma ao anoitecer. De madrugada voltou a si, teve um breve momento de lucidez em que reconheceu os seus e deu o último suspiro de manhã cedo<sup>33</sup>.*

O terceiro caso de Anões Sociais evidenciado é o do ex-alfaiate Ismael e da sua secretária e amante, cujo nome nunca é mencionado. Trata-se de uma jovem costa-pratense/angolana que, não tendo obtido como estudos mais do que o primeiro ano liceal, consegue o privilégio de fazer compras na Cooperativa, em vez de fazer fila nas lojas do povo, inscrevendo-se no Partido, denunciado indivíduos suspeitos e prostituindo-se aos seus dirigentes, tal como já antes da Independência o fizera com os colonizadores nautilandeses/portugueses. Quanto a Ismael,

*[...] também tivera muita sorte. Alfaiate de profissão, fizera outrora calças a crédito para Ruben, então funcionário dos Correios e militante da Api [MPLA]. Ruben fugira do país e fora estudar luta subversiva num país comunista. Nomeado sub-director dos Serviços de Segurança, Rubem lembrou-se de Ismael, com quem ela se ligara depois que o seu último protector, um soldado do contingente colonial, regressara à metrópole no fim da comissão militar. E ela estava muito reconhecida a Ismael por ter pensado nela em vez de alguém da sua família ou das relações da mulher [dele]. Os homens que [ela] conhecera, e não tinham sido poucos, só lhe gabavam os olhos esverdeados, o saber horizontal e a sorte de não engravidar, pois os abortos estavam cada vez mais caros. Ismael dizia-lhe que ela agora devia pensar no futuro, juntar o máximo de dinheiro possível e colocá-lo no estrangeiro, para a velhice, porque o país não asseguraria reforma a ninguém. Ele próprio procedia assim, seguindo o exemplo dos maiores que faziam toda a espécie de negócios para enriquecerem. Ismael prometera-lhe abrir uma conta na Suíça, quando da sua próxima saída. Ela desconfiava que ele já possuía uma. Precavida, também tinha os seus dólares escondidos, e que valiam dez vezes mais do que ao câmbio oficial, o que lhe iria*

<sup>33</sup> LIMA, 1984: 124-125.

*permitir comprar na moeda do país um bom frigorífico ao preço da chuva. O seu amante devia estar metido no tráfico de diamantes, embora teoricamente o exclusivo pertencesse ao camarada Ministro da Defesa*<sup>34</sup>.

Quem ousaria dizer que casos como este deixaram de ser comuns em Angola, num tempo em que a globalização, além de destruir o Estado social no mundo inteiro, o impede descaradamente de emergir onde ele nunca sequer existiu?

## CONCLUSÃO

*Os anões e os mendigos*, de Manuel dos Santos Lima, ficará na história da literatura angolana como uma das primeiras e corajosas denúncias do despotismo forjado, herança do discurso darwinista enselvajador, legitimador das desigualdades sociais e humanas no continente africano, falaciosamente projetado para um período pós-colonial e para um neocolonialismo ainda hoje bem vivo na dicotomia «desenvolvido/subdesenvolvido» ou, eufemisticamente, «desenvolvido/em vias de desenvolvimento». O projeto de enselvajamento, como pudemos observar, não se restringia às potências ocidentais (ex-colonizadoras), mas estendia-se igualmente aos dirigentes dos movimentos independentistas (ex-colonizados), de que o exemplo em evidência é o do MPLA angolano, de Agostinho Neto. No entanto, os seus sucessores no poder, ainda hoje, em pleno século XXI e uma vez ultrapassadas a Guerra Fria e uma longa Guerra Civil em Angola, permanecem condenados à condição de mendigos internacionais. Quanto aos cidadãos angolanos, esses continuam a ser, num tempo posterior ao fim da Guerra Fria e em que o mito da «globalização» tem tentado falaciosamente apagar o conceito de «Terceiro Mundo», os mesmos anões sociais e, como tal, constituem uma panóplia ainda mais vasta do que há três décadas.

## Referências bibliográficas

- CORREIA, Pedro Pezarat (1991) – *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mira-Sintra: Editorial Inquérito.
- CORREIA, Pedro Pezarat (1996) – *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin.
- LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro (2007) – *Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem. O 27 de Maio de 1977*. 2.ª ed. Porto: Edições Asa.
- M'BOKOLO, Elikia (2003) – *África Negra. História e Civilizações. Até ao século XVIII*, Tomo I. Tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Editora Vulgata.
- \_\_\_\_ (2007) – *África Negra. História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Tradução de Manuel Resende, Revisão Científica de Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques. Lisboa: Edições Colibri.
- MOURALIS, Bernard (1982) – *As contra-literaturas*. Tradução do francês de António Filipe Marques e João David Pinto Correia. Coimbra: Almedina.

---

<sup>34</sup> LIMA, 1984: 140.



- PACHECO, Carlos (1997) – *MPLA. Um nascimento polémico*. Lisboa: Vega.
- PINTO, Alberto Oliveira (2013) – *Representações literárias coloniais de Angola, dos angolanos e das suas culturas (1924-1939)*. Prefácio de Isabel Castro Henriques. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- ROCHA, Edmundo (2003) – *Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Luanda: Kilombelombe.
- TALI, Jean-Michel Mabeko (2001) – *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Vols. I e II. Luanda: Editorial Nzila.
- VENÂNCIO, José Carlos (2000) – *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África*. Prefácio de Adelino Torres. Lisboa: Vega.



# A ESTÉTICA LITERÁRIA COMO ABRIGO DE «ALMA CHEIA DE SONHOS DE LIBERDADE»: A SAGA EPOPÉICA NA OBRA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

MONALISA VALENTE FERREIRA

UNILAB<sup>1</sup> (Brasil).

Um analista literário brasileiro, Alceu Amoroso Lima<sup>2</sup>, ao discutir sobre a responsabilidade do intérprete diante de uma obra literária, afirmou que o crítico literário deve ter a coragem de não temer o desagrado do autor nem do público. Segundo ele, devemos temer a nossa própria consciência. Nesse sentido, é sempre uma tarefa árdua a do intérprete ainda mais quando se tem a presença física do escritor em sua comunicação. Muitos artistas já asseveraram que sequer tinham pensado tais e quais vieses assinalados pelos críticos sobre suas obras. Este preâmbulo na verdade é já um *mea culpa*. Felizmente, para nosso alívio, o próprio escritor já nos deixou algumas pistas em relatos e entrevistas, o que não nos exime, entretanto, de temer a nossa própria consciência no escrutínio do papel de intérpretes dos meandros dos textos de criação.

Para além do processo de reconhecimento e visibilização de obras literárias de escritores de origem africana, acreditamos ser papel do investigador divulgar as produções que muitas vezes estão à margem do cânone, o que não seria aqui o caso. Referente às obras de Manuel dos Santos Lima estamos diante daquilo que Antonio Candido, em *Literatura de dois gumes*<sup>3</sup>, bem assinalaria como literatura empenhada. Empenhada na aquisição e na construção de uma consciência nacional. Na representação de uma epopéia de um povo, irmanado a outras identidades daqueles países que também estavam em busca de resgates

---

<sup>1</sup> Univerisidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

<sup>2</sup> LIMA, 1945.

<sup>3</sup> CANDIDO, 2006.

ou reinvenção de caracteres próprios durante e após os processos de luta pela independência.

No processo de reconstituição de um passado de luta na narrativa dos dois romances *Os anões e os mendigos* e *As lágrimas e o vento*, e reconsideradas as significações históricas do movimento de libertação em Angola, percebe-se a eleição de uma épica que retrata mundos de combate, de deslocamentos, errâncias de homens partidos, mas com a alma cheia de sonhos. Em entrevista a Michel Laban<sup>4</sup>, o escritor informa que vivenciou algumas das situações e também fez uso de documentos oficiais e relatórios para constituir seu texto de criação. Como pensar a elaboração de uma narrativa que carrega em si a trajetória histórica de um povo coadunada à especificidade literária? É na tessitura de uma saga alinhavada pelos fios romanescos que tentaremos entender essa épica de um povo em busca da bandeira da libertação.

No plano da construção estética, em *Os anões e os mendigos* revela-se uma narrativa arrastada, emaranhada nos percalços ora de uma massa anônima, ora das figurações de liderança e de elementos de conflitos que requerem do leitor uma atenção redobrada e imaginação plástica das cenas retratadas sob pena de se perder, pela densidade da temática.

A composição dos quadros na narrativa da obra supracitada impressiona por aquela rara sensação de inexistência de pós-clímax. Tensão estática ou em movimento, mas ali presente na especificidade do relato, sem momentos de refrigério. Os parágrafos longos, por vezes permeados de longa descrições de cenário inóspito ou de carácter de determinada personagem, antecipam na temporalidade arrastada a marcação do tempo da realidade que levou a própria luta da libertação de Angola. Ressoa no leitor o limiar da permanência do trágico porque a tensão é marca de cada capítulo, a catarse não é empreendida e talvez essa não seja a intenção.

Faz parte da história dos campos de guerra e dos processos de lutas de independência dos países africanos o desastre, a dor. Não há espaço para subterfúgios ou suavizações de aspectos romanescos porque a catástrofe não possui beleza. Ao leitor cabe acompanhar a miséria de um tempo de guerra e, mais que isso, vivenciar de maneira premente os desejos e sonhos de desvencilhamento de subjugações: a angústia dos elementos interpostos na narrativa, o sem fôlego da elaboração dos períodos não aparenta ser um problema de estilo ou imperfeição de técnica. O leitor acompanha cada um daqueles oprimidos pelo sistema, sente em sua própria carne quente o ato de ser devorado pelo abutre que aparece na narrativa para esfolar o morto ainda recente.

*As moscas à volta da boca aberta asseguravam-no de que a presa, ainda quente, estava totalmente morta. E pousando as patas sobre a cabeça e abrindo largamente as asas possantes, estabeleceu o seu império sobre o homem irremediavelmente abatido e espoliado para além da*

---

<sup>4</sup> LABAN, 1991.

*morte. Com avidez implacável arrancou-lhe os olhos e logo lhe enterrou o bico adunco no ventre e começou a embriagar-se com o sangue das entranhas (...)*

*O céu ficara limpo e brilhante e sob ele alargava-se uma geografia rala e retorcida. A secura desenrolava um tapete por onde o deserto caminhava com passos de ladrão do futuro<sup>5</sup>.*

A secura da paisagem, da «geografia rala e retorcida», coaduna-se ao modo de narrar também seco, preciso, descritivo do itinerário de homens esqueléticos, prontos para o combate em prol da independência, mas que muitas vezes outra luta, a da própria sobrevivência física, não deixava sequer que atingissem o destino dos campos de guerra. Os adjetivos, quando aparecem, são para resgatar a aceção mais sombria da atmosfera descrita. Se «limpo» e «brilhante» repercutem como vocábulos de paz e clareza, tal assepsia contrasta com as entranhas da carne humana pútrida devoradas pelos abutres. Ao mesmo tempo a escolha dos adjetivos pelo escritor representaria pedra angular de região inóspita varada pela aridez de uma paisagem sem chuvas, daquela «terra sonâmbula». O que muitas vezes fazia os refugiados combalidos a prosseguirem era aquela esperança de mudança do quadro desolador de sobrevida que se impunha no processo de luta. O futuro, tanto em *Os anões e os mendigos* quanto em *As lágrimas e o vento*, era o *leitmotiv* para seguir na busca da libertação, de ter a terra livre e sem as chagas abertas para o poiso dos abutres.

Pensar na recepção do sentido da obra de Manuel dos Santos Lima, tanto pela problemática quanto pela costura textual da eleição de uma narrativa densa; lenta como a vida minada dos personagens retratados e a luta demorada, mas necessária, permite-nos ter uma nova chave interpretativa. Fugir dos grandes panoramas para debruçar-se na própria obra e verificar quais e tais escolhas vocabulares, registros históricos, representações ficcionais, elementos imagéticos sedimentam uma forma de se detectar uma nova epopéia, sem as musas e mitos clássicos do gênero de outrora, sem os deuses invencíveis e artefatos sofisticados. O leitor vivencia a realidade comezinha, os feiticeiros eles próprios fazendo parte do processo de sobrevivência diante do caos, as mulheres guerreiras e ao mesmo tempo violadas. Epopéias sem brilhos!

O indivíduo e o coletivo farão jus à epopéia às avessas, mas necessária para a implantação pelo menos de um processo outro, que não aquele de dependência colonial. O itinerário que se acompanha da guerra é sim uma saga epopéica sem louros e alegrias que ultrapassa o tônus de longa narrativa, cheia de incidentes para dar visibilidade a homens alquebrados, mas desejosos de liberdade, as perdas e ganhos nos combates, nas reuniões dos comandos, nas articulações internas dos movimentos de libertação, na prisão política e nas discussões essenciais de conceitos representativos para a permanência do estado de liberdade almejada são tratados exaustivamente.

O narrador irradia com precisão descritiva a mente insana dos personagens, os líderes inflamados e seus discursos, e o leitor observa pelos olhos e pena do escritor as dores

<sup>5</sup> LIMA, 1984: 16.

e mazelas, as intrigas e cobiças sórdidas escondidas em cada homem. Mesmo após o final da leitura de ambos os livros aqui analisados há a permanência da angústia existencial no âmago do leitor. Ou seja, reiteramos, o elemento catártico que desaparece, ou sequer aparece, talvez intencionalmente como já assinalado.

Jauss asseveraria que

*a teoria estético-recepcional não permite somente apreender sentido e forma da obra literária no desdobramento histórico de sua compreensão. Ela demanda também que se insira a obra isolada em sua série literária, a fim de que se conheça sua posição e significado histórico no contexto da experiência da literatura*<sup>6</sup>.

Alfredo Bosi<sup>7</sup> informara, na esteira de Hans Jauss e sua teoria da estética da recepção<sup>8</sup>, que a verdadeira obra de arte é aquela que rompe com o horizonte de expectativas do leitor. Ao fechar as páginas das obras aqui tratadas, o leitor já é um outro, atualizado no tempo. A memória do escritor traçada pela narrativa continuará como fato histórico na esperança de não ser esquecido nem marginalizado. Sobrevive como aqueles refugiados em travessia pelos campos em busca do sonho de libertação, mesmo que isso lhes custasse a própria vida.

Pensando uma obra aliada a um sistema literário e a devassa de temáticas de guerra e do processo de independência que se perfilaram nos livros de escritores africanos de expressão portuguesa, precisamos lidar com as situações dos fatos sociais, da realidade artística e dos desdobramentos da obra na compreensão daquele *locus* nada privilegiado de quem tenta escrever de e sobre algo que está a contrapelo de um pensamento colonizador. Tanto em *Os anões e os mendigos* quanto em *As lágrimas e o vento*, a recuperação do experienciado sob uma certa ótica com elementos autobiográficos e os aspectos de situação-limite do homem que vive, age e reage diante de sagas parecem assenhorar-se daquilo que chamamos a «falência da linguagem». Essa característica peculiar se faz mais evidente em literatura testemunhal, geralmente de traumas de guerra. No transcurso do cotidiano de lutas, como emendar na escrita, no relato, os fios fragmentados da convulsão beligerante da realidade? Como o escritor poderá dar conta de sentimentos plangentes e da prática de uma situação bélica, ou ainda, como recuperar tais fragmentos por uma memória que, por vezes, pela vivência direta dos fatos, pode selecionar categorias do lembrado e apagar, consciente ou inconscientemente, elementos fulcrais de sua ação e dos outros atores?

Daí a forma casa-se perfeitamente ao conteúdo exposto: aqueles períodos longos, como as trilhas camufladas ou visíveis percorridas pelo andarilho, que desertou ou que, cansado de ser humilhado, resolveu aderir à causa, sendo que um e outro acabam por se

<sup>6</sup> JAUSS, 1994: parte IV.

<sup>7</sup> BOSI, 1994.

<sup>8</sup> JAUSS, 1994.

complementar. Justifica-se, assim, aquela narrativa sem catarse, esse perscrutar a forma escolhida pelo escritor para se narrar os desejos de libertação e as lutas dentro e fora do homem que não tem nada, despossuído, usurpado, mas que vê, mesmo diante da morte iminente pela causa, a possibilidade de transformação da terra para os pósteros. Por isso a importância de articulação dos elementos extemporâneos à dimensão estético-literária no relato de uma realidade de guerra e a escolha da linguagem para recuperar o experienciado por meio da fluidez memorialista. Portanto, a relevância da dimensão estética no processo de constituição das narrativas autobiográficas onde diferentes linguagens e recursos expressivos potencializam as múltiplas interfaces do conhecimento de si, na relação pensamento-sentimento com e sobre o mundo, já diria Luciana Ostetto em artigo sobre o tema.

Liberdade, democracia, independência são termos que permeiam toda a obra e que parecem às vezes esvaziar-se na desesperança da situação em campo de batalha. Aquele que planta a mina contra o inimigo com fins para a libertação usando armas exógenas daqueles que pregam a democracia no mundo pode ser vítima de sua própria emboscada. Mutilados, mortos, queimados, imagens devastadoras para os ideais que não se abandonam. Almi e Rosamunda, Calhambeque e talvez Gonçalves do lado oposto. Cada um com seus sentidos e necessidades.

Relatos autobiográficos singularizam-se «centrando no sujeito da narração as possibilidades de reinvenção das dimensões subjetivas da vida e do cotidiano com ênfase nos testemunhos como um dos atos de narração e de atos de memória»<sup>9</sup>. Nesta perspectiva, o ganho está em, apesar de uma unidade temática que acerchará o fio condutor do relato, o narrador, também em posição de escuta, poder dar as múltiplas direções por que foi possível passar, dentro e fora de si, reportando-se ao que foram, ao que são, ao que desejam ser, ao que fizeram, ao que fazem, ao que projetam fazer. Nessa rede de perspectivas e projeções, aquela tênue e por vezes enganosa rede da memória poderá representar, fidedignamente ou não, uma visão geral do tema.

Em *Os anões e os mendigos* e *As lágrimas e o vento* percebemos que o relato duro integra na especificidade da obra literária o discurso histórico-sociológico e político. Como já diria Candido, «o condicionamento social e histórico não é apenas a sua moldura, mas – sem que isso implique num atentado à autonomia – a substância da sua realidade artística e a condição de existência de seus elementos que, nela, podem ser chamados de eternos»<sup>10</sup>. Portanto, o escritor estaria a entrelaçar a luta de libertação de Angola com tais elementos eternos que configuram aquela substância da realidade artística? Ao tecer narrativas ficcionais sobre dados da realidade, por meio da representação seletiva da memória, ressignifica a história revisitada pelo olhar que mira o passado nas marcas do presente. Ou, como asseveraria a pesquisadora Luciana Ostetto<sup>11</sup>, «o passado vivido fazia-se potência pela ação do

<sup>9</sup> SOUZA, 2008.

<sup>10</sup> CANDIDO, 2006: 35.

<sup>11</sup> OSTETTO, 2015: 173.

rememorar». No caso específico das obras aqui estudadas, naquela ação trazer as marcas cruciais de um passado traumático, reviver a situação-limite de uma realidade histórica experienciada mediada pela linguagem literária.

Na dimensão estética da narrativa autobiográfica, como distanciar-se de tal modo para que a lente que testemunhou não deturpe os fatos? O indivíduo que se faz intérprete de si mesmo revela-se ou esconde-se na teia da representação vivida. Mas isso é possível, dar uma dupla visão dos fatos quando se trata de ficção? Boris Schnaiderman, em entrevista à *Folha Ilustrada* do jornal *Folha de São Paulo* (10/08/2015) tratará sobre essa dimensão estética dos relatos testemunhais pela própria experiência relatada em seu romance *Guerra em surdina*<sup>12</sup>. Boris foi um dos 25 mil homens enviados pela Força Expedicionária Brasileira para lutar na Itália durante a Segunda Guerra.

Boris Schnaiderman informa ao entrevistador do jornal supracitado: «Da primeira vez narrei o que aconteceu ora comigo, ora com companheiros. Tudo misturado com partes imaginadas. Mas eu não sou um ficcionista, só sei fazer autobiografia». Essas nuances de distinção obviamente passam a configurar embates na composição de boa parte de escritores. Às vezes pretende-se narrar somente o vivido sem cores ficcionais; outras tinge-se aqui e acolá uma paisagem distinta, um personagem outro, uma mudança de feição no carácter do personagem, um final diferente, uma linguagem metafórica para marcar a dimensão literária. Entretanto, ambas possuem os entrecruzamentos de uma obra híbrida.

A referência acima exposta serve, salvo devidas proporções temáticas e temporais, obviamente, para que percebamos os liames de histórias de guerra e a busca de uma linguagem que possa envolver as situações-limites. Tal como a representação do personagem de *As lágrimas e o vento* que sonhava com a Libertação de Angola e que deserta do Exército para liderar um povo que queria algo que não fosse aquele estado de jugo colonial. Muitos que nunca tocaram em armas municiavam-se de vontades e das circunstâncias para o combate. Schnaiderman<sup>13</sup> assim falaria da sua experiência na FEB e que podemos associar, salvo, claro, as devidas proporções, a situações descritas nas obras de Manuel dos Santos Lima: «Eram homens destreinados vindos de um país sob ditadura, para lutar pela democracia na Europa, contra inimigos poderosos. E no entanto eles se saíram bem, tão bem quanto os melhores Exércitos. Achei incrível isso».

A expressão que permeia quase toda a narrativa de *As lágrimas e o vento*, «guerra é guerra», com toda a sua nuance de crueldade e de espírito de libertação parece tentar justificar toda a miséria humana, todo ato vil, toda a cruzeza de olhar a terra inóspita, saqueada. As mortes, os estupros, as reversões de valores cabem naquela expressão como forma plausível de não sofrer a consciência moral defronte a atos grotescos. É como se não pudesse fugir ao estigma da guerra, tal como o escritor brasileiro Graciliano Ramos narra vidas

<sup>12</sup> SCHNAIDERMAN, 2004.

<sup>13</sup> SCHNAIDERMAN, 2004.



torradas pelo inimigo que era, nesse caso, a natureza dos quadros de seca do Nordeste brasileiro e a exploração.

Diante de mais uma situação de perigo e do inevitável sem solução, o narrador afirma pela mente do seu personagem tosco «governo é governo». As cenas da natureza inóspita e dos deslocamentos de fuga também encontram aproximações entre essas obras quando Fabiano e a família, no romance *Vidas secas* deparam-se com a morte ressequida, a miséria e fome prementes com os abutres a avizinhar os retirantes que, embora ainda vivos, já traziam o cheiro da morte. Na busca da epopéia de um povo, as aventuras nada venturosas nos caminhos para o encontro com os líderes dos movimentos de libertação, percebe-se ali também a alma da massa anônima que caminha tal como Almi, personagem do livro *As lágrimas e o vento*, em seus sonhos de liberdade.

Nesse processo, acompanhamos a constituição do líder Davi Demba, o estar em uma situação por acaso, sem pedir isso até a sua elevação ao estado de liderança e seus desdobramentos com a decrepitude moral e política daquele que, ironicamente, discursava para as galinhas quando criança, decependo-as em caso de, no final do discurso, não escutar os alaridos das mesmas.

*E na memória brilhou-lhe o riso dela [a mãe] quando ele se mascarava de rei, de general, de chefe da polícia ou de cardeal e cantava, discursava, dava ordens ou pregava para as galinhas intrigadas. No fim da representação alvoroçava a capoeira para ouvir os cacarejos como aplausos. E os galináceos que menos o aplaudiam eram os primeiros a ser sacrificados para a próxima churrascada.*

*(...) cortava-lhes a cabeça de um golpe seco de catana, e agitando os braços punha-se a imitar a corrida desordenada, a dança imprevisível do animal estrebuchando, ao mesmo tempo que evitava ser atingido pelos esguichos de sangue. Esse espectáculo realizava-se às escondidas da mãe, os olhos dilatados de prazer. No fim benzia-se e proferia o elogio fúnebre com solenidade. Às vezes sonhava com galinhas a debicarem-lhe os olhos. Acordava aterrorizado, o coração aos saltos<sup>14</sup>.*

Demba precisava ser ovacionado em seu discurso. Seu sonho? O poder. O menino é o pai do homem? Eis um questionamento de que o leitor se apercebe quando acompanha a linha de costura textual que o narrador nos revela, discretamente, nos devaneios de poder de Davi Demba não percebidos de maneira evidente no início do romance, mas que discretamente já se avizinhava desde a prisão e o leitor percebe o alinhavo da psicologia do caráter do personagem ao longo da narrativa. No percurso desta, entretanto se revela o que bem acobertado estava pela discrição e sensaboria da constituição do líder nas decisões que irritavam inclusive os mais inflamados companheiros. Figura central que vai servir para o

<sup>14</sup> LIMA, 1984: 61-62.

narrador mostrar seu posicionamento quanto a conceitos sobre comunismo, democracia, independência.

Nesta tessitura, pelo trecho acima exposto e o desenrolar da caracterização do líder na constituição da personagem, percebe-se que os caracteres que comporiam mais perfeitamente quando o líder assume a presidência não foram escolhidos antes aleatoriamente. Foi devidamente pensado para compor o retrato de um homem que trabalhou para ter o que ambicionava, mesmo.

A corrupção e a incapacidade administrativa, as doações e promessas, as desconfianças deram a lupa de aumento ao personagem que teria tudo para dar certo, mas ao vencedor as batatas, sua loucura vã que o impregna no final. A citação que revela a forma de agir de Demba com as galinhas não pode ser desconsiderada por ser elemento exemplificador da exacerbação do líder e da forma de excluir quem não estivesse coadunado aos seus pensamentos. Mesmo se estivesse e sua imaginação achasse que não era decepado a golpes de catana como as galinhas. O sonho que o fazia acordar aterrorizado aparecerá em forma de pesadelo no final.

Reiterando o questionamento anterior, como dar conta do tónus da dor insólita na narrativa de guerra de modo que não se enrede naquela falência da linguagem, o não conseguir retratar uma angústia e sofrimento existencial, aquilo que se quer ver representado, tal como o grito inaudível do quadro de Munch? Memórias traumáticas são difíceis de serem retratadas, principalmente por quem vivenciou de perto. Angola foi palco de tentativa pertinaz de apagamento e de invisibilização política das diferenças. A narrativa recupera o retrato daquela expressão também repetida no romance pela boca dos personagens colonos e do Exército de que todos eram portugueses, por isso irmãos, e, ainda por isso, não se deveria matar irmãos.

Os discursos prementes de que todos eram iguais e que ruim com eles pior sem eles são notados também nos folhetos distribuídos, principalmente para evitar a fuga para o Congo. Na parte final de *As Lágrimas e o Vento*, há uma passagem de profunda beleza estética e contundente que revela, como todo o livro, a apropriação mais elaborada do elemento constitutivo da narrativa ficcional. Diante da divisão do comando para melhor trabalhar os ideais de luta, o narrador apresenta Nhari e sua dúvida sobre o que levar ao sair dali da comunidade.

*Nhari sentou um bocado para pensar, diante dos seus haveres espalhados pelo chão. Não sabia que meter dentro do seu cesto de ráfia. Tudo era importante e nada tinha valor. Uma cabana, um lume de quatro pedras e um tacho de barro, encontrá-los-ia em qualquer parte. Mas poderia ela embrulhar uma paisagem ou a «alma» de um lugar?*<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> LIMA, 1989.

É nessa alma cheia de sonhos como a de Almi que Nhari vai ponderar sobre o folheto espalhado pela avioneta:

*O papel tinha de um lado a imagem de uma família angolana, feliz, sentada à mesa, com bastante comida. Do lado oposto apresentavaa no Congo, a mesa vazia, o pai como que consumido por doença ruim, o filho suplicando comida e a mulher resmungando com o marido que trocara a fartura da sua terra pela fome congoleza<sup>1</sup>.*

Os discursos não corresponderiam aos fatos ou pelo menos aos anseios.

Mesmo que o vento ou a mina abatessem a muitos, mesmo que as lágrimas teimassem em cair, os sonhos de Almi que abrem o romance – desde quando ainda era do exército, e que permanece no líder após desertar com todo seu conhecimento que permitiu a organização da comunidade e as táticas de guerrilha com seus companheiros – e permanecem no alarido das explosões. «Almi gostava de chorar» e são lágrimas que restam no final pela impossibilidade de prosseguir preso ao lamaçal ao ser atingido. O final apresenta a gesta de um povo para o «abraço final da terra». A terra, princípio e final de tudo. Um triste final regado para colheita futura para constituição, quiçá, de uma outra epopéia.

## Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo (1994) – *História concisa da literatura brasileira*. 40.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cultrix.
- CANDIDO, Antonio (2006) – *Literatura de dois gumes*. In *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul.
- LABAN, Michel (1991) – *Angola: encontro com escritores*. 1.<sup>o</sup> volume. Porto: Fundação Eng.º Eugénio de Almeida.
- JAUSS, Hans Robert (1994) – *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática.
- LIMA, Alceu Amoroso (1945) – *O crítico literário*. Rio de Janeiro: Agir.
- LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.
- LIMA, Manuel dos Santos (1989) – *As lágrimas e o vento*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições Afrontamento.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda Ostetto; KOLB-BERNARDES, Rosvita (2015) – *Modos de falar de si: a dimensão estética nas narrativas autobiográficas*. «Pro-posições», v. 26, n. 1 (76) (jan./abr.), p. 161-178. Disponível em: «[www.Scielo. br/pdf/pp/v26n1/0103-7307](http://www.Scielo.br/pdf/pp/v26n1/0103-7307)>». [Consulta realizada em 10/10/2015].
- SCHNAIDERMAN, Boris (2004) – *Guerra em surdina*. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cosac Naif.
- SOUZA, Elizeu Clementino de (2008) – *Modos de narração e discursos da memória: biografização, experiências e formação*. In PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de, org. – *(Auto)Biografia: formação, territórios e saberes*. Natal, RN/São Paulo: Edufrn/Paulus, p. 85-101.

---

<sup>1</sup> LIMA, 1989.



# EPOPEIAS BÍBLICAS E MISÉRIAS HUMANAS NA AFRICA D'OS ANÕES E OS MENDIGOS, DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

CRISTINA COSTA VIEIRA

Universidade da Beira Interior / CLP.

*Dedicado ao herói individual e colectivo, em particular  
a Luity Beirão e a todos os migrantes que fazem na Europa de  
hoje a sua travessia do deserto*

«Tout texte est un mosaïque de citations»<sup>1</sup>: com esta assertiva, Julia Kristeva alargou os horizontes dos estudos literários nos finais dos anos 60 do século XX, abrindo as portas ao comparativismo, por fazer notar os elos criados entre textos de forma implícita ou explícita, cônica ou não. Uma obra literária pode ter referências múltiplas por detrás, e, em alguns casos, o autor pretende que o leitor estabeleça essas conexões com o(s) texto(s) que lhe servira(m) de *palimpsesto*, usando um termo genettiano<sup>2</sup>. Tal é o caso d'*Os anões e os mendigos* (1984), terceira obra ficcional do escritor angolano Manuel dos Santos Lima<sup>3</sup>. A intertextualidade estabelecida entre este romance e a Bíblia, em particular o Antigo Testamento, é de tal monta que o Autor necessariamente intenta que o *lector* faça tais elos<sup>4</sup>.

Todavia, as similitudes visíveis entre o romance limaniano e as Escrituras jogam com diferenças, numa distorção pós-moderna dos passos bíblicos citados ou aludidos. A base metodológica deste ensaio será, pois, o comparativismo, tendo em conta, como aconselha

---

<sup>1</sup> KRISTEVA, 2000: 85.

<sup>2</sup> GENETTE, 1982.

<sup>3</sup> As páginas doravante citadas relativas a esta obra seguem a edição de 2004 (Luanda: Chá de Caxinde).

<sup>4</sup> ECO, 1993.

Helena Carvalhão Buescu, que os estudos comparativistas colocam o «problema da semelhança e da diferença, ou seja, do que ao mesmo tempo constitui o confronto relacional e dele resulta como objecto analítico. Ora esta questão coloca-se inevitavelmente num campo em que o estético se cruza e mesmo enreda com o cultural e com o sócio-político»<sup>5</sup>. Ou seja, a nossa bússola metodológica não passa apenas pela procura de similitudes entre os textos bíblicos e o romance limaniano em questão, numa análise puramente imanente dos textos cotejados, mas implica também a análise dos distanciamentos criados relativamente às Escrituras motivados pelo contexto sociopolítico da escrita d’*Os anões e os mendigos*, incluindo as intencionalidades autorais sub-reptícias que se vislumbram nos interstícios da obra de Manuel dos Santos Lima, dedutíveis do seu percurso vivencial, antes da independência de Angola, enquanto «Membro activo da Casa dos Estudantes do Império. Desertor do Exército Português e fundador do Exército Popular de Libertação de Angola (braço armado do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA) e seu 1.º Comandante em Chefe»<sup>6</sup>. O contexto sociopolítico da escrita deste romance terá de ter igualmente em conta o desencanto do Autor face aos rumos tomados pelo país após a independência de Angola e, a um nível mais global, a revolta pela situação de miséria em que vivem os povos africanos passados tantos anos após as respetivas descolonizações, mormente a portuguesa.

Ressumam dois tipos de intertextualidades bíblicas n’*Os anões e os mendigos*: citações veterotestamentárias, remetidas para epígrafes de três capítulos do romance, e que antecipam simbolicamente o texto romanesco, remetendo para a realidade africana colonial e da descolonização novecentista; e a designação onomástica das personagens, com enfoque na escolha dos nomes próprios, todos eles, sem exceção, retirados das Escrituras, sobretudo do Antigo Testamento e, em plano secundário, dos Evangelhos.

Começemos pela primeira relação intertextual, a da citação. Genette considera-a, por suma lógica, o processo mais explícito de fazer entrar um texto noutra texto, sendo os outros, por «ordem decrescente de literalidade e de explicitude, (...) o plágio e a alusão»<sup>7</sup>. Ora, dos oito capítulos em que *Os anões e os mendigos* está dividido, três são encimados por epígrafes retiradas do Antigo Testamento, aparecendo claramente identificadas pelo Autor enquanto tal. Assim, o *incipit* é encabeçado, com todo o destaque a isso inerente, pela seguinte citação:

*Levantai-vos, vamos a eles, porque nós vimos que é um país muito rico e fértil; não sejais descuidados, não vos detenhais; vamos e ocupemo-lo, não vos custará trabalho algum. Entraremos num povo que vive em segurança num país muito espaçoso, e o Senhor nos dará um lugar onde não falta nada daquelas coisas que são produzidas na terra»<sup>8</sup>.*

<sup>5</sup> BUESCU, 2001: 86.

<sup>6</sup> LIMA, 2004: contracapa.

<sup>7</sup> VIEIRA, 2008: 508; cf. ainda GENETTE, 1982: 8-12.

<sup>8</sup> LIMA, 2004: 9.

O Autor indica na linha imediatamente abaixo, entre parênteses curvos, tratar-se do versículo 9, capítulo 18, do *Livro dos Juízes*. A identificação rigorosa do passo veterotestamentário citado segue os mesmos moldes nos capítulos III e VI, respectivamente intitulados «Os Mendigos dos sapatos de oiro» e «A Conjura», encimados por estas citações:

*Cada um cinja a sua espada ao seu lado; passai e tornai a passar de porta em porta através dos acampamentos, e cada qual mate o seu irmão e o seu amigo e o seu vizinho. E os filhos de Levi fizeram o que Moisés tinha ordenado, e cerca de vinte e três mil homens caíam naquele dia. E Moisés disse-lhes: consagrai hoje as vossas mãos ao Senhor, cada um em seu filho e em seu irmão, para vos ser dada a bênção<sup>9</sup>.*

*O que ferir qualquer dos seus compatriotas, assim como fez assim se lhe fará a ele; quebra-dura por quebra-dura, olho por olho, dente por dente<sup>10</sup>.*

Vejam os contextos bíblicos de cada um destes três passos e o uso que dele faz Manuel dos Santos Lima. Canaã é a terra prometida por Deus ao seu povo eleito, os hebreus, depois do longo jugo imposto pelo Egito, e de onde são libertados por Moisés, como relata o Êxodo. A fertilidade de Canaã é hiperbolicamente enfatizada: trata-se de uma terra onde «mana leite e mel», mesmo que seja «o lugar dos cananeus, dos heteus, dos amorreus, dos ferezeus, dos heveus e dos jebuseus»<sup>11</sup>. A dificuldade desta conquista, e não, pois, de uma migração pacífica, começa na longa travessia de quarenta anos pelo deserto do Sinai, onde os hebreus se iriam confrontar com outros povos. As primeiras lutas, em pleno deserto, são protagonizadas pelo próprio líder do seu povo. De facto, embora o imago-tipo de Moisés corresponda ao de libertador dos escravizados hebreus depois das fantásticas dez pragas do Egito e de grande moralizador do seu povo pela escrita inspirada do decálogo, Moisés era também um estratega e um guerreiro muito experiente, pois fora criado enquanto príncipe egípcio. O *incipit* do *Deuteronomio*, último livro do Pentateuco, resume tais pugnâncias:

*No quadragésimo ano, no primeiro dia do décimo primeiro mês, Moisés falou aos filhos de Israel conforme tudo o que Iahweh lhe ordenara a respeito deles. Após ter vencido Seon, rei dos amorreus, que habitava em Hesebon, e a Og, rei de Basã, que habitava em Astarot e Edrai, no outro lado, do Jordão, na terra de Moab, Moisés começou a inculcar esta Lei, dizendo: (...) Voltai-vos e parti! Ide à montanha dos amorreus, e a todos os que habitam na Arabá, na montanha, na planície, no Negueb, no litoral; à terra dos cananeus e ao Líbano, até ao grande rio, o Eufrates. Eis a terra que vos dei! Entrai para possuir a terra que Iahweh, sob juramento, prometera dar a vossos pais<sup>12</sup>.*

<sup>9</sup> LIMA, 2004: 95.

<sup>10</sup> LIMA, 2004: 151.

<sup>11</sup> Êxodo, 3, 8.

<sup>12</sup> Deuteronomio, 1, 2.

Antes de morrer, Moisés delega em Josué a continuação da conquista da terra de Canã, que prossegue após a morte deste, como relata o *Livro dos Juízes*. O capítulo 18, em particular, aborda a conquista de Lais, uma terra «excelente», «extensa», habitada por um povo pacífico e afastado de outras cidades que a pudessem socorrer em caso de ataque. Essa conquista é protagonizada pelo clã israelita de Dã, que vagueara por terras áridas e vê nessa região o espaço ideal para finalmente se acomodar. O passo citado em epígrafe corresponde à arenga motivadora para a peleja.

Ora, o *incipit* da narrativa de Manuel dos Santos Lima também relata uma longa caminhada por «terras gastas» pela seca, protagonizada epopeicamente, tal como no Êxodo, por um «povo em debandada» debaixo de um «sol inflamado, ressoando como uma bandeja de cobre» em direção a «uma via em sentido único», uma «fronteira situada entre o suspiro de ter chegado e a inquietação do desconhecido»<sup>13</sup>. A passagem dessa linha fronteira assemelha-se à entrada na terra prometida: a marcha lenta e interminável descrita no romance de Manuel dos Santos Lima, psicologicamente tão interminável como podem ter parecido os quarenta anos suportados pelos hebreus no deserto do Sinai bíblico, conduz estes mortos-vivos a uma terra descrita de forma tão valorativa que parece irreal, tal como a Canã de onde escorreria leite e mel, mas que na realidade, ainda que fértil, tinha povos que já a habitavam, implicando, pois, a sua ocupação prévias lutas armadas. Descreve o narrador a terra para onde vai o caminho, usando a focalização interna destes migrantes africanos:

*(...) terra boa donde nunca se parte. Os homens e as mulheres e as crianças são gordos e felizes. É um paraíso de verdura, cheio de comida e água fresca. O fogo nunca se apaga e os tachos fumegam durante todo o dia. Lá longe, muito longe...*<sup>14</sup>

Porém, os caminhantes começam a perceber que só uma luta organizada poderá levá-los até à verdadeira prosperidade. E é assim que Josué jura «lutar até à morte pela independência nacional da Costa da Prata», «de armas na mão», à volta do líder carismático Davi Demba: «Baixava-se a voz quando se falava dele e era ainda em nome de Davi que os iniciados à subversão pregavam como novo evangelho a doutrina nacionalista e anunciavam o novo dia que ia chegar após a longa noite colonial»<sup>15</sup>. Percebemos então que o narrador, neste capítulo I, aproveita o paralelo inicial entre a travessia bíblica do deserto do Sinai e a deste deserto tórrido e implacável, que também vai desaguar numa luta armada pela libertação, para se afastar depois em direção às realidades dos dramas atuais dos refugiados africanos que fogem dos seus países para campos de refugiados em países vizinhos e da luta feita em clave marxista pela descolonização, como sugere a dicotomia «novo dia»/«longa

<sup>13</sup> LIMA, 2004: 10-11.

<sup>14</sup> LIMA, 2004: 13.

<sup>15</sup> LIMA, 2004: 15-16.



noite colonial», tendo em conta a promessa dos «amanhãs que cantam» para os povos oprimidos. Neste caso, os «amanhãs que cantam» correspondem à terra de abundância, seja ela a do país para que se emigra, seja ela a terra tornada independente e próspera. A Costa da Prata, de onde fogem velhos, jovens e crianças, homens e mulheres, e a Costa do Cobalto, onde os que conseguem chegar são mal acolhidos, na condição de refugiados, designam metaforicamente Angola e a República Democrática do Congo (antigo Zaire), esta, o maior produtor mundial de cobalto e um dos países que faz fronteira com Angola. Sucede que muitos angolanos fugiram durante a Guerra do Ultramar para o Zaire<sup>16</sup>, de onde depois regressaram após a independência de Angola. Não restam dúvidas quanto ao referente por detrás do designativo «Costa do Cobalto» quando se nomeia o seu Presidente, o déspota Recab Sissoko, auto-intitulado «Regenerador da Pátria»<sup>17</sup> no texto limaniano: o apelido *Sissoko* remete, por paronímia, para o apelido de Mobutu Sese Seko, presidente do Zaire, que liderou o seu país com mão ditatorial de 1965 a 1997, usando como símbolos de poder e imagem de marca um barrete de pele de leopardo e uma bengala. E a penúria dos cobaltenses corresponde àquela em que vivia o povo zairense. Mas abordaremos mais adiante, em pormenor, as várias formas que assume a miséria africana denunciada por Manuel dos Santos Lima nesta obra.

O segundo passo bíblico citado em epígrafe no capítulo III do romance limaniano é identificado como sendo o versículo 27 do capítulo 32 do Êxodo. Se o belicismo da proposição exortativa «vamos a eles» parece atenuado pela promessa de uma vida mais bem conseguida por uma fácil conquista, na epígrafe anterior, mas que um olhar atento permite ver tratar-se da arenga ao ataque de uma cidade rica e pacífica, já o belicismo explícito e disfemístico desta passagem do Êxodo pode colher de surpresa quem tem o imagotipo do Moisés-profeta, pela enorme violência e aparente irracionalidade inerente à ordem moisaica. De facto, parece paradoxal que Moisés incite os levitas a atingir, não o inimigo, mas membros da própria família: «e cada qual mate o seu irmão e o seu amigo e o seu vizinho.» Os levitas não hesitam, segundo a Bíblia, em acatar tal ordem, resultando numa matança de «vinte e três mil homens». O insólito deste ato condiz com a imagem surrealizante inerente ao título do capítulo III, «Os mendigos dos sapatos de ouro». Não há qualquer adulteração feita por Manuel dos Santos Lima ao trecho bíblico em causa: o passo sucede à adoração do bezerro de ouro, enquanto Moisés se demorava no monte Sinai a escrever o decálogo, e a purga feita corresponde ao castigo dos que praticaram a idolatria. Os levitas provam o seu zelo com este ato de suprema obediência ao líder Moisés e, simbolicamente, a sua devoção total a Deus, tal como fizera Abraão quando recebe a ordem de sacrificar Isac.

<sup>16</sup> Cf. ENDERS, 1997: 122: «O MPLA esforça-se por melhorar as suas relações com os países ocidentais, pois o auxílio militar soviético é mais eficaz do que a sua cooperação civil. § Angola vê, também, regressarem ao país alguns 300 000 emigrantes do Zaire. Os regressados ou “Zairenses” são, de maneira geral, pessoas qualificadas e ocupam rapidamente posições eminentes na vida económica e na nomenclatura do MPLA.»

<sup>17</sup> LIMA, 2004: 60.

O primeiro elo entre a narrativa de Manuel dos Santos Lima e o trecho bíblico é visível logo no título do capítulo, «Os mendigos dos sapatos de ouro», pois o material de que são feitos os sapatos remete para o metal com que é fundido, segundo o relato do Êxodo, o ídolo em forma de bezerro. O segundo elo entre a epopeia bíblica do Êxodo e o romance limaniano é o êxito da libertação do povo oprimido – israelita/angolano – do jugo do opressor – egípcio/português –, como prova a ação inicial deste capítulo, remetido cronotopicamente para o dia da ocupação do Palácio das Acácias, designação por que é conhecido o Palácio Presidencial de Angola, então habitado pela personagem Herodes Silva. E o terceiro e definitivo elo, que mostra a expansão romanesca do passo veterotestamentário citado em epígrafe no romance, aparece quase a terminar este capítulo, quando, à semelhança de Moisés, o líder carismático dos costa-pratenses e protagonista da obra limaniana, Davi Demba, exige sacrifícios de familiares por parte dos seus seguidores numa demonstração de suma lealdade:

*O chefe das cerimónias veio lembrar a Davi que era preciso distribuir os cargos, os títulos e as honras da corte, para o ensaio geral. Antes, porém, este quis pôr à prova os seus catecúmenos. Ordenou-lhes sacrifícios. E, mascarados, cada um procurou um parente ou um amigo para o imolar diante do camarada Presidente, em nome do ideal revolucionário<sup>18</sup>.*

Manuel dos Santos Lima vai mais longe, porém, na crítica aos desvarios acontecidos logo a seguir à independência de Angola, afastando-se, deste modo, ainda que de forma parcial, do intertexto bíblico:

*Davi, todavia, exigiu algo mais. Então cada um correu a munir-se de uma arma de ocasião e desataram a matar-se como gladiadores. E Davi aplaudiu os vencedores, reconhecendo-lhes o mérito de terem a alma tão vermelha quanto o sangue que lhes tingia as mãos pretas. Que dançassem agora, incitou o Presidente e camarada, pondo-se ele próprio a bambolear-se enquanto lia longas citações marxistas que os neófitos repetiam como uma oração. Fazendo roda e imitando os gestos do orientador do Partido, batiam palmas como ébrios, sonâmbulos ou enfeitados numa dança ritual (...). Quando os viram esgotados e suarentos, (...) os teólogos e doutores do credo enviaram-lhes virgens nuas que os deviam lavar com água benta e preparar as suas libações orgíacas. Davi indignou-se. Tinha escrúpulos em aceitar o deboche. Passou-lhes uma boa lição de moral<sup>19</sup>.*

De facto, o início desta passagem parece remeter sub-repticiamente para o fracionismo, que depois se torna mais explícito no desenvolvimento da ação no capítulo VI, precisamente intitulado «A conjura», e pelo posterior esmagamento sangrento dessa conspira-

<sup>18</sup> LIMA, 2004: 106.

<sup>19</sup> LIMA, 2004: 106.

ção por ordem de Davi Demba, o libertador da Costa da Prata e que se torna na sequência o seu primeiro «Presidente camarada» e paulatinamente se vai transformando em mais um ditador africano. É que parece haver uma colagem subtil de Davi Demba a Agostinho Neto, na sua luta pela *sagrada esperança* da libertação do povo angolano do jugo colonial português. Tal como Agostinho Neto, Davi usa «óculos claros» e pertence «à etnia mais numerosa da Costa da Prata»<sup>20</sup>, isto é, os quimbundos; fora preso político na Nautilândia (leia-se, Portugal); torna-se o primeiro Presidente desse país, tomando de dia o Palácio das Acácias; enfrenta e esmaga sangrentamente uma conjura (Nito Alves na História de Angola; Samuel Anga na ficção limaniana) enquanto Presidente camarada; e a ambos são associadas a linguagem marxista e a doença do cancro, a qual vitimou Agostinho Neto. Ora, o termo *fracionismo* designa uma página negra da História de Angola, remontando a 1977, com o assassinato de dirigentes do MPLA como Nito Alves, então Ministro da Administração Interna, sob a acusação de este liderar um atentado à vida de Agostinho Neto, o que levou a perseguições durante dois anos, com execuções sumárias ordenadas pela famosa comissão das lágrimas, expressão popular por que era conhecido o Tribunal Militar Especial que julgava os «golpistas», um assunto já antes explorado a nível literário por Pepetela na peça *A revolta da casa dos ídolos* (1979), e denunciado por «Felícia Cabrita, num artigo no semanário *Expresso* (Lisboa, 25 de Janeiro de 1992)»<sup>21</sup>.

Por outro lado, as danças de roda referidas no trecho supra citado d'*Os anões e os mendigos* não são apenas características de povos africanos, estendendo-se ainda a muitos povos mediterrânicos, incluindo o semita. E o final da passagem, em que Davi Demba adota uma atitude moralista perante o iminente deboche dos seus correligionários, coloca de novo em paralelo o protagonista limaniano e o herói individual do Êxodo, Moisés.

Já a terceira epígrafe citada refere a bem conhecida Lei de Talião, não se esquecendo, uma vez mais, Manuel dos Santos Lima de localizar com todo o rigor o passo: trata-se do *Levítico*, capítulo 24, versículo 19. Ora, o *Levítico* tem, segundo a *Bíblia de Jerusalém*, «carácter quase exclusivamente legislativo», e pertence ao conjunto dos cinco primeiros livros bíblicos conhecido por Pentateuco, cuja «composição (...) era atribuída a Moisés pelo menos desde o começo da nossa era»<sup>22</sup>. Mas fazendo um elo entre o conteúdo emanado das epígrafes retiradas dos dois livros do Pentateuco e utilizadas por Manuel dos Santos Lima, o Êxodo e o *Levítico*, há uma contradição entre tais palavras: se o *Levítico* pune qualquer ato de violência fazendo uso de similar violência, então os levitas ou o próprio Moisés deveriam ser castigados em conformidade pela matança ordenada e executada, ou seja, estes seriam condenados à morte. Assim, os trechos bíblicos em epígrafe mostram o mesmo

<sup>20</sup> LIMA, 2004: 19.

<sup>21</sup> LARANJEIRA, 1995: 145-146. Este facto histórico já foi integrado por Felícia Cabrita no ensaio *Massacres em África*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008. Cf. ENDERS, 1997: 122-3, onde é referida a tentativa de golpe de estado de Nito Alves e a sua repressão, e S/ Autor, *Fracionismo*.

<sup>22</sup> VAUX, R. de, 1989 – «Introdução ao Pentateuco». In *Bíblia de Jerusalém*, p. 22.

homem, Moisés, a apelar ao homicídio e, em contradição simultânea, a legislar contra o mesmo. Mais estranho é se se considerar um dos mandamentos escritos no decálogo, «Não matarás» (Êxodo, 20, 13). Como já foi dito, esta lei de Talião encima o capítulo VI, intitulado «A conjura», que ficciona uma tentativa falhada de golpe de estado, tendo os conjurados ido «ao palácio das Acácias reclamar a demissão do Presidente», ou seja, de Davi Demba. O esmagamento da conjura é brutal:

*A polícia, os militares e as respectivas secretárias e amantes e mais os amigos e familiares revolviavam os quintais dos suspeitos, em busca de documentos comprometedores. Cavavam, interrogavam, prendiam, torturavam e matavam. Todos os meios e critérios serviam para designação dos bodes expiatórios. À noite os costa-pratenses viram na televisão um juiz amarfanhado, lento e frio, na sua sede de vingança. «Este é um povo de cerviz dura. Contra os conspiradores não haverá processo nem qualquer espécie de contemplação.» (...) Davi Demba envelhecera subitamente, pensaram as gentes<sup>23</sup>.*

A palavra «fraccionismo» é explicitamente usada, aliás, no último capítulo do romance, p. 171, pela voz da personagem Samuel Anga, «um dos melhores amigos do Presidente, talvez o mais velho de entre todos»<sup>24</sup>, condenado à morte por Davi Demba: «— Amanhã virás buscar-me para eu ser julgado por alta traição... fraccionismo... burguesismo ou qualquer outra coisa de género, não é? — O outro acenou de cabeça baixa». Como indica João Paulo Guerra em mais um testemunho deste evento, *Descolonização Portuguesa: o regresso das caravelas*, «A linha afecta a Agostinho Neto mantém o poder, com o apoio dos cubanos, e desencadeia grande repressão contra os nitistas»<sup>25</sup>.

Fio isotópico saliente nos três excertos veterotestamentários é a violência exercida sobre outrem, seja esta para conquistar a Terra Prometida, para punir a transgressão de um preceito legislativo ou para vingar um mal praticado. A relação da violência relatada no Antigo Testamento com o texto de Manuel dos Santos Lima não poderia ser mais umbilical, porquanto a violência, nas suas mais diversas cambiantes, é denunciada numa África (incluindo Angola) vítima da espoliação de potências ocidentais, durante e após o colonialismo, e de ditadores africanos em conúbio ignóbil com aquelas, das quais na realidade não passam de mendigos, ainda que com proveitos próprios, e para desgraça dos seus povos, metaforizados como anões. Para que não restem dúvidas quanto à identidade dos seres evocados no título do romance, o Autor tem a preocupação de desenvolver com clareza a metáfora numa passagem do capítulo I:

*e arrepiam-me pensar que os miúdos costa-pratenses, por exemplo, aprendam o ódio na idade em que os nossos se nutrem de amor e de proteínas. Os africanos são anões sociais e os seus Chefes*

<sup>23</sup> LIMA, 2004: 152-153.

<sup>24</sup> LIMA, 2004: 152-153.

<sup>25</sup> GUERRA, 2009: 232.

*de Estado são os mendigos de Washington, Moscovo, Londres, Paris, Bruxelas, etc. sem contar com as multinacionais que, frequentemente, são mais ricas do que o próprio país onde estão implantadas*<sup>26</sup>.

Assim, as contradições em que incorrem os líderes africanos, angolanos inclusive, ou seja, o abismo entre as promessas antes e durante o seu estabelecimento no poder, por um lado, e as arbitrariedades cometidas contra o seu povo, por outro, são exploradas por Manuel dos Santos Lima na narrativa num paralelo com as contradições da figura de Moisés visíveis nestas três passagens bíblicas. Porquê a exclusividade de epígrafes do Antigo Testamento quando se citam as Escrituras? Porventura porque Cristo veio trazer uma mensagem de amor e perdão das ofensas a que a Lei de Talião se opõe. É, pois, mais operativo para Manuel dos Santos Lima, querendo este fazer do seu romance uma diatribe metafórica às diversas formas de violência cometidas contra os povos africanos, e o seu, o angolano, em particular, citar textos veterotestamentários em que essa violência está patente. O Autor parece preparar o leitor para a inevitabilidade desse comportamento no ser humano: se nem Moisés, o homem que libertou todo um povo do jugo de um outro, mais poderoso, a ela conseguiu escapar...

A segunda presença explícita do palimpsesto das Escrituras, sobretudo do texto veterotestamentário, no romance *Os anões e os mendigos*, é a designação onomástica das personagens, cuja base motivacional é o percurso ou as características psicológicas das personagens bíblicas. De facto, sem exceção, a narrativa limaniana apresenta personagens, sejam estas masculinas ou femininas, principais, secundárias ou figurantes, cujos nomes próprios são retirados, regra geral, do Antigo Testamento, e, em proporção menor, do Novo Testamento, mais especificamente, dos Evangelhos. A escolha é motivada, pois funciona como uma confirmação da caracterização psicológica e do percurso existencial das personagens, mas tendo «raízes extra-textuais, ligadas ao contexto pessoal e histórico-cultural do autor»<sup>27</sup>. O apelido, esse, africaniza a personagem, como acontece no já referido Recab Sissoko, Presidente da Costa do Cobalto, ou em Davi Demba, o protagonista, que se torna Presidente da Costa da Prata. Em casos raros, o apelido lusitaniza a personagem, como é o caso do ocupante colonial do palácio das Acácias deposto por aquele, Herodes Silva. Ilustremos este ponto.

Herodes não passava de um títere nas mãos dos Romanos enquanto governante da Judeia ao tempo de Cristo, e era um tirano do seu povo, sendo que *Silva* é um dos apelidos mais vulgarizados entre os Portugueses, a ponto de poder representar simbolicamente o povo luso. *Herodes Silva* é, assim, um excelente antropónimo para designar o ocupante português das terras angolanas. Os portugueses são metaforicamente designados pelo gentílico

<sup>26</sup> LIMA, 2004: 20.

<sup>27</sup> VIEIRA, 2008: 111.

«nautilandeses», como se subentende na frase «Os nautilandeses fizeram-nos pagar meio milhão de mortos pela independência»<sup>28</sup>.

Veja-se agora a designação onomástica do protagonista, Davi Demba. Davi, numa trajetória de ascensão política, tornar-se-á o Presidente da República da Costa da Prata e tem entre os seus companheiros de luta Urias Njoya, comandante sacrificado «numa emboscada nautilandesa»<sup>29</sup>. Por outro lado, *Demba* parece derivar do vocábulo «dembo», que significa num dialeto quimbundo, segundo Óscar Ribas, quer algo relativo a um grupo étnico dos Quimbundos situados ao norte do rio Cuanza, mas também a «Autoridade suprema tradicional, da região dos Dembos», ou seja, um «Régulo», com jurisdição sobre outros sobas ou chefes tradicionais<sup>30</sup>. O apelido da personagem acentua a sua trajetória de poder já prenunciada no nome próprio, uma vez que *Davi* não pode deixar de ser associada ao rei David, que, como narra o *Livro de Samuel*, era pastor e se torna rei de Israel depois de derrotar o gigante Golias e de afastar Saul do poder, o qual caíra em desgraça perante Deus. O David bíblico ascende, pois, ao poder, depois de um percurso militar, tal como Davi Demba. E David é um dos mais importantes reis de Israel ao ter sido o unificador dos reinos de Israel e de Judá, donde o uso do seu nome na famosa expressão «estrela de David» que está presente na bandeira de Israel. O elo entre o David bíblico e Davi Demba é reforçado pela similitude de relações estabelecidas com personagens detendo designações e ações iguais nos dois textos. Assim, por exemplo, o general que o David bíblico envia para a frente de batalha, na esperança de que este morra para assim se poder casar com a mulher dele, que se mostrara inexpugnável ao seu assédio, chama-se Urias. Também Davi Demba sacrifica o general Urias Njoya numa emboscada, omitindo o texto limaniano, num afastamento em relação ao *Livro de Samuel*, as razões subjacentes a tal envio: fins políticos ou amorosos? Corresponde ao desejo de eliminar um rival ao poder? O narrador mostra-se ambíguo, nisto relevando a pós-modernidade do romance *Os anões e os mendigos*. De qualquer modo, a personagem Saraias Djilale pensa, desiludido, no comportamento do presidente Davi Demba que, de salvador da pátria, se transforma paulatinamente num ditador sanguinário: «Depois veio-lhe outra vez a ideia de que Davi sacrificara Dina e Urias voluntariamente»<sup>31</sup>. Aliás, os intrincados e nada transparentes jogos de poder estão bem espelhados nestas traições de Davi Demba, já que o sacrifício do compatriota Urias é feito numa emboscada de nautilandeses, isto é, de portugueses, ou seja, o inimigo referencial do Ultramar, como aconteceu, de facto, assim testemunham vários entrevistados por João Paulo Guerra em *Descolonização Portuguesa*, numa estratégia alimentada por Portugal e pelas potências mundiais dos Estados Unidos e da União Soviética de dividir para reinar. Por sua vez, Dina corresponde, no *Génese*, à filha de Jacob violada quando vai visitar a cidade de

<sup>28</sup> LIMA, 2004: 171.

<sup>29</sup> LIMA, 2004: 81.

<sup>30</sup> RIBAS, 1997: 76.

<sup>31</sup> LIMA, 2004: 82.

Siquém. E no romance, esta personagem secundária é igualmente vítima de estupro. Mas contrariamente ao texto genesíaco, em Manuel dos Santos Lima, Dina é morta, simbolizando desta forma a brutalidade extrema a que são sujeitas muitas mulheres africanas, não apenas durante a colonização, durante a luta armada pela independência de Angola e de outras nações africanas, mas ainda na África hodierna. Dina simboliza a «coisificação» do género feminino, particularmente vulnerável numa terra onde os direitos humanos eram e são diariamente desrespeitados<sup>32</sup>.

Mas muitas outras personagens poderiam aqui ser referidas em condições semelhantes, isto é, cuja designação onomástica é motivada pela sua simbologia bíblica, como «tia Sara» ou Josué. A primeira aparece logo no primeiro capítulo como a «nacionalista convicta», guardiã de «remédios para todos os males» e capaz de espalhar um fundamental «espírito de solidariedade e de união», conquistando assim o respeito de todos os cost-pratenses<sup>33</sup>. A honorabilidade da anciã remete de imediato para a Sara bíblica, mulher de Abraão, uma das mulheres mais respeitadas no judaísmo, como mãe de Isac e avó de Jacó. É uma das matriarcas da nação israelita, figura epopaica na gênese de um povo, de uma nação, tal como faz a figura tutelar da Sara limaniana. E, no final da narrativa, também ela se veste de luto quando se revela perante o povo a faceta mais cruel de Davi Demba: chora a nação angolana. Já Josué é o braço direito de Moisés na Bíblia, como seu general, como seu sucessor na conquista da terra de Canaã, logo após a morte daquele. Donde a motivação da escolha do nome de Josué para o secretário de confiança de Davi Demba. Todavia, ao contrário do texto veterotestamentário, Josué não se mostra o companheiro fiel de um Moisés venerável até ao final dos dias deste e dos seus, não suportando a tirania do Presidente camarada, que mata à traição, qual Judas pós-moderno:

– Não há ideologias sem Cristo, nem Cristo sem Judas e sem Pôncio Pilatos!  
(...)

*Nesse momento o Presidente sentiu nas costas um peso que o abateu sobre as estatuetas despertando-lhe zumbidos na cabeça, ao mesmo tempo que uma lâmina fria lhe dilacerava as carnes (...), Josué manteve a pressão do punhal mesmo quando toda a resistência cessara, gozando a intimidade repousante da sua posição (...).*

*– Oh liberdade, que sabor a sangue e eternidade! A cabeça de Davi Demba recortava-se num mar vermelho coagulado. – Eu gostei tanto de ti! Por que me traíste, Davi, tu que foste o Profeta e o Cristo da minha juventude! (...) «Sic transit gloria mundi!» (...) «Fabula est. Plaudite ciues!»<sup>34</sup>*

A associação entre Davi Demba e Moisés é uma vez mais estabelecida, graças a expressões como «mar vermelho» e «Profeta». Todavia, num distanciamento limaniano feito em

<sup>32</sup> Cf. PINTO, 2007: 35-49.

<sup>33</sup> LIMA, 2004: 15.

<sup>34</sup> LIMA, 2004: 175-176.

simultâneo a essa figura veterotestamentária, Josué acusa Davi Demba de ser um traidor da liberdade, e o distanciamento faz-se ainda mais com o uso de expressões latinas que remetem para o teatro, nomeadamente para o plautino, mostrando que os políticos africanos usam máscaras, como nos palcos da Antiguidade: são *personæ*, personagens, ou seja, apenas representam papéis.

Reforcemos agora como os dois fatores intertextuais conjugados traçam um perfil de epopeia bíblica no romance limaniano e se conjugam numa narrativa que pretende servir de diatribe metafórica à miséria humana vivida em África. Ainda que a palavra *Moisés* não seja uma única vez utilizada em nenhuma personagem d’*Os anões e os mendigos*, esse nome está sub-repticiamente associado a Davi Demba. É curioso, pois, que uma das personagens veterotestamentárias mais importantes não seja uma única vez mencionada na narrativa de Manuel dos Santos Lima ainda que ela esteja nos seus interstícios, Moisés, o protagonista de uma das mais importantes epopeias bíblicas. Epopeia, porque gesto heróico e esforçado, envolvendo um coletivo, que consagra narrativamente um povo como eleito de Deus, liberto da servidão egípcia e a caminho de uma terra prometida. De facto, Davi Demba protagoniza a epopeia de encaminhar um vasto conjunto de pessoas para a liberdade, retirando-as do jugo escravocrata do colonizador, tal como Moisés protagoniza a epopeia da libertação dos escravos hebreus do jugo egípcio, liderando a sua caminhada na travessia do mar Vermelho e na longa travessia do deserto do Sinai. E o *incipit* d’*Os anões e os mendigos* mostra um espaço e um povo em circunstâncias similares: africanos em fuga lenta debaixo de um sol escaldante, à procura de uma terra de abundância. Todavia, o que é glorioso no Êxodo aparece como miséria humana nesta África, uma miséria com proporções épicas, porém, porque com a dimensão de África. Cotejem-se as seguintes passagens do texto limaniano:

*O caminho desagua numa fronteira situada entre o suspiro de ter chegado e a inquietação do desconhecido. É uma via em sentido único, esperança dos que partem na noite à frente do medo. Come-se ao acaso a refeição do dia ou no dia da refeição. Come-se de tudo ou não se come nada. Cai aqui, levanta acolá, torna a cair, torna a levantar*<sup>35</sup>.

*Mas, paradoxalmente, vibrava na noite o tambor, coração obstinado (...) afirmando a vontade de continuar. Lá longe, muito longe, há uma terra boa donde nunca se parte. Os homens, as mulheres e as crianças são gordas e felizes. É um paraíso de verdura, cheio de comida e água fresca. O fogo nunca se apaga e os tachos fumegam durante todo o dia. Lá longe, muito longe...*<sup>36</sup>

Comparando as passagens supracitadas e o Êxodo, observa-se a semelhança da dificuldade do trajeto até à terra da promessa e do espaço desértico, onde os caminhantes

<sup>35</sup> LIMA, 2004: 10.

<sup>36</sup> LIMA, 2004: 13.



carecem de tudo aquilo com que sonham, constituindo esse sonho não algo de supérfluo, mas de básico para a sobrevivência: comida, água potável («água fresca»), verdura, apetrechos de cozinha eficazes para a confecção dos alimentos, sendo o «fogo» a única realidade que estas mulheres africanas conhecem, não sabendo empregar a palavra «fogão». Também similar é a esperança na terra prometida: na Bíblia, Canaã, de onde brota «leite e mel», como aparece no Êxodo, hipérbole que alimenta a esperança dos fatigados caminhantes e que não anda longe da imagem aqui parodiada da gordura dos habitantes da terra prometida e que corresponde ao estereótipo do homem ocidental vítima de obesidade, mas que para os africanos famintos é uma miragem desejada. O sofrimento da travessia deste deserto africano não é, todavia, minorado, ao contrário do que acontece no Sinai, graças à divina descida quotidiana de maná. E por isso muitos são os que vão perecendo no caminho. Então, numa das passagens mais disfemísticas e marcantes deste romance, aparecem dois grandes abutres, metáforas dos Estados Unidos e da União Soviética, potências mundiais que fizeram de África a extensão do palco da sua Guerra Fria, e se regalam no cadáver de um morto, sem que os companheiros de jornada reajam:

*Cúpido à vista da carne disponível, o abutre, de bico em guarda, abeirou-se cautelosamente do corpo escuro e mirrado, desde as alturas o olhar agudo e vigilante apercebera mal se dissipara o cacimbo matutino. As moscas à volta da boca aberta asseguraram-no de que a presa, se bem que ainda quente, estava realmente morta. E pousando as patas sobre a cabeça e abrindo largamente as asas possantes, estabeleceu o seu império sobre o homem irremediavelmente abatido e espoliado para além da morte. Com avidéz implacável arrancou-lhe os olhos e logo lhe enterrou o bico adunco no ventre e começou a embriagar-se com o sangue das entranhas apressado que estava a empanturrar-se, pois em breve teria a compartilhar o despojo com os outros da sua espécie, sempre atentos a detectar no comportamento do congénere o menor indício revelador de descoberta de comida.*

*(...) Havia dois grandes abutres que se mediam à distância. De porte imponente, comportavam-se como senhores de alta estirpe e reinavam sobre os outros, de tamanho médio ou não maiores que uma galinha. Embora de espécies diferentes, todos se arranjavam para obter a sua parte, evidenciando assim uma estratégia tácita ou aliança instintiva na rapinagem<sup>37</sup>.*

Estes disfemismos estão ausentes na caminhada dos hebreus pelo Sinai, mas vincam as hecatombes causadas por treze anos de Guerra do Ultramar, pelos difíceis processos de descolonização, com a guerra civil demasiado duradoura em Angola, pelas migrações atuais provocadas pela guerra ou pela seca em outros países africanos. A margem de ambiguidade neste ponto da narrativa ainda permite tal abrangência de interpretações, todas válidas. No que concerne a Angola, não é difícil ver nos abutres de menor dimensão os países que intervieram militarmente nesse país, fosse a pedido do MPLA, fosse a pedido da UNITA, como Cuba e África do Sul.

<sup>37</sup> LIMA, 2004: 14.

Por outro lado, apesar de a personagem Davi Demba ter o nome do mais importante rei de Israel, pelo seu papel unificador das doze tribos e dos reinos de Judá e de Israel debaixo de uma mesma nação, Davi é paulatinamente apresentado como mais próximo, não do David bíblico, pese embora ter um general chamado Urias, mas de Moisés. Assim, no capítulo I, o narrador indica que «seis rapazes ansiavam por encontrar Davi Demba (...) porque ele era o líder do povo»<sup>38</sup>. Se esta frase ainda pode ser ambigualmente associada quer ao David quer ao Moisés bíblicos, já o capítulo II do romance, intitulado «O líder», esclarece que Davi Demba, tendo nascido em Mara, é o líder esperado para libertar a Costa da Prata da servidão<sup>39</sup>. O pormenor do local de nascimento não é casual e aproxima mais um pouco Davi Demba de Moisés, já que Mara é o ponto do deserto do Sinai onde os hebreus encontram água amarga, não se podendo dessedentar, tendo Moisés miraculosamente tornado essa água potável<sup>40</sup>.

Ainda que Davi Demba force, no momento pós-eleitoral, a sua associação a Cristo, escolhendo «alcunhas secretas» para os ministros que são todas, sem exceção, nomes de apóstolos<sup>41</sup>, mais adiante na narrativa, Davi cai num sono profundo e começa «a ouvir trovões e a ver fuzilarem relâmpagos, e uma nuvem de fumo» a aparecer-lhe acompanhada do som de trombetas<sup>42</sup>. Finalmente, surge um «Feiticeiro-Mor» (assim designado na tessitura narrativa) «numa chama de fogo que saía do meio de uma palmeira que ardia sem se consumir»<sup>43</sup>. A palmeira é a africanização do famoso episódio da sarça ardente, primeira manifestação de Deus a Moisés, segundo o Êxodo (3, 1-11), sendo a figura do Feiticeiro-Mor, de igual modo, a africanização do Anjo de Deus que ordena a Moisés a libertação do seu povo. E é aqui que reside a dimensão mais epopeica e mais próxima, ainda que numa apropriação pós-modernista, do Êxodo bíblico: um homem predestinado à figura de líder com uma missão salvífica, libertadora, perante um povo, seja o hebreu, seja o da Costa da Prata, face ao jugo do opressor. Todavia, não se trata agora de salvar os costa-pratenses do colonialismo, pois neste momento da diegese Davi Demba já é Presidente da República da Costa da Prata, tendo corrido com o ocupante Herodes Silva do Palácio das Acácias. Quem serão, pois, os egípcios simbólicos que Davi Demba tem agora de enfrentar para garantir a liberdade e prosperidade do seu povo?

Tal como Moisés, Davi Demba apresenta a Deus problemas de ordem prática: onde arranjar as armas? Como se impor ao povo como líder? E a resposta do Feiticeiro-Mor é contundente como a de Iahweh perante Moisés, identificando-se e prometendo, com a força da certeza onisciente imprimida pelo futuro do indicativo: «Eis que organizei a tua

---

<sup>38</sup> LIMA, 2004: 16.

<sup>39</sup> LIMA, 2004: 63.

<sup>40</sup> Cf. Êxodo, 15, 22-23.

<sup>41</sup> LIMA, 2004: 97-98.

<sup>42</sup> LIMA, 2004: 101.

<sup>43</sup> LIMA, 2004: 101-102.

fuga da Nautilândia e te constituí Presidente da República; eu multiplicarei a minha ajuda e os meus conselheiros e farei intervir em teu favor o internacionalismo proletário»<sup>44</sup>. A expressão «fuga da Nautilândia» é equivalente à «fuga do Egito» e «te constituí Presidente da República» é paralela a «líder do meu povo». O discurso, profundamente ideológico, mostrando o comunismo como a solução para «a miséria e a indigência» africana e garante da liberdade, é uma paródia que faz o romance de Manuel dos Santos Lima afastar-se do intertexto bíblico, numa pós-modernidade que não acredita nem no capitalismo proposto pelos Estados Unidos nem no comunismo proposto pela China e pela União Soviética como narrativas salvíficas, sendo a Bíblia, note-se, um conjunto de narrativas de salvação que, no seu conjunto, propõem a felicidade escatológica do ser humano, tal como o comunismo e o capitalismo. O texto limaniano continua em tom grandiloquente, como é próprio de um texto epopeico, mas parodiando a miséria dos anões e dos mendigos africanos, isto é, do povo e dos seus dirigentes, que mendigam a sua permanência no poder às potências mundiais. E é aqui que se faz o separar das águas entre o Êxodo e *Os anões e os mendigos*: enquanto Deus apela a Moisés que liberte o seu povo da servidão egípcia, o que poderia ter um paralelo com a libertação de Angola do jugo colonialista português, também ele conhecedor de um longo período de imposição da escravatura, de tráfico negreiro e de manutenção de um sistema opressivo muito próximo da escravatura aquando da ditadura fascista, o Feiticeiro-Mor ajuda o «Moisés» de Manuel dos Santos Lima, isto é, Davi Demba, não a libertar o povo da escravidão da miséria e da ignorância, mas a manter o líder no poder, perenizando uma ditadura, com todas as leituras atuais que se queiram fazer. Não nos podemos esquecer de que o Autor é um dissidente do regime angolano desde a Presidência de Agostinho Neto, e que neste momento já não reside em Angola.

Mais burlesco ainda é o *pastiche* feito ao decálogo, colando em definitivo a personagem Feiticeiro-Mor a Iahweh e, por arrastamento, Davi Demba a Moisés. Citamos apenas o início do discurso do Feiticeiro-Mor, ilustrativo da apropriação pós-moderna da Bíblia:

*– Eu sou o Feiticeiro-Mor que guiará o teu povo à felicidade eterna. Não adorarás os ídolos e vedetas ocidentais. As tuas costas pesqueiras aos navios capitalistas interditarás. Não passarás contratos, nem estabelecerás acordos ou pactos com os capitalistas porque o seu dinheiro é peçonhento. Facilidades à OTAN não cederás. Dos árabes, dos judeus e dos chineses desconfiarás*<sup>45</sup>.

Esta paródia aos dez mandamentos não deixa de constituir uma sátira ao discurso marxista e xenófobo que pautou os primeiros anos da governação de Angola independente. Mas tal como sucede no Êxodo, o facto é que muitos destes mandamentos marxistas há muito foram quebrados na África capitalista, incluindo Angola.

<sup>44</sup> LIMA, 2004: 102.

<sup>45</sup> LIMA, 2004: 103.

Outro pormenor que cola Davi Demba a Moisés é a sua confiança no secretário Josué, que, como já dito, é o braço direito do Moisés bíblico, mas que, aqui, atraiçoará o seu líder pelas misérias que causa à Costa da Prata.

E as misérias humanas são tantas e tão pungentes na África de ontem e de hoje que o discurso de Manuel dos Santos Lima imprime à sua linguagem esteticamente bela laivos de difemismo grandiloquente para traduzir o horrível referencial. Ou seja, os africanos sofrem uma epopeia de miséria com a dimensão do continente em que vivem. As misérias denunciadas, em diferentes passagens do romance, são tão variadas como a fome e a sede, causadoras de subnutrição, migrações forçadas ou morte – «crianças engravidadas pela subnutrição»<sup>46</sup> –, a guerra, a violência policial, a brutalidade, a arbitrariedade e a corrupção dos dirigentes políticos, a indiferença dos algozes para com os condenados injustamente à morte, o assédio sexual das mulheres, a violação, o uso dos africanos como cobaias humanas das grandes indústrias farmacêuticas ocidentais, a falta de assistência médica ou de cuidados essenciais de saúde, o desrespeito dos retornados, a insensibilidade para com as crises migratórias, o analfabetismo avassalador do povo, a ignorância, a exploração e a poluição das riquezas do solo ou do subsolo africano. Estas são as misérias que a África hodierna sofre, numa espécie de neocolonialismo. Depois, há as primeiras formas de miséria humana impostas durante séculos de colonização: a catequização forçada, o tráfico negreiro, a guerra do Ultramar, que só em Angola fez um milhão de mortos. Por vezes, estas misérias são descritas de forma difemística para chocar propositadamente o leitor ocidental face a realidades incómodas, que alguns preferem ignorar para dormir um sono mais tranquilo. Damos um breve exemplo:

*Não há ninguém para contar os mortos, não há ninguém para contar os vivos e só os organismos internacionais sabem que há um excedente demográfico grave como uma catástrofe, dados os escassos recursos alimentares e o nível tecnológico, irrisório, do país. Nasceram muitos ou morreram poucos?*<sup>47</sup>

Como se vê, difemisticamente, e numa inversão do comportamento dos organismos internacionais, o interesse ocidental está em controlar o excedente demográfico, de que África é considerada responsável, conjuntamente com a Ásia e a América do Sul, e por isso a pergunta que estas ONG se colocam não é se morreram muitas pessoas, mas se morreram poucas tendo em conta as muitas nascidas. A crítica sardónica radica na falsa questão da escassez dos recursos alimentares, quando se sabe haver excedentes, muitas vezes destruídos no Ocidente para não diminuir o preço dos alimentos.

Outras vezes, a estratégia de Manuel dos Santos Lima nesta diatribe à miséria africana é o humor corrosivo, mas mais leve do que o anteriormente ilustrado, de modo a aliviar

<sup>46</sup> LIMA, 2004: 12.

<sup>47</sup> LIMA, 2004: 11.

o tom de uma narrativa que, por demasiado pesada, poderia afastar o leitor ocidental de realidades tão ingentes. Isso é visível, por exemplo, na designação humorística de países independentes africanos com base em riquezas que exploram ou em que são explorados, numa lógica neocolonialista: temos assim a República da Costa do Cobalto, a República da Costa do Ferro, a República da Costa da Prata, a República da Bitacaia (esta, uma doença de pele que implica bolor nos pés). E não existe ainda hoje uma Costa do Marfim, resquício da exploração aí outrora feita pelos colonos brancos? Existiu uma costa da Malagueta, uma costa do Ouro e, mas para sul, uma Costa dos Escravos, no litoral africano dominado pelos Portugueses em pleno século XV<sup>48</sup>. A piada não é, afinal, assim tão ridícula... E se o ridículo matasse, veja-se o discurso de Sissoko, Presidente da Costa do Cobalto (forma metafórica de o Autor se reportar ao Zaire ou atual República Democrática do Congo):

*(...) ele afirmou à boca cheia que a República do Cobalto era um país democrático, aberto a todos os que desejassem cooperar com ele. E citou como exemplo o caso da Medicamentex, uma companhia anglo-americana de produtos farmacêuticos que se instalara no território o ano anterior. Os cobaltenses teriam acesso às últimas descobertas, primeiro que os próprios ingleses ou americanos<sup>49</sup>.*

Assim se ironiza a estultícia ou a hipocrisia (a ambiguidade interpretativa mantém a chave crítica ao dirigente africano em causa) de Presidentes que são mendigos de gigantes, que são marionetas nas mãos dos senhores ocidentais.

O retrato pessimista desta África não soçobra, todavia, no desespero niilista. Espera-se uma nova epopeia como saída para tão gigantesca miséria, pois a sagrada esperança nasce sempre que um ditador cai, como sugere o epílogo do romance, em forma de diálogo entre três personagens, apanhadas de surpresa pelo assassinato de Davi Demba:

- *É a revolução, mãezinha? (...)*
- *Então a independência acabou?*
- *Agora é que vai começar a independência.*
- *Então dantes não era a sério?*
- *Não, não era. Agora sim. E se não for desta, faremos outras revoluções até acertarmos<sup>50</sup>.*

---

<sup>48</sup> ENDERS, 1997: 47.

<sup>49</sup> LIMA, 2004: 29.

<sup>50</sup> LIMA, 2004: 179.

## Referências bibliográficas

- (1989) – *Bíblia de Jerusalém*. 4.ª imp. São Paulo: Edições Paulinas.
- BUESCU, Helena Carvalhão (2001) – *Literatura comparada e teoria da literatura: relações e fronteiras*. In BUESCU, H. C.; DUARTE, J.; GUSMÃO, M., org., *Floresta encantada. Novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Dom Quixote, p. 83-100.
- ECO, Umberto (1993) – *Leitura do texto literário: lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos literários*. 2.ª ed. Lisboa: Presença.
- ENDERS, Armelle (1997) – *História da África lusófona*. Trad. de Mário Matos e Lemos. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- GENETTTE, Gérard (1982) – *Palimpsestes. La Littérature au Second Degré*. Paris: Seuil.
- GUERRA, João Paulo (2009) – *A descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*. Prefácio de Melo Antunes. Lisboa: Oficina do Livro.
- KRISTEVA, Julia (2000) – *Semiotiké. Recherches pour une sémanalyse* (1968). Paris: Seuil, col. «Points».
- LARANJEIRA, Pires (1995) – *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LIMA, Manuel dos Santos (2004) – *Os anões e os mendigos*. Luanda: Chá de Caxinde.
- PINTO, Alberto Oliveira (2007) – *O colonialismo e a «coisificação» da mulher no cancioneiro de Luanda, na tradição oral angolana e na literatura colonial portuguesa*. In MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante, org. – *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 35-49.
- RIBAS, Óscar (1997) – *Dicionário de regionalismos angolanos*. Matosinhos: Contemporânea.
- S/ AUTOR (s/d) – *Fraccionismo*. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Fraccionismo&oldid=43188830>>. [Consulta realizada em 10/02/2016].
- VAUX, R. de (1989) – «Introdução ao Pentateuco». In *Bíblia de Jerusalém*, p. 22.
- VIEIRA, Cristina da Costa (2008) – *A construção da personagem romanesca*. Lisboa: Colibri.

# OS ANÕES E OS MENDIGOS: UM ROMANCE À CLEF DISTÓPICO?

FRANCISCO TOPA

Universidade do Porto / CITCEM.

Uma das mais prováveis reações do leitor comum perante *Os anões e os mendigos* coincidirá com a do autor da «Epístola a Critilo» que precede as *Cartas chilenas*:

*Vejo, ó Critilo, do chileno chefe,  
tão bem pintada a história nos teus versos,  
que não sei decidir qual seja a cópia,  
qual seja o original. Dentro em minha alma  
que diversas paixões, que afetos vários  
a um tempo se suscitam! Gelo e tremo,  
umas vezes de horror, de mágoa e susto;  
outras vezes do riso apenas posso  
resistir aos impulsos. Igualmente  
me sinto vacilar entre os combates  
da raiva e do prazer. (...)»<sup>1</sup>*

Composta no final de setecentos e só publicada meio século depois, esta sátira – que chegou até nós anónima, mas que se sabe hoje ter sido escrita pelo luso-brasileiro Tomás António Gonzaga – constitui um bom exemplo de texto *à clef*: os desmandos do governa-

---

<sup>1</sup> GONZAGA, 1957: 183.

dor Luís da Cunha Menezes e seus protegidos são criticados sob um manto ficcional muito transparente, permitindo que o leitor entenda com facilidade Espanha por Portugal, Santiago do Chile por Vila Rica, Fanfarrão Minésio por Luís da Cunha Menezes, Silverino por Joaquim Silvério dos Reis, etc. É claro também o motivo que justifica o recurso à chave: mais do que uma estratégia de defesa – numa época em que a sátira tinha restrições legais e podia justificar outras perseguições e a própria morte –, trata-se de um recurso retórico que, mais revelando que escondendo, enfatiza a crítica.

Em *Os anões e os mendigos* encontramos um jogo de tipo semelhante: ao fim de poucas linhas, o leitor mais desprevenido encontra – ou julga ter encontrado – a chave para uma série de antropónimos e de topónimos, fazendo assim corresponder Agostinho Neto a Davi Demba, Aquitofel Amu a Holden Roberto, Absalão Katamna a Viriato da Cruz, Recab Sis-soko a Mobutu Sese Seko, ou Costa da Prata a Angola, Nautilândia a Portugal, República do Cobalto à atual República Democrática do Congo, etc. A continuação da leitura mostra contudo que a chave não serve ou só abre metade da porta.

De facto, mesmo o leitor menos familiarizado com a história recente de Angola não tarda a perceber que são muitas as divergências, tanto em relação às personagens como no que diz respeito aos países. Nota também que certos traços ou vivências atribuídos a uma determinada figura correspondem historicamente a outras, sendo assim levado a aceitar a narrativa como romance. É este duplo movimento que evita que a obra se converta numa espécie de invetiva de âmbito restrito e retrospectivo e que atinja, pelos traços alegóricos que vai assumindo, um alcance mais vasto.

O primeiro ponto que serve de apoio ao movimento alegórico do romance diz respeito aos nomes – antropónimos e topónimos –, marcados por uma estranheza que reclama uma explicação.

Para as designações dos países, a interpretação parece simples. Santos Lima atribui aos antigos colonizadores um nome que destaca uma característica sua: em *Nautilândia* está em causa o passado dos portugueses como navegadores, ao passo que em *Flamilândia* se atribui à França (ou à Bélgica) o valor simbólico do fogo (como fonte de calor e de luz e talvez também como força de destruição), sugerindo-se o papel de líder de que o país habitualmente se reclama. Do lado dos estados africanos, a designação destaca sempre os recursos, que podem ser naturais, de tipo agrícola (como em *República do Café*, que percebemos corresponder à atual República do Congo) ou de tipo mineral (como em *República do Ferro*, que parece identificar-se com Cabinda, ou *República do Ouro*, que corresponderá à antiga Rodésia do Norte, atual Zâmbia), mas que podem ser também de outro tipo, como em *Costa dos Escravos*. Com este procedimento, Manuel dos Santos Lima parece estar a justificar a primeira epígrafe, retirada do livro dos Juízes (18: 9-10):

*Levantai-vos, vamos a eles, porque nós vimos que é um país muito rico e fértil; não sejais descuidados, não vos detenhais; vamos e ocupemo-lo, não vos custará trabalho algum. Entrare-*



*mos num povo que vive em segurança num país muito espaçoso, e o Senhor nos dará um lugar onde não falta nada daquelas coisas que são produzidas na terra*<sup>2</sup>.

Vejam os contextos em que se integra o fragmento citado. Está em causa a tribo de Dan, uma das doze de Israel, que procurava uma terra para habitar, tendo encarregado alguns dos seus membros de encontrar uma solução. Chegados a Laís, «viram que o povo ali residente vivia em segurança, tranquilo e confiante» (Jz, 18: 7), pelo que os enviados respondem depois aos seus companheiros com o discurso que Lima utiliza como epígrafe. O livro narra em seguida a partida dos danitas para Laís e a conquista e destruição da cidade: «Atacam aquele povo tranquilo e desprevenido, passando-o ao fio de espada; à cidade, deitaram-lhe fogo e incendiaram-na. Não houve quem acudisse, pois ela ficava longe de Sídón, e eles não tinham relações com ninguém» (Jz, 18: 27-8).

Com a epígrafe em causa e este modo de designar os estados africanos, Manuel dos Santos Lima filia África e os seus países numa longa história de espoliações, identificando os colonizadores, antigos e novos, com as Tribos de Israel que se julgavam ungidas por Deus e com direito a disporem de terras e de pessoas. Por outro lado, o autor sugere também uma desencantada explicação para a desgraça que domina o continente: a causa da pobreza africana é a sua riqueza em produtos, hoje naturais, noutros tempos em mão-de-obra escrava.

Em vários momentos, o narrador apresenta aliás exemplos de uma colonização de rapina. Logo na primeira parte, conta a história de uma localidade onde fora descoberta bauxite:

*Foi guardado segredo até à construção do caminho-de-ferro em direcção ao mar. Vieram engenheiros e militares para conter as tribos rebeldes ao progresso. A vila ergueu-se em poucos meses e foi próspera durante o tempo previsto pelos técnicos metropolitanos, isto é, doze anos. Depois despovoou-se quase de um dia para o outro. Os brancos foram-se embora com as máquinas abrir outras minas mais longe, deixando aos homens de tanga as bocas silenciosas dos buracos onde caíam as suas interrogações sem resposta, e donde se exalava um cheiro de morte lenta que dava às casas um ar de jazigos*<sup>3</sup>.

Esta ideia fica condensada de modo lapidar na figura do abutre, em torno da qual Santos Lima elabora interessantes variações imagéticas:

*De botas e capacete, seria um administrador colonial. De chapéu de palha e máquina fotográfica pendurada ao pescoço, passaria por velho turista lúbrico e ávido de exotismo. Com cha-*

<sup>2</sup> Nesta como noutras epígrafes retiradas da Bíblia, a versão do livro afasta-se um pouco das versões mais comuns, acontecendo o mesmo com a grafia de alguns nomes. Em todos estes casos, mantive a forma que vem no romance.

<sup>3</sup> LIMA, 1984: 20.

*ruto e pasta, dir-se-ia um homem de negócios, agente ou conselheiro, apreciador de acepipes. E a todos serviria com o mesmo olhar sagaz de diplomata astuto*<sup>4</sup>.

Passemos agora aos antropónimos, cuja estranheza resulta do carácter incomum de muitos deles e do facto de os prenomes serem de origem bíblica, concretamente veterotestamentária. Considerando todas as personagens, incluindo portanto os figurantes, teremos um total de 73 nomes deste tipo, maioritariamente masculinos (os nomes de mulheres constituem cerca de 20% do total). Como seria de esperar atendendo à natureza da intriga, há certas tipologias que se destacam, a saber: os reis e chefes de povos (como Davi, Atália, Joaquim, Dan, Gad, Aser, Jeú ou Baasa); os guerreiros e comandantes militares (como Recab, Absalão, Joab, Abner, Benur, Josué, Baana ou Urias); os profetas (como Elias, Eliseu ou Jeremias); e as figuras de contornos messiânicos (como Davi ou Emmanuel).

Outra observação tem que ver com o facto de raramente haver ligação entre o nome bíblico da personagem e as características que ela apresenta no romance. Há contudo exceções, a começar pelo protagonista: o Davi de *Os anões e os mendigos*, embora não tenha propriamente matado nenhum Golias, sai vencedor do conflito com a Nautilândia e torna-se chefe de estado da Costa da Prata. No entanto, ao contrário da figura bíblica, não parece ter sido capaz de lançar as bases de uma nação solidamente estabelecida. Três das figuras que dele divergem têm também um prenome com alguma motivação:

– Absalão Katamna, que no romance é apresentado como o ideólogo da Api (Aliança Popular para a Independência) e como maoísta e mestiço que não reconhece em Davi o líder que o próprio e os outros proclamavam, sendo assim identificável, *grosso modo*, com Viriato da Cruz (1928-1973). Na Bíblia, Absalão é o terceiro filho de Davi, rebelando-se contra ele e tentando usurpar-lhe o trono.

– Aquitofel Amu, que em *Os anões e os mendigos* é dado como chefe da Pupi (Partido da Unidade Progressista para a Independência), movimento apoiado a partir de certa altura pela República do Cobalto, o que o aproxima da figura de Holden Roberto (1923-2007), fundador da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA e depois UPA) e da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Na tradição bíblica, Aquitofel é um conselheiro de Davi, que acaba por trair ao juntar-se a Absalão.

– Jeroboão Bakary, de quem se diz ter sido Ministro dos Negócios Estrangeiros da Pupi e que «andara ao murro com Aquitofel e apoiado por movimentos dissidentes fundara o seu próprio movimento, a União Nacional»<sup>5</sup>, dados que permitem a sua identificação com Jonas Savimbi (1934-2002), fundador da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). De acordo com o I Livro dos Reis, Jeroboão, depois de ter servido ao rei Salomão, rebelou-se contra ele, reinando sobre dez das doze tribos de Israel.

<sup>4</sup> LIMA, 2004: 15.

<sup>5</sup> LIMA, 2004: 80.

Outro caso de motivação ao nível do prenome bíblico é o de Diná Bonfim. Retratada como militante da Api e defensora das mulheres, diz o narrador que «fora violada, torturada e morta de maneira atroz pelos pupistas»<sup>6</sup>, elementos que aproximam a personagem da figura de Deolinda Rodrigues (1939-1967). Ora, segundo o relato de Génesis, Diná, que era filha de Jacob e de Lia, foi raptada e violada por Siquém, um príncipe cananeu.

Ainda ao nível dos prenomes, temos mais duas ocorrências em que a origem bíblica se apresenta motivada: refiro-me aos dois nomes de ressonância messiânica, Davi e Emmanuel. Davi, como ficou já dito, é desde cedo apresentado como líder providencial:

*Baixava-se a voz quando se falava dele e era ainda em nome de Davi que os iniciados à subversão pregavam como novo evangelho a doutrina nacionalista e anunciavam o novo dia que ia chegar após a longa noite colonial<sup>7</sup>.*

Retomando, com alguma ironia, o famoso verso de Agostinho Neto que integra o poema «Adeus à hora da largada», escreve mais à frente o narrador, fazendo referência ao retrato do protagonista saído num artigo de jornal: «Ele era o grande líder, aquele por quem se esperava. E revendo o seu passado, Davi convenceu-se de que era um instrumento da História»<sup>8</sup>. Muitos outros momentos da obra dão conta do processo de divinização do líder, designadamente na primeira parte. Num comício, antes da independência, «a turba rezou de joelhos em sinal de reconhecimento àquele que, Santo e Messias, ia agir por ela»<sup>9</sup>. Mais tarde, já constituído o governo no país independente, Davi alcunha os ministros do primeiro escalão com os nomes dos apóstolos de Jesus, ao mesmo tempo que se começa a falar num novo culto, o Dembismo.

Apesar disso, os sinais de fraqueza do líder estavam à vista desde o início: «Davi era lento e grave, sem nenhum humor e não sabendo galvanizar as massas»<sup>10</sup>. As suas brincadeiras infantis, que aliás retoma no palácio presidencial, já indicavam a propensão megalómana:

*E na memória brilhou-lhe o riso dela [a mãe] quando ele se mascarava de rei, de general, de chefe de polícia ou de cardeal e cantava, discursava, dava ordens ou pregava para as galinhas intrigadas. No fim da representação alvoroçava a capoeira para ouvir os cacarejos como aplausos. E os galináceos que menos o aplaudiam eram os primeiros a ser sacrificados para a próxima churrascada<sup>11</sup>.*

<sup>6</sup> LIMA, 2004: 83.

<sup>7</sup> LIMA, 2004: 17.

<sup>8</sup> LIMA, 2004: 50.

<sup>9</sup> LIMA, 2004: 91.

<sup>10</sup> LIMA, 2004: 55.

<sup>11</sup> LIMA, 2004: 61.

O segundo prenome de teor messiânico é Emmanuel: significando etimologicamente *Deus conosco*, foi o nome atribuído por Isaías ao filho que haveria de nascer de uma jovem virgem para libertar Jerusalém, profecia que seria concretizada na figura de Cristo. Em *Os anões e os mendigos*, Emmanuel é o comandante em chefe da Api, companheiro de Davi desde o tempo da universidade, afastando-se dele mais tarde, desiludido. Identificável com o próprio Manuel dos Santos Lima, a personagem reconhece e condena o falhanço da libertação:

*Expulsos os colonialistas, dez, quinze anos depois, o milagre não se operou. Os africanos estão longe de ser nacional e socialmente livres e a maioria dos países do continente encontra-se hoje mais pobre do que antes da independência*<sup>12</sup>.

Além disso, sintetiza uma ideia subjacente a toda a intriga, o fracasso do marxismo:

*Para mim o marxismo deixou de ser a ilusão e a esperança dos países pobres, porque ele não resolveu os problemas dos povos que o adoptaram e criou outros de que certamente esses povos se gostariam de libertar*<sup>13</sup>.

Não é portanto de Emmanuel que virá a solução para a Costa da Prata, como aliás a alegoria subjacente ao jogo dos nomes já o dava a entender: situando-se no tempo do Antigo Testamento, *Os anões e os mendigos* reclamam um tempo novo, ainda sem contornos definidos, mas certamente sem Messias.

Para encerrar a questão dos antropónimos, falta ainda considerar os apelidos, que de um modo geral são de origem africana, o que anula parcialmente a estranheza dos prenomes, ao mesmo tempo que africaniza um património e uma história simbólicos de que o continente tem estado à margem.

Há contudo nomes de família com uma origem diferente ou com peculiaridades. Neste último grupo conta-se *Sissoko*, que lembra parte do nome africano que Mobutu adotou em 1972, na campanha de africanização do país a que presidia: *Sese Seko* (Kuku Ngbendu Wa Za Banga). Quanto aos apelidos de outra origem, destacam-se O'Reilly (aplicado a Isaar, um mercenário canadiano) e Silva (aposto a Herodes, um nome do Novo Testamento que serve para designar o último governador da Costa da Prata, sublinhando criticamente a responsabilidade portuguesa na forma de transmissão do poder depois da independência).

É justamente no período que precede a independência do território que a violência se acentua, sinalizada por uma nova epígrafe retirada do Antigo Testamento. Neste caso a fonte é o livro do Êxodo:

---

<sup>12</sup> LIMA, 2004: 25.

<sup>13</sup> LIMA, 2004: 27.

*Cada um cinja a sua espada ao seu lado; passai e tornai a passar de porta em porta através dos acampamentos, e cada qual mate o seu irmão e o seu amigo e o seu vizinho. E os filhos de Levi fizeram o que Moisés tinha ordenado, e cerca de vinte e três mil homens caíram naquele dia. E Moisés disse-lhes: consagrai hoje as vossas mãos ao Senhor, cada um em seu filho e em seu irmão, para vos ser dada a bênção<sup>14</sup>.*

Trata-se dos versículos 27 a 29 do capítulo 32, em que se dá conta da renovação da Aliança entre Deus e o povo de Israel, libertado do Egito através de Moisés. Percebe-se sem dificuldade a analogia sugerida por Manuel dos Santos Lima: propondo-se aos seus concidadãos como novo Moisés, Davi imporá os mesmos sacrifícios, tendo em vista a consolidação da Aliança que acompanha o novo regime e que será pautada pela mesma obediência cega. É a partir de agora que a orientação satírica do romance passa a incluir momentos de distopia.

Na sua aceção mais comum, a distopia é uma espécie de utopia negativa ou anti-utopia, caracterizando-se pela crítica a uma utopia que derivou para o totalitarismo e a opressão<sup>15</sup>, promovida pelo Estado ou por instituições. Apresentando-se por vezes sob a forma de ficção científica, ela é usada amiúde para satirizar modelos ou tendências das sociedades contemporâneas.

Embora não seja uma distopia, o romance de Santos Lima vai mostrando, de várias maneiras e de modo progressivamente mais *crú*, a distância entre o ideal proclamado e o real efetivo, denunciando a violência do estado ditatorial instalado depois da independência da Costa da Prata. E são vários os momentos em que o autor se vale de modalidades discursivas distópicas, um tanto atenuadas de modo a não pôr em causa a verosimilhança da intriga.

Uma delas é o sonho: a certa altura, Davi Demba, já empossado como chefe de governo, sonha que o Feiticeiro-mor lhe aparece «numa chama de fogo que saía do meio de uma palmeira que ardia sem se consumir»<sup>16</sup> indicando-lhe o caminho a seguir. Mais uma vez, a paródia tem como fonte a Bíblia, neste caso o episódio da sarça ardente, narrado no capítulo 3 do Êxodo: Deus aparece a Moisés no meio de uma sarça que arde sem se consumir, anunciando-lhe que o escolheu para retirar o seu povo do cativeiro do Egito e conduzi-lo a uma terra de «leite e mel». No caso de Davi, o caminho é o do socialismo, tanto mais que

*A ideologia socialista defende a igualdade de direitos e a amizade dos povos. A cooperação económica entre os Estados socialistas e os jovens Estados nacionais da África é uma colaboração entre parceiros perfeitamente iguais em direitos, não implicando qualquer engajamento militar*

<sup>14</sup> LIMA, 2004: 97.

<sup>15</sup> Sobre o tema, cf. BOOKER, 1994 e VIEIRA, 2013.

<sup>16</sup> LIMA, 2004: 103.

*ou político, qualquer obrigação económica ou obrigação humilhante. A economia socialista é incompatível com a exploração do homem pelo homem e a opressão*<sup>17</sup>.

Impondo-lhe uma espécie de decálogo político e o casamento com a sua filha Utopia, o Feiticeiro-mor converte Davi em seu súbdito, inaugurando através dele o seu reinado junto dos africanos. Com a transformação do protagonista, o mundo à sua volta assume contornos de clara distopia, aliás já presente no cenário do início do sonho, marcado pela ordem estandardizada, pelo controle e pela redução das pessoas a autómatos:

*Estava numa praça em xadrez, espaçosa, perfeitamente quadrada, limpa e polida. Em cada canto um polícia ou um soldado enquadrando os cidadãos, em uniforme, estáticos e frios, repartidos em unidades movendo-se ao retardador, automaticamente e sempre bem alinhados. Eram reparadores, mecânicos e verificadores, todos parecidos como gémeos, e no meio deles Davi Demba, único herói vivo, único piloto e comandante supremo, acompanhado de Josué, segurando-lhe a pasta. Um grande relógio marcava um tempo sem conteúdo, como um buraco na eternidade*<sup>18</sup>.

Agora, depois da visão do Feiticeiro-mor, os traços distópicos correspondem, por um lado, ao culto da personalidade:

*Erguei-me estátuas, dai o meu nome às avenidas e praças, às escolas e quartéis, aos vossos filhos e afilhados e que a minha imagem esteja nos selos da República, nas paredes da cidade, nos trajés, nos quartos de dormir, na sala de jantar e na casa de banho dos costa-pratenses. Ordenai aos poetas que louvem os meus feitos, que honrem meu pai e minha mãe e mais os meus irmãos e irmãs e os meus tios e tias e primos e primas, se forem honrados e seguirem as leis do país*<sup>19</sup>.

por outro, à perseguição a «todos os revisionistas, fraccionistas e oposicionistas»; «persegui com tenacidade e esmero as suas famílias, amigos e conhecidos, porque a erva ruim é mais difícil de exterminar»<sup>20</sup>.

Depois deste sonho vem um pesadelo, dominado por um polvo, cujos tentáculos se transformam «em serpentes de fogo e depois em fantasmas. Eram dez e chamavam-se pobreza, subnutrição, ditadura, neocolonialismo, subdesenvolvimento, ignorância, corrupção, endemia, superstição e indolência»<sup>21</sup>. Uma tal alegoria não altera sobremaneira a orientação distópica do sonho anterior. Subsiste assim a uniformização e o esmagamento do indivíduo:

---

<sup>17</sup> LIMA, 2004: 104.

<sup>18</sup> LIMA, 2004: 102.

<sup>19</sup> LIMA, 2004: 105-106.

<sup>20</sup> LIMA, 2004: 106.

<sup>21</sup> LIMA, 2004: 107.

*Davi voltou a visitar os seus companheiros e correligionários. Estavam ocupadíssimos com as tarefas nacionais. Esmeravam-se a desenhar o novo perfil da cidade, com ruas simétricas e casas vazias e todas idênticas para o Partido encher de operários, segundo um programa de felicidade colectiva*<sup>22</sup>.

O mesmo acontece com o culto da personalidade e a corrupção:

*Estabeleciam verbas, faziam listas de pessoas e de coisas, promoviam parentes e amigos, elevavam alcovas ao nível de chancelarias, viajavam pelas grandes capitais do mundo, perguntavam-se se os bancos suíços eram tão sigilosos quanto se pretendia e constituíam-se herdeiros dos tesouros e do espólio colonial abandonado*<sup>23</sup>.

O tom satírico é idêntico, apoiando-se com frequência na paródia bíblica e eucarística:

*Juravam fidelidade ao Presidente e ao Governo, recebiam com o breviário do Partido um comprimido das mãos de Davi e engoliam-no estoicamente, a seco, antes de receberem a pasta do seu cargo. O gesto era acompanhado de uma palmada no ombro e um segredo no ouvido esquerdo; depois os eleitos beijavam-lhe os pés e sentavam-se mergulhando em recolhimento de comungantes*<sup>24</sup>.

Um último exemplo da presença de elementos distópicos em *Os anões e os mendigos* pode ser a Máquina, que «De início parecia um foguetão, um pénis, segundo os oposicionistas malandros, e depois de várias metamorfoses ganhou finalmente a forma bizarra de um enorme rolo compressor vermelho, com possantes tentáculos»<sup>25</sup>. Neste caso, a alegoria – que não dispensa a alusão satírica ao (futuro) mausoléu de Agostinho Neto, mas vai muito mais longe – assume um estilo próximo da ficção científica, à semelhança do que já acontecia na peça do autor, *A pele do diabo*, publicada em 1977, mas com uma versão inicial feita na década anterior. Essa Máquina, «uma das grandes realizações da solidariedade internacionalista», «iria permitir ao país andar mais depressa e os caminhos do Progresso seriam assim mais curtos», na medida em que, «Como um Deus, fazia e previa tudo»<sup>26</sup>. Além disso, o consumo de energia era nulo, uma vez que a Máquina se alimentava de slogans, competindo ao Partido fabricá-los<sup>27</sup>.

Para além destes casos, o romance apresenta outros sinais de distopia, mais difusos, em passagens descritivas marcadas por forte investimento estilístico. Veja-se a sugestão

<sup>22</sup> LIMA, 2004: 107.

<sup>23</sup> LIMA, 2004: 107.

<sup>24</sup> LIMA, 2004: 108-109.

<sup>25</sup> LIMA, 2004: 130.

<sup>26</sup> LIMA, 2004: 130.

<sup>27</sup> LIMA, 2004: 132.

pós-apocalíptica que resulta da imagem que dá conta da secura da terra na zona fronteiriça que separa a Costa da Prata da República do Cobalto:

*Mais além estende-se a terra seca, curtida como velha pele fendida e bordada, à maneira de um pulmão devastado pelo cancro (...)*<sup>28</sup>.

Ou a forma como Santos Lima capta a leitura do solo ressequido feita por uma multidão sedenta de deslocados da guerra:

*Homens quase nus, debruçados sobre o chão, perscrutam-no em todos os sentidos, lendo no solo como num jornal censurado pelo despotismo da estiagem, os anúncios secretos transmitidos pelas raízes oprimidas e pelos tubérculos ocasionais, os indícios de água refugiada, a rede clandestina de pequenos roedores*<sup>29</sup>.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas creio que já é possível responder à pergunta formulada no título deste trabalho. Contra o que possa parecer numa leitura apressada, não estamos perante um romance *à clef*. Embora seja inegável que muitas personagens, a começar pelo protagonista, lembram figuras históricas do passado-presente angolano, é inegável também que Manuel dos Santos Lima soube investi-las – a elas e aos restantes elementos narrativos – de uma dimensão alegórica que permite que o romance ultrapasse um tempo, um espaço e uma factualidade concretos. Por outro lado, os traços distópicos que é possível identificar em *Os anões e os mendigos* não fazem dele uma distopia: em parte por causa do modelo ficcional e do compromisso com um verosímil próximo do mundo atual; em parte porque o autor, diferentemente do Pepetela de *A geração da utopia*, não reconhece aos movimentos dos seus atores a desculpa de um ideal utópico que possa ser contraditado por uma distopia.

Sobra a sátira e o seu vasto acervo de recursos, umas vezes cómicos, quase sempre amargos e trágicos. Esperemos que o tempo ainda venha a dar razão ao Doroteu da «Epístola a Critilo»:

*Este, ó Critilo, o precioso efeito  
dos teus versos será: como em espelho,  
que as cores toma e que reflete a imagem,  
os ímpios chefes de uma igual conduta  
a ele se verão, sendo argüidos  
pela face brilhante da virtude,  
que, nos defeitos de um, castiga a tantos.  
Lições prudentes, de um discreto aviso,*

---

<sup>28</sup> LIMA, 2004: 12.

<sup>29</sup> LIMA, 2004: 13.



*no mesmo horror do crime, que os infama,  
teus escritos lhes dêm. Sobrada usura  
é este o prêmio das fadigas tuas*<sup>30</sup>.

## Referências bibliográficas

- (2003) – *BÍBLIA sagrada para o terceiro milénio da encarnação*. 4.<sup>a</sup> ed. Coordenação geral de Herculano Alves. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica/Franciscanos Capuchinhos.
- BOOKER, M. Keith (1994) – *Dystopian Literature: A Theory and Research Guide*. Westport: Greenwood Press.
- GONZAGA, Tomás António (1957) – *Obras completas de Tomás António Gonzaga: I: Poesias; Cartas chilenas*. Edição crítica de M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: MEC, INL.
- LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.
- VIEIRA, Fátima, ed. (2013) – *Dystopia(n) Matters: On the Page, on Screen, on Stage*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

---

<sup>30</sup> GONZAGA, 1957: 188.



«VÊS COMO ELES DERAM CABO  
DO NOSSO SONHO?»  
– A DESILUSÃO E A CRÍTICA EM  
*OS ANÕES E OS MENDIGOS*,  
DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

ANA T. ROCHA

Universidade de Coimbra.

*O azar é que vivemos numa época de ideologias e de ideologias totalitárias, isto é, demasiado seguras de si próprias, da sua razão idiota ou da sua verdade curta, para só verem a salvação do mundo na sua própria dominação. E querer dominar alguém ou qualquer coisa, é desejar-lhe a esterilidade, o silêncio ou a morte.*

Albert Camus

*Os anões e os mendigos* (1984) é um dos livros que compõem um período literário angolano do pós-independência que irá romper com os motivos de patriotismo épico dos seus antecedentes literários próximos. Num país que renascia e onde era urgente a reorganização política, administrativa e social para o reconhecimento continental e mundial de um novo Estado e para a (sobre)vivência do seu povo, alguns foram os escritores que sentiram a necessidade de passar esse momento histórico para a ficção, através de uma narrativa onde persiste o humor, a ironia, a hipérbole e a caricatura, ora com uma intenção crítica, ora desmistificadora de personagens ou momentos, trágico-humorizando-os e/ou humanizando-os.

Tal como refere Pires Laranjeira em *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, este período literário angolano de inconformismo teve como precursores *Mayombe* do escritor benguelense Pepetela (escrito já em 1971) e *As lágrimas e o vento* (1975) de Manuel dos

Santos Lima<sup>1</sup>. Em ambos é exposta, de formas distintas, a (des)organização e o imprevisto nos movimentos de luta.

O livro *Os anões e os mendigos*, que aqui analisaremos, insere-se, se assim aceitarmos, num segundo momento deste período literário e, prolongando o paralelo com Pepetela, diremos então que, tal como o seu *A geração da utopia* (1992), também o livro de Santos Lima apresentará agora o mesmo criticismo do primeiro momento, mas, desta vez, impulsionado por sentimentos de desencanto e de perda que se sentem, ao longo da leitura, pesados e profundos. Comum aos dois livros é também o tempo histórico abrangido. Num e noutro, o leitor é, no início, reconduzido até ao momento de consciencialização da condição de subalternidade (utilizando aqui o termo de Spivak), que antecede a luta armada, sendo, depois, guiado até aos primeiros anos de independência de Angola ou, no caso de *Os anões e os mendigos*, da independência da «Costa da Prata».

Pese embora a semelhança temática entre estas duas narrativas, o livro de Manuel dos Santos Lima irá diferenciar-se pelo seu enredo que, sendo fictício, pode aludir, muitas vezes, à História, a personagens e a locais reais. Na obra de Santos Lima, o leitor sentir-se-á tentado a fazer associações entre a ficção e o real, através do exercício de aproximação das personagens do livro a personalidades históricas e interpretando as designações metafóricas atribuídas a locais onde se passa a ação e outros. Apenas para fornecer alguns exemplos, nomeações como «Costa da Prata», «República do Cobalto», «Nautilândia», «Cidade dos Castelos», «Cidade Universitária», «Cidade Nova», «Flamilândia», «Api», «Pupi», «Gedeão» e «Aquitofel» foram, ao longo da minha leitura pessoal, interpretados, respetivamente, por «Angola», «República Democrática do Congo», «Portugal», «Lisboa», «Coimbra», «Luanda», «França», «MPLA», «UNITA», «Mário Pinto de Andrade» e «Savimbi». Contudo – esclareça-se – muitas vezes a obra se afasta completamente dos factos verídicos, não podendo, por isso, em momento algum, afirmar que as minhas suposições neste jogo curioso interpretativo não passam de suposições exatamente.

Será esta técnica ora de alusão, ora de recuo do histórico, que irá permitir a Santos Lima compor a crítica ou mensagem primeira da sua obra: a falibilidade ou mesmo a fatalidade do fundamentalismo ideológico, parecendo, por vezes, cético ou derrotista, mas chegando a apresentar, de facto, em breves linhas, uma solução ou caminho alternativo ao enclausuramento das ideias, quando nomeia Leopold Sedar Senghor e a política que este escolheu exercer aquando da independência do Senegal, através da personagem de Elias, cujo diálogo com a jornalista estrangeira Tamar constitui um fértil excerto para análise.

Senghor é nomeado aí como exemplo prático e verídico para fundamentar a argumentação de Elias contra a revolução. Amante da sociologia e intelectual, Elias, «Nem de esquerda nem de direita (...) um divorciado político (...) [para quem] os conceitos de esquerda e direita estavam ultrapassados», expõe todo um pensamento independente,

---

<sup>1</sup> LARANJEIRA, 1995: 164.

posto que não enquadra nenhuma ideologia, e, também, solitário visto que, no momento vivido, as linhas de pensamento serviam para unir as pessoas e formar grupos, sentindo-se, por isso, Elias, nas suas próprias palavras um «cabrão de todas as revoluções»<sup>2</sup>.

Após Elias ter afirmado que o marxismo já não constituía esperança para os países pobres e que a igualdade socialista não passava de uma utopia, Tamar questiona-o sobre uma possível solução, e é então que Elias refere Senghor, que, segundo ele, descobriu o «socialismo à africana»<sup>3</sup>. Porém, esta referência não nos serve ainda para atribuir a Elias ou ao autor da obra uma preferência política, pois Senghor é aqui nomeado apenas enquanto exemplo africano que não seguiu os caminhos das outras revoluções do continente, constituindo, por isso, prova de que é possível um caminho para África original e diferente.

A entrevista de Tamar fornece ao autor um espaço para a crítica das «ideocracias», da «ortodoxia ideológica», que Elias acusa como causadoras das ditaduras. No fundo, o pretendido é denunciar o paradoxo nas consequências da aplicação de pensamentos sectários, independentemente dos valores humanos e outros que estes defendam, acusando a falta de lugar para quem pensa diferente ou para quem quer questionar o pensamento comum, por exemplo, no momento em que a jornalista caracteriza Senghor como sendo um «tipo bizarro», mas, sobretudo, quando a mesma alega precisar do consentimento do movimento de luta de libertação, no caso, a «Api», para a publicação da entrevista. Aqui, são postas em confronto as várias identidades da jornalista: «– Como é que você, uma profissional, feminista, progressista, esquerdista e sei lá mais o quê, pode cair numa contradição tão elementar como não aceitar que um dirigente africano tenha o direito de ser livre pensador?»<sup>4</sup>. A jornalista é, na obra em análise, um primeiro exemplo da fragmentação do indivíduo no contexto em questão e da interferência do medo no pensamento e ação. A temática do medo irá ser explorada ao longo da obra e estará na base das atitudes das personagens que o acatam ou contra ele se impõem. Este medo vai fazer sentir-se não apenas naqueles que estão longe do poder ou que dele se aproximam, mas também no próprio Davi Demba que é, na obra, a figura que chega à presidência do país «Costa da Prata». O totalitarismo que é imposto pela «ideocracia» de que falava Elias, não deixa ninguém imune, independentemente do cargo ou posição ocupado; ele torna-se, antes, soberano e, como acusa ainda Elias, «constrangem-se os espíritos a conterem-se num quadro pré-estabelecido, para salvaguarda da ortodoxia ideológica»<sup>5</sup>.

Davi Demba, que é, nesta obra, através do tal exercício mencionado acima de aproximação do real, identificável com Agostinho Neto, será uma das personagens cuja evolução e/ou transformação irá sendo colocada lado a lado com o desenrolar da história, permi-

---

<sup>2</sup> LIMA, 1984: 21-26.

<sup>3</sup> LIMA, 1984: 26.

<sup>4</sup> LIMA, 1984: 27.

<sup>5</sup> LIMA, 1984: 26.

tindo ao autor expor mais um exemplo da já citada fragmentação identitária ou atrofia face à força do fundamentalismo ideológico.

A identificação de Davi Demba com Agostinho Neto inicia aquando da prisão do primeiro; momento em que este começa a escrever poemas. Na obra, é mesmo possível encontrar uma curta análise da poesia de Demba, passível, em parte, de ser aplicada também à poesia de Neto:

*poemas de saudade da infância e da mãe, que era simultaneamente a África e aquela que lhe dera à luz, acabando por assumir as grilhetas dos escravos, o papel do negro na construção do mundo capitalista e a esperança nas liberdades do futuro. Tudo isto em verso branco e assimétrico, para parecer mais revolucionário. Gradualmente a sua poesia foi-se libertando de uma certa ingenuidade inicial para se intelectualizar por influência dos poetas estrangeiros da gesta negra*<sup>6</sup>.

As prisões, os poemas, os trajetos e os cargos ocupados por Davi Demba em muito se aproximam da biografia do primeiro presidente angolano. Porém, e ao contrário do que acontece na História real, isto é, na vida de Agostinho Neto, Davi Demba parece chegar quer à prisão, quer ao poder por mero acaso, tornando-se, ao longo do tempo, Davi, numa consequência das circunstâncias e dos papéis que foi executando num continente onde a história parecia apenas poder passar-se de uma maneira.

O fatalismo que se sente desde o início da obra é, sobretudo, fomentado pela descrição do líder do movimento de libertação que é, várias vezes, caricaturado e infantilizado, não correspondendo, portanto, à imagem de um líder necessário e servindo, aqui, como prenúncio de fracasso: «Davi era lento e grave, sem nenhum humor e não sabendo galvanizar as massas (...) estava longe de ter o estofo de um líder (...) A coroa de louros que apressadamente lhe tinham atribuído não supria a sua falta de garra»<sup>7</sup>. Descredibilizado nas suas capacidades, Davi só poderia impor-se através da força e da ajuda dos seus homens próximos e fiéis. Porém, e paradoxalmente, Davi alcançou ser um nome que «na alma do povo ganhara força de símbolo»<sup>8</sup>. Ou seja, no fundo, o líder da revolução não era um líder real, mas um mito, uma construção. Davi Demba era apenas um rosto e um corpo utilizados para a representação física de qualidades e valores que serviam à revolução, a reencarnação da ideologia. Esta imagem de Demba, não só foi interiorizada no país onde «a sua teimosia foi interpretada como a firme determinação de um nacionalista corajoso e pronto para todos os sacrifícios e riscos», como internacionalmente, onde passava uma imagem de Davi «como herói e mártir» e que «fazia entrar fundos como uma vedeta peitada»<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> LIMA, 1984: 53.

<sup>7</sup> LIMA, 1984: 55-56.

<sup>8</sup> LIMA, 1984: 17.

<sup>9</sup> LIMA, 1984: 56-59.

Para além de algumas coincidências biográficas entre a personagem Davi Demba e Agostinho Neto, o que nos permite aproximar um de outro é a mitificação em torno da personagem do livro que parece corresponder ao que Santos Lima acredita ter acontecido no caso real, como podemos verificar em declarações do mesmo prestadas ao jornal português *Público*, em setembro de 2008:

*Aparece [Agostinho Neto] em Rabat, levámo-lo ao campo de treino e ele assiste ao primeiro juramento de bandeira dos soldados. A cerimónia é bastante simbólica e ele sente-se ultrapassado. Mário de Andrade tinha-lhe passado a direcção política do MPLA em Leopoldville, mas naquele momento foi claro para todos que Neto não estava à altura. Enquanto estivera preso em Portugal, tínhamos medo que a PIDE o matasse e fez-se muita propaganda dele como líder. Desmentiu as esperanças. Mas com que cara nos íamos apresentar ao mundo a dizer que ele não servia depois de tanta propaganda?*

De regresso à obra, esta propaganda dentro e fora de fronteiras teria não só funcionado com o povo e a comunidade estrangeira, mas também com a própria personalidade de Davi:

*Davi sentiu o efeito favorável que causara. E uma voz interior repetia-lhe que esse era o momento de submeter todos à sua autoridade. O presidente de um movimento libertador tinha que ter autoridade e força para cilindrar todas as possíveis resistências à sua chefia (...) Que diabo, ele não era menos que o Sissoko, o Goma e outros (...) E de resto não tinha ele visto o seu nome engrandecido, louvado como líder unificador de etnias diversas e até antagónicas? Não fora ele catapultado aos altos cumes das esperanças terceiro-mundistas, depois da sua fuga rocambolesca da metrópole?<sup>10</sup>*

As circunstâncias estavam de facto a atuar sobre a personalidade de Davi Demba empurrando-o para uma situação que não podia controlar a não ser utilizando a força e instaurando o medo como meio para a obediência e consequente serenidade pessoal e do país. Davi começa então a entrar em desentendimento com colegas do partido, a demitir outros por discordâncias, a pedir a execução de alguns e a ostentar a sua grandiosidade face aos outros movimentos, através do uso de carros de valor superior ao do seu rival e vestindo sempre uniforme de gala. A par disto, a falta de apetência de Davi para o cargo de presidente de um país reviu-se na constituição apressada do governo, na qual os postos eram atribuídos por Davi segundo o nível de confiança que depositava nas pessoas ou, mesmo, segundo o nível de proximidade com a sua família.

A pouco e pouco, aqueles que antes tinham combatido ao lado de Davi pelos mesmos ideais, começavam a afastar-se, ora por discordância, ora por medo. Bengaber, antigo companheiro de luta, «sentiu pena de ver como o poder consumava entre ambos o divórcio

<sup>10</sup> LIMA, 1984: 78.

das ideias e dos sentimentos que outrora os tinha unido», afirmando nunca o ter visto tão «fatigado e com olheiras de político (...) Nunca o vira tão importante nem tão só»<sup>11</sup>. O sentimento de derrota, de fim tremendo de um sonho deixa transparecer, na última parte do livro, um cenário de descontentamento, tristeza e amargura de quem lutou por uma pátria para continuar sentindo-se pária no final.

Ao longo da obra acompanhamos um exemplo do suicídio das ideologias totalitárias que refere Albert Camus, no excerto citado em epígrafe neste texto. A delicadeza da ideologia, a sua natureza que quer ser livre para se manter viva constitui, sumariamente, a tese de *Os anões e os mendigos*, onde, tal como Camus, Santos Lima acusa o encerramento das ideias em si próprias, a fragilidade da utopia: «Ama-a! Mas não pretendas fixar-lhe os traços porque a tua vista obscurecer-se-á para sempre e se tentares dominá-la ela morrerá e tu lhe seguirás sem tardar»<sup>12</sup>.

Em suma, a par de uma crítica política e social, *Os anões e os mendigos* busca uma reflexão filosófica acerca da Ideologia e incorpora, assim, um conjunto de obras literárias angolanas que se unem nesta temática no mesmo tempo histórico.

## Bibliografia

LARANJEIRA, Pires (1995) – *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.

<<http://www.publico.pt/temas/jornal/tambem-e-deles-274990>>.

---

<sup>11</sup> LIMA, 1984: 109.

<sup>12</sup> LIMA, 1984: 105.



# ELEMENTOS COMPLEMENTARES PARA UMA BIOBIBLIOGRAFIA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

FRANCISCO TOPA

Universidade do Porto / CITCEM.

– Manuel Guedes dos Santos Lima nasceu a 28 de janeiro de 1935, em Cassamba, Silva Porto (atual Cuíto), na província do Bié, em Angola. Era filho de Silvestre de Jesus dos Santos Lima e de Ana José Guedes.

– Viveu a infância e os primeiros anos da adolescência na Vila Teixeira de Sousa (atual Luau, na província do Moxico), onde o pai, funcionário público, tinha sido colocado.<sup>1</sup>

Segundo nos contou, em entrevista<sup>2</sup>, foi «o primeiro aluno negro a ser admitido na escola oficial do Luau (...). Fui o primeiro porque o meu pai se bateu por isso, porque os alunos negros iam automaticamente para as escolas das missões católicas e, em menor número, para as protestantes. Estas últimas eram mais bem vistas porque ensinavam os negros a ler e a escrever, ao passo que as católicas ensinavam



Com a irmã, Maria dos Ramos<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Foto disponibilizada por Manuel Lima. Salvo indicação em contrário, é este o caso de outras imagens que acompanham este texto.

<sup>2</sup> A 30 de março de 2015, na sua casa do Ladoeiro, Idanha-a-Nova, numa sessão em que participaram os estudantes Lara Videira, Patrycja Litewnicka, Rui Teixeira e Vanessa Sousa.

sobretudo folclore português e a cantar o hino, mas raramente ensinavam a ler, exceção feita a algum aluno a quem depois fosse atribuída a missão de ler os discursos oficiais quando vinha alguma personalidade colonial». [Como acontece no romance *As sementes da liberdade*, em que um jovem nativo chamado Pedro Álvares Cabral, aluno da Missão, «lê» perante o Governador um discurso decorado.].

– Aos 13 anos, vem para Lisboa, para prosseguir os estudos. Como conta na entrevista, «O meu pai levou dois anos até conseguir que patrícios seus me recebessem em casa deles, em Lisboa. E fez-me um grande sermão antes do embarque: entre muitas recomendações, obrigou-me a jurar que eu ia para Portugal, não para ser futebolista nem vadio, mas para estudar e tirar um curso, pois um negro só conseguia singrar na vida com um curso universitário. (...) Viajei três dias de comboio do Luau até ao Lobito e depois 14 dias de barco. Tudo isto sozinho (...). Quando cheguei a Lisboa, estava a filha dessa família santomense à minha espera, no Cais de Alcântara, a 30 de abril de 1948.»

– Antes do Liceu Camões, estudou, segundo nos disse, «no Colégio Nun'Álvares, perto do Areeiro». No liceu fez amigos que ficaram para a vida: «Alguns desses meus amigos envolviam-se à pancada quando alguém me segregava por razões raciais e são amigos até hoje, ainda que alguns vão falecendo entretanto». Nessa altura, havia apenas mais dois alunos negros. Um dia, «no meu 3.º ano, na aula de Físico-Químicas, o professor, fez uma pergunta a que ninguém soube responder e voltou-se depois para mim: “E tu, ó preto? Diz



lá.” E eu respondi que me chamava Manuel Lima. A partir daí, claro, passou a tomar-me de ponta.»

– Durante alguns anos foi praticante de atletismo (corrida de velocidade), no Bele-nenses.

– Ingressou na Faculdade de Direito em 1953, onde foi colega de futuras figuras importantes da política portuguesa, como Sá-Carneiro, Pinto Balsemão e Jorge Sampaio.

Embora o pai lhe enviasse metade do seu salário, Manuel Lima vivia em Lisboa com grandes dificuldades: «Por isso, aos 16 anos eu dava explicações; depois fui tradutor do Boletim da Embaixada da República Árabe Unida e trabalhei para os Maristas, ajudando também a redigir um boletim mensal. Nunca consegui uma bolsa, embora nessa altura Angola atribuisse cerca de 150 bolsas de estudo.»

A cor da pele representava um obstáculo na obtenção de emprego: «A primeira vez que me candidatei a um emprego em Portugal, salvo erro, foi numa dependência da Nestlé, mesmo em frente ao Liceu Camões. Candidatei-me por carta e recebi uma resposta muito entusiasta, dizendo que me fosse apresentar. Mas foi grande a decepção do empregador à minha chegada, pelo que não cheguei a ser contratado.»

– Segundo explica, «Não acabei Direito porque fiquei desencantado. Eu fui para Direito por idealismo, para defender os africanos. Tinha visto que, em Angola, sempre que ocorria um diferendo entre um angolano e um português, a decisão era favorável ao branco. Não havia sequer advogados negros.»

– Entre os seus professores contavam-se algumas das figuras de proa do Estado Novo, como era o caso de Paulo Cunha, responsável pela disciplina de Direito Civil. Num dos romances que publicou, Manuel Lima alude a uma enorme fazenda que o jurista teria no norte de Angola. A esse propósito, esclareceu-nos o autor angolano: «Constava isso, de facto. Dizia-se que era uma propriedade tão grande que só se podia visitar de avião. Mas o Paulo Cunha permitia-se contar anedotas na sala de aula em que intervinham os líderes africanos em destaque na época. Numa delas dizia que um chefe de estado, não me recorde agora qual, estava a viajar de avião e a hospedeira trouxe-lhe o menu, que ele recusou, dizendo que queria era a lista dos passageiros... Isto numa sala de aula, todos a rirem. Nessa altura éramos só dois negros e nós sentíamos-nos humilhados. Isso reforçava as nossas ideias independentistas.»



– No Arquivo da PIDE<sup>3</sup>, um informe dá conta da sua decepção perante a reprovação na cadeira de Direito Corporativo, provavelmente ministrada pelo Prof. Soares Martinez, um dos fiéis apoiantes do Estado Novo.



Manuel dos Santos Lima com Dorothy Brooks, da delegação inglesa da Societé Africaine de Culture, e um outro participante indicado no verso como Dr. David Nicolson<sup>4</sup>.

– Em 1956 participou, por sua iniciativa, no I Congrès des Écrivains et Artistes Noirs, que se realizou em Paris, de 19 a 22 de setembro, por iniciativa de Alioune Diop e da revista *Présence africaine*. O encontro decorreu na Sorbonne, no Anfiteatro Descartes, onde em 1948 fora proclamada a Declaração Universal dos Direitos de Homem.

Chamado ao serviço militar, recebeu formação em Mafra, Guarda, Castelo Branco e Lamego, completando o curso dos Comandos.<sup>45</sup>

– Em 1960, trabalhou durante algum tempo como auxiliar do Centro de Estudos Políticos e Sociais, desempenhando funções no Centro de Documentação Científica Ultramarina da Junta de Investigações do Ultramar<sup>6,7</sup>.



Foto de alferes, tirada em Castelo Branco<sup>5</sup>.



Maria Luísa Gomes Fernandes, em foto com dedicatória de 15/07/1961<sup>7</sup>.

<sup>3</sup> ANTT, PIDE/DGS, Del A Gab 90 NT 8019, «(Resumo do que a seu respeito consta nos registos desta delegação)» (fl. 58-78): «Não concluiu o 2.º ano de Direito, por ter reprovado em Direito Corporativo, cadeira [de] que aliás havia feito a sebenta, a pedido do professor, reprovação essa que o chocou profundamente» (fl. 69).

<sup>4</sup> Fonte: ANTT, PIDE/DGS, SC GT 372 NT 1406.

<sup>5</sup> Fonte: ANTT, PIDE/DGS, SC GT 372 NT 1406.

<sup>6</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC BOL 193847 NT 8123: no Boletim de informação n.º 198347, de 21/04/1960, informa-se que «Não existem motivos impeditivos para a nomeação do referenciado».

<sup>7</sup> Fonte: ANTT, PIDE/DGS, SC GT 372 NT 1406.

– No ano seguinte, foi mobilizado, como alferes miliciano de Infantaria, para Goa, mas aproveitaria uma escala em Damasco para desertar. Segundo nos disse na entrevista já referida, «A informação foi-me comunicada com três dias de antecedência.» Apesar disso, «Como eu era tradutor do Boletim da Embaixada da República Árabe Unida, através do delegado cultural deles, obtive apoio para a minha deserção (...). A minha namorada, futura mãe dos meus filhos, que também queria sair de Portugal, tomou o comboio no mesmo dia para Paris (...).»

– O objetivo era chegar a Marrocos, onde havia um núcleo nacionalista angolano e onde decorrera, em abril, a 1.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que elegera Mário de Andrade como presidente e Marcelino dos Santos como secretário-geral. Aconteceu porém que «(...) uma semana depois da minha deserção, a Síria saiu da República Árabe Unida e não foi fácil arranjar maneira de passar de Damasco para Beirute. Lá consegui e depois segui para Rabat. Algum tempo mais tarde a minha namorada foi ter comigo e casámos em Rabat.» O enlace com Maria Luísa efetuou-se a 15 de novembro de 1962, apadrinhado por Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança, e dele nasceram dois filhos: Ana Maria e Kalanga.

– Um episódio curioso decorrente da partida precipitada de Lisboa tem a ver com duas malas contendo livros e outros artigos que Manuel Lima deixou para trás, escrevendo posteriormente a um companheiro do curso de Direito a pedir que as fosse buscar e que as guardasse. Contudo, atemorizado, o colega informou a PIDE, que apreendeu o material, elaborando duas listas com o seu conteúdo<sup>8</sup>. Deixando de lado outros itens (como um maço de revistas e três conjuntos de recortes de jornal) e os objetos pessoais, o número de livros cifra-se em 69, dando-nos uma ideia das leituras do nosso autor naquela época. Na primeira lista, com 54 obras, a identificação é feita apenas pelo título, o que não garante certeza absoluta quanto à identificação de alguns livros.

De um modo geral, podemos dizer que a matéria africana é dominante. Há um pequeno conjunto com títulos de autores luso-africanos, a começar por Castro Soromenho, com os volumes de contos *Rajada* e *Calenga*, os romances *Terra morta* e *Viragem* e o trabalho etnográfico *Mistérios da terra*. Contam-se ainda obras como *Morabeza*, de Manuel Ferreira, *Alto como o silêncio*, livro de poemas da santomense Maria Manuela Margarido, *Cubata abandonada*, de Geraldo Bessa Victor, e *Poesias*, de Mário António. Paralelamente, destacam-se as publicações de autores ligados à literatura negra estrangeira, sobretudo a que era feita em francês, como é o caso dos romances *Batouala*, de René Maran, e *L'enfant noir*, do guineense Camara Laye, ou do livro de poemas *Coups de pylon*, do senegalês David Diop. Na mesma língua, encontram-se vários números da *Présence africaine* e várias edições promovidas pela revista (*Les étudiants noirs parlent; L'art nègre; Hommage à Jacques Richard-Molard; Discours sur le colonialisme*, de Aimé Césaire; *Le réveil de l'Afrique*, de Basil

<sup>8</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC GT 372 NT 1406: «Guia de entrega», fl. 10 e 11 (com data de 06/10/1961) e «Relação de livros pertencentes a Manuel Guedes dos Santos Lima», fl. 50 (datada de 27/09/1961).

Davidson; *Nations nègres et culture*, de Cheikh Anta Diop; *La Guinée et l'émancipation africaine*, de Sékou Touré; *Les masses africaines et l'actuelle condition humaine*, de Abdoulaye Ly). Em espanhol, destaca-se *El són entero*, de Nicolas Guillén, e, num registo diferente, dois



Com o poeta cubano Nicolas Guillén.

volumes de Pablo Neruda, *Las uvas y el viento* e *Nuevas odas elementales*. Outras obras em que o tema do negro e do racismo está presente são, por exemplo, um romance de Sinclair Lewis, na versão francesa, *De sang royal*, e *Les mangues vertes*, de Madeleine Alleins. Ainda no domínio da literatura, nota-se a atenção a autores contemporâneos de tendências várias, como o brasileiro Jorge Amado (com *Capitães da areia* e *Los subterráneos de la libertad*, este último provavelmente na edição argentina de 1958), os portugueses Liberto Cruz (*Névoa ou sintaxe*) e Mário Braga (*O cerco*), o francês Jean Anouilh (possível autor da *Antígona* referida na lista) ou André Kedros, pseudónimo de André Maspéain, um escritor grego de língua francesa (*O navio dentro da cidade*), a par de clássicos como *La sonata à Kreutzer*, de Tolstoi. Para além das obras literárias, as listas revelam outras vertentes do interesse de Manuel Lima pelas questões africanas: a história e a etnografia da África ainda sob o domínio colonial português (*A derrocada do Império Vatua* e *Mousinho de Albuquerque*, de Francisco Toscano e Julião Quintinha; *História das guerras no Zambeze: Chicoca e Massangano*

(1807-1888), de Filipe de Almeida de Eça; *Lunda: sua organização e ocupação*, de Alberto de Almeida Teixeira; *Guiné portuguesa*, de A. Teixeira da Mota; *Colóquios cabo-verdianos*, provavelmente a publicação de 1958 da Junta de Investigação do Ultramar); o tema do negro (*Antologia do negro brasileiro*, de Edison Carneiro; *Os pretos em Portugal*, de António Brásio); a perspetiva jurídica (*Racial equality and the law*, de Morroe Berger; *Administração da justiça aos indígenas*, de Adriano Moreira; *O ultramar português no plano mundial*, de André Gonçalves Pereira; *Análise social do regime do indigenato*, de Domingos Arouca); o ponto de vista político (*Discurso pronunciado na sede das Nações Unidas, por ocasião da 15.ª sessão da Assembleia Geral, em 27.IX.1960*, por Gamal Abdel Nasser).



Numa base argelina, com, entre outros, Anne Vernon, Mário de Andrade, comandante Slimane e Nelson Mandela (em pé) e Jacques Vergès (agachado).

– No Norte de África, cabe-lhe montar as bases do Exército Popular de Libertação de Angola, organização militar do MPLA: «Porque eu era oficial e o Mário de Andrade atribuiu-me essa tarefa, tanto mais que eu vinha dos Comandos. Pôs-me em contacto com argelinos, o Comandante Slimane [nome de guerra de Ahmed Kaïd], o Bouteflika, atual presidente da Argélia, que estavam na fronteira entre Marrocos e a Argélia. Uns meses depois conheci o Nelson Mandela, que me encomendou planos para a guerrilha urbana, que era uma das soluções que ele considerava na altura.»

– O primeiro grupo de instruendos era formado por 285 homens, maioritariamente recrutados entre os jovens refugiados que chegavam à atual República Democrática do Congo, onde o comité diretor do MPLA se consegue instalar durante algum tempo.



Manuel Lima com alguns dos primeiros soldados do EPLA.

– Em dezembro de 1962, na então Léopoldville, realiza-se a I Primeira Conferência Nacional do MPLA, que consagra como líder Agostinho Neto. Pouco depois verificar-se-ão várias cisões, ocorrendo a saída de elementos importantes, como Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Manuel dos Santos Lima, este último por carta de 13 de julho de 1963. Na entrevista que nos concedeu, declara: «Saio por desilusão com o Agostinho Neto, única e exclusivamente. (...) Na última reunião do comité diretor em que eu participei, disse claramente que não concordava com as diretrizes de Agostinho Neto, pelo que me vou embora, pois a luta perdeu o sentido para mim. Mas não estrago nada. Aqui está o corpo militar do MPLA, com o EPLA, com 285 soldados equipados, armados, com disciplina militar.»

– Depois da saída do MPLA, voltou à Argélia, seguindo posteriormente para a Suíça, acompanhado da família, com o objetivo de retomar os estudos. Obtém uma bolsa do World University Service, a que se juntam apoios de entidades holandesas e suecas, o que lhe permite frequentar e concluir, entre 1963 e 1968, na Universidade de Lausanne, o curso de Literatura Comparada.

– Segundo explica, «Quando acabei o curso, candidatei-me a cerca de 20 países africanos, oferecendo-me como professor. Respostas só vieram ao fim de um ano», pelo que





Reunião do comité diretor do MPLA, em Léopoldville, em 1963, sob a presidência de Agostinho Neto. Da esquerda para a direita: Aníbal de Melo, Mário de Andrade, Manuel dos Santos Lima, Reverendo Domingos da Silva e Agostinho Neto.

«Acabei por ir para o Canadá porque conheci um casal de estudantes na Universidade de Lausanne, portugueses, que depois do curso foram para lá. Esse casal tinha ido para Winnipeg e insistiu que eu fosse também. Eu fui, mas para Montreal. Inscrevi-me na agência de emprego e recebi várias propostas, acabando por ficar em Montreal. E lá estive até 1982, quando a Universidade de Rennes me convidou para aí lecionar. Fui por seis meses e fiquei 20 anos.»

– Nesse intervalo de tempo, obtém, em 1975, o doutoramento na Universidade de Lausanne com um trabalho sobre *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*.

– No início dos anos 90, funda um movimento político, que participa com pouco êxito nas eleições angolanas de 1992. O episódio é recordado assim: «Deixei o MPLA em 1963 e nunca mais me meti em política porque deixei de acreditar. Estava em Rennes e, em 1990 ou 91, apareceu-me uma delegação de jovens angolanos da oposição ao regime, pedindo-me para encabeçar um movimento alternativo, porque eu era uma figura de referência. O Afonso Vieira Lopes foi um dos que veio ter comigo. Eu, embora achasse que não havia condições, aceitei e tentei. Fundei o MUDAR (Movimento de Unidade Democrático Angolano para a Reconstrução).»

– Depois de França, estabelece-se em Portugal, ensinando Literatura Africana de Expressão Portuguesa, na Universidade Moderna, em Lisboa, e dando cursos e conferências noutras universidades, inclusive na Universidade do Porto, em cuja Faculdade de Letras lecionou a cadeira de Literaturas Africanas, no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos.

– Em 2004, a Chá de Caxinde homenageou-o, em Luanda, e publicou os seus dois últimos romances, *As lágrimas e o vento* e *Os anões e os mendigos*.

– Entre 2006 e 2008 foi reitor da Universidade Lusíada de Angola, encerrando então a sua carreira académica.

– Até ao momento, a sua obra literária é constituída por um livro de poemas, três romances e uma peça de teatro:

*Kissange*: poemas. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1961. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: UCCLA, 2014.

*As sementes da liberdade* [romance]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

*As lágrimas e o vento* [romance]. Lisboa: África Editora, 1975; 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Afrontamento, 1989. Edição angolana: Luanda: Chá de Caxinde, 2004.

*A pele do diabo*: drama em III actos. Lisboa: África Editora, 1977.

*Os anões e os mendigos* [romance]. Porto: Edições Afrontamento, 1984. Edição angolana: Luanda: Chá de Caxinde, 2004.

– Informações complementares a esta cronologia e às explicações que o autor forneceu em 1991 a Michel Laban<sup>9</sup> podem ser encontradas no Arquivo da PIDE. O *dossier* PIDE/DGS, SC GT 372 NT 1406 inclui um documento datilografado, sem data nem assinatura mas certamente redigido por Manuel Lima, sob o título de «Notas sobre o autor» (fl. 30), o qual contém algumas revelações que vale a pena destacar:

*Fez os seus primeiros ensaios poéticos aos doze anos, mas só aos vinte e três tentou um novo género literário – o romance – escrevendo «Nossa Terra» que não conseguiu publicar, assim como o livro de poemas «Canto ao meu Povo», vítima do desinteresse dos editores pelos temas africanos tratados por autores africanos, pois infelizmente criou-se uma «literatura africana» – estranha combinação de ingredientes exóticos – feita por autores curiosos mas divorciados do autêntico Homem Africano e seus múltiplos problemas.*

Na conversa já várias vezes referida, Manuel Lima esclareceu que *Nossa terra* foi escrito em 1958 e que serviria de base a *As sementes da liberdade*, que viria a lume em 1965. Quanto ao livro de poemas, declarou que se passara algo de semelhante: *Kissange* acolhe e reformula textos anteriores, alguns deles escritos aos 15 anos.

---

<sup>9</sup> LABAN, 1991: 437-460.

No mesmo documento, há uma passagem sobre a peça de teatro, que só viria a ser publicada, certamente com transformações significativas<sup>10</sup>, em 1977:

*Em todas as suas criações literárias, Santos Lima tem-se revelado profundamente africano. Em «Pele do Diabo», sua primeira peça e prêmio de teatro do concurso literário de 1960 da Sociedade Cultural de Angola, foca-nos o problema dos negros americanos sob o preconceito racial num país «livre e democrático». Não é uma peça circunstancial mas antes um grito e representa – segundo o autor – a sua adesão e solidariedade humanas para com os seus irmãos de raça de além Atlântico, na sua luta pela Igualdade. Escreveu-a para eles e todos os homens de boa vontade que obscura e anónimamente, em qualquer parte do mundo, com amor e fraternidade, vão tecendo as cordas para uma ampla e eterna rede de laços humanos.*

Ainda no *dossier* referido, fl. 18-9, há um texto autógrafo sobre *A pele do diabo* que vale a pena transcrever:

#### Prólogo

*Havia muitos anos que sentia agitar-se em mim as personagens de «Pele do Diabo». Elas permaneciam vivas e nítidas no meu espírito, embora hesitasse bastante entre o romance e a novela, antes de pensar numa expressão cénica. E quando esta ideia se tornou definitiva, constatei que para dar às personagens a dimensão humana que desejava, teria de recorrer por vezes a uma «técnica» semelhante à de Miller em «Morte de um caixeiro viajante». Utilizei-a.*

*A minha peça não tem nada de novo senão um aspecto contratual algo diferente, de um velho tema de Goethe. Com efeito, Jim «Trompete» não precisa de trocar a Alma pela Juventude, para conquista do Amor. O seu «problema» é a sua Pele, pele condenada pela sua Pátria erigida com o valioso concurso do braço escravo dos seus antepassados. Deles até Jim, dista um longo caminho de Emancipação da raça negra; mas isso não é tudo, pois que, paralelamente ao caminho da liberdade, estende-se o muro, alonga-se a barreira racial. «Já não temos grilhetas!» – diz Jack, o leader. Jim, contudo, sente-as na alma. A guerra marcou-o, enchendo-o de cicatrizes no corpo e na alma, mas a sua revolta seria inevitável. A guerra apenas abreviou a sua exploração como ser marginal porque, à semelhança do que em certa medida já acontecera quando do primeiro conflito mundial, os negros americanos esperavam benefícios sociais, esperavam a sua Promoção, pois que tinham lutado pela Paz e Democracia, na América e no Mundo. Aconteceu porém que a Vitória lhes negou ambas. Os Heróis negros sentiram-se, então, traídos e frustrados. Jim foi um deles.*

*Algumas pessoas não me desculparam ter situado a acção nos Estados Unidos, no Sul, sendo eu angolano consciente das dores da minha gente e eu próprio vítima. Esclareço porém que «Pele // do Diabo» é a minha terceira criação literária. As anteriores – um romance (1957) e um livro de poemas (1958) não encontraram em Portugal editor «independente» e «corajoso». Certos escritores considerados «democratas», «progressistas», «inconformistas», «anti-fascistas», etc,*

<sup>10</sup> Decorrentes, antes de mais, da introdução como pano de fundo da Guerra do Vietname, que não poderia estar presente na versão de 1961.

*etc, leram os originais e felicitaram-me, apesar da sua escandalosa ignorância e desinteresse pelos problemas da humanidade negro-africana. Paternalmente contudo, descreveram-me as suas sucessivas abdições e «transigências», até conseguirem uma afirmação literária bem encadernada... Às vezes acompanhavam-me à porta e fechavam-na devagar, cortêsmente...*

*Dentro do conjunto da minha actividade literária, esta peça marca, pois, uma deliberada atitude de solidariedade e adesão humanas para com os negros americanos, meus irmãos de Além Atlântico. Foi pensando neles que a escrevi, a eles dedico.*

Manuel Lima

Lisboa, Janeiro de 1961

Mais à frente, na fl. 49, há um recorte da p. 10 da edição de 10/07/1961 do *Diário de Lisboa*, intitulado «A segregação racial nos Estados Unidos é o tema de uma peça premiada em Angola». Depois da notícia, o jornal inclui uma declaração de Manuel Lima sobre a situação da literatura africana:

*O prémio que agora me foi atribuído – disse – é um princípio, mas está longe de ser um estímulo definitivo. São poucas as possibilidades de ver a minha peça representada em Angola e desejo traduzi-la para inglês, no sentido de conseguir uma maior audiência para a situação exposta. Os jovens poetas africanos – como aliás todos os jovens que se iniciam nas letras – têm uma particular dificuldade em encontrar editores, o que constitui o maior óbice à afirmação das suas carreiras. Por outro lado, criou-se uma literatura, considerada exótica, que de maneira nenhuma traduz o sentimento autêntico das gentes de Angola. Apenas Castro Soromenho entendeu realmente as coisas, dando um precioso contributo à afirmação de um romance africano.*

– Entre os seus projetos atuais contam-se um livro de memórias, cuja redação diz estar já a meio, e «um romance que já anunciei mas não concluí, intitulado *O buraco*. A ideia é esta: quando se faz a passagem de poder de Portugal para Angola, os últimos portugueses a deixarem Angola de avião olham para baixo e veem um grande buraco.» O seu falecido filho, Kalanga, planeava fazer a adaptação cinematográfica de *As lágrimas e o vento*, ideia que Manuel Lima espera ver ainda concretizada.

– Sem pretensões de exaustividade, apresenta-se de seguida um conjunto de elementos complementares relativos à bibliografia de Manuel dos Santos Lima:

## Poemas em revistas

*Quissange na noite*. «Mensagem: boletim». Lisboa: Casa dos Estudantes do Império. I, 5 (abr. 1958), p. 29.

*Poema para uma jovem negra de Joanesburgo*. «Mensagem: boletim». Lisboa: Casa dos Estudantes do Império. II, 3 (abr. 1959), p. 29.

*O tractor*. «África: literatura, arte e cultura». 1 (jul. 1978), p. 85.

*Viagem em torno de ti*. «África: literatura, arte e cultura». 1 (jul. 1978), p. 85.

## Poemas em antologias

- ANDRADE, Mário de, *org.* (1976) – *Antologia temática de poesia africana: I: na noite grávida de punhais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1976. («Escravos», p. 199).
- CECHIN, Lúcia, *sel. e org.* (1985) – *Antologia angolana: poesia e conto*. Porto Alegre: [s.n.], 1985. («O tractor», p. 99; «Viagem em torno de ti», p. 100).
- VASCONCELOS, Adriano Botelho de, *org.* (2005) – *Todos os sonhos: antologia da poesia moderna angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos. («Pioneiro com espingarda de pau», p. 523; «O hóspede», p. 524; «Certeza», p. 524-5).

## Bibliografia passiva

- BURNES, Donald (1978) – *A visão da América em «A pele do Diabo»*. «África: literatura, arte e cultura». Lisboa. I, 2 (out.-dez.), p. 180-2.
- CHALENDAR, Pierrette e Gérard (1986) – Recensão a *Os anões e os mendigos*. «Colóquio/Letras». Lisboa. 91 (mai.), p. 113-4.
- CONRADO, Júlio (1993) – Recensão a *As lágrimas e o vento*. «Colóquio/Letras». Lisboa. 129/130 (jul.), p. 291-2.
- MELO, João (1979) – Recensão a *As lágrimas e o vento*. «África: literatura, arte e cultura». Lisboa. I, 3 (jan.-mar. 1979), p. 345-347.
- LABAN, Michel (1991) – *Manuel dos Santos Lima*. In *Angola: encontro com escritores*. Vol. I. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, p. 437-460.

MANUEL  
DOS SANTOS LIMA  
ESCRITOR ANGOLANO  
TRICONTINENTAL

COORD.  
FRANCISCO TOPA  
IRENA VISHAN